

REVISTA DA
ACADEMIA
PARANAENSE
DE LETRAS

Nº64
2014
CURITIBA PARANÁ

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
Diretoria Gestão 2013-2014

Presidente

Chloris Casagrande Justen

Vice-Presidente

Ernani da Costa Straube

Secretário

Antônio Celso Mendes

Tesoureiros

Ário Taborda Dergint
Ernani Costa Straube

Orador

René Ariel Dotti

Diretores de Editoração e Biblioteca

Adherbal Fortes de Sá
Eduardo Rocha Virmond

Diretor de Documentação e Acervo

Ernani Buchmann

Diretores de Comunicação e Divulgação

Adherbal Fortes de Sá
Dante Mendonça
Paulo Vítola

Diretor Jurídico

Eduardo Rocha Virmond

Grupo de Apoio

Cecilia Vieira Helm
Clemente Ivo Juliatto
Clotilde Branco Germiniani
Flora Munhoz da Rocha
Jeorling Cordeiro Cleve
Laurentino Gomes
Oriovisto Guimarães
Ricardo Pasquini

REVISTA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Publicação da Academia Paranaense de Letras

Ano 75, nº 64, setembro de 2014

A revista não se responsabiliza pela redação,
nem pelos conceitos emitidos pelos seus colaboradores.

Projeto gráfico

Rita Soliéri Brandt

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Fundada em 26 de setembro de 1936, teve seus estatutos registrados em 7 de março de 1974 no Cartório do 1º Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba, PR, arquivados sob n.º 164.893 e registrados no Livro A n.º 3.112, e também junto ao Conselho do Serviço Social do Ministério da Justiça sob n.º 53/67.

Avenida Visconde do Rio Branco, 1717 – Centro
Curitiba/PR – Tel. 41- 3232-8123
CEP. 80420-210
www.academiapr.org.br
e-mail: erv@ervirmond.com.br

PRESIDENTES

Ulisses Falcão Vieira (1936-1942)
Oscar Martins Gomes (1942-1951)
Otávio de Sá Barreto (1951-1957)
Oscar Martins Gomes (1957-1966)
Osvaldo Piloto (1966-1970)
Vasco José Taborda Ribas (1970 -1990)
Felício Raitani Neto (1990 -1992)
Valfrido Pilotto (1992-1994)
Túlio Vargas (1994 - 2008)
Lauro Grein Filho (2008)
José Carlos Veiga Lopes (2008 - 2010)
Chloris Casagrande Justen (2010)
Eduardo Rocha Virmond (2011-2013)
Chloris Casagrande Justen (2013-2014)

INTRODUÇÃO

CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN

Presidente

*A Academia Paranaense de Letras é a honorabilidade,
a notabilidade, que a ampulheta do tempo torna imortais.*

Sob o Emblema da Academia Paranaense de Letras, esta Revista é o livro aberto a receber produções históricas e literárias, dizendo o passado; assuntos científicos desnudando o universo; o cinzel do destino marcando os caminhos; a inspiração dos sonhos transformando a jornada.

No Portal da Academia, a Revista presta a sua homenagem aos que, imortais, permanecem conosco nas lembranças, quando a sensibilidade transforma em brisa o fremir dos nossos sentimentos. Nos escritos que deles se evolvem, etéreas, as palavras são metáforas; os saberes, brisas e luzes; a essência, o sentido da vida.

No panorama das realizações da Academia, a Semana da História, que mantém ao lado do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, com apoio e parceria da Secretaria de Estado da Cultura, recebe uma platéia de participantes vindos das universidades, dos magistérios, das comunidades; historiadores que, em um vibrante processo de busca e debates, transformam o ambiente em campo aberto de pesquisa e confirmações.

Em encontros mensais o Café da Manhã, pequenas palestras desvelam filosofias, História da contemporaneidade, louvação a poetas e músicos, clássicos que a Academia cultua. Nessas oportunidades,



recebendo convidados em confraternização, participam todos do ritual solene do Credo Acadêmico.

Fiel às suas finalidades, a Comissão História do Paraná, instalada em 1992 sob a coordenação da Acadêmica hoje presidente, viu aprovado o seu anteprojeto como a Lei Estadual Nº 13.381/01 que, seguidos doze anos, a atual presidente, com um Convênio com a Secretaria de Educação e o empenho da Vice-Governadoria, tornou oficial o Projeto A Academia vai à Escola que, pondo em prática a Implantação da Lei, promoveu a parceria das vinte e duas Academias de Letras do Paraná, em ação cultural conjunta nos seus municípios. Nas participações desta Revista, um grupo de época, hoje autores das crônicas publicadas, apresenta sua visão de mundo das vivências em Curitiba.

Dignas de nota especial as contribuições dos acadêmicos, bem demonstram o valor de sua participação nas promoções da Academia. É sempre enriquecedora a sua contribuição, integrando a Revista, pronunciando palestras, entrevistas na mídia e congressos, em cursos em instituições, em eventos abrilhantados com sua palavra, com sua presença.

Notória a competência, dedicação e cultura do Acadêmico Eduardo Rocha Virmond, Editor da Revista da Academia, a quem gravamos aqui os nossos agradecimentos e os louros dos quais é merecedor.



PREÂMBULO



EDUARDO ROCHA VIRMOND

Editor

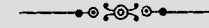
A REVISTA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS segue o seu itinerário, sua presença e sua característica, qual seja, o heterogêneo de sua composição. Esta qualidade é resultado das culturas várias representadas por seus acadêmicos, suas origens diversas, seus interesses múltiplos, até divergentes. Temos a lamentar a falta que sempre nos fará da clarividência e sensibilidade de um Belmiro Valverde Jobim Castor, que lá se foi, causando outro transtorno, outro vácuo no conjunto das reuniões e das atividades da Academia – o que está expresso em mais de um pronunciamento neste número da Revista.

Também, por outro lado, teremos contribuições muito valiosas em torno da música, para as quais foram convocados expoentes da música do Paraná, para enriquecer o debate e despertar as consciências - as nossas consciências -, estimulados pelo fato de ter havido uma vaga musical e o seu respectivo preenchimento.

A Semana de História de 2013 também tratou de matéria da maior relevância, seja em relação aos cento e sessenta anos da criação do Paraná, com o belo título de “Invenção do Paraná”, seja quanto a rememoração, pelos cento e dez anos, ainda da inútil tragédia que se abateu sobre o sul do Brasil, de que o Paraná tem as mais desagradáveis, funestas lembranças. Por que analisá-las? Experiência - para que tal evidente desgraça não se repita, não se estabeleça outra vez para prejuízo dos inocentes.



A MULHER NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS



CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN

A pós-modernidade se materializa simultaneamente como anti-modernidade e como hiper-modernidade, gerando a realidade paradoxal em que vivemos. Jacques Chevallier



Assunto deveras instigante, o estudo das permanentes transformações sociais que interferem nos costumes e comportamentos tem levado pensadores e filósofos modernos a buscar as raízes mais evidentes desses movimentos, que se instalam como se permanentes fossem, caracterizando as sociedades contemporâneas.

Marcadas por inusitada rapidez, as mudanças sociais intervêm nas condutas e nos valores individuais e sociais, revelando-se em exteriorizações comportamentais que fragilizam os padrões já estabelecidos.

Os estudos relacionados à posição da mulher estão intrinsecamente ligados ao conhecimento dos processos de mudanças e da sua dinâmica nas sociedades, o que exige abordagens mais profundas, especificamente nas rápidas e constantes transformações que acontecem a cada descoberta científica e a cada nova invenção do homem, as quais interferem nas relações interpessoais e entre os países, com todas as vantagens e as problemáticas conseqüentes.

Impulsionando essas transformações, forças inerentes aos próprios sistemas de governos e dos ordenamentos sociais concorrem para o surgimento de princípios e forças sociais desconhecidas ou não previstas, revelando-se em significativas mudanças na família, nas comunidades, nos estados, muitas das quais estendem-se universalmente, pelos processos sociais da comunicação e da globalização.

Necessário entender a constância do não planejamento que marca a maioria das mudanças sociais, sem previsão da extensão que possam assumir. Pesquisas têm confirmado serem elas, na maioria, desencadeadas por mudanças anteriores. Em um estudo mais profundo, firma-se a observação de que essas características decorrem dos novos saberes, de inovadoras invenções, surpreendentes descobertas que se instalam, promovendo transformações não previstas. No transcorrer dos anos, e cada vez mais rapidamente, essas mudanças estabelecem princípios e tendências que se definem como sistemas, transmutando realidades e comportamentos.

Na primeira edição do seu *Educação para uma Civilização em Mudança, Kilpatrick*-1935, trouxe ao público a correção de um princípio secular, que se instalara no ano 322 A.C., sobre a velocidade da queda dos corpos, mantido como axioma inalterável, por ser da autoria de Aristóteles, pensador grego, cujas obras, pela notoriedade do autor, influenciaram as ciências por mais de mil e quinhentos anos. Com uma única apresentação, Galileu Galilei, físico e matemático italiano, confirmou, no ano de 1590, o engano da teoria de Aristóteles, lançando do alto da Torre de Pizza, corpos sólidos de diferentes pesos, cujo resultado, contradizendo a teoria milenar trouxe, ao mesmo tempo, o princípio de que *o pensamento para ser aceitável, precisa ser comprovado em suas conseqüências práticas*. Essa afirmação passou a ser considerada como o início de todos os processos das mudanças, que marcam as invenções e descobertas do mundo moderno. Em estudos sobre o assunto, o filósofo William James – 1850 – afirmou: “*Esse princípio tirou a tampa do universo.*”

Essas confirmações trouxeram as primeiras luzes sobre o *processo do pensamento baseado na experimentação*, lógica que se estendeu a todas as questões, como base da metodologia científica, e da sua aplicação das ciências para a vida humana, *passando a ser um princípio básico da verdade em todos os campos*. (Lourengo Filho -1965)

O *pensamento baseado na experimentação*, concorrendo para o desenvolvimento do espírito crítico e da análise comportamental, modificou conceitos, processos científicos, com uma definitiva interferência na

formação de novas e diversificadas visões de mundo. Com o tempo firmou-se o conceito de que *o pensamento baseado na experimentação* é a base e o caminho do aprimoramento individual e do progresso humanístico, da evolução das ciências e da criatividade nas artes.

Um estágio de permanentes e complexas experimentações firmou estar o pensamento baseado na experimentação, na raiz das transformações que concorrem para essa nova realidade contextual denominada *sociedade contemporânea* (M.Bermann – 1986), que, com tantas transformações chegou até o presente passando por classificações diversas como: *sociedades modernas, pós – modernas, moralistas, pós-moralistas*, nomenclaturas correspondentes aos critérios que se estabeleceram pelas análises e estudos de filósofos que se debruçaram por sobre tão desafiadoras transformações. (Lipovetisky – 2002)

Muitas dessas transformações, que se multiplicam em variadas e novas circunstâncias, têm concorrido para a instabilidade dos governos, a fragilidade dos ordenamentos sociais, para a queda ou incentivo de outras e variadas forças, como o declínio do autoritarismo, trazendo liberdades não previstas, descaracterizando hierarquias, impondo mudanças significativas na família, no estado e nos costumes. A crescente queda do autoritarismo trouxe com ela os princípios da democracia como um sistema de regras, não somente no processo político, como nas relações individuais e sociais, e, como evidência, o princípio de que *o homem somente vem a ser homem em sociedade*, o que faz da democracia uma exigência básica da moral. (Bobbio – 1992)

São assuntos que aqui, parecem descabidos, mas que têm tudo a ver com a posição da mulher nas sociedades contemporâneas, devendo-se levar em conta a seleção de um conjunto de direitos que foram se desprendendo do núcleo central dos Direitos Humanos, formando o decálogo dos Direitos da Mulher. Esse documento surgiu em razão da nova realidade social que passou a exigir a prontidão feminina para substituir a mão de obra masculina, durante os processos de industrialização e do chamamento dos homens para as guerras. Em ambas as situações, a

participação da mulher, para preencher os espaços vazios deixados pelo homem, promoveram a inclusão da mão de obra feminina nos campos de trabalho, a qual se apresentou como de inesperada competência.

Com o passar dos anos e de muitas reivindicações, a própria realidade demonstrou a competência da mulher nas ações para as quais fora chamada, trazendo à tona a necessidade de se estabelecerem os direitos da mulher dentre os direitos do homem. Mesmo com aperfeiçoamentos e adequações, o trabalho da mulher, sem o reconhecimento devido, nunca atingiu equivalência na hierarquia das ações masculinas. A jornada dupla que o lar exigia da mulher, sempre se constituiu em um demérito funcional feminino, que as tradições apoiavam. Estavam ainda no lar, além da conservação e funcionamento da estrutura familiar, a educação dos filhos, de total responsabilidade da mulher, desonerando o homem das responsabilidades familiares.

As lutas por seus direitos de igualdade às conquistas do homem, nunca permitiram à mulher igualdade de vencimentos relacionados à igualdade de desempenhos ou funções. Pela primeira vez, a competição centrada na qualidade do seu trabalho fora do lar, industrializado ou não, passou a ser para o homem uma competição, junto a outros agentes profissionais, até então desconhecidos para ele.

Com estudos, aprimoramentos e destaques funcionais, a mulher enfrentou desafios em suas novas oportunidades, permanecendo, com as mesmas diferenças no valor financeiro do seu trabalho. Atualmente, séculos passados, a ONU oficializou a titulação Direito dos Seres Humanos, unindo em um só documento, direitos de homens e mulheres. Mesmo que o documento tenha sido exarado por um respeitado órgão internacional, não assegurou à mulher os mesmos parâmetros profissionais do homem, ainda que os deveres permaneçam os mesmos.

Com as constantes transformações sociais, pelas próprias necessidades do desenvolvimento das sociedades ou pela dedicação a estudos e aperfeiçoamentos, a mulher permanece alcançando sucesso

funcional em todos os campos. . A seu favor, as múltiplas aberturas que os princípios da democracia implantaram.

Todas essas evidências, tornaram claro que as *mudanças imponderáveis da dinâmica da própria civilização em mudança, confirmam que a vida mudou e continuará a mudar(...) por força de amplos aspectos, tais como: a aplicação das descobertas e invenções à melhoria da vida humana; o uso da ciência como impulso à tecnologia; a expansão das idéias democráticas e a perplexidade de jovens e adultos em tomar firmes atitudes em face das novas questões da vida moral.* (*Bobbio – 1992)

Essa realidade confirmou a força da democracia, não somente como processo político, mas como uma exigência nas relações interpessoais comunitárias.

As mudanças trouxeram, no entanto, a descaracterização dos valores humanos e, com essa nova realidade, o desrespeito à autoridade constituída, advindas da fragilização dos valores de hierarquias familiares, entre outras evidências.

O interesse pelo sucesso individual, as condutas deturpadas que agredem os rudimentares princípios de respeito humano, são exemplos da fragilidade moral que se evidencia nas sociedades contemporâneas.

Na atualidade, sem análise crítica dos acontecimentos, os novos cidadãos tentam adaptar-se aos tipos de vida que as mudanças lhes proporcionam, sobrepondo-se aos valores morais e à ética dos comportamentos que, em função das rápidas mudanças, passaram a ser considerados pela maioria das pessoas, como valores ultrapassados.

Nesse processo, o ser humano, com seu despreparo para a vivência democrática, passou a dar maior importância aos seus direitos, e, desconsiderando os deveres correspondentes, passou a abandonar os conceitos éticos vivenciais necessários ao seu equilíbrio individual e à formação de uma sociedade melhor.

Com essa dificuldade em vislumbrar resultados a longo prazo, homens e mulheres vêm deixando de lado a análise dos seus procedimentos comportamentais, escolhendo por transferir a responsabilidade dos seus

atos às ilimitadas vantagens funcionais dos produtos da mudança e das facilidades que o mundo moderno oferece.

Segundo estudiosos da questão, o homem comum procura sua realização na busca do conforto, depositando sua consciência nas vantagens dos bens de consumo, na competição que o protege da rotina da busca permanente. Sem análise crítica dos acontecimentos, homens e mulheres desconsideram o equilíbrio do seu senso-moral e tentam adaptar-se aos novos conceitos e aos inusitados tipos de vida social.

Ao se adequar à dinâmica da mudança constante, o ser humano passa a ignorar os princípios da moral, como se eles fossem igualmente obsoletos, estabelecendo premissas e códigos de conduta sobre falsos pressupostos, criando justificativas para apoiar enganosas meias verdades.

Barganhas políticas passam a substituir as negociações e os debates democráticos; populismos primários e rasos substituem propostas de mudanças sociais de reais significados; assistencialismos que subordinam o seu semelhante, desconsideram a execução dos seus deveres sociais.

A importância da escola como etapa intermediária entre a família e a sociedade, trouxe a falácia de que a educação da criança e do jovem transferiu-se totalmente para o sistema escolar, desfigurando os procedimentos da autoridade de pais e mães. A compreensão da prioridade e compatibilidade entre os direitos e os deveres individuais e sociais, abrangendo a definição das responsabilidades correspondentes, passam a se constituir no grande desafio de homens e mulheres nas sociedades contemporâneas, relacionados aos valores éticos e à formação do cidadão.

Nesse intermédio a sociedade foi buscar um ponto de equilíbrio na rotina do lar, onde nos usos e costumes, os conhecimentos científicos se interligam aos cuidados primários que a natureza impõe, exigindo prioridades para o trato do desenvolvimento do ser humano e a proteção do

planeta, preocupações de alerta, que vem se tornando responsabilidades vitais e universais. (Van Zuben, 2006)

E é nesse ambiente de pressão social que afloram os Direitos à Vida, à Dignidade, à Solidariedade e os Direitos e Deveres de Homens e Mulheres,. Deveres e Direitos naturais, morais e sociais que fazem da vida de pais, mães e filhos a realidade e a sustentação dos valores que asseguram, na formação do homem, o cidadão do futuro. Ambos, homem e mulher com direitos e deveres interligados ao Direito à Vida dos seus filhos, a maternidade e a paternidade estabelecendo direitos e deveres igualmente primordiais de ambos. Mãe e Pai, com deveres sob a responsabilidade dos direitos e deveres dos seus filhos na construção da formação de homens e mulheres na sua cidadania.

Responsabilidade de ambos, a preocupação da postura de homens e mulheres frente às transformações sociais reside na readequação dos papéis individuais e sociais no lar e na família, compartilhando as funções de provedores, gestores e educadores dentro do lar e na postura familiar de homens e mulheres nas sociedades contemporâneas, relacionadas à responsabilidade total de cada um, frente à formação das personalidades dos filhos, à formação dos conceitos de cidadania que lhe cabem. Essa responsabilidade é inteira para cada pai, para cada mãe, direitos e deveres totais na criação e educação dos filhos. Direitos e Deveres de homens e mulheres estabelecidos pelos princípios da moral e dos costumes oficializados em códigos e preceitos legais

Assim, as mudanças sociais igualaram os papéis de homens e mulheres nas responsabilidades da família. Famílias com outros formatos, mas com o dever básico e de total responsabilidade de mães e filhos, de pais e filhos. Não mais um homem provedor e uma mulher responsável pela família, mas, se a mulher é também provedora, são dois provedores, dois responsáveis pela organização familiar, dois participantes, formadores da cidadania consciente e necessária a ser assegurada na família, com o formato que ela assumir. Pois é na família

que acontece a prática inicial da educação, a inserção inicial dos conceitos da moral e da ética.

Nas sociedades contemporâneas, a maternidade traz como direito natural o direito de ser mãe, com disponibilidade oficializada de tempo para os primeiros cuidados e atendimento dos filhos, direitos que lhe concede a lei, estendidos aos pais. O conceito de paternidade inclui participação de pai e mãe, ambos, se necessário provedores, ambos partícipes da educação permanente, não somente na provisão, mas na obrigatoriedade que a vida pós-moderna lhes propõe: o compartilhamento dos papéis individuais e sociais, com a responsabilidade maior da sua missão conjunta de pais e de mães, assegurar aos seus filhos oportunidades de manter os valores da hierarquia familiar.

Mais do que nunca, vem se afirmando a enganosa certeza de que a família nada pode e, portanto, é na força do grupo social que as regras de conduta se estabelecem. Essa postura de irresponsabilidade familiar torna diluída a essência da formação dos conceitos de hierarquia e disciplina, refletindo-se no desrespeito aos pais, às organizações individuais e sociais da ordem pública e particular, maculando, na infância e na juventude, a formação da cidadania responsável. A convivência com os valores individuais e sociais e, portanto os direitos e deveres dos seres humanos, se vivenciados na infância, permanecerão indefinidamente. Filhos que serão sempre filhos, mantendo-se no processo contínuo de aprimoramento de suas personalidades na harmonia entre homens e mulheres.

Neste terceiro milênio a mulher vence pela sua competência, pelos seus méritos, desde sua doação como voluntária nas grandes causas humanitárias até à direção de instituições e governos, no desempenho dos mais variados papéis sociais, por eleição ou pela conquista, onde sua personalidade se apresenta como destaque de compreensão. As mudanças trouxeram a necessidade da reorganização conjunta dos papéis individuais e sociais.

Suas lutas agora se concentram na busca do direito de ser mulher. Direito de ter os mesmos privilégios em qualquer profissão, como cidadã

de qualidades iguais a todos os cidadãos, sem desigualdade que a desvalorize como ser humano.

Direito de serem respeitadas as suas características especiais femininas, como igualmente o homem é respeitado por sua própria constituição masculina.

Direito e dever intrínsecos seus, a defesa e erradicação da violência contra a mulher, luta que hoje se configura como a luta de toda a sociedade, unindo homens e mulheres, jovens, adultos e idosos, contra a violência pusilânime que sofre a mulher no recôndito do lar, subjugada por um ser de segunda categoria, insignificante e sem caráter, destruidor da vida e da família, marcando com sua presença a covardia mais virulenta da sua indignidade que leva a mulher ao sacrifício e à humilhação.

Bandeira de todos os cidadãos de bem, a execração desses seres que não se podem titular de homens, que homens têm ciência de honra e dignidades e, a esses seres desclassificados cabe, além da severidade da Lei, a execração da sociedade.

Em meio a tantas perplexidades, a mulher das sociedades contemporâneas diversificou seu campo de ação, ciente de que continuará em sua jornada de grandes ideais!

Ela deixou de ser a metade a completar a outra metade do outro. Depois de séculos foi considerada um ser inteiro, inteligente, capaz de construir seu próprio destino. E neste momento de buscas de igualdades universais, agora unificados pela ONU como Direitos dos Seres Humanos. A busca da partilha das responsabilidades entre homens e mulheres na sociedade e no lar, com deveres e direitos iguais em trabalhos e remuneração será sua bandeira de igualdade.

A partir da extraordinária condição de trazerem ao mundo outro ser humano, os direitos da mulher e do homem igualam-se na responsabilidade permanente que se tornam vitais quando correlatos aos direitos naturais dos filhos. À mulher cabe assegurar o seu direito de

ser Mulher-Mãe no poder supremo dos valores da sensibilidade, nunca abdicado, mas assegurando sua dignidade de ser respeitada como pessoa e como cidadã dentro e fora do seu lar.

Cada vez mais, com base na construção histórica, impõe-se a força dos direitos e deveres, das compreensões compartilhadas, do conhecimento atualizado, do uso das lições que os povos e a cultura deixaram nas lendas e na marcha da humanidade,. É nos preceitos da ciência e da educação, que se nutrem as propostas de felicidade, as lições da caminhada conjunta em busca de um mundo melhor.

Esse o grande desafio de homens e mulheres, agora com direitos conjuntos, nesta sociedade em constante mudança, onde os direitos têm peso maior dos que os deveres, onde as responsabilidades se fragilizam frente aos novos modelos das instituições. Esse o grande desafio de homens e mulheres na busca do berço de afetividade que o nacíture ser humano necessita para o seu desenvolvimento. Direitos e deveres conjugados entre a paternidade e a maternidade, exige a reorganização dos papéis de pais e mães no equilíbrio e na harmonia do processo de formação do homem dentro dos princípios sadios da democracia e da necessária segurança para o encaminhamento e educação dos filhos

Nas sociedades contemporâneas, todos os campos estão abertos à mulher, daí a defesa de que lhe cabem todos os direitos e deveres para manter o direito inalienável da defesa de sua própria dignidade, de sua inteireza como pessoa, *pois é preciso amar-se para sentir confiança e sentir confiança para ousar a liberdade* e é nessa proposição que está o seu desafio.

Deusa da vida, cientista, astronauta, brilho e destaque nas artes, empreendedora de sucesso, visionária e realizadora, exemplo de desprendimento e de liderança, capaz de grandes e significativas ações de amor ao próximo e dedicação às causas sociais e políticas, a sua missão é a defesa de sua própria dignidade, onde a busca do respeito ao seu trabalho se defina pela igualdade entre homens e mulheres nas propostas da meritocracia.

Direito ao seu Direito de ser Mulher, inspiradora e participe do sonho de felicidade que une duas pessoas no ideal permanente da construção da Juventude.



Chloris Casagrande Justen, pedagoga é Presidente da Academia Paranaense de Letras e do Centro Paranaense Feminino de Cultura.

BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR UM PERSONALIDADE PERENE

Por CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN

Presidente da Academia Paranaense de Letras



Todos os momentos de convívio que passeiam por nossas lembranças dizem de um Belmiro seguro de seu viver.

Nos seus escritos, as palavras estavam ajustadas às suas verdades. Idéias entretecidas no âmago de suas mensagens passavam imediatamente a compor profunda análise, relacionando informações e conceitos em busca de uma sociedade mais ética e solidária.

Um escritor de posições bem definidas, profundo estudioso das realidades do presente e do passado, suas opiniões se impunham por uma brilhante inteligência e pela sabedoria auferida nos muitos desafios que a vida lhe propiciou. Cioso dos preceitos da Justiça e do Direito, primava pelo respeito humano e social, abominando a desigualdade e a desumanidade que contrariam e descaracterizam a primazia do bem.

Com sua personalidade dedicada à análise das grandes questões administrativas de seu estado e país, notabilizou-se pela lucidez de idéias, conquistando a respeitabilidade de todos, como escritor, articulista e pensador, o que lhe conferiu ocupar uma cadeira na Academia Paranaense de Letras, onde se destacou pela excelência de suas manifestações.

Ao dizer carinhosamente em meio a um discurso, “a minha Elizabeth” revelava uma suavidade e uma meiguice somente existentes nas almas de doações infindas, grandeza dos puros corações. Pai e avô orgulhoso, seu encantamento eram as singelas qualidades, o surpreendente despertar de um mundo novo!

Entre as dezenas de netos que ensinou a amar na oportunidade em que aprendiam saberes, era um mestre na promoção da alegria, do sonho, da proposta da construção da felicidade.

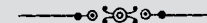
Um homem de amorosidade sem jaça!

Prenúncio de personalidade perene!

E assim ele será para todo o Sempre: - Uma vivência etérea de luzes e sabedoria, orientando caminhos na harmonia da Vida.



MEU QUERIDO BELMIRO ¹



Por RENÉ ARIEL DOTTI

Estou falando em nome de nossa Academia Paranaense de Letras, transmitindo o sentimento de pesar da presidente Chloris Casagrande Justen e de todos os seus colegas da tradicional Casa de cultura.

Sua família, seus amigos, seus leitores, seus conhecidos, aqueles que tiveram a oportunidade e o prazer da convivência, ainda que efêmera, todos nós estamos vivendo o pesadelo de seu passamento.

Os momentos de tristeza pela anunciada saudade do ser humano inigualável são também os momentos de reconhecimento pela obra que você produziu no itinerário de sua fecunda vida.

Bacharel em Direito pela Universidade do Rio de Janeiro (1964);
Mestre em Administração Pública pela Universidade do Sul da Califórnia;
Doutor em Filosofia (PhD), na mesma Universidade;

MAGISTÉRIO E CONSULTORIA

Professor Titular da Universidade Federal do Paraná e de outras instituições de ensino superior;
Membro de dezenas de bancas de exame em curso de mestrado, doutorado e livre docência em diversas instituições universitárias;
Estágio Métodos Modernos de Gestão das Empresas, concedido pelo Governo da França;
Estágio de Reciclagem promovido pelo Governo francês (1974).

¹ Oração pronunciada em 31.03.2014, à beira do túmulo onde foi sepultado o corpo do confrade Belmiro Valverde Jobim Castor.

ATIVIDADES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Valeram muito a sua experiência e a sua contribuição no cargo de Secretário de Estado do Paraná na área de Planejamento durante os governos de Jayme Canet Junior (1974-1979) e José Richa (1983-1984) e da Educação, no Governo Álvaro Dias (1987-1988).

ATIVIDADES NA ADMINISTRAÇÃO PRIVADA

Diretor Superintendente e Diretor Internacional do Banco Bamerindus do Brasil S/A e consultor de várias empresas e organizações não governamentais.

O INGRESSO NA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Com imensa alegria e orgulho recebi o seu convite para saudá-lo como membro da Academia Paranaense de Letras, para ocupar a Cadeira 28, sucedendo Helena Kolody. Já tive oportunidade de dizer, que

“A poesia de Helena Kolody é feita com a linguagem da alma e o cinzel da memória. “Em seus versos a palavra é sinal de vida, símbolo da paixão, ponto de encontro do sonho com a realidade”
E é justamente de nossa imortal poetiza que eu recolho um trecho de seu poema “Anoitecer”, quando diz:

AMIUDAM-SE AS PARTIDAS...// TAMBÉM MORREMOS UM
POUCO// NO AMARGOR DAS DESPEDIDAS. // CAIS DESERTO ,
ANOITECEMOS ENLUARADOS DE AUSÊNCIAS.

O PENSADOR, O CRÍTICO E O ESCRITOR

BELMIRO VALVERDE não somente pensa os problemas da administração pública e privada. Ele critica, também, com autoridade científica e funcional, as mazelas de uma e outra.

Centenas de artigos publicados aos domingos na Gazeta do Povo, vários outros no Caderno de Idéias, participação em conselhos editoriais; textos acadêmicos e atividades comunitárias são exemplos de uma vida dinâmica e fecunda. Ninguém melhor, no jornalismo paranaense, fustigou com inteligência e ironia, a comédia dos erros humanos, o câncer da corrupção e a praga da burocracia que tantos males vêm causando ao país, à nação e aos cidadãos de um modo geral.

Um valioso material crítico se contém no livro *O Brasil não é para amadores: Estado, Governo e burocracia na terra do jeitinho*, em boa hora reeditado pela valorosa Travessa dos Editores. Em sua bibliografia há outros trabalhos relevantes, ora em co-autoria (*Estado e Administração Pública: Reflexões*, 1987), ora em obra coletiva: *Mapa geral de idéias e propostas para a nova Constituição* (1987) e *A reengenharia do Estado brasileiro* (1995).

Publicamos, juntos, a seleção de crônicas por nós assinadas durante anos na Gazeta do Povo, cujo, título, escolhido por você, bem demonstrava a inteligência e o sabor da ironia. A coletânea é chamada “Crônicas politicamente inconvenientes e outras nem tanto”.

Ao recordar a figura, fraterna e imensa de BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR, ao lembrar suas palavras escritas com alegria e inteligência e ao revisitar parte de sua valiosa história de vida, eu me sinto como Carlos Drumond de Andrade:

“Do lado esquerdo carrego meus mortos./ Por isso caminho um pouco de banda”.

QUEM PERDEMOS

Vale repetir as palavras de DANTE MENDONÇA em seu artigo de hoje na Tribuna do Paraná intitulado “Quem perdemos”: “Não fosse pela falta de palavras nestes momentos, dizer que Belmiro vai fazer falta é um lugar comum (...) Na companhia dos amigos, no amparo dos desassistidos, na página de jornal e – como já escreveu o jornalista Celso Nascimento, vai nos fazer falta “sua inteligência desconcertante, seu humor refinado, a abrangência sideral de seus conhecimentos, sua firmeza de caráter, sua incrível capacidade para compreender o mundo e a alma humana”.

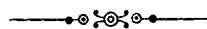
UMA NOTÁVEL OBRA EM CURSO

Há textos já publicados; há entrevistas já gravadas; há um universo de boas ações já identificadas. Mas, além de tudo, existe, ainda, uma obra de BELMIRO em franco desenvolvimento, com a indispensável colaboração de sua amada esposa Elisabeth. É a fecunda e missionária instituição de solidariedade humana e social que o espírito religioso do casal e a admiração pelo sumo pontífice, deram o nome de CENTRO DE EDUCAÇÃO JOÃO PAULO II. Certamente o apoio das pessoas de bem e a ajuda divina não faltarão neste momento para que a nossa querida Elisabeth possa manter essa generosa e relevante iniciativa do mais sensível interesse público. Esse é um legado material e espiritual que orgulha a sua família.

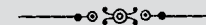
O amor pelas crianças necessitadas não pode morrer.

TÁCITO, o historiador romano antes de Cristo (55-120) disse muito bem: “A morte é igual para todos; a diferença está no esquecimento ou glória de cada um relativamente à posteridade”.

Tenho dito.



QUEM PERDEMOS



Por DANTE MENDONÇA

O Senhor escolheu um dia muito especial para Belmiro Valverde Jobim Castor nos deixar. Na tarde de 29 de março, aniversário de Curitiba e de Poty Lazzarotto. Foi nessa data para que nós mortais desmemoriados tenhamos uma referência especial para não esquecê-lo. Como se fosse possível esquecer o professor Belmiro, tamanha a falta que ele nos vai fazer.

Não fosse pela falta de palavras nestes momentos, dizer que Belmiro vai fazer falta é um lugar comum, o tal do óbvio ululante. Mas é isso mesmo, vai nos fazer muita falta. Na companhia dos amigos, no amparo aos desassistidos, na página do jornal e – como já escreveu o jornalista Celso Nascimento, vai nos fazer falta “sua inteligência desconcertante, seu humor refinado, a abrangência sideral de seus conhecimentos, sua firmeza de caráter, sua incrível capacidade para compreender o mundo e a alma humana”.

De Belo Horizonte, lamentou o jornalista Valério Fabris, ex-diretor da Gazeta Mercantil: “Inteligência e lucidez em tempo integral. E gentileza. Morei em nove cidades, entrevistei centenas de personalidades de diferentes perfis. Um dos brasileiros de maior visão, nas gerações do pós-guerra. Um imenso privilégio para o Paraná. Porque só o Paraná o conheceu bem. Só Paraná se beneficiou de seus pensamentos e de suas obras. Belmiro, Belmiro, Belmiro! Fica na gente uma tristeza de dimensões cósmicas”.

Belmiro Valverde Jobim Castor vai nos fazer falta ainda na cadeira 28 da Academia Paranaense de Letras, onde sua frequência contrastava com os tantos (e são tantos!) ausentes que em plena saúde

só fazem de suas honrosas e históricas cadeiras um assento para o ego. Escritor, nos deixa sem o livro de memórias dos bastidores econômicos e administrativos do Paraná, com bastante pesar pelos causos do folclore político, agora pendurados na memória dos amigos.

Perdemos o homem que militou em tantas frentes - secretário de Estado, administrador, professor, cronista, articulista, conferencista ilustradíssimo sem deixar de ser didático – e que se dedicava ultimamente, com especial afinho e generosidade, a assistir crianças e adolescentes na instituição João Paulo II, que criou junto com Elizabeth e que se sustenta com uma rede de apoio de pessoas de bem. Em momentos muito especiais, Belmiro adorava exercer o ofício de avô, muitas vezes virtual pela distância da netinha, que mora na Europa.

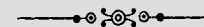
Belmiro, que conhecemos via Aroldo Murá, no tempo do extinto jornal “Voz do Paraná”, estava se preparando para ver o Papa canonizado. Justamente João Paulo II, que escolheu para nominar sua escola. Iriam para a mesma semana em Roma, a família de Belmiro mais o amigo fraterno Aroldo Murá.

Belmiro enxergava longe. E na frente. Foi antes. Na frente.



(Dante Mendonça, com a ajuda de dois parágrafos de Maí Nascimento Mendonça)

MEMENTO MORI - BELMIRO, PROTESTO!



Por EDUARDO ROCHA VIRMOND



Protesto! É impossível saber do falecimento de Belmiro Valverde Jobim Castor sem protestar. Protesta-se, como Voltaire protestou contra o Terremoto de Lisboa, protesta-se contra as forças que não se pode dominar, ergamos nossa voz e nosso pensamento para lamentar a enorme falta que Belmiro está fazendo entre nós e entre todos. A sua presença em vários lances de sua vida, sua criatividade demonstrada na exemplar e única escola que criou em Piraquara, sua vontade de ser útil, sua consciência crítica admirável a viabilizá-la em seus escritos, na sua vivência na Academia Paranaense de Letras, - perdemos tudo isso, mas não a sua memória e seu exemplo que ficarão entre nós, todos aqueles que tiveram a honra e o prazer de sua convivência.



UM HOMEM PARA TODAS AS ESTAÇÕES

Por AROLDO MURÁ G. HAYGERT*



Com as facilidades de acesso aos currículos Lattes e a trabalhos de *scholars* do Brasil todo, não há dificuldades em conhecer a obra de gente como Belmiro Valverde Jobim Castor.

Mas o Belmiro, que bem conheci, sempre foi muito mais que *curriculum vitae*. Foi dono e senhor de uma história única, ímpar como são todos os seres especiais. Era senhor mais ou menos absoluto de seus projetos e de seus caminhos, o que não é pouco nestes tempos de incertezas e crises d'alma.

Até porque poucos homens relevantes do moderno Paraná – o Paraná de hoje – estiveram tão escancarados ao olhar crítico da comunidade quanto Belmiro. E poucos contribuíram tanto quanto ele para decodificar os marcadores da civilização paranaense, sobretudo em sua aventura do século 20. Dessa, em boa parte, ele foi ator de relevo. E continua exceção: tem quase unânime aceitação de tantos que o conheceram, aqui e em além mar.

Dizendo isso, esclareço: deixo de lado, nesta apreciação, análises pretensamente científicas da obra de Belmiro. A intenção é mostrar alguns momentos do ser humano, desde que a ele fui apresentado, quando ele e Elizabeth, jovens como eu, na casa dos 20 anos, nos conhecemos no começo dos 1960. Dali em diante, fizemos uma trajetória de mútua ajuda e admiração recíproca, fato que, evidentemente, me enriqueceu muito. O que, se de um lado constituiu uma graça, de outro, passou a ser um desafio, pois me sentiria obrigado a acompanhar a agilidade mental daquele campeão. Tarefa nem sempre possível, pois ele andava sempre na frente. Dava 'luz em lançante' aos companheiros de jornada, como deu sempre a mim. Ah, acabei usando uma figura de linguagem dos aficionados de corridas de cavalos de cancha reta, expressão comum no Rio Grande, terra dos ancestrais distantes de Belmiro. E meus (nem tão distantes).

AS VACAS MAGRAS

Aqueles anos 1960 eram de vacas magras, de começo de vida profissional, de trabalho pesado, mas que cedo foram abrindo espaço para gente de incommensurável capacidade de agir e criar. Como ele. Eu o vi pela primeira vez no serviço público, seu campo de batalha. Fazia-se atento ouvinte e assessor especial do general Alípio Ayres de Carvalho, então coronel.

Alípio conhecia os fundilhos do Paraná, cada esquina de suas cidades, as idiosincrasias e as grandezas de sua gente. Até por isso não era facilmente contestável; ficou conhecido pelo apelido de “professor de Deus”. O nome implica onipotência e onisciência. Pelo menos, no caso de Alípio, em relação ao qual, amigos e críticos pessoais admitiam “outras qualidades” além dos atributos do Onipotente...

Belmiro recebeu todos os influxos do quase ‘sobrenatural’ Alípio, de quem recolheu as pistas para bem identificar o Paraná, sua história, sua gente, suas riquezas, suas contradições, suas peculiaridades orográficas, geopolíticas e morfológicas. O Sherlock Alípio buscava pistas para definir os primeiros passos de planejamento do Governo do Paraná, ponto de partida para o Estado ganhar uma visão de conjunto e, assim, traçar passos vitais à sua sobrevivência e à posição que iria ganhar na Nação. A acuidade de Belmiro jamais deixou passar ao largo, sem haurir ao máximo daquela universidade representada pelo conhecimento do maranhense Ayres de Carvalho. Imagino-o vivendo dias de deleites intelectuais incommensuráveis, como Paulo viveu ‘aos pés de Gamaliel’, tal como o apóstolo das gentes explicaria sua trajetória de formação cultural.

ILUSÕES DE UM TEMPO

Aqueles anos 1960 eram dias em que praticamente tudo ainda estava a desabrochar, muito para acontecer. Vivia-se o “susto” de Brasília, sob traçados mágicos de Niemeyer e Lúcio Costa, e ao ritmo da bossa nova, mesmerizados pelas e ilusões geradas pela era Kennedy, um ícone

americano que nos foi vendido como arauto da paz, desejado de todas as nações. O charme pessoal foi a arma de JFK e não poucos os quiseram como modelo nas ‘latrinas das Américas’, com suas ‘alianças para o progresso’ e quetais.

Só depois, com visão crítica no lugar correto, entenderíamos que JFK foi dos mais belicosos dentre os “kaisers” dos States. Tempos de guerra, lembram?

Eram igualmente dias em que seríamos apresentados a desafios, como a modernização do Paraná proposta e ousada por Ney Braga, em parte fruto da Escola Economia e Humanismo do padre Joseph Lebrecht e as muito resultantes influências de Alípio, com suas doutrinas um tanto à Escola Superior de Guerra (ESG).

Essa modernização assumida por Ney, militar-civil de enorme descortínio, foi definida por lances muito singulares. Um deles, a primeira providência do governador, tão logo eleito em 1960: foi à então Universidade do Paraná (hoje UFPR) em busca dos dez melhores alunos do Curso de Engenharia. E de lá saiu com uma relação de nomes que poderia coroar a carreira de qualquer ‘head hunter’ – os caçadores de recursos humanos – modernos. E com esses nomes promoveria a inovadora configuração ao Paraná.

Tratava-se de se apropriar de massa crítica dotada de QIs impressionantes e com os quais Ney governaria: Maurício Schulman, Karlos Rischbieter, Saul Raiz, Affonso Alves de Camargo Neto, Osíres Stenghel Guimarães... e muito mais gente. Tratava-se de uma modernização que não implicava apenas centrar-se no desenvolvimento econômico e no estabelecimento de uma impressionante revolução de infra-estrutura. Mas que andaria parelha com outras metamorfoses que, repórter inquieto do extinto Diário do Paraná, fui notando serem direcionadas para diversas realidades. Como as mudanças culturais que testemunhei se entronizarem no Estado.

SOPROS DE RENOVAÇÃO

Uma delas, impressionante, foi a mostra internacional de artes plásticas alavancada pelo MASP de SP, cuja montagem significou ‘quase derrubar’ a Biblioteca Pública para lá colocar obras de Rivero, Tamaio, etc. E no fundo, com essas ousadias como a da mostra na Biblioteca, gestadas e materializadas por homens como Eduardo Rocha Virmond e Ennio Marques Ferreira, fui tomando consciência de que estávamos, de fato, a viver a alvorada de novos tempos. Sem exageros de linguagem. Tempos em que a presença de Ney já vinha alterando o rumo de nossa História, com a passagem anterior dele pela Prefeitura de Curitiba. Essa alvorada, incluindo nova aurora cultural, Belmiro, eu e outros amigos, muitas vezes nos ocupamos, ao examinar as mudanças históricas que contemplávamos. Algumas delas, costumavam chamar atenção, como a imposição do Salão Paranaense, uma mostra anual de artes plásticas que começava a identificar o Paraná nacionalmente, além do café e da terra roxa.

Quando faço esse retrospecto, me penitencio: um dia estive em minhas mãos uma soberba documentação produzida pelo professor da UFPR Auner Carneiro, testemunha viva daqueles dias de Ney Braga. O trabalhomechegou às mãos por sugestão de Belmiro. Resumia o olhar crítico privilegiado, de um acadêmico misto de economista e historiador que tudo vira e anotara, criticamente, sobre os primórdios dos tempos de Ney Braga. Por motivos que até agora não consigo atinar, a documentação sumiu. Mas faço justiça: Belmiro impressionou-se com o nível do trabalho de Auner, documentação que me foi entregue pela mãe do professor Carneiro, uma senhora idosa, nos anos 90. E naturalmente lamentou o sumiço, jamais recuperado.

CIDADÃO PARANAENSE

Foi sob essa configuração histórica, apenas em pequena parte aqui esboçada, que Belmiro foi assumindo a identidade da qual jamais se

apartou – a paranaense. Diria que, no neo-paranaense, desenvolveu-se uma ‘segunda natureza’: a do cidadão do mundo, que depois ampliaria sua formação acadêmica na França (foi pupilo, em Curitiba, de madame Garfunkel, como todo um amplo plantel de paranaenses de primeiríssimo time) e mais adiante na USC, Califórnia, onde se doutorou e pós doutorou-se em Administração Pública. *Suma cum laudae*.

Mineiro de nascimento, por acaso, carioca de criação, escolheu, em plena consciência, o Paraná como seu habitat e *locus* para o desabrochar de uma vida fertilíssima. Belmiro afirmou-se e se impôs como paranaense sem as marcas de chatices que identificam, por exemplo, os recém convertidos. Ou os admitidos a um patriciado, com suas manifestações exageradas de euforia pelas ‘nova natureza’ em busca de aceitação ampla. A ‘cidadania’ paranaense fora, é certo, por ele merecida plenamente. Ganhou seus novos contrerrâneos pelo surpreendente: entendendo sobre eles e a terra recém adotada como poucos já o haviam mostrado. E com seu olhar privilegiado foi sendo alavanca para alterações substantivas no Paraná. Como o foi por meio do sistema estadual de Planejamento que, ao lado de Ivo Simas Moreira, implantou a partir do Governo Emílio Gomes, tudo dentro da modelagem de um novo Paraná que Ney iniciara.

COM O MESTRE GUERREIRO

Eu me lembro, porexemplo-*en passant*-das impressionantes aulas que era capaz de dar, de improviso, sem consultar referências ou documentos, sobre temas como o modelo fundiário que caracterizou a colonização do Norte do Paraná, ou a odisséia dos gaúchos alemães e italianos no Oeste e Sudoeste do Paraná, assim como sobre a fantástica aventura dos imigrantes a construir aqui ‘um Brasil diferente’ (como citado por Wilson Martins).

E lembro mais: ele, anos depois, já secretário de Estado do Planejamento de Jayme Canet Junior, chamou-me para almoçar na casa dele (então, na Rua Visconde de Guarapuava, bem no comecinho da via).

Para surpresa – e choque meu – o personagem convidado especial era o monumental Alberto Guerreiro Ramos(*), de quem depois se faria discípulo predileto na Universidade do Sul da Califórnia (USC). E a quem Guerreiro costumava citar como aluno diferenciado. No almoço, havia apenas outro convidado: Luiz Roberto Soares, também admirador da vida e obra de Guerreiro Ramos, o sociólogo e historiador brasileiro a quem Sorokim apontou como parte saliente dos que ajudaram a desenvolver a Sociologia no mundo. Querem mais, para dimensionar o papel desse *scholar* negro que, já naqueles dias - antes da maciças campanhas de justa valorização do negro brasileiro – havia se tornado um incansável defensor do acesso dos negros à educação e a um digno mercado de trabalho?

Fiquei na minha, diante do diálogo de titãs – Belmiro e Guerreiro – os dois promovendo ampla escavação nas raízes da nacionalidade, revolvendo suas contradições, suas ‘sinas históricas’ e heranças malditas, como a escravatura.

Por vezes, eles iam passando, naquelas horas de conversa, pelo Brasil de Sérgio Buarque de Hollanda, Florestan Fernandes ou Gilberto Freyre, com algumas incursões em torno da obra de Wilson Martins, já então muito amado e odiado, ao mesmo tempo, por partes da *intelligentsia* nacional.

NÃO É PARA AMADORES

Nos diálogos, Guerreiro ia fazendo exegese, em certos momentos sendo até sarcástico, destrinchando a obra de outros pensadores brasileiros, como, por exemplo, Vianna Moog e seu antológico (e pouco lembrado) *andeirantes e Pioneiros*, Josué de Castro, com *Geografia da Fome*, Florestan Fernandes, Celso Furtado e o francês Jean Roche (escreveu sobre o Rio Grande do Sul).

O Brasil foi o prato principal - a *pièce de résistance* – e a sobremesa do encontro pontuado por um cardápio baiano-paranaense preparado por Jane,

fidelíssima auxiliar, e Elizabeth. Claro que nem se pensaria em encomendar *buffet* de fora, o que hoje é mais ou menos comum em ocasiões assim.

Nos dias atuais, Belmiro tendo partido, e com a correta distância crítica daquele encontro dos anos 1970, ousou acreditar que ali ele começou a bordar as margens de um de seus livros muito procurados, duas edições esgotadas, *O Brasil não é para amadores*, da Travessa dos Editores (Fábio Campana).

Hoje tenho certeza que foi muito mais pela amizade que ele me convocou para escrever o prefácio da obra, depois traduzida para o inglês, e que pode ser comprada pela Amazon. Escrevi a apresentação com gosto, degustando as graças de um texto envolvente e fixador de análises objetivas, diretas, engraçadas. Análises que devem provocar invejas de muitos pesquisadores de Brasil alimentados por recursos públicos tipo CNPq, teses universitárias destinadas a sumirem no tempo, sem platéia, sem crítica, sem ouvintes. O livro de Belmiro é o melhor reflexo de seu espírito indagador e cartesiano, ao qual nada escapava de sua lupa crítica. Dizer que o livro dissecava o Brasil de inúmeras virtudes e incontáveis fraquezas, resumido em sua gente, é pouco. Para mim, trata-se de uma lição saborosa, de um mestre do texto e dono de rara percepção da realidade brasileira. Por isso mesmo é um livro que ficará, deve ficar na estante das obras de referência em qualquer biblioteca.

PECADO SEM PERDÃO

Ao tangenciar análise de temas ‘quase sagrados’, por duas vezes anotei em Guerreiro Ramos uma expressão bíblica definitiva: “Esse é como pecado contra o Espírito Santo, não tem perdão”. Belmiro concordou com a expressão de Guerreiro, numa das ocasiões usada para condenar a escravidão no Brasil e se indagar o porquê de os jesuítas, tão aferrados defensores dos indígenas, a ponto de não permitirem fossem escravizados, tivessem, no entanto, se mostrado alheios à sorte dos negros... Guerreiro arriscou alguns palpites.

No almoço, fui absoluto ouvinte-quase mudo (embora as educadas referências sobre mim feitas por Belmiro a Guerreiro, em certos momentos). Os dois, o mestre e o anfitrião, centraram parte do tempo no exame da administração pública brasileira, um dos temas preferidos, e objeto de alguns livros dele, Alberto Guerreiro Ramos, e especialidade de Castor. Passagem obrigatória, então, foi lembrar a herança bendita do DASP e os nascentes novos conceitos de administração pública, muitos dos quais o Paraná estava experimentando sob a batuta de Belmiro com integral incentivo de Canet Jr.

Guerreiro era, com certeza, uma das devoções internacionais de Belmiro; das locais, Jayme Canet Junior, era *aprimus inter pares*, a quem Castor acolhia e apontava com admiração ímpar. Costumava dizer que Canet encarnava o ideal do administrador moderno: empreendedor, marcado pela correção e cuidado com a coisa pública, acolhendo ideias e quadros inovadores, revolucionários.

E todos sabemos que isso foi verdade, pois o próprio Belmiro foi o diferenciado pensador e executor da administração pública com Canet Jr. A presença de Castor acabou atraindo um enorme cabedal de homens e mulheres ímpares para o Governo do Paraná. No que, aliás, deu continuidade àquela que foi preocupação primeira de seu padrinho e de Canet, Ney Braga: trabalhar “com os melhores”.

AS REVOLUÇÕES

Belmiro Castor, ao contrário da maioria dos homens de seu tempo, sempre teve noção dos dias históricos que vivia nos 1960, sob a orientação de Alípio Ayres de Carvalho. Eu, confesso, não o consegui acompanhar nesse olhar precognitivo. Hoje sei que naqueles dias, os anos 60, desenhavam-se as grandes revoluções que viriam, poucos anos depois. Uma delas, a dos costumes, a da mentalidade cristã desfazendo-se de visão maniqueísta para encontrar o ser humano pleno em lugar do *Roma locuta, causa finita*. Tempos de *aggiornamento* e do documento *Nostra*

Aetate, basilar abertura para o próximo diferente do mundo cristão. E Ocidental.

Tempos históricos que produziram, por exemplo (ou revelaram?), um João XXIII e o banimento de anátemas, o mais conhecido deles, o que o que condenava os “pérfidos judeus” como previsto no próprio *ordo missae* tridentino, da missa de Pio V. Eram dias do Concílio Vaticano II. Dias que anunciaram também o advento de regimes ditatoriais fortes, como os de Fidel, e de consolidação de outros, como de Somoza, de Stroessner; tempos que seriam fermento a revelar, depois, gente tipo Pinochet e os generais brasileiros, assim como Videla e companhias. Tempos estranhíssimos, com certeza, mas que já davam pistas do que aconteceria com o “ano que nunca acabou”: 1968.

Desde os primeiros contatos com Belmiro, intui que estava diante de um tipo humano raro, multifacetado, que não escondia sua paixão por Eça de Queiroz e nem seu amor incondicional pelo Fluminense.

É verdade que aqueles tempos facilitavam a existência e a expressão de seres como Belmiro, curiosos, estudiosos, espíritos críticos aguçados, enorme capacidade de computar realidades e estabelecer comparações. Gente que jamais poderia imaginar certos *scholars* esculpidos por teses em parte facilitadas pelo “copiar e colar”. Ou pelas fraudes de teses publicadas criminosamente em revistas científicas indexadas.

Mas Belmiro já era ímpar naqueles dias em que homens públicos colocavam o Brasil ainda em primeiro lugar em suas agendas. E assim continuou, sem olhar para trás, intransigente em defesa de seus valores, como quando denunciou um secretário de Fazenda, no Governo José Richa, acusando-o de improbidade administrativa.

O resultado é público: Belmiro perdeu o posto de secretário de Estado do Planejamento porque foi o denunciante; tudo porque não capitulou às acomodações propostas.

UM TOQUE “CARIOQUÊS”

Belmiro nunca perdeu um sotaque, nada espalhafatoso, até discreto, mas definitivamente carioquês, fruto de toda a mocidade vivida no Rio de Janeiro aos pés de seu grande mentor e admiração maior, o avô, o médico e político Belmiro Valverde. Belmiro nasceu em Minas, “por acaso”, dizia. O pai, general, e depois advogado, Carlos Castor, cumpria andanças castrenses, daí a ocorrência Minas Gerais na vida da família.

Mas a loquacidade e o *fair play* de Belmiro eram cariocas, traço já identificado na infância, quando chegou a viver com a família em Mafrá-Rio Negro, por curto período. O avô Valverde foi médico humanitário por excelência, um intelectual que se identificou profundamente com a pregação de Plínio Salgado. Mas da qual, é certo, Belmiro manteve distância regulamentar. Na verdade, ele foi muito influenciado politicamente por seus tios de grande presença política.

Um deles, Danton Jobim, que seria senador pelo Rio de Janeiro, presidente da Associação Brasileira de Imprensa (na época era um dos símbolos do espírito libertário no país). Havia também o tio José, diplomata, que fora embaixador em diversos países e por anos, no Vaticano. Os Jobim, na verdade, têm raízes luso-brasileiras no Rio Grande do Sul, nos campos de Santana do Livramento e adjacências, como costumava lembrar Belmiro, sem esquecer de um ancestral muito distante que, mesmo preso pelo voto de celibato, fora pai de uma larga prole familiar em terras gaúchas. Era um monsenhor, dono de terras e bem ligado a um casamento informal e estável.

Walter Jobim, nos 1950, foi governador do RS, e mais recentemente, um primo distante, Nelson Jobim, presidiu o STF. E não se pode esquecer o Antonio Carlos Jobim.

Belmiro falava de suas raízes com gosto, em meio a expressões bem humoradas, procurando até desmistificar a existência histórica de um suposto “Jubin”, que teria origem francesa, apontado em tertúlias familiares como senhor de castelos em França. Um Jubin que mais servia para aquecer conversas ao pé do rádio, personagem sem certidão histórica.

“Era pura tentativa de dar charme às raízes portuguesas”, desmontava, com risadas, a armação pretensamente histórica, insustentável.

Com auto-gozação, Belmiro se mostrava o ser civilizado por excelência: aquele que se autocrítica, de preferência com bom humor.

CRIANÇA, PAI DO HOMEM

Quando mergulho na criança Belmiro para entender melhor o homem que se revelou no administrador público por excelência, a partir do Governo Canet, não consigo fugir do Colégio Santa Mônica, dos padres agostinianos, Leblon, Rio. Foi lá, sob a orientação dos cônegos que ele solidificou algumas das identidades mais fortes de seu espírito. Uma delas, a fidelidade à Igreja Católica, que, em hipótese alguma, faltava à missa dominical. No entanto, jamais foi um carola. Era um católico vital, isso é o que importava: ficava com o essencial da fé.

A despeito das doutrinas do fantástico Agostinho, um dos pilares do pensamento do Ocidente cristão, Belmiro nunca se mostrou impregnado pelas idéias de pecado original e assemelhados pregadas pelo bispo de Hipona. Era um cristão aberto a diferenciar, sem dificuldades, aquilo que apontava como “mera disciplina da Igreja”. Era o caso do celibato do clero, que jamais entendeu como parte do chamado “depósito da fé”.

Quando, a convite de Elizabeth, fiz uma rápida apreciação sobre o espírito de Belmiro, na sua missa de sétimo dia, na Igreja de N.S. do Perpétuo Socorro, em Curitiba, dei ênfase a um dado. = Trata-se de aspecto que, aos estudiosos de religiosidade popular (sou um antropólogo amador, com todos os seus defeitos curriculares e acadêmicos), não é estranho: Belmiro era exemplar consumado de praticante de um catolicismo ibérico. Assim, era dado a simples devoções (como ao padre Reus, devoção dos gaúchos, que o levou por anos seguidos ao túmulo do jesuíta em São Leopoldo); depois, apaixonara-se pelo novo santo, João Paulo II, a ponto de dar o nome à escola modelar que ele e Elizabeth,

com apoio empresarial, criaram em Laranjeiras, Piraquara, para atender a camadas pobres da infância com escola de alto nível.

O certo no plano do espiritual, portanto, é que Belmiro acreditava no Eterno porque acreditava. Ponto. Não era dado a elucubrações teológicas e, não raras vezes, pedia-me que esclarecesse temas que lhe pareciam obscuros em textos dos Evangelhos, por exemplo.

E eu, com pouco latim, zero em grego e hebraico, às vezes ia soletrar trechos da Vulgata para entender o que São Jerônimo entendera dos originais gregos e hebraicos, e passar a Belmiro minhas conclusões. Claro que recorrendo também a bibliografia ampla da área do transcendental.

Assim, sem ser exegeta, fazia eu ginásticas para responder à curiosidade sem fim que ele tinha pelo sagrado. A tal ponto que, um dia, sugeri-lhe que lesse – “como ponto de partida essencial” – Mircea Eliade, para bem entender o homem dentro do fenômeno *religare*. Fez ouvidos moucos ao meu conselho. A sua fé ficava acima de definições antropológicas. “Eu faço a minha parte, a outra é do Senhor”, costumava dizer ele, como lembrou a filha Carolina Castor Lohmann, escrevendo sobre Belmiro no Jornal Universidade do Instituto Ciência e Fé de abril 2014.

REPARTINDO O PÃO

Os primeiros sinais de que iria partir para a grande aventura de uma escola de excelência para crianças da baixa renda ele havia dado há uns dez anos. Foi quando ele e Elizabeth começaram a abrir o endereço paradisíaco da chácara do casal, em Laranjeiras, Piraquara, para receber crianças da vizinhança pobre. Era uma autêntica festa, no Natal ou em outras ocasiões. Numa delas ele me falou pela primeira vez da idéia da escola exemplar que, disse, era modelo que tomava de um casal norte-americano que conheceram.

Na verdade, o Centro de Educação João Paulo II que ele e Elizabeth capitanearam a partir de doação que fizeram dos terrenos, no mesmo bairro

de Laranjeiras para o educandário, refletiria mesmo era o coração generoso de Belmiro.

“Está na hora de agradecer, nós fomos muito abençoados”, explicou-me no dia em que, na qualidade de presidente do Conselho do Centro de Educação João Paulo II, fui assinar a escritura de doação dos terrenos em cartório. Sua ousadia, em seguida, não economizaria longas caminhadas em busca de adesões. A primeira foi de Jayme Canet que, de saída, tendo comprado a idéia revolucionário do centro de educação, quis saber de quanto Belmiro precisaria, de início. Informado de que seria R\$1 milhão, o ex-governador doou R\$ 500.000,00 e pediu que amigos seus – Muradás, Fantin e João Elísio Ferraz de Campos – completassem a doação.

Ninguém se negava a atender Belmiro, disse, numa manhã deste julho de 2014, o ex-governador, falando sobre o ser humano e o homem público há pouco falecido: “Ele tinha a credibilidade de todos”. A afirmação, marcada por lágrimas, foi durante uma conversa que René Dotti, Celso Ferreira do Nascimento e eu tivemos com o ex-governador, com vistas ao livro *Belmiro por seus amigos*, que estamos concebendo, os três.

TECNOLOGIA APROPRIADA

Poderia ir mais adiante, traçando o perfil de Belmiro Valverde Jobim Castor, um orgulhoso membro da Academia Paranaense de Letras que, costumava dizer-me - entre os ‘santos de minha devoção’ - tinha René Dotti e Eduardo Rocha Virmond. No Jornalismo, do qual sempre esteve por perto, especialmente escrevendo na Gazeta do Povo, muitas admirações. Dentre elas, Celso Nascimento, Luiz Geraldo Mazza, Fábio Campana, Carlos Marassi, Ernani Buchmann, Hélio Puglielli, Gladimir Nascimento, o trio de companheiros com que fazia o programa “Cobras e Lagartos”, na TV da UFPR – capitaneado por Ney Hamilton –, Adherbal Fortes de Sá Junior, Dante Mendonça e Maí Nascimento Mendonça. Nas letras, o carinho e admiração especiais à poeta Adelia Woelner, uma

assídua presença no Centro João Paulo II. Não citava mais ninguém, dentre os acadêmicos da APL - “tenho só amigos lá, não quero melindrar ninguém”, explicava.

Mas mais do que o ‘imortal’ - e imortal ele é especialmente pela maneira como ajudou a escrever a história dos Paraná nos últimos 50 anos – quero finalizar lembrando outros pontos salientes de sua personalidade.

Lembro assim, por questão de justiça da sua importância, o homem de espírito, o intelectual que foi, ao mesmo tempo, banqueiro bem sucedido (no Bamerindus, na área internacional, colocou o banco paranaense em posição invejável entre os bancos nacionais); o professor universitário que impregnou gerações com sua visão de mundo, o administrador público que revolucionou não apenas pela reforma administrativa que implantou no Paraná, ou pela revolução de mil escolas em um ano (Canet Jr.).

Recordo que, como espécie de “vice-rei” do Paraná, com amplos poderes conferidos por Canet, Belmiro colocou em prática um dos ângulos mais definidores de sua personalidade enciclopédica e de usina de ideias: a do homem prático. O pregador da ‘imperiosa’ necessidade de o Estado apropriar tecnologias mais baratas e acessíveis para o desenvolvimento de certas obras.

E adiciono: foi mirando nesse mesmo viés que, depois, no Governo José Richa, ele também conseguiria impor suas ideias práticas em torno de tecnologias apropriadas a um país em desenvolvimento.

Foi quando brigou e venceu a luta por um dos pontos salientes daquela administração, a expansão da eletrificação rural, com o programa Click Rural. A novidade – e a enorme briga de Belmiro com a burocracia da Copel de então – foi por bancar, bater pé, pela utilização de postes de madeira (eucalipto?) em lugar do “padrão-Copel”, que exigia apenas a presença de postes caros, de cimento. A troca seria enormemente vantajosa para os cofres da estatal.

Claro que Belmiro venceu. Difícil era resistir à sua lógica de cidadão bem intencionado, homem público que cuidava como ninguém da “respublica”. No Governo Canet Junior a tacada fora ainda maior, em busca de apropriar soluções tecnológicas baratas e eficientes, para garantir qualidade à administração pública num país pobre como o Brasil. Ela apareceu nas chamadas – pejorativamente – “estradas casca-de-ovo”. O apelido foi dado pelo adversário de estimação de Canet, o ex-governador Paulo Pimentel, então dono de influente rede de comunicação social, jornais e televisões.

Foi com elas que o governo Canet Jr. conseguiu implantar pelo menos quatro mil quilômetros de rodovias, artérias para circulação das riquezas sobretudo agrícolas. E tudo fruto de uma visão pragmática, em que bom asfalto, dispensando certos “adereços dispensáveis” – dotou o Paraná de meios para seu grande salto econômico e social dos anos 1970. “As casca-de-ovo”, costumava lembrar Belmiro, na maioria delas “ainda estão por aí, intactas e prestando serviço incomensurável”.

Mas incomensurável mesmo foi Belmiro. A História nos dirá.



Aroldo Murá G.Haygert, 73 anos, gaúcho de nascimento, paranaense adotivo desde 1948; graduado e especializado em Jornalismo (PUCPR), foi repórter, redator e editor de jornais de Curitiba. Fundou e dirigiu a revista Referência em Planejamento, da Secretaria de Planejamento do Paraná (1975/79) e a série de livros Memória da Curitiba Urbana. É autor da coleção *Vozes do Paraná*, retratos de figuras representativas do Paraná. Preside o Instituto Ciência e Fé de Curitiba, desde sua fundação; e o jornal mensal Universidade.

MANDELA

Por EDUARDO ROCHA VIRMOND

“Não sejas vencido pelo mal: mas vence com o bem o mal”
(Paulo, Epístola aos Romanos, XII, 21)



Não tem adjetivos. Esse ser humano, sua imagem, sua santidade, não há como classificá-lo. Qualquer classificação é uma redução. Não podemos reduzi-lo.

Temos desconfiança sobre o homem. É um ser abjeto? O Homem destrói seus semelhantes, seus irmãos? Aplica-lhes atos e violências da maior crueldade? É verdade que, entre os seres vivos, o homem é o maior inimigo do homem? Entre os animais há exemplos de igual adversidade?

“Eppur si muove”, disse Galileu Galilei, após ser constrangido mediante as maiores violências a rejeitar a sua descoberta de que a Terra gira em torno do Sol, portanto a terra que anda, que gira caminhando e não os astros e galáxias que estão em torno da terra. A terra é redonda e não uma imensa planície com protuberâncias.

Se o homem é capaz de tudo contra si mesmo, há os homens que transcendem qualquer vestígio de crueldade, e conferem exemplos de perdão, de compreensão, de amor pelo próximo. Dizia Georges Sand: “Comprendre c’est pardonner”- Compreender é perdoar”.

Cristo perdoou, Buda perdoou, Sócrates perdoou, São Francisco de Assis perdoou, Gandhi também. Mandela perdoou.

Albert Schweitzer salientava que a separação entre o Budismo e o Cristianismo atingia muitos pontos importantes em relação à conduta, à mortificação, ao dia a dia do homem, mas que há uma qualidade, um sentimento que vai às profundezas do ser, da alma, que liga Buda a Jesus,

A ACADEMIA VAI À ESCOLA O NOVO TRATAMENTO PEDAGÓGICO DA HISTÓRIA DO PARANÁ

Por CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN

que é a compaixão. A compaixão é mais forte que a perfeição interior, porque se revela na ação. Porém, diz Schweitzer, a ética da perfeição interior está regida pelo princípio do amor. "Leva portanto em si a tendência a expressar-se em ação, e desde este ponto de vista apresenta superior afinidade com a afirmação do mundo e da vida. Em Jesus, a ética do aperfeiçoamento interior ordena o amor ativo".

Mandela é um santo que exerceu, por estar repleto dele, o sentimento de alegre bondade em relação ao mundo inteiro, senão não teria sobrevivido. Por que, ao sair de um suplício que durou vinte e sete anos, pregou a liberdade, a bondade, o respeito por seus semelhantes, e conseguiu de seus verdugos que baixassem a cabeça no sentimento de conciliação, de verdade, exemplificando o amor pela humanidade, que aqueles nunca conseguiram obter?

Estas reflexões, em nome dos membros da Academia Paranaense de Letras, escrita em designação de sua Presidente Chloris Casagrande Justen, querem demonstrar o sentimento de solidariedade, de compreensão, a vontade de expressar o amor que exemplifica tudo o que rege Mandela, cuja vida concreta não é só exemplo imaginário, mas a da compaixão que deveremos exercer dia a dia, como budistas, como cristãos, como agnósticos em relação à humanidade. Se não o temos, se não o tivermos, o exercício futuro da vida de cada um só merece que os cultivemos, o amor, a compaixão, a consciência da liberdade, tudo ao contrário da frieza, da indiferença, da brutalidade, da negação da solidariedade.

Há uma linha, de Jesus Cristo, Buda, Sócrates, Gandhi, Francisco de Assis – Mandela. Quem se aproximar desta linha, não se arrependerá, será glorificado por si mesmo, por si próprio, sem qualquer objetivo de ser reconhecido. Jesus disse "não façais alguma coisa para serdes reconhecido". *Gloria in excelsis Deo et in terra pax hominibus bonae voluntatis.*

Escrito no dia do sepultamento de Mandela, publicado pelo Instituto Victor Nunes Leal, em Brasília, publicado pelo Jornal do Comércio de Pernambuco, pelo Facebook.

Assunto sempre em pauta nas reuniões da Academia Paranaense de Letras, o desconhecimento da História do Paraná pelos paranaenses levou o seu Presidente Túlio Vargas, em 1998, à designação de uma Comissão para estudar medidas necessárias a uma efetiva contribuição da Academia na solução do problema, considerado responsável também pelo pouco destaque estadual no âmbito nacional.

À Comissão caberia a finalidade maior do fortalecimento da formação do homem paranaense, ainda carente de uma consciência regionalista, assunto de preocupação da Academia Paranaense de Letras, incluindo o desconhecimento da História do Paraná pela população e a ausência da disciplina no Sistema de Ensino.

Após estudos e pesquisas da Comissão da Academia, ficaram evidentes para os historiadores e acadêmicos com especialidades diversas, as condições da realidade cultural caracterizada pelo desconhecimento generalizado da História do Paraná.

Estado jovem com uma população de raízes heterogêneas, de diversas regiões européias, além das populações da terra, dos descendentes de africanos e asiáticos, de migrantes de vários estados brasileiros, o Paraná é terra de todas as gentes.

Paranaenses, temos construído com orgulho uma comunidade progressista, profundamente democrática e sem divisões raciais ou preconceitos, guardando todos as suas raízes e sonhando com as realizações de um estado de verdadeira representatividade no conceito nacional.

Assim como o conhecimento da História do Brasil é ponto essencial para a formação do homem brasileiro, a inserção da História

do Paraná no currículo escolar paranaense torna-se imprescindível para a formação de uma identidade paranaense no contexto da unidade nacional. Intransponíveis, porém têm sido as barreiras administrativas para vencer essa dificuldade.

Apoiada em pesquisas realizadas entre os diversos segmentos da população, a Acadêmica relatora da Comissão apresentou a sequência dos resultados de estudos que asseguram que crianças e jovens, alunos do Ensino Fundamental e Médio, das redes públicas e particulares, ainda não haviam estudado essa matéria e, os jovens que venceram esses estudos, apresentam apenas um conhecimento superficial e noticioso da nossa História.

Duas aulas semanais, quase sempre na quarta ou na quinta série, constituem todo o conhecimento de História do Paraná ministrado no Sistema. Por não ser disciplina obrigatória, a matéria é muitas vezes relegada em favor de outra, considerada de interesse mais urgente. Não é, pois de estranhar que nenhum paranaense conheça a história do seu estado.

Considerando que a dificuldade maior esteve sempre no exíguo e insuficiente número de horas obrigatórias destinadas ao ensino da História do Paraná, duas horas semanais no Ensino Fundamental e nenhuma no Ensino Médio, posição estabelecida pelas legislações oficiais, a Comissão História do Paraná, ciente da impossibilidade de interferir na estrutura do currículo nacional, levou à elaboração de um documento legal que determinasse uma inovação total no tratamento pedagógico vigente, a fim de cessar de uma só vez o todo o problema, promovendo uma total transformação no ensino da História do Paraná. Necessário, também, admitir que professores e alunos terão que aprender ao mesmo tempo, os conhecimentos da História do Estado, tendo em vista que os professores conviveram com a mesma realidade cultural, permanecendo com essa limitação.

O conhecimento da História do Paraná, contextualizado e articulado com a própria história da vida de seus habitantes pode potencializar os sentimentos de pertencimento à terra paranaense e de identidade com as

suas origens, raízes culturais, costumes, tradições e fatos relevantes, ao mesmo tempo em que são enfatizados os princípios éticos da cidadania. A sensibilidade de um sadio sentimento de amor à terra e de respeito às suas raízes culturais, estabelece os conceitos básicos para a formação de uma visão de mundo aberta e universal. A compreensão da história paranaense que decorrerá do conhecimento das circunstâncias, dos fatos e dos personagens históricos, poderá ser o produto da implantação de uma nova legislação para o ensino da História do Paraná nas escolas do Sistema Estadual de Ensino. Atividades recreativas, artísticas e culturais, produtos das atividades programadas, asseguram o processo da formação ética e educacional do cidadão paranaense.

Uma visão interdisciplinar à concepção tradicional do currículo, demonstra que o ensino da História contribui sensivelmente para o desenvolvimento do espírito crítico e contextualizador de habilidades de pesquisa, leitura e interpretação de textos, bem como de cálculos geométricos e conceitos matemáticos de espaço e tempo. Assim também, como de identificação com as próprias raízes familiares e grupais.

Assunto que parece difícil de trabalhar racionalmente, na realidade do aluno será como uma oportunidade a ser lembrada e, com ela, os saberes dos estudos da História do Paraná, os modos e comportamentos que, bem orientados, formarão cidadãos paranaenses, construtores permanentes de uma cultura de progresso e aperfeiçoamento. É no processo de aprendizagem que se instalam os hábitos, os comportamentos e, é também aí, que a pressão do grupo passa a ser um fator significativo na regulação dos limites individuais e sociais.

Sem nunca abandonar as atividades em busca de soluções para o grave problema da formação do homem paranaense, a Academia Paranaense de Letras mantém anualmente, em parceria com o Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, a Semana da História do Paraná, congregando historiadores, mestres e doutores, alunos, professores e a comunidade, em debates, palestras e estudos sobre História do Paraná, em um movimento com mais de uma centena de participantes.

A Revista da Academia tem se constituído em um excelente meio de estudo e divulgação do conhecimento como um todo, mas com ênfase especial na História do Paraná. Das evidências presentes nos estudos de inúmeras pesquisas, ressaltou-se a realidade de que muitos professores estudam apenas a matéria que vão lecionar, trazendo à tona a necessidade cultural de qualificar melhor os professores.

Essas discussões não são novas e transcorrem enquanto as crianças e jovens passam pelas escolas, entram e saem sem conhecer a nossa História, o que incentiva discussões sem, no entanto, serem apresentadas soluções para as falhas do produto educacional, revelado nas críticas chamadas autofagia paranaense.

Credenciada pelo seu desempenho com a legislação da administração educacional em dois mandatos de atividades como Conselheira de Educação do Paraná, um dos quais como sua Vice-Presidente, envolvida pela experiência de dois anos como presidente da Câmara de Legislação e Normas, e com docência em Metodologia de Estudos Sociais, nos Cursos de Aperfeiçoamento para Professores no Instituto de Educação, a Acadêmica Coordenadora da Comissão da História do Paraná assumiu a responsabilidade de elaborar uma proposta de lei que tornasse obrigatória no Sistema uma metodologia capaz de alcançar melhor e mais rápido os objetivos significativos do ensino da História do Paraná, interligando-os aos determinantes preceitos educacionais contemporâneos.

Buscando os procedimentos pedagógicos mais adequados à complexa realidade paranaense e objetivando a formação do homem paranaense, os estudos da Academia voltaram-se à dinâmica entre as dimensões intelectuais, sócio afetivas e psicomotoras na construção de conhecimentos, valores, crenças, atitudes e hábitos, bem como à influência direta sobre as percepções subjetivas na formação da personalidade e do desenvolvimento de significados e nexos individuais e coletivos. A proposta do plano pedagógico apresentada à Comissão da História não perdeu de vista Vygotsky, Piaget, Morin e outros, que comprovam

ser pela interação do conhecimento com o outro, e das experiências diversificadas de intercâmbio com o meio, que se dá a construção de significados, a comunicação através da linguagem e o desenvolvimento de instrumentos de individualização e socialização.

Com essa abordagem ampla e bem fundamentada, a Comissão História do Paraná encontrou na elaboração de uma proposta de lei oficial própria, a única forma de adequar-se às limitações vigentes.

A decisão, aprovada por unanimidade, resultou em uma proposta inovadora, que determina que os Sistemas de Ensino deverão *proporcionar o conhecimento de História do Paraná na mesma oportunidade para professores de cada uma das disciplinas de todos os cursos e séries, desde a primeira série do Curso Fundamental até a última do Ensino Médio.*

Isso quer dizer que alguns assuntos da História do Paraná serão trabalhados por todos os professores dentro de suas disciplinas. Assim os professores também se atualizarão quanto ao conhecimento da História do nosso Estado, uma vez que, tendo seguido o mesmo sistema de ensino dos alunos, têm, na sua maioria, o mesmo desconhecimento da nossa História.

O Anteprojeto de Lei não encontrou nenhuma dificuldade entre professores e poder público para sua tramitação, apenas discussões sobre acréscimos relacionados aos símbolos paranaenses, crianças cantando o Hino e, principalmente, a falta da disciplina História do Paraná no currículo. Com o apoio do **Movimento Pró-Paraná**, o anteprojeto foi assumido como **Anteprojeto de Lei** pelo Presidente da Assembleia Legislativa, com a orientação de que a Relatora da Comissão da Academia acompanhasse, no gabinete daquela autoridade, a elaboração da proposta da Lei, evitando o uso de qualquer palavra que prejudicasse a essência do novo documento.

Com Decreto assinado em 2001, em comemoração oficial à Emancipação Política do Paraná, a Lei Estadual Nº 13.381/01 somente foi normatizada pelo Conselho Estadual de Educação, mais de cinco anos após. Entretanto, a Indicação do Conselho Estadual de Educação

teceu elogios à fundamentação da Lei e, com um Voto em Separado, na Deliberação 06/06 CCE, expressando a unanimidade do Conselho, ao afirmar ser a proposta pedagógica apresentada pela Academia Paranaense de Letras, dotada *de todas as possibilidades de resolução do problema da aprendizagem da História do Paraná*.

Um “*novo tratamento pedagógico*” é a novidade constante do texto legal, ressaltando novas formas de organizar o pensamento, que se impõe como metodologia para o pleno uso da inteligência: o *princípio da reintrodução do conhecimento em todo o conhecimento*. (Edgard Morin, 2003, in A cabeça bem-feita). Mais uma vez a Academia se propôs a apresentar pesquisas básicas para solucionar o problema do professor: elaborar textos e compor uma coletânea para facilitar a preparação do trabalho em sala de aula e linha do tempo para que professores e alunos situem as condições circunstanciais necessárias.

A promulgação e vigência da Lei Estadual N.º 13.381/2001, normatizada pela Deliberação o 07/2006, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, torna obrigatório um novo tratamento dos conteúdos da disciplina História do Paraná, no Ensino Fundamental e Médio, objetivando a formação de cidadãos conscientes da identidade, potencial e valorização do nosso Estado.

Esta legislação, Lei Estadual N.º 13.381/01, já em vigor, acrescenta em seus parágrafos, que **a disciplina História do Paraná deverá permanecer como parte diversificada, no currículo, em mais de uma série, ou distribuídos os seus conteúdos em outras matérias, baseada em bibliografia especializada.**

A fundamentação pedagógica, presente no texto legal, acrescenta em outro artigo: **A aprendizagem dos conteúdos curriculares deverá oferecer abordagens e atividades promovendo a incorporação dos elementos formadores da cidadania paranaense, partindo do estudo das comunidades, municípios e microrregiões do Estado.**

Caberá à equipe de pedagogos responsáveis pela orientação pedagógica das escolas, ajustarem com os professores suas novas responsabilidades de incluir em suas aulas, durante o ano letivo, um número não inferior a cinco projetos sobre a História do Paraná.

A implantação da Lei encontrou as dificuldades normais a todas as mudanças, mesmo que todos queiram mudar.

No entanto, cada vez mais a comunidade necessita das entidades não governamentais para o fomento da Educação e, nesta oportunidade, essa instituição é a Academia Paranaense de Letras, cujas finalidades lhe permitem a colaboração ao desenvolvimento cultural do Paraná, oficializados os documentos por ela preparados, já inseridos entre os estudos oficiais da SEED.

O fosso econômico, social e cultural existente entre as classes de menor poder aquisitivo somente começará a diminuir se a escola pública proporcionar uma educação de alto nível de qualidade e tiver um comprometimento com a comunidade. A educação e a cultura se inter complementam e o conhecimento da História é um componente intrínseco da formação do cidadão, como facilitador da aprendizagem.

Com uma estrutura adequada às ações educacionais e culturais, e aos pressupostos legais, a proposta da Academia Paranaense de Letras adota desde o seu início, o modelo pedagógico a ser implantado nas escolas de Ensino Fundamental e Médio, reorganizando os procedimentos para a dinâmica do processo pedagógico, *com base nos mais avançados estudos sobre uma transformação que concorra para a reforma do pensamento*. (Morin Edgard, 2001)

A educação contemporânea procura encontrar nos princípios científicos do pensamento uma nova postura dos professores frente aos avanços das ciências da natureza e da bioética, fugindo da crescente fragmentação dos saberes. É função desta Lei incentivar “*uma reforma do pensamento que afrente e detenha a hiperespecialização galopante que grassa em nossas instituições educacionais*”. (Carvalho, Edgard de Assis, in A Cabeça bem feita. Morin Edgard, 2001)

Compatibilizando os fundamentos dos referenciais teóricos da complexidade, que estudam *a reorganização do pensamento e da prática docente* este projeto estabelece *módulos para a reorganização do pensamento e da prática docente*, mediante fórum permanente de acompanhamento a execução do projeto de mudança: - 1 –*Construindo o Conhecimento*; 2- *Aprendendo para ensinar*; 3- *Ressignificando a praxis pedagógica* ; 4- *Crianças divulgando a História do Paraná*.

Em março de 2013, com a posse da presente Diretoria, a Academia aprovou o seu Projeto de Gestão **Pilares para a gestão do Biênio 2013/2014**, e com ele, entre os Projetos Administrativos, **A implantação da Lei Estadual 13.381/01, normatizada pela Deliberação 07/06**, nas ações Desenvolvimento Cultural, o projeto **A Academia Vai À Escola**.

Entre as ações desenvolvidas em reuniões com os mestres e doutores do setor da História, da UNIBRASIL, interessando professores das demais disciplinas, ficou estabelecida uma proposta de um curso para capacitação de professores de todas as disciplinas para a compreensão da Lei, com previsão de implantação imediata, que permanece aguardando medidas administrativas da SEED.

Paralelamente, o Vice-Presidente do Governo do Estado, então Secretário de Educação determinou total apoio e necessária urgência para a implantação da Lei, a ser efetivada durante o ano letivo de 2014. Um plano de ação, inclusive com um Curso de Capacitação à Distância para todo o Sistema e todo o projeto de levantamento do acervo da matéria História do Paraná, já existente nos departamentos da SEED, completando a temática para o curso, sempre com a integração do projeto **A Academia Vai À Escola**.

A ACADEMIA VAI À ESCOLA

Entrementes, em um processo de dotar a Academia das características de uma instituição cultural de caráter oficial, a fim de permitir a efetivação do Convênio SEED/APL, a Academia levou avante o processo de inscrição da instituição nos setores necessários e obrigatórios de várias secretarias de estado, a fim de regularizar a comprovação da existência legal da Academia Paranaense de Letras desde 1936.

Nessa oportunidade, o Deputado Ney Leprevost, ao tomar conhecimento do projeto, demonstrando seu interesse em colaborar para tão relevante iniciativa em favor do ensino da História do Paraná, fez aprovar, na Assembléia Legislativa do Estado, uma Emenda ao Orçamento do Estado, com uma dotação especial para a implantação da Lei 13. 381/01, presentemente aguardando elaboração do projeto.

Em 19 de novembro de 2013, no Palácio do Governo em uma Sessão Solene, com a presença das autoridades oficiais, o Governo do Estado e a Academia Paranaense de Letras assinaram um compromisso mútuo de implantação da Lei 13.381/01 em todo o Sistema Estadual de Educação, estabelecendo-se na SEED a dinamização da preparação de professores sob a organização do curso de ensino à distância, compromisso firmado oficialmente.

No Encontro das Academias de Letras do Estado do Paraná, na cidade de Toledo, 2013, todas as Academias presentes, em um total de vinte e duas instituições assinaram um documento oficializando sua integração no projeto **A Academia Vai À Escola**, em parceria com as ações pedagógicas e administrativas em seus municípios.

Em reunião com o Departamento de Educação da SEED ficou estabelecida a **integração dos Núcleos Regionais de Educação** à implantação da Lei 13.381/ o que completa a amplitude necessária à extensão estadual estabelecida no texto da Lei.

Com a participação da Vice-Governadoria do Estado, da Assembléia Legislativa, das Secretarias de Estado da Cultura, da Educação, da Justiça

e Cidadania, da Administração e a assinatura do Termo de Convênio e Cooperação Técnica, já assinado pelo Governador do Estado, coroa-se uma importante ação pública em benefício da cultura paranaense, quando cabe exaltar a harmoniosa e intensa atenção e disponibilidade do Poder Público que, por todos os seus setores, estimulou as ações das instituições culturais do Paraná no apoio e valorização da Academia Paranaense de Letras.



HISTÓRIA DO PARANÁ SENTIMENTO DE CIVISMO E RESPEITO AOS SÍMBOLOS



Por RENÉ ARIEL DOTTI

Em 18 de dezembro de 2001, o governador JAIME LERNER sancionou o projeto da Assembléia Legislativa que se converteu na Lei nº 13.381 tornando obrigatória a inclusão, na rede pública estadual de ensino, da disciplina *História do Paraná*, “*objetivando a formação de cidadãos conscientes da identidade, potencial e valorização do nosso Estado*”. Essa disciplina deverá permanecer, como parte diversificada, no currículo em mais de uma série ou distribuídos os seus conteúdos em outras matérias, baseada em bibliografia especializada.

O Deputado HERMAS BRANDÃO foi o autor desse projeto e observou, na justificativa da proposta, que uma investigação realizada pela Academia Paranaense de Letras comprovou que o ensino e a aprendizagem da história do Paraná, na rede pública estadual, exige uma urgente reformulação. A maioria dos cidadãos consultados confessa o desconhecimento de personalidades e fatos históricos, até mesmo em relação àqueles que freqüentaram e concluíram o curso superior de História. E arremata o *disegno di legge*: “*Esses depoimentos causam constrangimento em nossa sociedade, tendo em vista a evidência comprovada de que jovens e adultos não se recordam de leituras, estudos, pesquisas ou projetos sobre a nossa história, realizadas durante a escolarização*”.

O novíssimo diploma cumpre relevante função cultural ao proporcionar o conhecimento de valores espirituais e materiais característicos de nossa sociedade.

A Academia Paranaense de Letras vem promovendo, há muito tempo, pesquisas para detectar as causas e distorções que determinam o desconhecimento, por parte da população, dos principais eventos e da biografias de ilustres figuras públicas de nosso Estado. Foi, então, instituída a “*Comissão História do Paraná – APL*”, sob a presidência e relatoria da professora CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN e integrada pelos

acadêmicos TÚLIO VARGAS, ERNANI STRAUBE e Luiz Romaguera Neto. A comissão elaborou um minucioso diagnóstico sobre o assunto e redigiu um anteprojeto para que o sistema estadual de ensino introduza a disciplina *História do Paraná* tanto no aprendizado fundamental como também no médio. O trabalho de pesquisa incluiu legislação, diretrizes e conteúdos curriculares e valores fundamentais estabelecidos, bem como metodologia e procedimentos pedagógicos. E permitiu formar uma conclusão pessimista, como observou a professora CHLORIS JUSTEN: “ *A diminuta presença da disciplina História do Paraná durante o curso fundamental em que ela aparece com um reduzido número de aulas semanais em apenas uma, das oito séries que compõem o curso, bem como a ausência da matéria na programação do curso médio, fatos que prejudicam e podem inviabilizar a assimilação dos conteúdos necessários ao conhecimento da disciplina; a preocupação maior com o processo de aprendizagem em detrimento da qualidade dos conteúdos curriculares; a reduzida bibliografia sobre o currículo dessa disciplina, tanto para o uso dos professores como dos alunos dos cursos de quaisquer dos níveis, prejudicando a qualidade do ensino e da aprendizagem dos conteúdos curriculares básicos da História do Paraná*”.

A Comissão de Redação da Assembléia Legislativa, sob a presidência do deputado ALGACI TÚLIO, deu também a sua valiosa contribuição ao aprovar o texto definitivo da nova lei, cujo art. 2º declara que a bandeira, o escudo e o hino do Paraná deverão ser incluídos nos conteúdos da disciplina *História do Paraná*. E o parágrafo único desse mesmo dispositivo estabelece que o hasteamento da bandeira e o canto do *Hino do Paraná* constituirão atividades semanais regulares e, também, nas comemorações festivas nos estabelecimentos da rede pública estadual. Trata-se de medidas absolutamente indispensáveis para criar e desenvolver na formação das crianças e dos adolescentes o sentimento do civismo e o respeito aos símbolos paranistas.

Afinal, o Paraná que é uma *terra de todas as gentes* não pode descurar de sua própria história.

Artigo publicado na *Gazeta do Povo*, edição de 20 de dezembro de 2001.

René Ariel Dotti Advogado, Medalha Mérito Legislativo da Câmara dos Deputados e membro da Academia Paranaense de Letras, foi Secretário de Estado da Cultura do Paraná (1987-1991).

CENTENÁRIO

Por FLORA CAMARGO MUNHOZ DA ROCHA

Ano de 1953. O Paraná comemorava festivamente o seu Centenário de Emancipação Política, quando se desmembrou de São Paulo.

Foi um ano inteiro de eventos. Todos os congressos e simpósios brasileiros se realizavam aqui. Governadores, embaixadores, visitantes chegavam a cada dia.

Lembro do sufoco que passei quando tive de realizar um milagre para elaborar o *menu* do banquete oferecido ao vice-presidente Café Filho, ao governador de Minas, Juscelino, e a Lucas Garcez, governador de São Paulo.

Como é de bom-tom, o chefe do cerimonial consultou a cada um dos homenageados, se havia algum alimento que não fosse do agrado. Café Filho não hesitou — *Tudo menos qualquer animal de penas*. Já ficaram excluídos peru e frango. Lucas não comia nada do mar. Excluídos peixe e camarão. A coisa complicou quando Juscelino exclamou — *Deus me livre de massas! Nada que engorde, faz favor*.

E daí? Sobrava muito pouco a recorrer. Acabei dando jeito com suflê de aspargos e filé *mignon* à jardineira.

Presidente Getúlio também veio prestigiar nossos festejos. O jantar seria em nossa casa. Getúlio era pessoa encantadora, fascinante até. Mas seus seguranças, seus guarda-costas ... nem falar. Nunca lidara com gente tão sem noção de civilidade.

Getúlio seria hospedado no Palácio, na ocasião ainda funcionando no Alto do São Francisco. A suíte, precariamente equipada para receber Presidente. Minhas empregadas e eu própria fomos preparar o quarto de dormir, com meus lençóis, minhas toalhas e até meu acolchoado de

penas para protegê-lo do frio. No banheiro não faltou nada — sabonete, pasta, escovas, colônia, aparelho de barbear e um lindo vaso com flores.

Pois bem, inacreditavelmente, passei pelo maior constrangimento. Durante todo o tempo que permanecemos nos aposentos, quatro guarda-costas se postaram nos quatro cantos do quarto, de braços cruzados, cabeça erguida, em silêncio absoluto.

Em nossa casa foi ainda pior — tinha o Gregório experimentando a comida antes de ser servida e, de repente, entraram, jardim a dentro, uns trinta capangas indagando — *Onde está nossa janta?* Não estávamos avisados nem preparados para tal. Daí, nosso filho Caetano saiu apressado até um restaurante e voltou munido de panelões de risoto, macarrão, pratos e talheres. Salvou a situação na garagem, improvisando mesa de tábuas sobre cavaletes.

Não pararam ali as gafes. Enquanto jantávamos, Izaura, nossa cozinheira, que era fã de Getúlio e preparara — cantando — a comida para ele, dirigiu-se, na ponta dos pés, até à janela para a felicidade de ver seu ídolo. Não conseguiu. Um guarda-costas segurou-a firme por um braço, impedindo. Não entendo a razão da opção por seguranças daquele quilate, quando cadetes e até oficiais se honrariam com a incumbência de proteger o seu Presidente.

Hoje indagamos — de que adiantou tão arrogante proteção pela sua vida, quando o próprio deu cabo dela?

Pouco tempo depois, por ocasião da sua morte, publiquei um lindo artigo em sua homenagem:

GETÚLIO SABIA CATIVAR

Nesses dias, em que o penamento e a emoção de todos os brasileiros e do mundo interio estão voltados para o drama getúlio Vargas, eu me sinto atraída para escrever a minha palavrinha de recordações.

Só vim a conhecer o Presidente dada a circunstância de eu ser a esposa de um Governador que recebia oficialmente o Chefe da Nação.

Veio programado do Catete que, a tal dia, o jantar seria — um jantar íntimo — em nossa casa.

Tive espanto e susto, a ponto de ficar com o coração dando pancada. Pois bem, haveria de recebê-lo muito atenciosamente, dispensando a máxima cortesia, estava claro. Mas, por certo, nunca haveria de forçar manifestações de excessivo júbilo, pois que até o próprio Presidente sabia que nenhum Camargo poderia, de maneira alguma, morrer de amores pelo dono da Revolução.

Mas que habilidade, Santo Deus! Que poder de conquistar ele possuía! Confesso que quando nos despedimos — já entrando a madrugada — eu me concentrava, me controlava, evocando depressa todas as razões, para não me virar entusiasta getulista.

Já ao cumprimentar-me, demorou-se referindo-se à minha atuação na LBA.

— Minha esposa sempre afirma que é das mais eficientes presidentes, mas nunca me havia dito que era uma vovó tão moça assim.

Pronto. Já estava eu toda sorrisos.

Em seguida indagou de meu pai. E ao sabê-lo ali e bem doente, insistiu em vê-lo. Ele próprio foi procurá-lo em sua poltrona. Abraçou-o, demoradamente, com carinho, lamentando todos esses anos de separação política, lembrando fatos passados em comum — o mesmo banquete de despedida oferecido a ambos quando, eleitos presidentes dos seus Estados, deixavam o Senado. Meu pai emocionou-se, enquanto eu pensava em coisas bem diferentes, para não chorar.

Depois se interessou por Daisy.

— Que moça bonita... eu é quem vou me encarregar de escolher marido para você.

E já perguntou o que Caetano estudava. Mais tarde, notou a falta dele na mesa.

— Como? O bacharel não ficou jantando comigo?

Assim era ele. Assim eu conheci a sua impressionante política de

cativar. Não falou na sua própria pessoa ou nos seus próprios interesses. Uma palavrinha especial e agradável para cada um, numa conquista definitiva. Durante o jantar, adivinhando o meu silêncio, disse de repente:

— Esta vida é mesmo cheia de manhas. Quando dona Flora, em 1930, havia de imaginar que esta noite ia acontecer? Que eu ainda me sentaria a sua mesa para um jantar de cordialidade?

— Passaram-se tantos anos que tudo já foi apagado - eu respondi.

Então me oferecendo o seu grande sorriso — ainda estou a vê-lo com o garfo no ar.

— Quer dizer que já foi muito contra mim? Espero que não tenham passado dissabores. Mesmo porque a Revolução não visou diretamente o Paraná. Sempre quis bem ao Affonso Camargo.

É óbvio que aquele não era o momento de eu informá-lo das perseguições, das sindicâncias em vidas limpas, das intromissões nas residências, das prisões na nossa família, das vinganças injustas, dos interrogatórios indevidos, da casa onde nascemos anunciada em leilão pela melhor oferta, da brilhante carreira política de meu pai cortada para sempre, das dificuldades para começarmos vida nova. Daí, repeti, sem convicção:

— Tudo passou. Já esquecemos, Presidente.

Depois, fez questão de tirar fotografia entre nossas filhas, e mais tarde reclamou ao meu marido:

— Não vi nas revistas a minha fotografia com suas meninas.



Getúlio em nossa casa.



Getúlio com Mitzi e Daisy.

Agora Getúlio Vargas acabou. Ele que soube viver sorrindo, nos parecendo ter o grande poder de afastar os aborrecimentos e viver só das vitórias. Que pena, chegou-lhe a vez em que não conseguiu ultrapassar a sua hora trágica.

Não creio que tivesse se desesperado. Isso é próprio da mocidade. Acredito que quisesse salvar alguma coisa que não sei precisar o que fosse — uma coisa que ele via perdida e não queria que desmoronasse — talvez o seu prestígio, talvez o seu ideal. E realmente mostrou que, se os grandes lhe falharam, o povo continuou com ele até depois da morte.

P.S.- Quanto aos Camargo - Sinceramente, já esquecemos, Presidente.



REVENDO O PASSADO

Por LAURO GREIN



Ao curso destas crônicas que há anos assino, não é raro ser agraciado com o título de memorialista, tanto me dedica às lembranças do passado, num vazo de reminiscências e saudades.

Para fazer jus à comenda, debruço-me sobre minha janela, ampliada pelos anos, à procura de algo digno de menção. De primeira na Rua XV de novembro, onde tudo acontecia, destacava-se no número 173. a Chapelaria Kosmos do Ottoni F. Bello, responsável pela elegância masculina da cidade. Desse estabelecimento, meu pai era o guarda-livros e o Duílio Nigro Samways, o melhor balconista. Nos jornais, a chapelaria anunciava: - Artigos para homens: chapéus, palhetas, gravatas, calçados, guarda-chuvas. Artigos para toilet. Perfumarias. Roupas brancas. Novidades.

Outros estabelecimentos do gênero: - a Casa São Paulo, Londres, Constantino, Chapelaria Modelo, a Vênus do Erico Woiski e, depois da Barão do Rio Branco, a Confeitaria Schaffer com um quadro de uma robusta vaca holandesa.

Com o maior comércio da época, a nossa única artéria povoada tinha casas de ferragem, a Metal, a Cristal e a Esmalte, referenciada pelo Ervino Kompatsche, meu colega no curso de medicina e membro de uma família de turistas no Hipódromo do Guabirota.

Havia mais uma dezena de charutarias e engraxatarias, uma vez que engraxar os sapatos nas manhãs de domingo era um mandamento da lei de Deus. A engraxada custava trezentos réis e as gorjetas eram imprescindíveis. Os meninos conheciam a clientela e cochichavam entre si alertando os companheiros: - julucentão que dava

quatrocentos, juluceninho quinhentos e julete um mil réis. Desse aviso dependia o capricho. Eu engraxava na Charutaria Jóquei, esquina da Marechal Floriano.

Ainda na rua XV, encontrava-se A Nacional, a Casa Ideal de Calçados, com um cavalo na entrada onde as crianças motavam e eu também. A Sloper das bijuterias, a Maison Blanche, de roupas para crianças, as Farmácias Sanitas, a Tell e, no Edifício Azulay, a Internacional, anunciando as pílulas reguladoras do prof. Vitor do Amaral. Também o Lá no Luhm dos perfumes, as Livrarias Mundial e Guighone, a joalheria Kopp, recordando que a senhorita Gilda Kopp foi Miss Paraná depois da Didi Caillet. Lembro-a num corso carnavalesco, ela em pé no carro, loura, bela e digna do título.

Os Cafés espalhavam-se pelas quadras, o Tóquio do japonês Tomé Nakariua, campeão paranaense de natação, o Acadêmicos que abrigava os estudantes, o Brasil, maior e mais povoado, o Belas Artes dos atleticanos e jornalistas, o Esmeralda dos turfistas, e o Gaúcho, dos políticos, a anunciar 100 réis o cafézinho enquanto nos outros era 200, com direito a uma dobra nas regras do jogo e outra na generosidade dos garçons.

O cine Broadway, extraordinariamente popular, e o Imperial que estreou com um filme de José Mojica, “O Capitão Aventureiro”, notícia que lhe dei quando o reví nas vestes sacerdotais frei José Maria de Guadalupe, num convento do Peru, e mais tarde a fita da norueguesa Sonja Henie, a Rainha do Patim.

O Louvre, rei das sedas e imperador dos preços, a Tecelagem Imperial, onde, durante quinze dias, ficou exposto nosso quadro de formatura do Atheneu em 1935, minha primeira fotografia de “*smoking*”, somente o paletó do acervo da Foto Brasil.

O trânsito na rua XV era em ambas as mãos, com estacionamento grátis e sem cuidadores, sendo famoso o “carro do Heitor”. Heitor Valente, impossibilitado de andar, estacionava seu carro em frente ao Belas Artes, e ali dava audiências para seus amigos o dia todo. O desfile

de automóveis dava volta na praça Osório e ia até a Presidente Faria, defronte ao Correio para o retorno natural. Aos domingos, após a missa das 10:30 na Catedral, e posteriormente das 11, no Bom Jesus, a rua engalanava-se com o “*footing*” dos fiéis que, absolvidos dos pecados, transitavam alegres e impecáveis. Aos domingos, o desfile a partir das oito da noite era dogma de fé, até às nove e meia.

Um logradouro muito importante era a Praça Tiradentes e sua Catedral. A religiosidade era maior e os eventos mais frequentes. Como congregado mariano, participei de várias procissões, com a minha fita azul cantando “Queremos Deus homens ingratos, ao pai supremo ao Redentor, zombam da fé os insensatos...” sob a batuta do Felício Vieira que tinha boa voz. Na quadra esquerda, um casarão velho antecedendo a firma Prosdócimo, que vendia bicicletas e tinha um anúncio luminoso dos pneus Dunlop, seguido do Armazém Demeterco, que evoluiu para os Mercadorama. Na esquina, a casa Emira das noivas e dos enxovais. Descendo na diagonal os chocolates Basgal, cujo dono tinha uma saliência na testa e era casado com uma irmã do meu colega Milton Staudhoar, formado médico e hoje antropólogo, fuçando terras e achando ossos de dinossauros. O chocolate Basgal era amargo e duro de engolir. Eles faziam uns sapos, que minha mãe comprava e nós detestávamos, preferindo Falchi, Lacta ou Gardano.

A praça tinha quatro farmácias, a Brasil do Adão Roth, vizinha da Tiradentes do Kuno Klemann, um senhor de porte elegante e cavanhaque, acusado de comunista, a Stelfeld do Prof. Carlos Stelfeld, e a Minerva do Máximo Kopp. A Brasil vivia cheia, feito açougue, a Tiradentes se plantava erma e sofrida como a sovaco de aleijado.

Eu não entendo de Curitiba atual e me perco em qualquer esquina da José Loureiro, mas a do “meu tempo” guardo e sei de cor.



UM DISCURSO INESQUECÍVEL

Por LAURO GREIN



Ao chegar em Castro para assumir os primeiros encargos de minha carreira médica, a tradicional pacata cidade era toda animação e entusiasmo.

Um clima de intensa expectativa varria o Município, enchendo-o de emoções e ansiedades.

Dias de magna importância eram vividos pela população a aguardar a visita oficial do Governador Manoel Ribas.

O acontecimento, com data bastante próxima, envolvia uma planificação cuidadosamente elaborada, a cargo de numerosas comissões e sub-comissões.

Autoridades, pessoas gradas, altas figuras do comércio e da indústria, funcionários públicos e o “povo em geral”, todos irmanados para o êxito invulgar e certo das comemorações.

Assinando a programação, fartamente distribuída, o Prefeito, Major Vespasiano Carneiro de Mello, o Meritíssimo Juiz de Direito da Comarca, Dr. Humberto Graça, o Comandante do 6º GADO 75, Felinto Abaeté Cavalcanti, o Vigário da Paróquia, Padre Nicolau Balthazar, o Promotor, Dr. Heráclio Mendes de Camargo, e mais cinquenta ilustres personalidades da vida castrense.

A motivação era total e o assunto único.

Nada mais podia interessar além da vinda do “seu” Ribas, fato capital de todas as rodas, comentários e implicações.

Certa feita fui à Prefeitura insinuar com o “Major” sobre a necessidade urgente de equipar o Hospital, carente de instrumental cirúrgico, fisioterapia, Raio-X, etc.

“Olha, Doutor, tudo depende da festa. Se o negócio correr bem e o nosso amigo gostar, pode estar certo que muita coisa boa virá...”.

A “alvorada” pela banda da Polícia Militar, chegada de véspera, despertou a população como os acordes vibrantes do “Batista de Mello”.

Às 8 horas Missa Campal, promovida pelas damas de Castro, com altar mor nas escadarias do Grupo Escolar e a praça lotada de fiéis em orações pelo Interventor.

Entre eles S. Excia. e a comitiva, Angelo Lopes, Gaspar Velloso, Antenor Pamphilo dos Santos, Bichat de Almeida Rodrigues, Rosaldo de Mello Leitão, muita gente de Curitiba e dos municípios vizinhos.

Após a missa, ainda na praça, a inauguração do busto de Manoel Ribas. Esta cerimônia aguçava de perto minha curiosidade.



Missa Campal em homenagem a Monel Ribas celebrada por ocasião da inauguração de seu busto (Castro, 8 de março de 1945).

É que ouvira contar muitas histórias a respeito do Interventor.

Histórias absurdas, difíceis de acreditar, tais os exageros com que retratavam sua irreverência e o ostensivo desprezo às regras do protocolo.

Surgia agora a oportunidade de tudo pessoalmente ver e verificar; o comportamento do “seu” Ribas, finalmente ao meu alcance.

Pedro Kaled, orador oficial, ia dando conta, alto e bom som, de sua peça oratória, diante da estátua ainda não descerrada.

Ao lado o homenageado, sério, olhos fixos na multidão imensa, atenta, silenciosa.

“Vossa Excia., Governador, tem sido para nós e esta terra um verdadeiro benfeitor.

Benfeitor porque nos deu o Grupo Escolar, benfeitor porque nos deu a Escola Rural, benfeitor porque deu o Preventório, benfeitor porque ...”.

Ainda vibravam no ar os aplausos ao orador quando Monel Ribas entrou fulminante:

“Benfeitor, não! Porque trabalhar é obrigação de todo Governo.

E, se não fiz mais por Castro foi por causa da burrice e ignorância de todos vocês, que precisam saber que tentar fazer alguma coisa contra mim é o mesmo que beliscar em chifre de boi. E larguem mão de falar mal do Presidente Getúlio Vargas, que é um homem bom e precisa ser prestigiado.

É isso aí”.

E, sem mais delongas, retirou-se.

Terminada a solenidade, a multidão foi se diluindo pela imediações, enquanto “seu” Ribas perpetuado em bronze começava a iluminar-se ao sol do meio dia.

Ao contrário do que se podia supor, seu “agradecimento” foi naturalmente recebido, sem supresas e sem rancores.

O governador é nossa gente, diziam “deve ter-se aborrecido com alguém que reconheceu entre o povo e resolveu desabafar. Está certo; ele aqui está em casa, tem direito de fazer o que bem entende”.

Todo a programação foi satisfatoriamente cumprida, entre regozijos, festas e alegrias.

“Seu”Ribas com certeza de tudo gostou, porque em poucos dias chegava o reclamado equipamento do Hospital.

Muitos e muitos discursos haveria de ouvir depois, ao curso de múltiplas solenidades e pretextos, sob diversos temas e propósitos em diferentes idiomas e ocasiões.

Nenhum deles entretanto permanece mais vivo na minha memória que esse de Manoel Ribas, em Castro, no dia 8 de março de 1945.

Em 09 de março de 1975

FESTIVAIS E CURSOS INTERNACIONAIS DE MÚSICA DE CURITIBA - 1965 A 1977

Por HENRIQUETA P. M. GARCEZ DUARTE

Os festivais de música sempre foram e são motivo de grande atração, tanto no Brasil como no estrangeiro, inclusive no Japão e na China, onde se repetem em várias cidades, nos Estados Unidos, na Inglaterra, na Escócia, em algumas cidades da França, entre outros países. No Brasil, os mais antigos são os de Teresópolis e Campos do Jordão. Nas minhas andanças de estudos musicais na Europa pude vivenciar alguns dos mais famosos festivais: Granada, Salzburgo, Viena, Munique e Bayreuth.

Em Salzburgo, no bicentenário de nascimento de Mozart, em 1956, ouvi sete das suas principais óperas. Estupendamente bem cantadas, encenadas e tocadas. No Festival de Munique, que é dedicado à música de Richard Strauss, assisti “Die Frau ohne Schatten”, em nova cenografia pós-guerra. E em Bayreuth, duas óperas de Wagner. Foram experiências únicas e emocionantes. Aquela efervescência, aquele entusiasmo, aquela vibração contagiaram-me e estimularam-me ao máximo para ajudar a criar algo semelhante em Curitiba.

Vivíamos o ano de 1964 e tínhamos como governador um homem sensível às artes, o eminente político Ney Braga. Como tínhamos boas relações de amizade, a diretoria da Pró-Música, à qual pertencíamos, pediu uma audiência ao governador que ficou marcada para o dia 4 de dezembro. Convidamos o Maestro Roberto Schnorrenberg, que vinha de S. Paulo para reger o recém-fundado Coro da Pró-Musica; o Dr. Ennio Marques Ferreira, diretor do Depto de Cultura do Estado, o Pe. José Penalva, grande músico e maestro, Dr. Aristides Athayde, advogado,

presidente da Pró-Música, e eu, vice-presidente da Pró-Música. Antes de entrar na audiência com o governador ainda discutíamos sobre o formato que iríamos pedir, e poucos minutos antes de entrar, o Pe. Penalva sugeriu um Festival-Curso de Música. Eu vibrei, e todos concordamos. Era um sonho antigo. O Governador atendeu ao nosso pedido e o Festival ficou então marcado para 28 de janeiro a 26 de fevereiro de 1965. Tínhamos um mês e 24 dias para preparar o Festival-Curso.

Começamos a trabalhar imediatamente. O maestro Schnorrenberg e sua esposa, a violinista Tereza Schnorrenberg trouxeram toda informação sobre os Festivais que o maestro já dirigira. Escolhemos o nome 1º Festival de Música de Curitiba e 1º Curso de Verão de Curitiba, depois ampliado para 1º Curso de Verão e Artes Plásticas de Curitiba. O Curso funcionou na Escola de Música e Belas Artes do Paraná, a parte administrativa ficou instalada no Departamento de Cultura da Secretaria de Educação do Estado. Os concertos eram realizados no Auditório da Reitoria da UFPR, e no Guairinha, e o encerramento foi no Grande Auditório do Teatro Guaíra. Houve concertos de música sacra nas Igrejas de São Francisco de Paula, Presbiteriana Independente e Nossa Senhora das Mercês.

No total foram 13 concertos, incluindo orquestra, coral, música de câmara, cobrindo um repertório importantíssimo que foi da Renascença ao Contemporâneo. O público compareceu entusiasmado e o número de alunos excedeu todas as expectativas.

Foi um sucesso e um excelente começo para a realização dos festivais seguintes.

O II Festival de Música de Curitiba e o II Curso Internacional de Música e Artes Plásticas do Paraná foi realizado de 2 a 30 de janeiro de 1966. As aulas e os ensaios tiveram lugar no Instituto de Educação e na Biblioteca Pública do Paraná. Foram realizados 19 concertos nos dois auditórios do Teatro Guaíra e na Reitoria, além das Igrejas do Imaculado Coração de Maria, Bom Jesus, Cabral, Mercês e Catedral Metropolitana. Nesta ocasião tivemos duas professoras estrangeiras muito ilustres: Marilyn Mason, organista americana, e Maria Kallay, cantora austríaca

radicada em Buenos Aires. Dentro de toda importância do trabalho dos professores – eles mesmos participavam dos concertos, ao lado de seus alunos – colocamos em relevo as primeiras audições de Palestrina, Monteverdi, Schoenberg, Leo Sowerby e Osvaldo Lacerda. Tivemos 252 alunos, principalmente de Curitiba e do Paraná, mas começávamos a ter participantes de vários estados brasileiros e do Paraguai.

A partir do III Festival começamos a ocupar o Colégio Estadual do Paraná para as aulas, expandimos o número de professores internacionais para sete, o número de alunos cresceu para quase 400, inscritos em disciplinas de canto, piano, violino, violoncelo, passando por várias disciplinas de composição e harmonia, coral, música religiosa, pedagogia musical, dentre outras. O número de primeiras audições também crescia, incluindo três primeiras audições mundiais de obras de Osvaldo Lacerda, até 11 primeiras audições no Brasil de obras de John Cage, A. Zimmerman, J. Hauer dentre outros.

Os Festivais foram crescendo anualmente em importância, número e diversidade de professores, cursos, alunos, apresentações. Um dos pontos mais importantes desses fabulosos encontros era o fato de termos professores e solistas que não só davam aula mas também se apresentavam, lado a lado com os alunos, na Orquestra do Festival, no coro, em concertos de música de câmara. Com o crescimento do evento e do tamanho da orquestra, podíamos fazer obras cada vez mais ambiciosas, como a “Missa em Dó Maior” de Beethoven, a missa “In Tempore Belli” de Haydn, seguida do “Te Deum” de Dvorak no concerto de encerramento do V Festival, ou a “Missa em Dó Menor” de Mozart, seguida do “Te Deum” de Verdi no encerramento do VI Festival, realizado no Palácio Iguaçu.

Depois do VI Festival em 1970, houve um hiato de 4 anos em que não houve verba governamental e não conseguimos financiamento da iniciativa privada. O VII Festival foi realizado em 1974 com a liderança do maestro Isaac Karabtchevsky – e nesse ano ouvimos uma linda “Nona Sinfonia” de Beethoven no concerto final.

O VIII Festival é aquele que foi mais especial para mim, pois eu tive a honra de liderar o evento como Diretora Artística, tendo a assessoria do Maestro Schnorrenberg e do Pe. José Penalva. Desde a sua concepção o projeto era muito ambicioso. Em virtude da grande amizade que tínhamos com o Ministro das Relações Exteriores, Antonio Azeredo da Silveira, tivemos o apoio para contactar as embaixadas da Alemanha, Polônia, Argentina, Venezuela, Estados Unidos, Inglaterra e Tchecoslováquia para solicitar a vinda de músicos, compositores e professores desses países. Da Alemanha pedimos um quinteto de sopros, da Polônia um compositor e um quarteto de cordas (Quarteto Wilanov), da Argentina, cinco cantores e assim por diante. Terminamos com 22 professores internacionais e 72 brasileiros.

Mais impressionante foi termos preparado toda a “Missa Solemnis” de Beethoven em 4 semanas, com a orquestra e coral de alunos e professores do Festival. Seis meses depois, quando fui convidada a participar do Festival de Santa Barbara, na Califórnia, encontrei o Maestro Maurice Abravanel, diretor desse festival. Ofereci-lhe a gravação da Missa que havia sido feita ao vivo. Surpreendeu-se que tínhamos conseguido esse resultado após um trabalho realizado durante um mês. Eu até hoje me lembro com orgulho desse momento.

O último foi o IX Festival, em que trabalhei de novo como assessora, tendo como Diretor Artístico o Maestro Schnorrenberg. Trouxemos 30 músicos e professores internacionais. Chegamos a ter mil alunos, que junto com professores e músicos convidados participaram de 40 concertos durante aquele mês de janeiro de 1977. Tivemos concertos memoráveis de música de câmara com performances de músicos de renome internacional. Lembro-me em particular do quinteto de Mozart com segunda viola, com a participação de Raphael Hyllier, na época membro do Julliard String Quartet. Além desse, o quinteto de Mozart de cordas e trompa com o Klaus Wallendorf, hoje primeiro trompa da Filarmônica de Berlim. Esses entre tantos outros.

O curso de Música Religiosa teve especial importância dentro do contexto dos Festivais. Os seis professores: Padre Jaime Diniz, de

Pernambuco; D. João Evangelista Enout, OSB, Rio de Janeiro; Mère Marie de Redenteur, CSA, São Paulo; Padre Nereu Teixeira, Belo Horizonte; Padre José Victor da Silva, Campinas, e Padre José Penalva, de Curitiba, eram grandes músicos e excelentes didatas.

Padre Diniz ocupou-se do Curso de Polifonia Sacra e preparou, logo no Iº Festival com o Coral Polifônico a “Messa a Cuatro Vocce da Capella”, de Claudio Monteverdi. Musicólogo respeitadíssimo que era, devemos às suas pesquisas, dentre muitas obras a descoberta do acervo do compositor pernambucano Luiz Alvares Pinto (1719 – 1789). A primeira audição mundial do seu “Te Deum Laudamus” foi feita durante o IV Festival. O trabalho do Padre Diniz fascinou a todos – alunos, professores e leigos que participaram do Coral Polifônico. Dr. Eduardo Rocha Virmond, grande advogado curitibano, crítico musical, também participou como cantor e fez excelentes registros dos Festivais.

Padre Nereu, Mère Marie, D. João Evangelista, Padre José Victor e Padre José Penalva dedicaram-se ao importantíssimo Curso de Canto Gregoriano; durante todos os Festivais, despertaram imenso interesse por parte dos alunos e dos professores; que sempre prepararam belas apresentações dessa matéria tão difícil quanto necessária.

Durante o VIII Festival foram encomendadas obras aos compositores brasileiros: Edino Krieger, Padre José Penalva e Henrique Morozowicz. Foram elas respectivamente “Estro Armônico”, “Estudo Breve” e “Metánoia”, todas elas apresentadas nos concertos desse Festival com grande sucesso.

Os Seminários sobre música contemporânea, realizados nos fins de tarde em todos os Festivais, eram, na minha opinião, a mais importante dentre tantas outras atividades desenvolvidas pelos corpos docentes e dicentes. Contamos com a participação dos seguintes compositores: Edino Krieger, do Rio de Janeiro; Henrique Morozowicz, de Curitiba; Padre José Penalva, Curitiba; Krzysztof Meyer, da Polônia; Osvaldo Lacerda, de São Paulo; Ernest Widmer, da Bahia; Ernest Mahle, de Piracicaba; Marc Wilkinson, Inglaterra, e Jamari de Oliveira, Bahia.

A sistemática era a de reunirmo-nos informalmente no Salão Nobre do Colégio Estadual do Paraná. Os compositores faziam-nos ouvir gravações de suas últimas obras, falando sobre a gênese, a forma e tudo o que dizia respeito a elas. O público tinha liberdade de manifestar sua reação e suas opiniões. Era uma comunhão sonora da música brasileira, polonesa ou inglesa, feitas recentemente. Era um trabalho de vanguarda. Saíamos muito felizes e aprendíamos muito.

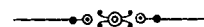
Algumas figuras merecem destaque dentre os 30 ilustríssimos músicos estrangeiros que participaram dos nossos festivais. São elas a cantora austríaco-argentina Maria Kallay e seu marido o pianista Léo Schwarz, o clarinetista alemão Dieter Klöcker, os músicos tchecos Ludmilla Jezova e o trompista Zdenek Schwab, e o grande músico alemão-brasileiro Fritz Jank. Ludmilla como o som celestial do oboé responsável pela vocação do nosso ilustre Alex Klein, oboísta de fama internacional e hoje maestro da Orquestra Sinfônica de Ribeirão Preto. Maria Kallay, o grande soprano vienense, durante muitos anos radicada em Buenos Aires, galvanizava alunos, professores, cantores convidados e ao público com sua arte perfeita e sua personalidade marcante. Era, sem favor nenhum, a “Diva” dos nossos festivais. Solista dos concertos de encerramento, desde o terceiro festival, nos fascinava com sua belíssima voz e sua excelsa musicalidade. Dieter Klöcker, com quem tive a honra e a alegria de tocar duas das minhas favoritas obras de Mozart: o trio “Bolíche” e o quinteto de sopros. Fritz Jank, era o músico que tinha em seu repertório “apenas” as 32 sonatas de Beethoven, além de ser o acompanhador preferido de todos os músicos recitalistas.

Quero destacar a personalidade do nosso grande amigo Aloysio Finzetto, amigo das artes e da música em particular, jornalista, radialista e homem de televisão importante na vida cultural do Paraná, generoso, de grande dignidade e simpatia, tinha particular entusiasmo na divulgação dos eventos culturais da nossa terra e em especial dos nossos festivais.

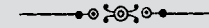
Quando paro para pensar sobre os Festivais, fica muito claro que o objetivo que moveu os membros da Pró-Música de Curitiba a pedir

audiência ao governador Ney Braga e conseguir a realização dos Cursos e Festivais, foi totalmente alcançado: desencadear a paixão pela grande MÚSICA no coração dos jovens músicos de nossa cidade, nosso estado, de grande parte do país e até da América Latina. E de levar consigo o grande público, que gosta do que é bom.

Henriqueta P. M. Garcez Duarte Curitiba, julho de 2014



VIVER A CRÍTICA,VIVER A MÚSICA



Por EDUARDO ROCHA VIRMOND



Na década de 40, o jornal “O Dia” era dirigido por Acyr Guimarães, homem requintado e formado na mais alta cultura que fosse possível conquistar em nossa terra. Certa tarde, chamou o jornalista Barros Cassal, principal redator do jornal, e disse: “Amanhã é sexta feira santa, eu peço que você faça um editorial afetuoso e com o respeito devido a Jesus Cristo”. Barros Cassal não perdeu a oportunidade e perguntou : “A favor ou contra?” Não se sabe se esta piada foi de autoria de Barros Cassal, jornalista temido e muito espirituoso, que todos nós admirávamos, ou se viria de fora, mas aqui para nós é o Cassal o seu inventor.

Quando Glauco Flores de Sá Brito, de nosso grupo do Café Belas Artes, grande poeta, escrevia no jornal “O Dia”, lá por 1947, ele fazia um suplemento e me chamou para escrever sobre música e fazer um noticiário cultural, uma vez por semana. Não me lembro quanto durou, mas teve vida breve, como todos os suplementos literários, mas para mim foi importante porque foi a primeira vez que escrevia sobre questões literárias e musicais.

Continuei escrevendo tentativas críticas, até quando o diretor da Gazeta, em 1952, o notável Pinheiro Junior, inspirado pelo Orlando Soares Carbonar - que todos os dias escrevia o editorial (e depois viria a ser embaixador do Brasil) - chamou-me e disse que eu estava escrevendo de graça e que não gostava disso. Contratou-me então para escrever cinco artigos críticos por semana sobre literatura, música, artes visuais, mas consegui me livrar do cinema.

Chegou a época da inauguração do Teatro Guaira, pequeno auditório, com os célebres atores Dulcina e Odilon. A “Gazeta do Povo”,

que era de oposição, recebeu só um convite. Pinheiro me chamou e pediu que eu representasse o jornal, perguntou-me se eu seria capaz de, na mesma noite, após a inauguração, escrever sobre o Teatro. A página 3 do jornal, que abrigava a minha coluna, que denominei “Letras e Artes”, ficaria em aberto. Eu então aproveitei a deixa e perguntei ao Pinheiro: “A favor ou contra?”. O jornal era de oposição aberta e talvez tenha sido a única oportunidade em que saíram elogios ao Bento Munhoz da Rocha Netto, então Governador. Um dia depois, desci a lenha na peça que era fraquíssima. Dulcina me chamou de crítico mal humorado. Mas depois fiz os maiores elogios ao desempenho de “Os Inocentes”, peça extraída da célebre novela de Henri James “The Turn of the Screw”, hoje perpetuada pelo cinema duas vezes, a primeira com a maravilhosa Deborah Kerr (poucos sabem que ela é escocesa), em preto e branco, a segunda com Marlon Brando.

Eu consegui escrever jamais criticando o Bento, que pertencia a esse grupo, onde se reuniam Brasil Pinheiro Machado, Wilson Martins, Temístocles Linhares, Bento Munhoz da Rocha, Hoche Pedra Pires, Homero Braga, Xavier Vianna, Loureiro Fernandes, Eloy Cunha Costa - grupo ao qual, por obra do Brasil, meu primo, eu fui incorporado, para minha felicidade, sem perder no entanto o vínculo com nosso grupo do Café Belas Artes. Vale a pena lembrar os nomes de Marcel Ferreira Leite, Samuel Guimarães da Costa, Armando Ribeiro Pinto, José Paulo Paes, Glauco Flores de Sá Brito, Miguel Bakun, Esmeraldo Blasi, Fernando Ribeiro, Milton Sabbag, grupo a que me vinculei desde o final de 1946, como também Nireu José Teixeira e Itamar Vugman.

Voltando ao Teatro Guaira, escrevi o artigo crítico, tecendo os maiores elogios. Saiu publicado na manhã seguinte, tornando-se regra no jornal que eu avisasse quando houvesse artigo para ser publicado no dia seguinte, após uma peça de teatro, ou um concerto, para que aguardasse a minha crítica, escrita na mesma noite.

E assim continuou em todas as temporadas até quando eu fui contratado pelo Aderbal Stresser para o “Diário do Paraná”,

onde, com a permissão da Gazeta, pedi licença para manter os meus escritos com a mesma marca de “Letras e Artes”, que passou também a denominar o Suplemento Literário, ou simplesmente a página, que durou até 1960. Daí em diante, eu escrevia quando o Aderbal me chamava, ou quando eu queria.

Para registrar, eu fazia dois programas de rádio, um de jazz denominado “jam session”, outro de clássicos, denominado “música de sempre”, na então Rádio Colombo. Para ambos eu tinha de levar os meus discos. Quanto ao jazz, até hoje sou ortodoxo, só acredito naqueles pretos, como Louis Armstrong, Jelly Roll Morton, Charlie Mingus, Count Basie, Duke Ellington, John Lewis, Oscar Peterson e alguns outros fantásticos (sem desprezar no entanto as grandes orquestras de Glenn Miller, Tommy Dorsey, Woody Herman, Benny Goodman, Stan Kenton).

Quando foi anunciado o Festival Internacional de Música de Curitiba, o Aderbal Stresser me chamou: “É um assunto da maior importância e quero saber se você poderá escrever depois da cada concerto, como fazia na Gazeta”, - o jornal esperava para ser publicado no dia seguinte. E assim foi, escrevi depois dos concertos e o jornal ficava aberto. Os participantes do Festival que vinham de fora, tanto do estrangeiro como dos outros Estados, diziam que nunca houve isso na imprensa, de ver no jornal da manhã seguinte uma crítica, às vezes extensa, às vezes severa, até de estreia de obras contemporâneas.

Era fácil ficar fascinado e admirando o Festival, inventado pela excelente pianista Henriqueta Penido Monteiro Garcez Duarte, juntamente com o seu culto marido Eduardo, ambos muito inteligentes, e mais do extraordinário músico compositor Padre José Penalva, obtendo o apoio do maestro Roberto Schnorrenberg, ajuda inestimável de Aloisio Finzetto (que merece registro à parte). O Festival se repetiu nove vezes, até se acabar, pelo pretexto inaceitável de todos os governos, de falta de verba! A cultura é o primo pobre.

Notável a presença de músicos estrangeiros da melhor qualidade, inclusive da Orquestra Filarmônica de Berlim, que participavam com

entusiasmo de Cursos e dos concertos, muitos deles trazidos a preço de passagem e estadia pelo Maestro Schnorrenberg. Este fato incrível, no entanto, causou inveja mortal em alguns detratores do Festival.

O Padre Jaime Diniz me convidou para participar do Coral do “Te Deum” de Luiz Alvares Pinto, do ano de 1723, cujos originais ele encontrou em meio ao arquivo morto de uma igreja em Recife. Para estreia de tal importantíssima obra vieram musicistas, críticos e historiadores do Rio, São Paulo, Porto Alegre e Montevideo. Saliento a presença de Andrade Muricy, Renzo Massarani, de José Veiga de Oliveira, Edino Krieger, todos críticos de verdade, do maestro De Guarneri, Alceu Bocchino, entre outros, que vieram especialmente para essa estreia, que se verificou e foi repetida na Igreja das Mercês. Um grande momento do Paraná. Massarani escreveu no Jornal de Brasil que esse fenômeno só tinha visto em grandes festivais na Europa, de músicos e professores de nosso Festival participarem dos concertos, mas pela primeira vez assistiu um crítico de música integrar um coral.

Devo salientar que entre os músicos do Festival se encontrava o Paulo Afonso de Moura Ferreira, pianista e músico de vanguarda, que também estreou obras contemporâneas de autores brasileiros e estrangeiros no Festival de Curitiba, até de Bartok, Ligeti, Stockhausen, Bério, Anton Webern, o novo Strawinsky. Como fruto dessa amizade, com ele e a violinista Waleska Hadellich, participei de um concerto de música de vanguarda no Teatro Anchieta, em São Paulo, que ficou lotado, em que eles tocavam e eu fazia os comentários. Alguns compositores brasileiros, como Gilberto Mendes, Almeida Prado, Marlus Nobre, Edino Krieger, Oswaldo Lacerda e outros estavam na plateia, para prestigiar o raro acontecimento. Nessa noite, para minha surpresa, compareceram meus amigos pintores Tomie Ohtake, Arcangelo Ianelli, Willis de Castro, Fukushima e ainda a notável atriz minha querida amiga Maria Fernanda, todos levados pela bondade e camaradagem e pela notícia prévia dos jornais de São Paulo. Virou uma festa a que todos se apresentaram e se reconheceram.

Indo para o tempo de dantes, foi notável o Festival em apresentar música renascentista e barroca. Além de Bach, Schnorrenberg conseguiu apresentar as “Vésperas” de Claudio Monteverdi, obra difícilíssima e fantástica, como também obras de Josquin des Prés, em célebres realizações na Igreja do Bom Jesus, com o coral criado dentro do próprio Festival. Um capuchinho gaúcho deu aulas e fez um coro de Canto Gregoriano, todos queriam curtir a excelência e a vibração destas iniciativas. Havia um organista uruguaio que se apresentou na Igreja da Ordem, juntamente com incrível cantora, ambos especialistas em música renascentista e barroca, muito admirados em Montevideo. A organista Marilyn Mason dos Estados Unidos vinha pelo Departamento de Estado e era presença entusiasta, deu recitais de música de Bach, na Igreja do Cabral, participava de tudo, além de dar aulas.

E Villa Lobos? A violonista Maria Lúvia São Marcos, instrumentista perfeita, deu dois recitais com música de Villa Lobos, no Pequeno Auditório lotado, ninguém arredava pé, havia um calor humano fascinante. Em “bis” ela tocou Albeniz, para delírio do povo. Um bom momento mágico do Festival. Ela tocava lindamente, sozinha no palco com o seu charme e seu extraordinário violão.

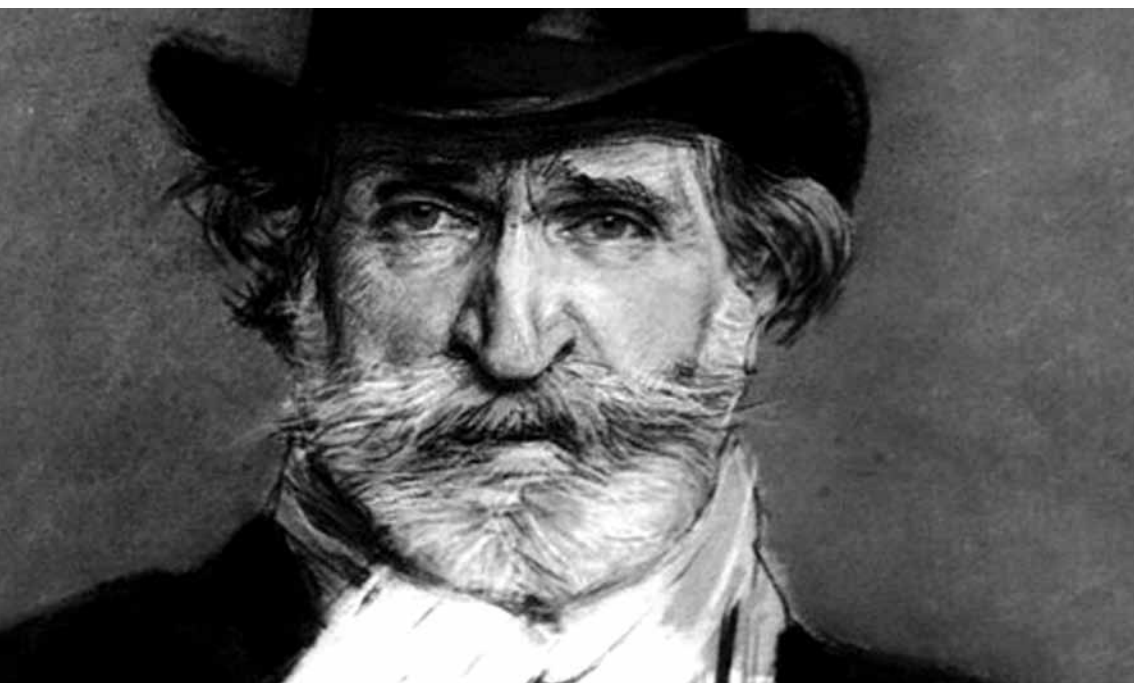
E assim os Festivais foram estupendos, os maiores já realizados no Brasil. E eu fazia a crítica que, graças ao Aderbal Stresser, saía no dia seguinte no “Diário do Paraná”.

Período riquíssimo para a música no Paraná, cujos reflexos ainda permanecem. Seria impossível repetir o Festival agora, tudo é caríssimo, os “cachês” dos músicos em euros são altíssimos, tudo ficou extremamente difícil, temos de nos conformar com a prata da casa, aliás ótima, é nossa gente, são os nossos músicos. É questão de valorizá-los, de prestigiá-los, de engrandecê-los.



VERDI DUZENTOS ANOS

Por OSVALDO COLARUSSO



O bicentenário do nascimento de Giuseppe Verdi reforça o poder de permanência de um dos maiores gênios de toda a história da música. A data de nascimento do compositor, segundo os pesquisadores, seria 9 ou 10 de outubro de 1813, numa parte do norte da Itália dominada na época pelos franceses. Sintomático que aquele que seria um dos heróis da expulsão dos austríacos e da própria unificação de seu país, nasceu numa região italiana ocupada por Napoleão. Ao contrário de seu “rival” alemão, Richard Wagner, que nascera alguns meses antes, Verdi não passou sua infância num grande centro cultural. Enquanto o compositor alemão vivia em Leipzig (a Leipzig de Bach e Goethe), Verdi nasceu numa pequena aldeia chamada Le Roncole, e mesmo a cidade para onde a família mudou pouco depois de seu nascimento, Busseto, não oferecia nenhum tipo de vida musical considerável. Só aos vinte anos de idade é que o compositor passou a viver em Milão, e foi nesta cidade que Verdi aprofundou seus estudos musicais e tomou conhecimento das obras dos maiores compositores italianos da época: Rossini (1792-1868), Bellini (1801-1835) e Donizetti (1797-1848). Seguindo os passos de seus antecessores o compositor apresenta sua primeira ópera, *Oberto*, no teatro La Scala de Milão em 1839. O sucesso desta primeira obra lhe valeram novos convites, mas sua segunda ópera, “*Un giorno di regno*”, foi um fracasso, uma derrota que foi vivida pelo compositor junto com a morte de sua esposa, que acontecera pouco tempo depois da morte de suas duas filhas. É depois destes tempos difíceis que Verdi terá o seu primeiro triunfo inquestionável: *Nabucco*. Esta ópera, digna herdeira dos grandes trabalhos líricos de seus antecessores contém uma das

páginas mais conhecidas do compositor: o coro “Va pensiero”, entoado pelos escravos hebreus, que logo viria a ser uma melodia conhecida pelos italianos do norte que ansiavam por sua independência da Áustria. Depois de Nabucco, Verdi comporá uma série de 16 óperas em apenas 11 anos. Deste período se destaca Macbeth (1847) e a assim chamada “trilogia romântica”: Rigoletto (1851), Il trovatore (1853) e La traviata (1853). Sua fama despontou de tal forma que logo foi convidado a escrever para o mais prestigiado teatro lírico daquele tempo, a Ópera de Paris. Para este importante teatro escreveu duas óperas em francês: Les Vêpres Siciliennes (1855) e Don Carlos (1867), sendo que esta última é sem dúvida uma de suas melhores obras.

Verdi foi um personagem importante na Unificação italiana, sendo que o seu nome era usado em manifestações como uma sigla: V.E.E.R.D.I - Vittorio Emanuele Ré D'Italia, conclamando aquele que viria a ser o primeiro monarca da Itália unificada. Em 1861 foi eleito para a Câmara de Deputados e em 1874 foi nomeado Senador do reino pelo próprio rei. É por volta desta época que ele compôs sua obra mais conhecida fora do elemento operístico: o Requiem, que foi uma homenagem póstuma ao escritor Alessandro Manzoni, personagem chave do novo status italiano.

A produção de Verdi foi se tornando mais esparsa e em 1871 ele acreditava ter escrito sua última ópera: Aida, composta para a inauguração do Canal de Suez. Aida é um magnífico trabalho onde há uma mescla do forte estilo do compositor junto a estruturas encontradas na Grande Ópera francesa e o uso de motivos condutores wagnerianos. Aliás, o gênio alemão, Richard Wagner, o incomodava por ser considerado um músico progressista, enquanto muitos o tachavam de conservador. Foi somente depois da morte de Wagner, em 1883, que Verdi voltou a compor uma ópera, e o resultado foi absolutamente sublime: Otello (1887). Tendo como libretista o compositor Arrigo Boito (1842-1918), nunca uma ópera baseada numa tragédia de Shakespeare foi tão bem realizada. Harmonias absolutamente originais, divisão formal inédita em trabalhos operísticos italianos e uma orquestração magnífica fazem com

que muitos a vejam como sua obra prima. Seis anos depois, novamente tendo a colaboração de Boito, e mais uma vez adaptando uma peça de Shakespeare, Verdi, aos 79 anos, escreverá sua última ópera: Falstaff (1893). Última ópera, mas não a última composição: nos últimos anos de sua vida o grande compositor italiano comporá as “Quatro peças sacras” para coro e orquestra, partitura altamente sofisticada e original.

GIUSEPPE VERDI: UMA TRANSFORMAÇÃO ESTILÍSTICA EXCEPCIONAL

Do início de sua carreira até as suas últimas obras primas o que mais se admira na produção do grande compositor italiano é o progresso em todos os aspectos, orquestral, harmônico e psicológico. Se desde os primeiros trabalhos a parte dramática permanece absolutamente eficiente, sua profundidade musical e psicológica o fez criar tipos musicalmente antológicos como a tuberculosa Violeta em La traviata, o disforme corcunda de Rigoletto, a escrava saudosa de sua pátria em Aida e tantos outros. Além disso, forneceu novas cores para grandes personagens de Shakespeare: as três cenas (árias) da Lady Macbeth e todos os papéis principais de Otello e Falstaff assumem, com a música do grande compositor, uma dimensão poucas vezes sonhada. Esta metamorfose, de um compositor provinciano para um grande gênio mundial, talvez nos explique a razão de Verdi ser um compositor tão amado. Apesar de seu comprometimento com os destinos políticos de seu país não é apenas na Itália que ele é amado. Em todo o mundo existem inúmeros compositores que são adorados, respeitados, admirados. Mas poucos compositores são tão amados como Giuseppe Verdi.

OUVIR E VER VERDI

Existem centenas de gravações antológicas do grande compositor italiano. Vou me referir as que julgo as mais bem sucedidas

NOITES DE JAZZ EM CURITIBA

Por ROBERTO MUGGIATI

DU CÔTÉ DE CHEZ MACEDO

Os LPs de jazz começaram a surgir em Curitiba nos anos 1950. Eram trazidos por amigos ou parentes que viajavam ao exterior, ou vendidos (nunca em lojas) por “traficantes de vinis”, que cobravam os tubos por sua preciosa mercadoria. Para desfrutar destas novas maravilhas da tecnologia — em hi-fi ou estéreo — era preciso dispor de uma aparelhagem de som de última geração, capaz de realçar cada detalhe da surdina do Miles ou da palheta guinchada do Bird. Ney Macedo, chamado de Neyzinho (rimava com Reizinho), era o detentor do melhor equipamento, um verdadeiro Cadillac sonoro, às vezes parecia até que ia levantar voo. E possuía também uma das maiores discotecas de jazz de Curitiba. Os melhores álbuns de jazz eram das gravadoras independentes – Blue Note, Prestige, Riverside, Commodore, Atlantic, Savoy e, na Costa Oeste, Pacific Jazz, Contemporary, Discovery, Fantasy. Para se ter uma ideia do cuidado artesanal com que se gravavam aquelas discos, Rudy van Gelder – engenheiro de som de nove entre dez estrelas do jazz – costumava examinar cada cópia, numerá-la e inscrever sua rubrica com estilete na zona neutra entre o rótulo e o último sulco: # 751 RVG, por exemplo. Por um tempo, Rudy trabalhava de dia como optometrista e gravava à noite. Um dia fechou o consultório e dedicou-se em tempo integral aos vinis. Van Gelder – completa 90 anos em novembro – ainda estava na ativa em 1999, na comemoração dos 60 anos do selo Blue Note.

Uma pequena *coterie* de jazzófilos costumava se reunir na casa do Ney, depois de percorrer o circuito de bares da noite curitibana. Funcionário da Reitoria, Ney gastava todo o seu salário em discos. Era

e essenciais. Da famosa “Trilogia Romântica” recomendo fortemente o “Il trovatore”, na gravação com Plácido Domingo e Leontyne Price, regência de Zubin Mehta. Rigoletto fantástico com Dietrich Fischer-Dieskau, Carlo Bergonzi e Renata Scoto, regência de Rafael Kubelik. A maior intérprete do papel de Violeta em “La traviata” foi sem dúvida Maria Callas, no entanto todas as gravações dela da ópera completa apresentam problemas técnicos de gravação. A melhor opção é a gravação feita por acaso em Lisboa junto a Alfredo Kraus, regência de Franco Ghione. Algo indispensável quando falamos de Verdi/Callas é conhecer a gravação que ela realizou em Londres das três cenas de Lady Macbeth regidas por Nicola Rescigno. Aida nunca foi tão bem gravada como na antiga versão de Leontyne Price e John Vickers, regida por Georg Solti, e o Otello gravado por Plácido Domingo sob a regência de James Levine permanece a referencia absoluta, assim como o Falstaff regido por Leonard Bernstein com Dietrich Fischer Dieskau. Em DVD destacaria o belíssimo Don Carlos no original em francês com Ricardo Alagna, Karita Mattila e Waltraud Meier, gravado em Paris. Outro DVD antológico é o Otello gravado em Londres com Plácido Domingo, Kiri Te Kanawa sob a regência eletrizante de Georg Solti. Todos estes são documentos, em áudio ou em vídeo, que registram a grandiosidade de um gênio que não para de nos surpreender.

baixinho e também falava baixo, com uma vozinha rouca e apagada. O [Sérgio] Amaury Lustosa era a única pessoa em Curitiba que entendia o que o Ney falava. Tornou-se, assim, uma espécie de intérprete, traduzindo para os outros a palavra do amigo jazzófilo. E, também, uma chave que abria as portas para as noitadas de jazz *du côté de chez Macedo*. Altas horas, nos instalávamos na sala de estar da mansão de pedra em estilo pseudo-veneziano dos Macedo, diante do Passeio Público. O clã, à exceção de Ney, era exclusivamente feminino. Às vezes exagerávamos no volume e as imensas caixas de som faziam tremer até os alicerces da casa. Sua irmã viúva e as sobrinhas, que guardavam horários normais, apareciam estremunhadas de camisola ao pé da escada, implorando um pouco de silêncio. Não fazíamos barulho só dentro de casa, mas também na rua. Uma noite ouvimos uma gravação feita ao vivo no Birdland de Nova York, em que o baterista Art Blakey contava que Dizzy Gillespie havia composto *Night in Tunisia* no Texas no fundo de uma lata de lixo emborcada: “Eu vi, eu estava lá!” Ao sair da casa do Ney, já de madrugada, encontramos junto à cerca do Passeio Público um destes latões de lixo de ferro e começamos a batucar *Night in Tunisia* nele. Foi um grande momento da história do jazz. Mas, por ter acontecido em Curitiba, passou em brancas nuvens.

SERENATA PARA BÚFALO D’ÁGUA

Ali mesmo no Passeio Público outro episódio marcante do jazz ocorreu com o trombonista Raul de Souza – e só ele, sem testemunho humano, presenciado apenas um búfalo d’água. Conheci o Raulzinho em 1958 quando o trombonista iniciou o seu “desterro” curitibano na banda da Aeronáutica na Base do Bacacheri. Na verdade, chamava-se João José Pereira de Souza, mas Ary Barroso implicou com o nome e disse: “Nós já temos o grande trombone da antiga, o Raul de Barros. Você vai ser o Raulzito, ou Raulzinho” Com sua farda azul e seu trombone de pisto, ele saía pela gélida noite, vampiro sedento de jazz, louco para encontrar com quem tocar. Um dia, com trombone e cachorro, Maciel o Maluco pousa

no apê do Raul (recém-casado) na Cruz Machado (poetou Leminski: “todos carregam a sua cruz, eu a Cruz Machado). A *cannabis* se ativa e os dois saem pela noite a tocar incríveis duetos de trombone para os marcos da cidade: o busto do reitor Suplicy, a estátua do Barão do Rio Branco, o relógio da Praça Osório, e por aí afora. O Passeio Público é uma invenção tipicamente curitibana: com o portal copiado do Cemitério dos Cães de Paris, mistura no mesmo espaço arborizado, com uma rede de lagos artificiais, jardim botânico e zoológico, quiosques, bares e restaurantes. Raul tocava na Boate Tropical, um inferninho no meio do Passeio, à beira de um lago. Inebriado pelos vapores especiais da noite curitibana, cometeu uma transgressão. Enfiou-se num pedalinho e decidiu ver o que havia depois da placa PROIBIDO ULTRAPASSAR. Um imenso búfalo d’água investiu sobre a frágil embarcação e Raul sacou a única arma que tinha à mão, o trombone, e começou a tocar. O bicho parou de chofre e se aquietou. Raul compôs na hora uma serenata para ele e jura que o búfalo encarou até um dueto, tão afinado, ou mais, que o Maciel. Saiu dali em êxtase e correu até o último bar ainda aberto para relatar o acontecido. “Cara, o que foi que tu tomou, fumou ou cheirou?” – foi a reação cética dos amigos. A estória – admiravelmente esmiuçada por Adherbal Fortes de Sá Jr no seu livro *Vestido branco: a aventura musical* – virou lenda e ganhou uma infinidade de versões. Raul imortalizou o “amigão” no tema “Water Buffalo”, do álbum *Colors*. Jornalistas americanos escreveram que Raul havia tocado com búfalos na Amazônia, onde ele jamais esteve. Nem mesmo o próprio Raul lembrava mais ao certo como foi. Disseram que não era um búfalo, mas uma búfala. Ou até um casal de búfalos e o mamífero ruminante respondia com mugidos aos sons do trombonista; que Raul voltou ao lago várias vezes para trocar improvisos e debulhar certas cifras com o búfalo, e que as frases de ambos se tornavam cada vez mais ricas e complexas. Na cerração das longas madrugadas daqueles tempos perdidos, tudo era possível. E a lembrança dos duetos com o búfalo do Passeio Público persistiu na memória de Raul, alimentando sua imaginação musical ao longo destas cinco décadas de carreira vitoriosa.

UMA COVER PERDIDA DE *BOPlicity*

Foi em 1957. Um fabuloso trio de jazz formou-se em Curitiba: eu ao saxofone tenor, Sérgio Amaury Lustosa à bateria e Manoel Muzzilo ao violencelo. Eram instrumentos pífios. Um saxofone paulistano lata-velha comprado pelo reembolso postal (marca Ubaldo T. Abreu), uma bateria com couros flácidos e pratos choccos (qualquer tampa de panela vibraria mais) e um *cello* do avô amplificado por meio de uma fiação rudimentar e confusa. Lembro em particular de um ensaio matutino para a estreia do trio, que nunca chegou a acontecer, na casa do Lustosa, no Alto da Rua XV (à Rua Sete de Abril, 367, ap. 2), em que tocamos *Boplicity*, tema da série de gravações de Miles Davis batizada *Birth of the Cool*, e recém-lançada em LP. *Boplicity* fora gravada apenas oito anos antes, em 1949. Composta por Miles e Gil Evans, foi creditada a Cleo Henry. Só muitos anos depois vim a saber que se tratava de Cleota Henry Davis, mãe de Miles, uma senhora que tocava piano e estimulou a carreira do filho. A cumplicidade com o bop (*bop* + *complicity*) proporcionou um momento mágico em nossas vidas. Até hoje, nenhuma enciclopédia registrou aquele momento singular na história do jazz.

O TRAVESSEIRO DOS SONS

Metade dos anos 1950, na casa dos meus pais no alto da Carlos de Carvalho, esquina com Francisco Rocha. Curitiba terminava ali: vinha depois uma trilha de lama no meio do mato que levava ao campo de futebol do Juventus, com suas velhas arquibancadas de madeira. No meu quarto do primeiro andar, que dava para o rubro sol poente, eu ouvia nos fins de tarde de domingo o único programa de jazz no rádio curitibano, produzido pelo Eduardo Virmond. Numa noite fria, girando o botão do radinho em minha mesa de cabeceira, sintonizei o programa de jazz da Voice of América e um som estranho me tirou o fôlego. Acostumado aos contracantos previsíveis do Dixieland e aos *riffs* do Swing, aderi

imediatamente ao *hard bop*, que ainda não havia chegado ao Brasil. Um tema, em particular, me arrebatou, *Daahoud*, de Clifford Brown, um tributo ao trompetista Talib Dawuud (em protesto contra o racismo, os jazzistas começavam a adotar nomes muçulmanos). Coitado do Clifford, ele mesmo se tornaria em 1956 alvo de tributos, ao morrer num desastre de carro aos 25 anos. Sem vícios, dedicado totalmente à música, era uma grande promessa do jazz. Com o rosto colado no meu travesseiro de sons, continuei ouvindo os belos improvisos do trompete de Brownie pelo resto da década, até botar o pé no mundo em 1960 e ouvir todo aquele jazz ao vivo em Paris, Londres e adjacências.



no carnaval,
o que vale é a companhia...

ALKA-SELTZER

Uma bebida. Não pode ficar a um lado da geladeira em casa de quem gosta de beber. Alka-Seltzer é a bebida mais refrescante e saborosa que você já conheceu. É a sua bebida favorita. É a sua bebida favorita. É a sua bebida favorita.

Não é Alka-Seltzer? Não é Alka-Seltzer? Não é Alka-Seltzer?

Alka-Seltzer é a bebida mais refrescante e saborosa que você já conheceu. É a sua bebida favorita. É a sua bebida favorita. É a sua bebida favorita.

O MELHOR DO INVERNO

Das noites... com a maldade de um cobertor Parahyba. Típico, amarelo-gelatinoso. Que outro espalhava sobre a cama esse calor gostoso? Um Parahyba é amarelo, é leve... tem categoria. E o também se encontram das cores modernas, da suave textura, do largo delatrum de feição. Neste inverno, faça a sua escolha na extensa linha dos cobertores Parahyba. Há sempre um à altura de seu bom gosto, à altura de sua conveniência.

COBERTORES PARAHYBA

Produtos de qualidade em 100% algodão. 100% algodão. 100% algodão.

SEMPRE BELA SEU ROSTO MANTERÁ MOCIDADE PERMANENTE COM O USO DE Um Só Creme!

ONDE NASCE A VEIJEZ
RUGAS NA TESTA. Manchas no rosto. Olheiras. Pés de galinha. Pequenas rugas ao redor dos olhos. Que envelhecem a aparência. CENÁRIOS ELEGANTES. Tratamento para qualquer idade.

Prático e eficiente, o tratamento da pele com Rugol é também o mais rápido!

As fazer uma massagem com Rugol, os seus ingredientes penetram até as camadas subcutâneas, estimulando a circulação do sangue e ativam o funcionamento das glândulas: ao mesmo tempo, extraem o excesso da gordura do Rugol, permanecendo sobre a pele, desobstruindo os poros, limpando a pele e protegendo-a. Rugol faz desaparecer rugas, espinhas, cravos, manchas e todas as imperfeições. O "tratamento experimental de três dias", com Rugol, mostra-lhe a primeira resultado, mantendo em sua pele a beleza permanente de insuperável moicidade!

Contra os efeitos do sol, do vento e do frio, Rugol age como suavizante e protetor. Rugol é o verdadeiro embelezador da pele!

LABORATÓRIO RUGOL E FILIAS SÃO PAULO

COMPRE A SUA CAIXA DE RUGOL

Aqueles que brilham com GLOSTORA

★ "Uso Glostora porque sou contra o penteado-forçado". *Alvarenga*

★ "Uso Glostora porque me conserva penteado o dia inteiro". *Ranchinho*

Uma "enquete" realizada entre as celebridades nacionais revelou que 81,79% das figuras notáveis do Brasil preferem Glostora. Entre elas, ALVARENGA e RANCHINHO, que, fora dos seus magníficos espetáculos cômicos, são dois rapazes elegantíssimos. É que as penas de temperamento artístico exigem a perfeição. E em produtos para os cabelos, indubitavelmente a perfeição é Glostora, o preparado rigorosamente científico e moderno, que fixa sem empastar e amacia sem engordurar.

USE E SABERÁ PORQUE AS FIGURAS FAMOSAS USAM

Glostora

UM PENTEADO CORRETO E UM PERFUME DISCRETO

Veja! Esta camisa tem Brancura Rinso!

Que beleza! Eu também vou lavar com Rinso!

RINSO LAVA MAIS BRANCO!

As roupas brancas tornam-se amareladas e manchadas quando não são lavadas com Rinso. Rinso é a única lavadora que mantém as roupas brancas brancas. Rinso é a única lavadora que mantém as roupas brancas brancas. Rinso é a única lavadora que mantém as roupas brancas brancas.

LABORATÓRIO RINSO E FILIAS SÃO PAULO

COMPRE A SUA CAIXA DE RINSO

DETEFON

8 vezes mais usado que qualquer outro inseticida

USE DETEFON CORRETAMENTE PARA MAIOR EFICÁCIA

DETEFON é o inseticida mais usado no Brasil. Detefon é o inseticida mais usado no Brasil. Detefon é o inseticida mais usado no Brasil.

LABORATÓRIO DETEFON E FILIAS SÃO PAULO

COMPRE A SUA CAIXA DE DETEFON

EU ERA FELIZ E NÃO SABIA

Por PAULO VITOLA

Tínhamos dois rádios em casa. Na sala de estar, o Zenith valvulado, a guardar um olho de luz verde em sua caixa de madeira. Aparência clássica, som poderoso, esse rádio envolvia a família inteira com as notícias do Repórter Esso na hora do almoço e os programas musicais à noite.

Como se pode notar, estamos em meados dos anos cinquenta. Os acetatos de 78 rpm deixam a cena, encabulados ante a qualidade infinitamente superior dos LPs de vinil. É neste novo sistema que, entre centenas de outros grandes artistas, ouço pela primeira vez Dick Farney interpretando no rádio uma das canções mais conhecidas de Dorival Caymmi: "Marina, morena Marina, você se pintou..."

Alka Seltzer
Existe apenas um
E como Alka Seltzer
Não pode haver nenhum

O outro rádio, um Philips em *baquelite* preta e branca, ficava sobre a mesa de cabeceira de meu pai. Tinha uma cara mais atrevida e parecia combinar melhor com as novas tendências da música americana.

Ali, enquanto meu pai trabalhava, eu comecei a ouvir, entre os números das grandes orquestras de jazz de Stan Kenton e Duke Ellington,

o rock de Elvis Presley e a voz de um dos maiores cantores do mundo nesse tempo: “Conceição, eu me lembro muito bem, vivias no morro a sonhar com coisas que o morro não tem...” – Cauby Peixoto!

*As rosas desabrocham
Com a luz do sol
E a beleza das mulheres
Com o Creme Rugol*

Nos Estados Unidos, as compras do dia a dia já eram feitas nos supermercados. Aqui, no entanto, os armazéns dominavam o chamado comércio de secos e molhados.

O armazém da Dona Clementina, na esquina da Visconde de Nácar com a Saldanha Marinho, era o preferido da família. Uma vez, a caminho desse armazém, vi a frase “Morra, Getúlio!” pintada com tinta preta na lateral de um pequeno edifício. Alguns dias depois, eu ouvia Ângela Maria no rádio, cantando “*Esta dor que deixaste em minha alma com tanta indiferença...*”, quando a transmissão foi interrompida por um locutor: “*Atenção, atenção, Rio de Janeiro, urgente! O presidente Getúlio Vargas disparou um tiro no coração e foi encontrado morto em seu quarto no Palácio do Catete!*”

Daí por diante, sempre que eu ia ao armazém da Dona Clementina, olhava para o paredão do prédio para ver se ele estava mandando alguém morrer. Muito mais tarde, fiquei sabendo que, curiosamente, foi Getúlio Vargas quem deu a Ângela Maria, a Rainha do Rádio de 1954, o apelido de *Sapoti*, segundo ele “*por sua cor e sua voz doce como o sapoti*”. No auge do sucesso, Ângela tornou famoso um jingle que gravou para o rádio.

*Uma voz bonita
Pode inspirar paixões
(A voz de Ângela Maria é única, não pode ser imitada)
Mas é a beleza do rosto
Que conquista corações
(Conquiste corações com Angel Face, da Ponds)*

A década de cinquenta foi um período de transição. Havia um mundo que ainda olhava boquiaberto para a II Guerra Mundial, recentemente encerrada. E outro, buscava olhar entre os escombros para desenhar o futuro na forma de produtos que prometiam uma vida feliz para a família inteira, em especial para as donas de casa.

*Que roupa limpa
Branquinha
Brancura Rinso a minha roupa tem*

Havia um mundo nostálgico e outro revolucionário. O primeiro, cantava boleros chorosos, que chegavam ao rádio na voz de Nelson Gonçalves: “*Fica comigo essa noite e não te arrependerás, lá fora o frio é um açoite, calor aqui tu terás...*”. O outro, assombrava a todos com uma mistura de “*rythm and blues*” e “*country music*”. A mistura recebeu o nome de “*rock’n roll*” e encontrou em Elvis Presley o seu intérprete perfeito: “*Well, since my baby left me, I found a new place to dwell, It’s down at the end of lonely street at HeartBreak Hotel. You make me so lonely, baby, I get sol lonely, I get so lonely I could die*”. Com topetes emplastados de brilhantina, a rapaziada sacudia as festinhas ao som do rock.

A elegância masculina
Ôôôô, Aurora
Brilha mais com brilhantina
Ôôôô, Glostora
No pente dá mais friso
Perfuma e revigora
Ôôôô, Glostora

Ouvi no rádio a passagem da música negra americana para o rock e, também, a reação bem-humorada da música brasileira na interpretação de Jackson do Pandeiro, o inventor do samba-rock: “*Só ponho bebop no meu samba, se o Tio San pegar no tamborim...*”.

Um pouco adiante, já no fim dos anos 50, o rádio me mostrou a revolução criada por Tom Jobim e Vinicius de Moraes na voz de João Gilberto: “*Chega de saudade, a realidade é que sem ela não pode ser...*”.

Os produtos que prometiam às donas de casa americanas uma vida feliz começavam a chegar ao Brasil: geladeiras, aspiradores de pó, enceradeiras etc. Mas na maioria, senão na totalidade dos lares brasileiros, havia um produto que os reclames e jingles de rádio tornavam irresistível: “*Pânico, senhores! A bomba atômica no mundo dos insetos! Detefon, novo e poderoso inseticida à base de DDT e Rotenona! Detefon!*”.

Na sua casa tem barata
Não vou lá
Na sua casa tem mosquito
Não vou lá

Na sua casa tem pulga
Não vou lá
Peço licença pra mandar
Detefon no meu lugar

O que ouvi nos dois rádios de casa durante os anos 50 foi um diálogo quase sempre pacífico entre o bom-gosto e o mau-gosto na produção musical brasileira e internacional. Francisco Alves e Nat King Cole, Sylvia Telles e Anísio Silva, Tito Madi e Nelson Gonçalves, Elizeth Cardoso e Carlos Galhardo, Maysa e Trio Cristal, Jamelão e Perez Prado, Gilberto Alves e João Gilberto, Doris Monteiro e Emilinha Borba, etc. Quando ouço hoje a quantidade industrial e avassaladoramente dominante de produtos musicais inferiores em quase todas as emissoras comerciais do país, tenho certeza que, ao menos diante do rádio, tanto quanto Ataulfo diante de sua pequenina Miraí, eu era feliz e não sabia.

Já é hora de dormir
Não espere mamãe mandar
Um bom sono pra você
E um alegre despertar
(Na hora de dormir com os cobertores Parahyba de Acrilan,
não precisa a mamãe mandar)

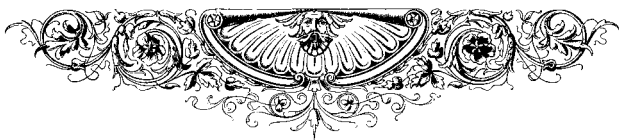


DISCURSO DE SAUDAÇÃO AO MAESTRO PAULO TORRES

Por CLEMENTE IVO JULIATTO

UM MÚSICO NA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS?

Discurso de saudação ao novo Acadêmico Maestro Paulo Torres na data do seu ingresso na Academia Paranaense de Letras como ocupante da cadeira n.º 16, em 05 de junho de 2014.



Quero saudar muito cordialmente todos os presentes, em especial, os colegas confrades e confradeiras da APL, os músicos da orquestra, os convidados, os membros da comunidade universitária da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e, de modo particular, o novo acadêmico, Professor e Maestro Paulo Torres.

Sei que um orador, em qualquer circunstância, para agradar a seus ouvintes, deve mostrar pelo menos duas qualidades: não ser longo demais e não dizer muita bobagem. Procurarei, então, ser denso no que falar e não me afastar demais da minha condição de representante oficial da Academia. Quero dizer também que fiquei muito feliz ao saber que essa posse se daria nesta querida Universidade, ocasião em que haveria também uma apresentação de música.

Notável tem sido a decisão desta Academia de incluir, tradicionalmente, entre seus membros, destacados amantes e profissionais da música do Estado. Assim aconteceu no passado com a cadeira No.16, fundada por Benedito Nicolau dos Santos que, posteriormente, foi entregue a Bento João D'Albuquerque Mossurunga e, mais recentemente, a Alceo Ariosto Bocchino, importantes músicos da nossa terra. O mesmo continua acontecendo com a inclusão, que hoje

se consolida, do notável maestro Paulo Torres. Pessoalmente, sinto-me feliz por haver proposto seu nome para ocupar tal cadeira. Mais honrado fiquei, ao ser convidado para fazer a saudação oficial na oportunidade, em nome da casa. Para alguns, até poderia parecer estranho o fato de uma Academia de Letras acolher um músico entre seus membros. Entretanto, isso de maneira alguma é descabido. Acontece que Paulo Torres, além de maestro, também é professor e intelectual.

Falarei de literatura, de música e das relações existentes entre elas. Levarei em consideração o que o compositor americano Aaron Copland lembrou: “se um literato escreve duas palavras sobre música, uma delas pode estar errada”. Vou, então, caprichar para não errar demais!

As múltiplas ligações da música com a erudição, com a literatura e com a educação são evidentes e profundas. Confúcio, já no século VI antes da nossa era, afirmava que “a música é a flor das virtudes”. Para ele, “a educação do homem deve começar pela poesia, ser fortificada pela conduta justa e ser completada na música”. “Jamais pensei que a música pudesse ser tão bela”, dizia. Dizem que ele costumava pedir “bis” quando a audiência gostava de uma canção e, ao ser atendido, juntava-se ao coro, para cantá-la junto com os cantores.

O ilustre pensador chinês também recomendava deixar ao encargo de um *homem superior* ensinar ao povo duas coisas importantes: a ordem moral e a música. O mestre chinês se insurgia contra a música e contra a dança lascivas e até, em certa ocasião, chegou a protestar da seguinte maneira: “Como Ah Yu (certamente, um personagem de gosto discutível) ousa tocar essa música tão atroz em minha casa!” O que indica que ele não apreciava a música de má qualidade. É bom termos presente que, naquele tempo, ainda não se conhecia nem o “bate-estaca”, nem outros ritmos de evidente mau gosto, tão em moda nos dias de hoje... Sim, o filósofo gostava de música variada e demonstrava sempre bom gosto. A propósito, perguntava: “Por acaso, música significa apenas tocar tambores e sinos?” Bem sabemos que não.

Conta um historiador chinês, em suas *Memórias*, que Lu Pan Wei, grande músico que também viveu na China naquele tempo, dizia: “Todo o som do mundo visível desperta um som correspondente no mundo invisível e põe em ação alguma força oculta da Natureza. Ademais”, prosseguia, “cada som corresponde também a uma cor, a uma substância química e a um centro nervoso do corpo humano” (como reporta o livro *A Essência da Sabedoria de Confúcio* de Charles J. Finger, de onde tomamos também as outras referências feitas a Confúcio). Conforme já veremos, essa foi também uma descoberta de nosso maestro acadêmico Paulo Torres.

Confúcio apreciava igualmente a boa literatura e outras coisas da cultura, o que soa bem para nós na Academia de Letras. Certa vez, afirmou: “Se o homem não estudar poesia, sua linguagem nunca será polida”. Afirmava também que um ser humano que vai além do que já aprendeu, ganhando assim novos horizontes, torna-se digno de ser professor. Esse é o caso de nosso maestro, uma vez que também ele se fez professor.

Não só Confúcio, mas, de igual modo, os antigos gregos atribuíam qualidades éticas à música. Diziam mesmo que certas melodias possuem uma *espécie de alma*. Até certo ponto, eles tinham razão, pois todos nós, dotados de algum senso musical, já sentimos a influência da música sobre nossos sentimentos. Aliás, a moderna Medicina consegue verdadeiras curas psíquicas com a terapia musical. Isso acontece tanto com a música clássica, como com a música popular.

Sabemos que a música e a literatura têm muito que ver com a educação e com a cultura; aliás, isso acontece com todo o tipo de arte. Todas possuem, em comum, o grande inimigo, que se chama ignorância, e o grande amigo que, se chama cultivo das coisas belas do nosso mundo. Na realidade, os bons livros, as grandes peças musicais, as obras primas da pintura formam o grande legado que os gênios que nos precederam deixaram para a humanidade; são preciosos presentes para todas as gerações, as atuais e as futuras. Por isso, devemos escolher autores, compositores e pintores como se escolhem os melhores e os mais queridos amigos.

Não é de estranhar que Leonardo da Vinci, grande gênio da humanidade, por sinal também músico, ao puxar o argumento para seu viés de pintor, tenha falado: “Não devemos chamar a música com outro nome que não seja o de irmã da pintura, já que está afeta ao ouvido, sentido que vem depois da visão”. Já Jorge Luís Borges, premiado com o Nobel de Literatura, enfatiza seu lado de escritor, ao afirmar: “sempre imaginei que o céu terá um jeito de biblioteca”. Enquanto Beethoven, o gênio da música, chegou a dizer: “A música é revelação mais alta do que a ciência e a filosofia”. É impensável, no entanto, imaginar que tanto Leonardo, quanto Borges ou Beethoven estivessem delirando ou falando bobagens. Certamente, a música tem muito que ver com a pintura e com a literatura; mas também com a filosofia do belo, a métrica da matemática, a ciência da acústica, que é parte da física, e com outras formas elevadas do pensamento humano.

Eis porque Goethe aconselhava: “Toda a pessoa deve, cada dia pelo menos, ouvir pequena canção, ler bom poema, apreciar uma bela pintura e, se possível, dizer umas poucas palavras razoáveis”. As coisas da arte são as mais belas do mundo, apesar de aparentarem não ter nenhuma serventia. George Santayana observava que “a música é essencialmente sem utilidade, como a vida”. Entretanto, a vida, a música e a arte em geral são as maiores preciosidades que possuímos. O poeta latino Públio Ovídio Nasônio, já no tempo de Cristo, deu resposta a Santayana, ao escrever: “Nada é mais útil ao homem do que aquelas artes que não têm nenhuma utilidade”. Elas apenas parecem não ter nenhuma serventia, porque “a arte é simplesmente um método acertado de fazer as coisas”, complementa o mestre Tomás de Aquino. Preferimos também concordar com Tolstoi, quando escreveu: “A arte é uma atividade humana que transmite aos outros os maiores e melhores sentimentos que as pessoas já demonstraram”. Podemos até afirmar que a arte pode ser a salvação do mundo, uma vez que ela expressa o que existe de melhor sobre a terra. Exatamente por isso, Dante Alighieri considerava a arte uma espécie de “neta de Deus”. Julgamos, igualmente, que Henry David Thoreau tinha

razão, quando escreveu em seu Diário: “A percepção da beleza é um teste moral”. A propósito, Chesterton fez a mesma observação quando escreveu: “A arte, como a moralidade, consiste em traçar uma linha divisória em algum lugar”. No fundo, vemos que isso é muito verdadeiro!

Por ser “idioma universal que canta harmoniosamente todas as sensações da vida”, como observou Molière, “a música é a essência da ordem; e eleva todas as almas para o bem, o justo e o belo”, complementa Platão. Assim, ela é a voz do infinito em nós, pois “o músico escuta vozes celestes”, como disse o pensador mexicano Mirón. Já Cervantes tinha observado que “onde há música não pode haver coisa ruim”.

É claro, aqui estamos falando da boa música e não de outros sons de qualidade duvidosa, ou de artistas que fazem de tudo, no palco e fora dele, para aparecer e se promover. Alguns até estão mais perto do que se poderia chamar de prostituição organizada do que de qualquer outra coisa. Muitos artistas promovem junto com a péssima música, o elogio das drogas e da licenciosidade e, assim, contribuem para o desperdício de tempo, de talento e de saúde de muita gente. Artistas assim mais se parecem com gente que qualquer mãe respeitosa trancaria no banheiro para não contaminar seus filhos. Autores desse tipo de música, ao invés de estar compondo, estão, na realidade, se decompondo.

Já na antiguidade, a coisa não era diferente. O grande Cícero, vendo as aberrações de seu tempo, chegou a dizer que “nenhum homem sensato dançaria”. Entretanto, com a boa música, os efeitos são diferentes e benéficos. Stravinski, mestre da Música Moderna, observou que “muitas peças de música terminam muito depois do seu final”!

Propugnamos aqui a música de boa qualidade, como também a literatura, a pintura e qualquer manifestação que mereça ser chamada de arte, seja clássica seja popular. É claro que em assuntos de gosto nunca haverá uniformidade. Por boas razões, diz-se que gosto não se discute. Muitos até podem considerar qualquer manifestação artística um péssimo substitutivo para o esporte! Entretanto, a arte deve servir para elevar a humanidade e nunca para depreciá-la ou diminuí-la. Rossini já

falava que “todo o tipo de música é bom, exceto o tipo que aborrece”. O Bolero de Ravel, por exemplo, já foi considerado como “a mais insolente monstruosidade jamais perpetuada na história da música” (Edward Robinson). Nietzsche chegou a se perguntar se Wagner seria mesmo um ser humano ou uma doença. “Ele contamina tudo o que toca”, afirmou. “Ele deixou a música doente. Eu advogo este ponto: a arte de Wagner é doente”. Pessoalmente, prefiro pensar que Wagner é um gênio e que o doente é Nietzsche. Nisso, eu concordo com Tolstoi que pensava da mesma maneira sobre Nietzsche. Este foi brilhante, quando num lampejo de lucidez reconheceu que “sem a música a vida seria um erro”. Gore Vidal, festejado autor americano, talvez por despeito, assim se referiu a Solzhenitsin, nada menos que um prêmio Nobel de Literatura: “Ele é um romancista ruim e um louco. Essa combinação geralmente traz grande popularidade nos USA”, afirmou.

É certo que não podemos julgar o Egito pela Aída de Verdi, ou a Rússia pela Abertura 1812 de Tchaikovski nem o Brasil pelo Trenzinho Caipira de Villalobos. Mas acabamos gostando mais do Egito, da Rússia e do Brasil por causa desses autores e de suas maravilhosas peças musicais.

Sabemos que o violinista Paulo Torres tem transformado a vida de muitos pacientes internados nos hospitais de Curitiba, conforme ressaltam várias publicações. Conta o maestro que, certa vez, foi tocar para sua tia, internada num hospital daqui, e percebeu que as músicas do seu violino faziam bem, e que pacientes de outros quartos saíam ao corredor para ouvir o som angelical que vinha do quarto onde estava tocando. Torres passou, então, a visitar outros internados que demonstraram interesse, até chegar ao quarto de uma mãe que acompanhava uma jovem em estado de coma havia três anos. “Ela abriu os olhos e tentou falar comigo”, lembra. A mãe começou a chorar e vários médicos vieram ver o que acontecera. “Fiquei assustado”, confessa o maestro. Então, “percebi que minha música poderia ser usada como instrumento divino, para levar consolo, paz, alegria, tranquilidade e momentos de reflexão para as pessoas enfermas”. Os casos que confirmam essa sua conclusão são inúmeros e variados.

Desde então, Paulo Torres não parou mais. Voluntariamente, volta a hospitais da cidade para tocar para os enfermos. Vai também a orfanatos, asilos e prisões ou para onde o chamam. Leva outros voluntários para fazer o mesmo. Torres fez dessa atividade uma missão para sua vida. Esse trabalho voluntário, que realiza desde o ano 2000, ajuda a humanizar o tratamento hospitalar e confirma o efeito benéfico que a música exerce sobre as pessoas. O maestro que, em seu repertório, inclui música erudita, seja barroca, clássica ou sacra, antiga ou moderna, justifica sua ação com o Apóstolo Paulo que afirma ser “mais bem-aventurado dar do que receber”. Por certo, também concordamos com o grande cientista Charles Darwin que afirmava: “A música desperta em nós diversas emoções, não as mais terríveis, mas os sentimentos doces de ternura e amor”.

Viktor Frankl, grande psicoterapeuta do século XX, ao ouvir um violino que tocava um triste, mas doce, tango no Campo de Concentração de Auschwitz, que tive, recentemente, oportunidade de conhecer, onde se encontrava prisioneiro, confessou: “Chorava o violino – dentro de mim algo chorava junto”, ao pensar que naquele mesmo dia, sua esposa, que se encontrava em outro barracão do mesmo Campo, fazia aniversário, data em que ele não pode nem, ao menos, vê-la.

A mesma conclusão do benefício da música foi tirada na PUCPR, que obriga a todos os seus alunos de graduação, pelo Projeto Comunitário, a se envolverem em alguma ação assistencial gratuita junto aos necessitados, podendo ser em hospitais ou alhures. Para confirmar, transcrevo o depoimento de uma aluna que desenvolveu o seu projeto na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba: “Nossa missão”, escreve ela, “era levar alegria aos pacientes, diminuir o silêncio dos corredores rodeados de tristeza e de dor, e o mais importante: tirar um pouco da angústia do coração daqueles que estavam sozinhos sem ter sequer um parente para visitá-los. Nós escolhemos a música. E acertamos ‘na lata’! Os pacientes iam abrindo as portas dos quartos; a maioria nos recebia com muito choro, outros com um sorriso enorme estampado no rosto. E, na saída, o que escutávamos era o ‘muito, muito obrigado mesmo’. ‘Fazer

o bem sem olhar a quem' foi uma das melhores experiências que pude vivenciar. A emoção é indescritível. Tenho certeza de que cada um deles vai lembrar-se do dia de hoje para sempre, assim como nós!" (Transcrito de "Educação para a solidariedade no ensino superior", 2013, de Mari Regina Anastácio, p. 88 e 89).

Finalizo, falando um pouco mais da vida de Paulo Sérgio da Graça Torres Pereira. Seu currículo é enorme. Aqui o abreviarei e direi apenas o essencial. Nasceu em Castro, Paraná, em 1954. É violinista, maestro e professor. É sobrinho-neto de Bento Mossurunga, grande músico do Paraná e notável membro desta casa, autor de preciosas peças, do próprio hino do nosso Estado.

Sua formação foi primorosa. Diplomou-se em violino pela Escola de Música e Belas Artes do Paraná. Continuou sua formação nos Estados Unidos, onde fez Bacharelado em Educação Musical, pela Tennessee Technological University, Mestrado em Música pela Andrews University e Doutorado em Artes Musicais pela Michigan State University. Fez vários cursos de extensão nos Estados Unidos, Suíça e Reino Unido. Estudou violino e regência com várias personalidades de destaque internacional. É poliglota, fluente em português, inglês e espanhol. Fala o francês médio, entende o alemão e o italiano básicos.

Realizou mais de 2500 concertos como spalla, solista e regente com inúmeras orquestras profissionais nas Américas e na Europa. É membro de diversas associações e sociedades internacionais. Também é detentor de muitos prêmios nacionais e estrangeiros. É "Bicho do Paraná" e "Cidadão Honorário do Estado do Tennessee". Participa de inúmeras associações, conselhos e instituições, como Ordem dos Músicos do Brasil, da American String Teachers Association e da American Symphony Orchestra League e do Instituto Pró-Arte de Curitiba, entre outros. Também é membro do Centro de Letras do Paraná.

Foi nomeado Diretor Musical de vários conservatórios e maestro de diversas orquestras no exterior, em especial nos Estados Unidos e na Venezuela, país em que permaneceu por 5 anos. Foi também diretor

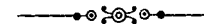
musical da Orquestra Jovem da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, da Orquestra Filarmônica Juvenil da UFPR e da Orquestra de Câmara da PUCPR. Regeu inúmeras orquestras, corais e grupos musicais no exterior, como nos Estados Unidos, Suíça, Rússia, Itália e também muitos no Brasil, no Paraná e, especialmente, em Curitiba.

Foi professor em várias universidades norte-americanas, na Faculdade de Artes do Paraná, na UFPR e na PUCPR; nesta, fundou e dirigiu o Curso de Graduação em Música da Escola de Educação e Humanidades. Já lecionou História da Música, Regência, Violino, Viola e Cordas, Apreciação Musical e Técnicas de Musicalização. Foi convidado também como professor em inúmeros festivais internacionais de música e conservatórios.

Gravou vários CDs, DVDs, vídeos comerciais institucionais e de propaganda. Realizou inúmeras palestras e recitais didáticos. Fez regularmente muitos programas e audiências em emissoras de rádio.

Atualmente, é Diretor Musical e Artístico da Orquestra de Câmara Brasileira e da Orquestra de Câmara da PUCPR. É também o Spalla da Orquestra Sinfônica do Estado do Paraná desde a sua fundação em 1985. Ocupa ainda os cargos de Professor Titular de Violino, de Diretor Musical da Orquestra de Câmara da Escola de Música e Belas Artes do Paraná e de professor da PUCPR.

Seja bem-vindo, Acadêmico Paulo Torres para ocupar a cadeira n.º 16 da Academia Paranaense de Letras!



DISCURSO DE POSSE

Por MAESTRO PAULO TORRES



Saúdo a Excelentíssima Senhora Presidente da Academia Paranaense de Letras, Acadêmica Chloris Casagrande Justen. Desejo através de vossa ilustre pessoa saudar também a toda a diretoria desta Arcádia e aos digníssimos senhores e senhoras que compõem esta mesa.

Saúdo à Excelentíssima Senhora Monica Rischbieter, Diretora Presidente do Teatro Guaíra, aqui representando o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, em cuja pessoa saúdo igualmente às demais autoridades governamentais já mencionadas que nos honram com sua presença.

Saúdo ao Excelentíssimo Dr. Waldomiro Gremski, Magnífico Reitor desta universidade, através de quem desejo cumprimentar ao nosso Excelentíssimo Vice-Reitor Sr. Paulo Otávio Mussi Augusto e a todos os Decanos, Pró-Reitores, Diretores, Coordenadores e demais representantes desta instituição.

Saúdo ao Excelentíssimo Sr. Frederico Uttenberger, representando o Grupo Marista, e em sua pessoa, as demais autoridades religiosas aqui presentes.

Nobres colegas Professores, prezados alunos do Curso de Licenciatura em Música e do Curso de Letras desta universidade.

Meus queridos confrades, meus familiares, senhoras e senhores.

Eu estou aqui, neste momento, para lhes falar e vós para me ouvir. Espero terminarmos todos ao mesmo tempo.

Sejam minhas palavras iniciais, e extratexto, de pleno agradecimento às belas palavras com que fui saudado pelo Irmão Dr. Clemente Ivo Juliatto em nome da nossa Academia.

A providência divina ou o destino, muitas vezes colocam-nos em situação jamais imaginadas e hoje me encontro numa destas oportunidades, quando após eleição do dia 23 de outubro de 2013, tenho a honra de ingressar na Academia Paranaense de Letras como membro efetivo na Cadeira n.º 16 desta famosa agremiação cultural.

Desde já, registro o reconhecimento que este meu ingresso nesta Academia ocorreu como uma inédita honraria muito superior aos modestos méritos de profissional da música.

Hoje é um momento muito especial na minha trajetória de vida e gostaria primeiramente de fazer alguns agradecimentos, pois como dizia William Shakespeare: “A gratidão é o único tesouro dos humildes”.

Primeiramente quero agradecer a Deus, aquele que é o autor de toda a verdade e sabedoria, pois todo conceito brilhante, todo pensamento de sabedoria, toda a capacidade e talento dado aos homens, é dom de Deus. Não tomou Ele emprestadas novas ideias da humanidade, pois Ele deu origem a todas elas. Deus é quem dá os talentos e as faculdades mentais; nós formamos o caráter.

Ao mesmo tempo em que agradeço a Deus, dedico esta conquista aos meus pais: Capitão Eduardo Albuquerque Torres Pereira, e a minha mãe, Carolina da Graça Torres Pereira, aqui presente, exemplos de pessoas honradas e que me deixaram a maior das riquezas: a educação e a honradez. Meu pai não está mais aqui entre nós, mas sua imagem percorre os meus conceitos. Ele habita em mim com sua tenra expressão de gentileza. Soube compreender as minhas escolhas e aplaudir minhas decisões. Minha mãe ajudou-me imensamente com a minha decisão de tornar-me músico. Sua insistência e apoio foram fundamentais. Em casa eu estudava 15 minutos e parava. Minha mãe então perguntava: “Porque parou”? Eu respondia: “já estudei”, ao que ela retrucava: “estude mais uma vez”. Passava-se mais um tempo e eu interrompia meus estudos novamente, e ela então perguntava, “Paulo Sérgio. Parou por que”? Ao que eu retrucava: “já estudei o suficiente, fiz a lição toda”, e ela então falava: “estude a próxima lição para levar algo novo ao professor”.

Apreendi com ela que não bastava somente talento e entusiasmo, mas também a indispensável disciplina.

Agradeço à minha mulher Eliseane Kretechemer (Torres Pereira), companheira de todas as horas, como um anjo que Deus colocou em minha vida, e a meus outros maravilhosos tesouros: meus filhos - Daniella Christina (Silva Pereira), Gabriella Carolina (Silva Pereira), Bella Kern (Torres Pereira), Paulo Eduardo (Kretechemer Torres Pereira) e Anne Elise (Kretechemer Torres Pereira) e minha neta Luiza (Pereira Florença).

Agradeço aos meus irmãos e irmãs que sempre me apoiaram em minhas decisões e determinações, Luiz Eduardo, Otávio, Iara Raquel, Leila Regina e Elvira. Lembro-me certa vez, de minha irmã Iara Raquel (Girardon), que chorou de nervosismo e ansiedade pelo meu sucesso, quando esteve presente ao meu concurso para ocupar a posição de Spalla da Orquestra Sinfônica do Paraná em 1985.

Quero agradecer de modo especial aos ilustres amigos Irmão Dr. Clemente Ivo Juliatto e Professor Dr. René Ariel Dotti, que diligentemente levaram a proposta de meu nome à Academia com o apoio de outros ilustres: Clotilde Branco Germiniani, Ário Taborda Dergint, Cecília Maria Vieira Helm e Adélia Woellner tendo o apoio integral dos demais acadêmicos, a quem sou também imensamente agradecido.

Destes dois grandes formidáveis, desejo destacar minha admiração com as seguintes palavras:

Do Irmão Clemente Ivo Juliatto aprendi que: **“O verdadeiro sentido da vida reside nos autênticos valores da vida humana: amor, verdade, justiça, solidariedade e transcendência”.** **“O mais importante de tudo é ser uma boa pessoa. Isso implica não apenas praticar o bem, mas incentivar os outros a que também o pratiquem, perdoadando aqueles que fazem o mal e corrigindo-os”.** **“Sem amor”**, diz ele em seu livro **“O HORIZONTE DA EDUCAÇÃO – SABEDORIA, ESPIRITUALIDADE E SENTIDO DE VIDA”**, página 189, **“pode-se instruir, jamais educar. Pode-se impor ideias, jamais**

envolver os alunos com a força dos ideais. Sem amor, é possível ser mestre na ciência, jamais mestre na vida”.

Do Professor Doutor René Ariel Dotti, sirvo-me, como se fossem minhas, das palavras do Dr. Eugenio Raúl Zaffaroni, Ministro da Corte Superior de Justiça da República da Argentina, que no Prólogo do livro “Notáveis do Direito Penal”, livro este escrito em homenagem ao Professor, diz, em sua língua original, o seguinte:

“René es um hombre de la cultura en el más extenso de los polisémicos sentidos de la expresión. Lo es por su formación integral, por su tránsito por el arte, por el periodismo, por la elegancia y elocuencia de su estilo, pero también por la incuestionable pertenencia a su Pueblo. Y así es René, con su formidable sensibilidad, su notable sentimiento humanitário, su inagotable generosidade”. Não há mais o que acrescentar.

Reitero meus agradecimentos à Presidente desta Augusta Arcádia, dileta amiga Chloris Casagrande Justen e a todos os confrades acadêmicos, responsáveis por este momento inesquecível, pela homenagem que me prestaram ao votar em mim. Quero dizer da minha satisfação ao tornar-me membro desta Casa da mais alta cultura, quando me concedem a honra de sentar na Cadeira que já foi ocupada por grandes homens da literatura musical brasileira, grandes compositores e homens da maior dignidade.

Senhores acadêmicos: Vós me concedestes o privilégio de pertencer a esta Academia e de nela conviver com grandes nomes das letras, da cultura e do pensamento nacional. Machado de Assis conquistou o direito de ver a Academia como “glória que fica, eleva, honra e consola”. Eu não me sinto neste direito. Não a posso ver, nem a quero ver, como local de fruição de glórias, que as não tenho. Vejo-a antes, como instituição cultural nacional das mais respeitáveis do país, onde pelo discurso e pela criação literária se pensam e se representam o Brasil e a condição humana.

Hoje é um momento de grande júbilo para mim, pois com muita honra sou diplomado na Cadeira que tem como seu Patrono, Brasília Itiberê da Cunha (1846-1913).

Brasília Itiberê nasceu na cidade litorânea de Paranaguá em 1846, sendo filho de João Manuel da Cunha e de Maria Lourenço Munhoz da Cunha.

Após obter o diploma de Bacharel em Direito ingressou na carreira diplomática atuando no corpo diplomático em vários países, como: Itália, Peru, Bélgica, Paraguai e Alemanha. A par da música, não havia diplomata mais operoso, mais patriota e que tivesse prestado mais assinalados serviços ao seu país.

Considerado um dos precursores do nacionalismo, foi um dos primeiros a inspirar-se em motivos populares e a imprimir à sua obra características nitidamente brasileiras.

Grande divulgador de nossa terra e de nossa cultura. Foi tamanho seu prestígio que chegou a reunir em sua casa berlinense, numa só noite, três virtuosos do piano, Franz Liszt, Anton Rubinstein e Giovanni Sgambati (pianista e compositor italiano), ocasião em que o autor das “Rapsódias Húngaras” executou a serenata “Sertaneja”, do biografado.

Foi nomeado embaixador em Portugal, porém, morreu antes de assumir a função. Faleceu na capital alemã no dia 11 de agosto de 1913, aos 67 anos de idade.

A Sertaneja, fantasia característica sobre temas brasileiros Op.15, editada em 1869, é uma obra para piano, baseada em um tema folclórico “**Balaio, meu bem, Balaio**”, recolhido pelo compositor em Paranaguá. Considerada, uma obra pioneira no nacionalismo erudito brasileiro, ao utilizar explicitamente um tema folclórico nacional, é também, a mais conhecida das obras de Brasília Itiberê. Ouçamos a seguir esta bela obra na interpretação do amigo pianista e concertista Ben Hur Cionek.

APRESENTAÇÃO AO PIANO – “A SERTANEJA”

Os ilustres músicos ocupantes da cadeira de n.º16 que me antecederam serão homenageados nesta noite através de uma breve apresentação da **Orquestra de Câmara da PUCPR**. Foram

estes: o **Fundador Paulo Ildephonso d'Assumpção** (1868-1928), **Benedito Nicolau dos Santos** (1879-1956), **Bento João d'Albuquerque Mossurunga** (1879-1970), **Benedito Nicolau dos Santos Filho** (1914-1987) e **Alceo Ariosto Bocchino** (1918-2013).

O Fundador foi Paulo Ildephonso d'Assumpção (1868-1928). Nascido em Curitiba, em 15 de fevereiro de 1868, filho do Coronel Manoel Eufrásio d'Assumpção, comandante por muitos anos da Polícia Militar do Estado, então Regimento de Segurança, e Germina Veloso d'Assumpção. Sua inclinação para a música influenciou a vinda para Curitiba de várias companhias de teatro e até a de músicos famosos que aqui se radicaram. Oficial de gabinete de três presidentes do Estado do Paraná, jornalista fluente, autor da nossa bandeira, legalizada pela Constituição de 1893, e do escudo da Universidade do Paraná. Membro do Centro de Letras e da antiga Academia de Letras do Paraná nesta fez o elogio do seu Patrono, Brasília Itiberê, em sessão de 13 de maio de 1924. Faleceu em Curitiba a 28 de fevereiro de 1928.

Falo a seguir de **Benedito Nicolau dos Santos**. Nasceu em Curitiba no ano de 1878. Homem de múltiplos talentos e mente ativa e criadora viajou pelos meandros da crítica, do teatro, da poesia, da música. Professor, funcionário da Fazenda Federal, musicista de renome, compositor, poeta, prosador, revistógrafo, conferencista, foi um dos fundadores do Círculo de Estudos Bandeirantes, além de membro do Centro de Letras do Paraná.

Modesto, costumava escrever sem deixar assinatura, ou no máximo com pseudônimo. A coroação por sua vida de estudos e o reconhecimento da classe musical brasileira veio com a posse na cadeira n.º 19 da Academia Brasileira de Música, fundada por Villa-Lobos em 1945.

Aos 77 anos de idade, faleceu em Curitiba, em 9 de julho de 1956, deixando viúva Dona Maria Luísa e dez filhos. O Centro de Letras reverenciou sua memória na oração de seu filho, também centrista e acadêmico, Benedito Nicolau dos Santos Filho, legítimo sucessor da obra intelectual do pai.

Ele e seu pai serão homenageados nesta noite com a obra “Mimosa Morena” de Benedito Nicolau dos Santos, em um arranjo de Aramis Mendes.

Também na Cadeira n.º 16 sentou-se, sucedendo **Benedito Nicolau dos Santos**, o importante compositor **Bento João d'Albuquerque Mossurunga** (1879-1970), meu tio-avô.

Nasceu em Castro em 6 de maio de 1879. Compôs o Hino do Estado do Paraná em 1903. Alguns anos mais tarde, com a ajuda financeira de amigos, viajou de Paranaguá para o Rio de Janeiro com reduzida bagagem: a malinha de mão e a caixa de violino. Chegou à Cidade Maravilhosa em 9 de setembro de 1905.

No Rio matriculou-se no Instituto Nacional de Música, diplomando-se em 1909, com distinção, no curso de violino. Conviveu com grandes figuras do meio musical, como Francisco Braga e Villa Lobos. Voltou para Curitiba em 1930. Foi então convidado pelo Dr. Hélio Brandão, acompanhado do Sr. Jacob Kulish, a ser o Maestro da recém-formada Orquestra Estudantil de Concerto. Organizou a Sociedade Orquestral Paranaense e compôs muitas obras com letras de autores paranaenses, como Correia Júnior, José Cadilhe, Heitor Stockler, José Gelbecke e Ciro Silva.

Em 31 de março de 1947, Moysés Lupion estabeleceu que o Hino do Paraná, letra de Domingos Nascimento e música de Bento João d'Albuquerque Mossurunga, seria o Hino Oficial do Paraná. Faleceu em Curitiba em 23 de outubro de 1970, aos 91 anos de idade, coincidentemente o mesmo dia em que fui eleito para esta Academia. Foi a alma inspiradora do sentimento musical paranista, a quem, nessa minha chegada à vossa Casa, agora também minha, presto homenagem com a obra “Romance Sem Palavras” de sua autoria.

Ainda na cadeira de n.º 16 sentou seu 3º ocupante, **Benedito Nicolau dos Santos Filho** (1914-1987).

Nasceu em Curitiba em 9 de maio de 1914. Lecionou em vários educandários e, como professor universitário, a cadeira de português do Curso de Jornalismo nas Faculdades de Filosofia da Universidade

Federal e da Universidade Católica. Membro do Centro de Letras do Paraná foi presidente no biênio 1972 — 1974 e vice-presidente nos dois anos seguintes. Foi Secretário-geral do Conselho Diretor do Círculo de Estudos Bandeirantes e sócio do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

Tomou posse na Academia em 1975, recepcionado por Dario Nogueira dos Santos. Faleceu em Curitiba em 21 de junho de 1987.

Permitam-me encerrar as homenagens faladas deste púlpito aos que me antecederam na cadeira 16 desta ilustre instituição mencionando algumas palavras sobre o Maestro **Alceo Ariosto Bocchino** (1918-2013), último ocupante desta cadeira.

Alceo Bocchino nasceu em Curitiba, dia 30 de novembro de 1918, filho de Pedro Bocchino e Albina Reffo Bocchino. Asseveram os entendidos que ele tem, possivelmente, o melhor currículo da música erudita brasileira.

Tornou-se um dos maestros mais conceituados do cenário musical brasileiro. Além da orientação de Camargo Guarnieri, recebeu a influência dos mestres Villa-Lobos e Francisco Mignone. Foi assistente do maestro Eleazar de Carvalho na Orquestra Sinfônica Brasileira, onde foi um dos seus fundadores.

Regente Titular e Emérito da Orquestra Sinfônica do Paraná desde 1985 é um ícone da nossa cultura musical. Tomou posse na Academia Paranaense de Letras no dia 23 de novembro de 1994, saudado pelo acadêmico Noel Nascimento. Faleceu no Rio de Janeiro no dia 8 de abril de 2013.

Não tenho o propósito de ocupar o espaço que foi por muitos anos dos mais distintos e ilustres maestros e compositores nesta Academia: apenas ocuparei a Cadeira que a eles pertenceu. Até porque sei que a pretensão de substituí-los à altura seria irrealizável. O espaço nesta Academia que eles ocuparam por todos os seus méritos, reconhecidos não só em nosso Estado como nacionalmente e internacionalmente, não será jamais preenchido. Como não será em tempo algum preenchido o espaço

que eles ocupavam, com sua inteligência e a força de sua personalidade, na militância política, nas atividades empresariais, musicais e artísticas, na vida pública do nosso Estado e de nosso país.

Ao falar sobre estes quatro gigantes da história musical brasileira, eu poderia continuar a recitar frases poéticas, belas, profundas, proferir um discurso com mais análises e citações, mas, creio ser muito melhor homenageá-los com uma apresentação de algumas de suas obras na execução da **Orquestra de Câmara da PUCPR**. Logo após a apresentação, retornarei para os agradecimentos finais e encerramento.

ENCERRAMENTO

Quero reiterar meus agradecimentos aos membros da Academia Paranaense de Letras que, desde os primeiros momentos, acolheram-me com calorosa afeição e honraram-me com sua confiança.

Convido-os ainda a uma última homenagem ouvindo um texto de uma de nossas confradeiras da Academia Paranaense de Letras mais celebradas, **Helena Kolody** na interpretação de **Rodney Veiga**, integrante do **Grupo de Teatro TANAORA da PUCPR**.

APRESENTAÇÃO DE TEATRO COM RODNEY VEIGA

Senhora Presidente, digníssimos senhores e senhoras que compõem esta mesa, caros acadêmicos, autoridades aqui presentes, senhoras e senhores.

Com evidente limitação, tentei reverenciar os meus brilhantes antecessores. O estudo de suas obras bastou-me para elevar o senso de responsabilidade com que assumo a cadeira n.º16. É meu desejo levar adiante o magnífico trabalho de todos eles.

Finalizo com um profundo agradecimento à acolhida oferecida pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná nesta celebração de posse, na pessoa de seu ilustre Reitor, Professor Waldemiro

Gremski, Vice-reitor Paulo Otávio Mussi Augusto, Decanos, Pró-Reitores, Diretores, Coordenadores e demais representantes desta magnífica universidade, salientando o apoio fundamental e absoluto da Pró-Reitoria Comunitária, na pessoa do nosso Pró-Reitor José Luiz Casela, de nossa Diretora de Cultura e Esporte, Sheila Reinehr, e de nosso Coordenador Cultural do Núcleo de Assuntos Culturais, Armando Celia Jr.

Não posso deixar de mencionar também o grande apoio que recebi ao ingressar nesta universidade da Sra Maria Lambros Comninos e de seu esposo, Constantino Comninos, ambos Cônsules da Grécia, assim como do então Pró-Reitor Comunitário, Professor Seixas.

Agradeço da mesma forma, à Sra. Presidente Chloris Casagrande Justen e aos nobres companheiros deste templo do saber que tanto zelam pelas letras, história, filosofia, ciências e música no Paraná, que é a Academia Paranaense de Letras.

Aos meus parentes e amigos que aqui compareceram, quero registrar um comovido agradecimento. Sempre recebi deles o estímulo para descobrir, o apoio para inventar e a paciência para me escutar.

Aos colegas músicos e ao ator que com tanta sensibilidade abrilhantaram este momento tão especial.

Muito embora os agradecimentos jamais sejam suficientes, deixo-os, rapidamente, de lado para abalizar um compromisso de dedicação com esta instituição. Esforçar-me-ei ao máximo para honrar a Academia e para corresponder ao grande agraciamento que hoje me concede. A todos, sem exceção, meus sinceros agradecimentos. Esse momento ficará sempre registrado no meu coração e na minha memória.

Faço minhas, por fim, as palavras de Roland Barthes, ao ser recebido no Colégio de França: “a honra pode ser imerecida; a alegria nunca o é”.

Muito obrigado.

ORQUESTRA DE CÂMARA DA PUCPR APRESENTAÇÃO

Mimosa Morena de Benedito Nicolau dos Santos 03'11''
arranjo de Aramis Mendes
Romance Sem Palavras de Bento Mossurunga 03'07''
solo violino de Maria ester Brandão
Ondas do Iapó de Bento Mossurunga 04'46''
arranjo de Alexandre Brasolim de Magalhães
Serenata para Borgerth de Alceo Bocchino 04'30''
solo violino de Maria ester Brandão
Seresta Suburbana de Alceo Bocchino 04'23''
TOTAL 19'17''

MÚSICOS

Violinos I

Maria Ester Brandão
Moara Pessatti
Dhiego Lima
Thomas Henning
Marcos De Lazzari Jr.

Violinos II

Aramis Mendes
Thalita Ferronato
Marlon Passos
Juliane M. Weingartner

Violas

Marcelo Lemos
Fabíola Bach
Ulrike Graf

Violoncelos

Maria Alice Brandão
Faisal Hussein
Péricles V. Gomes

Contrabaixo

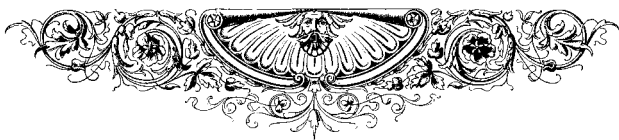
Hélio Brandão

Piano

Ben Hur Cionek

DISCURSO DE SAUDAÇÃO A NOVA ACADÊMICA MARIA JOSÉ JUSTNO

Por ERNANI BUCHMANN



Senhoras e senhores.

Assim escreveu José Condé:

“No começo: simples rancho para pernoite das boiadas vindas do sertão bruto – principalmente do Piauí e do Alto Moxotó – em demanda do litoral. Porque as águas abundantes e o verde pasto crescendo nas várzeas do Ipojuca faziam do sítio pouso obrigatório da vaqueirama em trânsito. Havia os índios cariris, é verdade; também o insólito mistério da caatinga cinzenta espreitando o silêncio dos carrascais. Mas os pioneiros sabiam arrancar de si mesmos forças para sobreviver.

Nascia nos campos o bredo caruru. Verde – ao atingir o crescimento de vinte centímetros – era comer saudável para o gado; seco, porém, virava veneno, que consumia em poucos dias a vida de uma rês. Foi a origem.”

Imaginemos a cena, nas palavras de José Américo de Almeida:

“Num passo arrastado de quem leva as penas, em vez de ser levado por elas. Adelgaçados na magreza cósmica, cresciam como se o vento os levantasse. E os braços afinados desciam-lhes aos joelhos, de mãos abanando”.

Caros amigos, essas são descrições do sertão nordestino. Maria José Justino nasceu ali, em Cachoeirinha do Una, durante muito tempo mero distrito de São Bento do Una. Virou município em 1958, quando a família de Maria José já vivia no Paraná.

A ascendência da nova acadêmica é portuguesa por parte da mãe, Josefa de Almeida Calado. O pai, José Justino Sobrinho, era comerciante e fazendeiro. José e Josefa geraram cinco filhos. Uma família de calados e justinos, como se o sobrenome fosse também traço de personalidade e caráter.

Cachoeirinha do Una, conhecida pela sua festa de Santo Antônio, seu padroeiro, é uma cidade cuja população é resultado das miscigenações pioneiras que formaram o povo brasileiro: portugueses, judeus sefarditas, africanos, índios.

A busca pelo eldorado representado pelas novas fronteiras que se abriam no norte paranaense, trouxe os Calado Justino para Cornélio Procópio, em meados dos anos 50.

O norte paranaense foi um sonho real, até se transformar em pesadelo gelado. Quando as geadas exterminaram a plantação de café de José Justino Sobrinho, ele pegou a mulher e os filhos menores e migrou outra vez, agora para São Paulo.

Maria José já havia recebido sua carta de alforria paterna. Estudante de Filosofia em Curitiba, aqui permaneceu. Casou com o também professor Luiz Carlos Ribeiro, companheiro de vida toda e, juntos, geraram dois Justino Ribeiro. Guilherme e Felipe, um advogado, o outro compositor.

De Cachoeirinha, passando por Cornélio Procópio e Curitiba, Maria José foi longe, a Paris. Antes, tratou de militar no movimento estudantil, em 1968.

Nesta época, eu era pernambucano. Digo melhor, era um estudante de Direito que mudou para Recife aos 20 anos, acompanhando a trajetória profissional do meu pai, então gerente de empresa.

Minhas lembranças daquela terra exuberante são as da juventude. A do país tropical, que aqui jamais conheci, da proximidade do mar,

do sol, dos temperos, do cheiro doce das frutas, do carnaval, do frevo rasgado.

Então me permito algumas considerações pessoais. Enquanto Maria José protestava aqui, cheguei à Faculdade de Direito do Recife, na noite do dia 13 de dezembro de 1968, para ouvir pelo rádio a notícia da edição do Ato Institucional nº 5. Ali, entre centenas, estudava Alceu Valença, o compositor pernambucano que também nasceu às margens do Rio Una.

São coincidências que a vida nos reserva. Seguimos conterrâneos, Maria José eu, agora como cidadãos da República Paranaense de Letras.

Passamos à convivência profissional mais próxima no Conselho do Museu de Arte Contemporânea do Paraná, sob a direção de Elizabeth Tilton e na companhia de Teka Sandrini, Geraldo Leão e Eduardo Nascimento, na década de 80.

Alguns anos mais tarde nos encontramos em Paris, onde Maria José, Luiz Carlos e os filhos viviam e estudavam. Juntos, acompanhamos em um restaurante grego da *Rive Gauche* os fogos que saudavam os 200 anos da Revolução Francesa. Era o dia 14 de julho de 1989.

Sua chegada a esta casa está mais que justificada. Foi a primeira mulher a presidir a Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná. Entre seus antecessores estava justamente Carlos Antunes.

É professora, curadora, ensaísta e crítica de arte, fazendo parte de inúmeras instituições do gênero, nacionais e internacionais. Especialista em história da arte brasileira, história da arte paranaense, estética e arte. É uma orientadora rigorosa, mas de generosidade franciscana, como comprovamos lá em casa, em sua orientação à tese da Tânia, *Os Olhos de Bergman*, mais tarde publicada.

Maria José Justino foi além da Filosofia, o que é um paradoxo, pois sabemos que a Filosofia não tem limites, expande-se além do universo conhecido, transcende os universos supostos.

Tornou-se doutora em Estética e Ciências das Artes pela Universidade de Paris, com estágio de pós-doutorado na capital francesa.

Não por acaso, foi eleita diretora da Escola de Música e Belas Artes do Paraná, função que exerce com paixão, expressa na luta diária por uma nova sede para a instituição, hoje dividida em três endereços e que, se houver sabedoria naqueles que definem as locações e os pousos das instituições públicas, terá no Centro de Criatividade seu local definitivo. Ele que parece ter sido criado, no início dos anos 70, para abrigar a EMBAP quatro décadas mais tarde.

Neste último domingo ela assinou artigo na Gazeta do Povo sobre esse assunto, do qual extraio o seguinte parágrafo:

“A instalação da Belas Artes no Centro de Criatividade é mais uma solução criativa que só Curitiba pode propor. Depende apenas da sensibilidade dos nossos governantes e do apoio da sociedade civil”.

Não tenho dúvidas sobre o apoio e a mobilização da sociedade civil. Resta conferir a parte relativa à sensibilidade dos governantes.

Vou usar, para definir sua trajetória profissional, um substantivo inusitado em tais conceituações. Quero dizer que sua carreira é de uma elegância sem tamanho.

Navega com igual intensidade pela pintura naïf como pelo radicalismo moderno. A ingenuidade da primeira talvez lhe remeta às feiras de gado que visitava as quintas-feiras com o pai, em Cachoeirinha, quando comprava os bonecos de barro moldados em Caruaru.

Diz ela, que os artistas ingênuos são “pintores autodidatas, intuitivos, mestres populares, realismo ingênuo, pintores espontâneos, arte incomum, arte selvagem, de uma forma artística que não se enquadra nas classificações eruditas. Todos eles têm em comum um anti-academicismo atávico.”

Mestre Gilberto Freyre dizia que o desenvolvimento da Ciência, da Religião e da Arte talvez se deva ao que ele chama de “bom senso dos extrovertidos”. “Não o bom senso rotineiro, mas o que é senão equilíbrio e saúde intelectual e física, o rabelaisiano, o johnsoniano, o cervantino; aquele de que fala Marett, identificando-o com a experiência e a tradição do grande número; o folclórico, o do povo...”

Ou como disse Newton Sampaio, acerca do cinema, “nasceu como nascem todas as artes: servindo, a princípio, de simples divertimento – vivendo, de começo, sob intuitos meramente recreativos”.

Maria José fez nas artes a trajetória de seus pais em vida. Saiu das esculturas do Mestre Vitalino, em Cacoheirinha do Una para chegar à Semana de Arte Moderna em São Paulo.

Seu livro *O Banquete Canibal* é uma delícia para os olhos e para a mente. Uma pequena obra-prima sobre Tarsila do Amaral. A pintora, com Anita Malfatti, Oswald, Mário de Andrade e outros da vanguarda paulista, acendeu a chama da modernidade nas artes brasileiras, aproximando nossos artistas dos movimentos europeus.

Foi o impulso necessário para que nos aproximássemos do que se fazia por lá, procurando fugir do academicismo que nos torturava a pintura e as letras.

Em *Tradição/Contradição*, Maria José Justino coloca seu olhar sobre o modernismo entre nós, paranaenses.

“O sentido rigoroso da modernidade não se encontra no Paraná. É um conceito muito forte para um estado novo como o nosso, que permaneceu um bom tempo como província de São Paulo e outro tanto como província mesmo. O Paraná nunca teve uma economia sólida que estimulasse o desenvolvimento artístico. As fábricas só aparecem no final do século XIX; mesmo assim, eram de pequeno porte. O Paraná, no entanto, terá o seu próprio tempo”.

Adiante, ela mesma informa que tempo era esse:

“E isso não se deu com 50 anos de atraso, como se costuma dizer, mas no seu tempo; nem antes, nem depois, mas, de fato, quando os nossos artistas encontraram nessa proposta um caminho para a expressão própria”.

Em *Guido Viaro, um visionário da arte*, ela reconhece no pintor italiano aqui radicado traços expressionistas.

Mas ressalta o que pode ser a essência de toda a busca pela verdadeira arte por todo artista:

“As crianças talvez tenham sido seus melhores mestres (*de Viaro, grifo*). Por meio delas – de sua ingenuidade e primitivismo – desenvolveu a espontaneidade e a liberdade”.

É, mais uma vez, a autora de formação sofisticada a buscar referência no mundo naïf da infância e levando-a para o universo artístico. Picasso referia-se a isso. “Precisei uma vida inteira para aprender a desenhar como as crianças”.

Há nove anos fui recebido nesta querida Academia Paranaense de Letras pelo nosso comum amigo Carlos Roberto Antunes dos Santos. Carlos tinha por vocação ser um catalisador de amizades. Era uma pessoa gregária, que freqüentava diversos grupos de amigos, os quais liderava sem que muitos se dessem conta de que eram liderados por ele.

Carlos o principal nome do Movimento dos Professores da Universidade Federal, ainda sob o governo militar. Maria José, uma de suas melhores amigas. Movidos pelos mesmos princípios, estiveram juntos pela vida acadêmica afora, inclusive durante a gestão de Carlos na Reitoria da UFPR, entre 1998 e 2002. Maria José ocupou, durante o período, o cargo de Pró-Reitora de Extensão e Pesquisa.

O falecimento precoce e inexplicável de Carlos Antunes abriu uma brecha imensa na nossa Academia Paranaense de Letras.

Ela só poderia ser preenchida pelo brilhantismo desta autora multifacetada, reconhecida e aplaudida, amiga de tantas batalhas.

Alguns amigos foram convidados a falar, naquele dia cinzento de julho passado, no Salão do prédio histórico da Universidade Federal do Paraná, tornado símbolo de Curitiba pelos votos da população, depois de uma campanha liderada por ele, Carlos Antunes.

Em meio àquela tristeza infinita, Luiz Carlos puxou os versos de Antonico, de Ismael Silva, música que servia de vinheta aos encontros da turma de professores.

Carlos Antunes, Ismael Silva, Mestre Vitalino, José Condé, Guido Viaro, Gilberto Freyre, Anita, devem estar todos voando por aí, feito beija-flores. Satisfeitos, a beijar girassóis de Van Gogh, saudando a posse de Maria José Justino na Cadeira n.º 38 da Academia Paranaense de Letras.

E isso se dá no seu tempo, nem antes, nem depois.

Seja bem-vinda.



DISCURSO DE POSSE

Por MARIA JOSÉ JUSTINO

Ilma. Presidente da Academia Paranaense de Letras, Sra. Chloris Casagrande Justen

Autoridades presentes

Amigos, minha família

Meus caros confrades e confreiras (perdão Ernani, mas amo a liturgia medieval)

Senhoras e senhores



Sinto-me honrada por ocupar uma cadeira na Academia Paranaense de Letras. Agradeço profundamente os votos recebidos dos seus ilustres componentes. É um orgulho passar a fazer parte desta tradicional instituição, voltada à cultura, ao saber e à produção do conhecimento. Honro os saudosos membros que nos legaram suas cadeiras e seus nomes, suas obras literárias, artísticas e científicas. Espero ser capaz de dar continuidade ao trabalho que realizaram em favor da Literatura e dos diversos campos do saber.

Rendo homenagens:

Ao fundador cadeira n.º 38 da Academia Paranaense de Letras, Durval Borges, nascido em 1895, em Curitiba. Autodidata, chegou à profissão de guarda-livros e jornalista. Homem de imensa cultura, contribuiu com produções literárias em jornais e revistas paranaenses, legando-nos uma vasta obra literária no campo da poesia, do romance, do conto, da crônica e da biografia.

Aopatrono da Cadeira nº 38, que passo a ocupar, **Scharffenberg de Quadros**, nascido em São José dos Pinhais, em 1878. Poeta famoso, sobretudo pelo poema épico *Os 18 do Forte*, a paixão pela poesia o fez abandonar a carreira militar.

Ao 1º ocupante da Cadeira, Mário Marcondes de Albuquerque, curitibano (1915). Engenheiro pela então Faculdade de Engenharia da UFPR, distinguindo-se na área de construção, exerceu diversos cargos públicos e foi fundador da Associação de Engenheiros da Rede. Dedicou-se ao estudo da história paranaense, sempre dividido entre a ciência e a literatura.

Ao 2º ocupante, e peço-lhes vênha para me estender um pouco mais nessa homenagem, pois tive a honra de conviver com o Professor e Dr. **Carlos Roberto Antunes dos Santos** – uma amizade por mais de 40 anos. Ele nasceu em Porto Alegre, RS, em 1945. Foi casado com Roseli e pai de Carolina, Lela e Chico. Teve uma vida dedicada com paixão à Universidade, à ciência, à família e aos amigos. Bacharel e Mestre em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFPR, Doutor em História pela Universidade de Paris X, Nanterre, Pós-doutorado em História da América Latina pela Universidade de Paris III, França. Foi autor de 80 publicações científicas no Brasil e no exterior, entre elas *História da Alimentação no Paraná e Além da cozinha e da mesa: história e cultura da alimentação*. Para dar uma ideia da dimensão da sua atuação, cito alguns dos vários cargos públicos que ocupou: Presidente Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Pesquisa e Pós-Graduação e Reitor da UFPR, eleito pelas três categorias, fato inédito até então. Durante seu mandato engendrou a campanha que, com o apoio da comunidade acadêmica e da cidade, transformou o prédio histórico da UFPR em símbolo de Curitiba. Foi também Presidente da ANDIFES (Associação Nacional de Dirigentes das Instituições de Ensino Superior), Secretário de Educação Superior do Ministério da Educação e organizador da Comissão Nacional que instituiu o SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior). Mas – aqui me valho de um texto do Luiz – “o cargo mais emblemático

assumido pelo Carlos talvez tenha sido o de Presidente da Associação dos Professores da UFPR, no início dos anos 1980, uma conjuntura ainda marcada pela sombra da ditadura e pelo medo das vozes dissidentes. Carlos foi o líder na condução daquela difícil transição democrática, implantando a eleição direta para reitor, com a participação paritária das três categorias. Foi nesse momento que ele mostrou sua habilidade de tratar com pessoas tão diferentes, sem jamais perder o sentido ético da política pública. Cauteloso e ponderado sempre, mas jamais hesitante em relação aos objetivos traçados de forma coletiva e democrática entre os companheiros de jornada. A sua capacidade de fazer amizades, de saber ouvir e, sobretudo de conciliar, foi o que lhe permitiu a intensidade nas suas relações pessoais e profissionais, ao mesmo tempo em que fazia isso tudo com extrema brandura e sensibilidade”.

Como veem, mesmo em memória, é um ser contagiante.

Rendo homenagem também ao meu caro padrinho, **Ernani Buchmann**, que sempre admirei como pensador, escritor, jornalista e publicitário. Uma das mentes mais privilegiadas e criativas do nosso estado.

Agradecimentos:

Sou grata aos meus familiares. Minha mãe, Josefa de Almeida Calado, nordestina da cepa, feminista *avant la lettre*, que me ensinou o valor das pessoas, a alegria de viver e a coragem para enfrentar desafios. Meu pai, José Justino Sobrinho, de humilde comerciante a fazendeiro falido, legou-me a experiência dos paradoxos que me conduziu à Filosofia e às Artes e foi o grande impulsionador da minha carreira profissional. Para termos a real medida desse apoio, é importante ressaltar que, nos anos sessenta, uma moça do interior vir estudar na Capital era um senhor desafio, e tive dele os maiores incentivos. Meus irmãos (Beto, o caçula aqui presente, alguns já ausentes), com quem dividi o amor fraterno, a solidariedade e as travessuras.

A dona Vilma, matriarca da família. A Cidália, cunhada especial. A meu marido, Luiz Carlos Ribeiro, companheiro de todos os momentos e meu professor de política, a quem tenho amor, respeito e admiração. Aos dois maiores presentes que a vida me deu, Guilherme e Felipe, dois meninos maravilhosos, lindos, inteligentes, generosos e bem-humorados; à minha nora Janna e à Fernanda, que estamos recebendo em nossa família.

A meus amigos, que são tantos, *que no los puedo contar*, com quem compartilho tristezas, alegrias, desafios e bons vinhos. Juntos, acredito que demos uma pequena, mas inestimável contribuição à defesa da Universidade pública, gratuita e de qualidade, enfrentando, durante a ditadura militar, duras lutas pela afirmação dos direitos humanos e da democracia. Agradeço cada momento que vivenciamos. Obrigada a todos vocês.

Por último, sou imensamente grata à Universidade Federal do Paraná e à Escola de Música e Belas Artes do Paraná, hoje integrando a UNESPAR, onde recebi uma segura formação em Filosofia e Arte, campos que definiram minha vida profissional: professora, pesquisadora e crítica de arte.

Confesso que, inicialmente, senti-me compelida a não aceitar essa honraria, por entender que pessoas com muito mais méritos do que eu teriam precedência para ocupar essa cadeira. Mas dois motivos igualmente importantes me levaram a aceitar. Um deles é o fato de se tratar da cadeira ocupada pelo Carlos. Jamais poderia rejeitar dar continuidade ao seu trabalho. Sei que não o substituirei – há pessoas que são únicas; o Carlos é uma delas –, mas não medirei esforços para fortalecer a Academia Paranaense de Letras. O outro é porque fortalece o campo das artes visuais. Mais uma pessoa dessa área passa a ocupar uma cadeira na APL.

Esta solenidade, portanto, tem também uma dimensão inaugural: entro na APL pela porta que se alarga em definitivo às artes visuais, texto e imagem.

A arte está aí como uma manifestação do ser, uma experiência singular das coisas, uma forma de redescobrir a estranheza e festejar o milagre da criação. Ela nos faz tocar nas forças metafísicas mais

profundas do ser humano. Contemplar uma pintura, ouvir uma música, assistir a um bom filme, entrar em um museu é instalar-se no mundo mágico dos artistas, refazer com eles experiências inusitadas. Ao mesmo tempo, possibilita perceber com profundidade o outro e o mundo. E o mais importante: permite uma experiência estética, uma comunicação verdadeira com a vida. “A arte nos permite experimentar as conexões ontológicas fundamentais entre **vivências, objetos (a obra de arte) e valores**” (Ingarden).

“O indispensável na obra de arte, o que a torna muito mais que um meio de prazer, um órgão do espírito, cujo análogo há de se encontrar em qualquer pensar filosófico ou político se for produtivo, é que contenha, melhor que ideias, *matrizes de ideia*, que nos forneça emblemas cujo sentido não cessará nunca de se desenvolver, que, precisamente por nos instalar em um mundo do qual não temos a chave, nos ensine a ver e nos propicie enfim o pensamento como nenhuma obra analítica o pode fazer, pois que a análise só revela no objeto o que nele já está”. Desde muito, fiz dessas palavras de Merleau-Ponty uma espécie de oração que tem guiado minha conduta profissional.

Toda a minha vida move-se pelo viés artístico. Isso significa que hão de sentar-se comigo nesta cadeira todas as vozes desse universo que dão a minha substância, para compor a polifonia das tantas outras vozes das áreas tantas que aqui assentam, aninhadas nas falas dos representantes de cada cadeira.

Nem bem entrei e já me sinto embebida da riqueza dos debates que antevejo ocorrerem nesta casa.

E isso me faz também antecipadamente agradecida.

Obrigada a todos.

MON, Curitiba, 20 de maio de 2014

REFERÊNCIAS

INGARDEN, R. *Estética e Filosofia da Arte*. In Akten des XIV Internationalen Kongresses für Philosophie (1968). Wien, Verlag Herder, pp. 214.219.

MERLEAU-PONTY, M. *A Linguagem Indireta e as Vozes do Silêncio*. In Textos Escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 336.

RIBEIRO, L.C. *Homenagem ao Professor Dr. Carlos Roberto Antunes dos Santos*. Boletim Informativo. Pet-História UFPR, 2013.

Disponível em:

<http://www.humanas.ufpr.br/portal/historia/files/2013/10/boletim-homenagens-pet1.pdf>

pdf - Acesso em: 10.05.2014



A GUERRA DO PARAGUAI: APOGEU E DECLÍNIO DO IMPÉRIO BRASILEIRO



Por LAURENTINO GOMES

A Guerra do Paraguai marca o ápice e também o início da decadência do Império brasileiro. Iniciado em novembro de 1864, o maior conflito militar do Brasil e da América do Sul durou quase cinco anos e meio, até março de 1870, muito mais tempo do que os países envolvidos imaginavam. Ceifou a vida de centenas de milhares de pessoas, das quais 33.000 brasileiras. O preço mais alto coube, obviamente, ao Paraguai, o país derrotado. A população paraguaia, estimada em 406.000 habitantes no começo da guerra, reduziu-se à metade. O custo econômico também foi altíssimo. Só do lado brasileiro foram gastos 614 000 contos de réis, onze vezes o orçamento do governo para o ano de 1864, agravando um déficit que já era grande e que o império carregaria até sua queda¹.

Nos seus momentos iniciais, a guerra foi usada para enaltecer o Império brasileiro e o seu monarca, Dom Pedro II. Desde a época da Independência o país tinha feito progressos significativos. As fronteiras estavam definidas e consolidadas. Revoltas regionais e rebeliões separatistas, que até 1848 ameaçaram a integridade territorial, tinham sido superadas com muito sacrifício. Ao manter intacto um território maior do que a soma de todos os países europeus, o império do Brasil havia alcançado uma façanha que nenhum dos seus vizinhos conseguira realizar. O Brasil se mantivera unido, enquanto a antiga América espanhola se fragmentara nas guerras civis no começo do século. O Império se orgulhava ser a nação mais estável da América Latina, diferente de todos os demais, sempre envolvidos em golpes militares e lutas entre caudilhos locais.

No começo da guerra, as regiões mais distantes, por muito tempo isoladas devido à dificuldade de acesso, tinham sido mapeadas, ocupadas e integradas, graças em boa parte às novas tecnologias de transporte e comunicação. O telégrafo, inventado em meados do século, permitia enviar e receber mensagens instantâneas a qualquer distância. Ferrovias reduziam a distância e o tempo das viagens terrestres. Havia um serviço de correios regular em funcionamento, distribuindo milhões de cartas nos pontos mais longínquos do território. A navegação costeira a vapor, inaugurada em março de 1838, reduzira a menos da metade o tempo de viagem entre o Rio de Janeiro e Belém, no Pará. Nas grandes capitais, a paisagem urbana se transformara por completo. Em algumas delas, as ruas centrais eram iluminadas por lâmpadas a gás, mais eficientes do que as antigas lanternas a óleo de baleia, de manutenção difícil e funcionamento incerto.

O contato com o resto do mundo também fora alterado de forma expressiva. Na época dos barcos a vela, uma viagem entre o Brasil e a Europa demorava cerca de dois meses. Tinha sido esse o tempo que a frota do príncipe regente D. João levava para cruzar o Atlântico em 1808, de Lisboa a Salvador, fugindo das tropas do imperador francês Napoleão Bonaparte. Agora, com os navios a vapor, era possível ir do Rio de Janeiro a Liverpool, na Inglaterra, em exatos 28 dias a bordo dos ágeis e confortáveis *packet boats* ingleses, nome que, traduzido para o português, passou a ser chamado de pacote. Segundo o historiador Luiz Felipe de Alencastro, a viagem era feita com tal precisão e regularidade que o bom humor carioca associou o nome pacote ao ciclo menstrual feminino, igualmente de 28 dias, em média².

Em meados do século, pouco antes da Guerra do Paraguai, o Brasil havia testemunhado ainda também algumas mudanças no seu mapa político. O Paraná, até então a Quinta Comarca de São Paulo, ganhara autonomia em 1853. Foram criadas três novas capitais de província: Maceió, em Alagoas, promovida a sede do governo em 1839; Vila Nova do Poty, no Piauí, em substituição a Oeiras e mais tarde rebatizada

com o nome de Teresina em homenagem à imperatriz Teresa Cristina, mulher de D. Pedro II; e, por fim, Aracaju, no Sergipe, em 1855, no lugar de São Cristóvão.

Tudo isso contribuía para aumentar o prestígio do imperador e a crença de que a monarquia, embora exótica na América, era uma fórmula destinada ao sucesso e à perpetuidade na história política brasileira.

O prolongamento da Guerra do Paraguai e os custos nele envolvidos, no entanto, rapidamente se encarregaram de desfazer essa imagem. Findo o conflito, o país entrou em uma fase decisiva de transformações que levaria fatalmente à queda do próprio Império. Em 1870 foi publicado no Rio de Janeiro o chamado Manifesto Republicano, que marca o início da campanha pela mudança do regime. Como decorrência da guerra, o exército se fortaleceu. A presença dos militares como força política nas décadas seguintes seria um fator decisivo para a queda da monarquia e a proclamação da república. Depois do fim da Guerra do Paraguai os militares sentiam-se frustrados, mal recompensados, desprestigiados pelo governo. Reclamavam dos soldos, congelados havia muito anos, da redução dos efetivos das forças armadas, da demora nas promoções, da falta de modernização dos equipamentos e regulamentos. Essas e outras reivindicações apareciam com frequência em artigos dos jornais *O Soldado* e *Tribuna Militar* e da *Revista Militar Brasileira*. O ambiente de expectativas frustradas favorecia o clima de indisciplina e revolta no que passou para a história como *A Questão Militar*, conflito envolvendo as lideranças das forças armadas e o governo imperial.

Ao final da guerra reavivou-se também a campanha abolicionista, em favor da libertação de todos os escravos. O resultado seria a Lei Áurea que, assinada pela Princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888, colocaria fim a quase três séculos de escravidão. A Lei Áurea propiciou um derradeiro e fugaz momento de popularidade da monarquia brasileira, já abalada pelos conflitos da *Questão Militar* e pelo avanço da propaganda republicana. Em razão disso, recebeu homenagens e celebrações em todo o país, em especial por parte de negros, mulatos e ex-escravos que viam na

princesa a protetora que jamais haviam tido em toda a história brasileira. Um deles, o mulato e abolicionista José do Patrocínio, lhe deu o título de A Redentora, com o qual é reconhecida até hoje entre os brasileiros.

A mesma Lei Áurea, no entanto, tirou do trono o seu mais sólido pilar de sustentação: a aristocracia rural e escravagista representada, principalmente, pelos barões do café do Vale do Paraíba. Para os senhores de escravos, a abolição havia sido um atentado contra o direito de propriedade. Eles consideravam os cativos um bem particular, tão valioso quanto as fazendas, as lavouras de café e cana, os engenhos de açúcar e outros itens de seu patrimônio. Forçados a aceitar o fim da escravidão depois de décadas de resistência, exigiam que o governo concordasse, ao menos, em indenizá-los pelos prejuízos que julgavam sofrer. Isso não aconteceu.

Ao ver suas reivindicações ignoradas, a aristocracia rural sentiu-se traída pela monarquia. Como resultado, nos meses seguintes à assinatura da lei, aderiu em massa à causa republicana. A abolição, segundo o historiador pernambucano Manuel de Oliveira Lima, significou o resgate do grande erro ainda da época da Independência do Brasil, que libertara politicamente os brancos sem libertar socialmente os negros. O custo desse resgate, no entanto, seria o próprio holocausto do império e seu idoso monarca. “Eu vejo a monarquia em perigo e quase condenada”, escreveu Joaquim Nabuco ao Barão de Penedo dez dias após a assinatura da Lei Áurea. “A Princesa tornou-se muito popular, mas as classes (conservadoras) fogem dela e a lavoura está republicana”³.

A soma de todos esses fatores – o início da campanha republicana, a chamada Questão Militar e o movimento pela abolição da escravidão – selariam os destinos do Império brasileiro a partir do desfecho da Guerra do Paraguai. “O final do embate marcaria, assim, o início do ocaso do Império”, definiu a antropóloga e historiadora Lília Moritz Schwarcz⁴.

O Brasil da época da guerra pode ser medido graças ao primeiro e único censo populacional realizado durante todo o período imperial, em 1872, dois anos após o fim do conflito. Registrou quase 10 milhões de habitantes distribuídos em 21 províncias, subdivididas em 642

municípios que, por sua vez, se desdobravam em 1.440 paróquias. Os escravos representavam 15,24% da população brasileira. Os estrangeiros somavam 3,8%, a maioria deles portugueses, alemães, africanos livres e franceses. Alguns municípios possuíam mais escravos que pessoas livres, como em Santa Maria Magdalena, Cantagallo, Valença, Pirahy e Vassouras, no Rio de Janeiro; Bananal, em São Paulo; Santa Cruz, na Bahia; e São Luiz Gonzaga, no Maranhão. De cada 100 brasileiros, somente dez sabiam ler e escrever o próprio nome. Os demais nunca tinham frequentado uma sala de aula. Entre os negros e escravos recém-libertos, o índice de analfabetismo era ainda maior, superior a 99%. A agricultura respondia por 70% de todas as riquezas nacionais e a imensa maioria da população se concentrava no campo. Oito entre dez brasileiros moravam na zona rural. O café dominava a pauta de exportação. Sozinho, o Brasil fornecia 60% da produção mundial.

Longe das capitais, a sociedade brasileira era conservadora e patriarcal. A vida social se regulava pelas missas, procissões, cerimônias e feriados religiosos. Até 1852, os dias santos somavam 41 feriados ao longo do ano. A aristocracia rural mandava em tudo. A realidade nacional nos anos que antecederam à abolição da escravidão e à Proclamação da República podia ser resumida numa frase atribuída ao senador gaúcho Gaspar Silveira Martins:

– O Brasil é o café, e o café é o negro!

O café produziu uma drástica alteração no eixo econômico do país. Nos duzentos primeiros anos da colonização, a riqueza brasileira se concentrara na região nordeste, no chamado ciclo do açúcar. Depois migrara para Minas Gerais na corrida do ouro e do diamante que marcou a primeira metade do século 18. Por essa época, o paraense Francisco de Melo Palheta roubou de um viveiro de Caiena, na Guiana Francesa, as primeiras mudas de café, planta originária das terras altas da Etiópia e até então cultivada em segredo pelos franceses. Transplantadas para Belém, as mudas logo chegariam ao Vale do Paraíba, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Começava ali a febre do “Ouro Verde”.

Duas grandes mudanças demográficas também marcaram o ciclo do café. A primeira foi a transferência maciça de escravos da região nordeste para o sul e o sudeste do país. Essa migração forçada começou por volta de 1850, após a aprovação da chamada Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu definitivamente o tráfico de escravos da África para o Brasil. Como a lavoura canavieira estava em crise no nordeste, os senhores de engenho passaram a vender para os fazendeiros de café de São Paulo e Rio de Janeiro a mão de obra cativa que consideravam ociosa. Criou-se dessa um intenso tráfego negreiro interprovincial que continuaria até as vésperas da aprovação da Lei Áurea.

O segundo fenômeno demográfico do ciclo do café foi a chegada de centenas de milhares de imigrantes europeus. A importação de colonos estrangeiros era um projeto antigo, ainda da época da corte de D. João no Rio de Janeiro, mas tinha sido adiado devido à abundância de mão de obra escrava. Com a proibição do tráfego em 1850, tudo mudou. Os preços dos escravos dispararam. Mesmo com o tráfico interprovincial, a escassez da mão de obra cativa era cada vez maior. Trazer imigrantes brancos para trabalhar nas lavouras como trabalhadores assalariados em lugar dos escravos ganhou senso de urgência.

O Império do Brasil se viu forçado a entrar na Guerra do Paraguai pela inabilidade política e pela ambição desmedida do ditador paraguaio, Francisco Solano Lopez. Determinado a ampliar o poder de seu país na região do Rio da Prata e a construir uma saída para o Atlântico, Solano Lopes aprisionou em Assunção um navio brasileiro sem prévia declaração de guerra, invadiu o norte da Argentina e a cidade de Uruguiana, no Rio Grande do Sul e ocupou a região de Corumbá, no Pantanal Mato-grossense. Sem a opção de resolver as diferenças pela via diplomática, restou ao Brasil defender seus interesses nos campos de batalha. A guerra seria longa e desgastante.

No início dos combates, o exército brasileiro era reduzido e mal organizado. Suas tropas somavam 18.000 homens contra um contingente paraguaio de 64.000 soldados reforçado por uma retaguarda de veteranos

calculada em 28.000 reservistas. O cenário desfavorável mudou graças a uma aliança até então considerada improvável, reunindo rivais históricos – Brasil, Argentina e Uruguai – contra o inimigo comum. A chamada Tríplice Aliança aniquilou as esperanças de sucesso de Solano Lopez. Nos anos finais da guerra, no entanto, os brasileiros lutaram praticamente sozinhos, sob o comando do mítico Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, uma vez que argentinos e uruguaios, às voltas com rivalidades internas, pouco puderam contribuir.

Internamente, a guerra produziu alguns efeitos colaterais importantes. Nunca antes tantos brasileiros haviam juntado forças em torno de uma causa comum. Gente de todas as regiões se prontificou a pegar em armas para defender o país. Calcula-se que pelo menos 135 mil homens foram mobilizados. Mais de um terço desse total, cerca de 55 mil, fazia parte do chamado corpo de Voluntários da Pátria, composto por soldados que se alistaram espontaneamente. Nos campos do Paraguai, brasileiros de cor branca lutaram ao lado de escravos, negros e mulatos, índios e mestiços. Ribeirinhos da Amazônia e sertanejos do Nordeste encontraram-se pela primeira vez com gaúchos, paulistas e catarinenses. O imperador Pedro II, chamado de o “Voluntário Número Um”, transferiu-se pessoalmente à frente de batalha enfrentando o frio e a intempérie numa barraca de campanha. Tudo isso havia produzido um sentimento de unidade nacional que o país não conhecera nem mesmo no tempo da sua Independência. Os símbolos nacionais foram valorizados. O hino era tocado no embarque das tropas. A bandeira tremulava à frente dos batalhões e nos mastros dos navios.

A Guerra do Paraguai testemunhou também o surgimento, pela primeira vez na história brasileira, de lideranças militares fortes e de grande prestígio, cujos nomes permanecem até hoje gravados no panteão dos heróis nacionais. Na Marinha se destacam os almirantes Francisco Manuel Barroso da Silva, comandante das tropas na famosa Batalha do Riachuelo, e Joaquim Marques Lisboa, também conhecido como o Almirante Tamandaré, atual patrono da Marinha de Guerra

do Brasil. No Exército as estrelas de primeira grandeza são o gaúcho Manuel Luís Osório, Marquês do Herval, e o carioca Duque de Caxias. Todas essas lideranças militares tiveram igualmente intensa participação na política civil do Império. Seu prestígio na área militar acabou tendo desdobramentos profundos no processo político. E foi esse o motivo de uma rachadura no edifício imperial nos anos finais da Guerra do Paraguai.

Em julho de 1868, o imperador Pedro II insistiu em nomear um ministério dominado pelos Conservadores, desprezando a opinião da maioria Liberal na Câmara dos Deputados. Era uma forma de prestigiar o ainda Marquês (e futuro Duque) de Caxias, líder do Partido Conservador no Rio Grande do Sul e àquela altura personagem fundamental na condução da Guerra do Paraguai, mas representava uma mudança drástica no ritual de poder do Segundo Reinado, no qual o ministério refletia sempre a composição da Câmara. Sentindo-se desprestigiados, os Liberais divulgaram um manifesto em que acusavam o soberano de promover um “golpe de estado”. Dois anos mais tarde, alguns deles deixariam o Partido Liberal para aderir à causa republicana que, a partir daí, ganharia vigor até então nunca visto.

O dia 3 de novembro de 1870 é considerado pelos historiadores como o marco do início da jornada política que levaria à queda do império duas décadas depois. Nesta data foi criado no Rio de Janeiro o primeiro clube republicano do Brasil, por iniciativa de um jovem maranhense, Miguel Vieira Ferreira. Dele faziam parte os jornalistas Quintino Bocaiúva, Francisco Rangel Pestana, Aristides da Silveira Lobo e Antônio Ferreira Viana, os advogados Henrique Limpo de Abreu e Salvador de Mendonça, o médico José Lopes da Silva Trovão e o engenheiro Cristiano Benedito Ottoni. Eram quase todos dissidentes do Partido Liberal, ainda magoados com a atitude tomada por D. Pedro II em 1868. Na reunião inaugural do clube, foram tomadas três decisões: a redação de um manifesto à nação, a criação de um partido republicano e o lançamento de um jornal que expressaria as ideias do grupo⁵.

Redigido por uma comissão chefiada pelo advogado Joaquim Saldanha Marinho, ex-deputado liberal por Pernambuco, ex-governador das províncias de São Paulo e Minas Gerais e grão-mestre da maçonaria, o Manifesto Republicano foi publicado em 3 de Dezembro de 1870 no primeiro número de A República, jornal de quatro páginas com tiragem 2 mil exemplares e três edições por semana. Em resumo, o texto tentava provar que a monarquia já não representava os anseios da nação, criticava o “poder pessoal” do imperador Pedro II e terminava com uma frase emblemática:

“Somos da América e queremos ser americanos”.

Fase final da Guerra do Paraguai é marcada pela presença de um personagem controvertido no comando da tropas da Tríplice Aliança: o Conde D’Eu, marido da Princesa Isabel. O francês Luís Filipe Maria Fernando Gastão de Orleans, Conde D’Eu, casou-se com Isabel em cerimônia realizada na capela imperial em Quinze de Outubro de 1864, dia em que uma tempestade de granizo causou grandes estragos no Rio de Janeiro. Começava ali uma relação apaixonada, que duraria pela vida toda, mas uma sombra haveria de turvar os anos iniciais do casamento: o casal demorou dez anos para ter filhos – o que afinal de contas era a principal obrigação da herdeira do trono brasileiro, segundo observou a historiadora Mary Del Priore. Fofocas maldosas na corte perguntavam se a princesa seria infértil ou se o “reprodutor” francês não funcionava.

Em 1869, ainda às voltas com as dificuldades em ter filhos com a Princesa Isabel, o Conde D’Eu conseguiu convencer o imperador Pedro II a enviá-lo para a Guerra do Paraguai. Era uma reivindicação antiga. Até então, ele sentia-se inútil e pouco prestigiado no Rio de Janeiro. Ir para a guerra seria uma forma de demonstrar seus talentos militares e também assumir as altas responsabilidades que julgava merecer na administração do império. “Fragilizado na cama, é provável que quisesse compensar sua frustração nos campos de batalha”, observou Mary Del Priori. “Se não era capaz de insuflar vida, podia semear a morte”⁶.

O Conde D'Eu foi nomeado comandante supremo das tropas brasileiras no Paraguai no dia 22 de março de 1869 em razão de uma crise envolvendo o então Marquês de Caxias, cuja liderança havia sido, até aquele momento, fundamental para a vitória dos aliados. Em janeiro daquele ano, as forças aliadas haviam entrado finalmente em Assunção, uma cidade abandonada à própria sorte pelo ditador paraguaio Solano Lopes, a esta altura refugiado na cordilheira. Idoso e enfermo, Caxias, comandante em chefe da Tríplice Aliança, achava que, com a ocupação da capital inimiga, o conflito, iniciado em 1865, chegara ao fim. Caçar Solano Lopez, seria prolongá-lo muito além do necessário. "A guerra chegou ao seu termo", proclamou na ordem do dia expedida a 14 de janeiro. "O Exército e a esquadra brasileira podem ufanar-se de haver combatido pela mais justa e santa de todas as causas". Não era esse, porém, o entendimento de D. Pedro II. "Eu não negocio com Lopez! É uma questão de honra e eu não transijo!", escreveu o imperador em carta à amiga Condessa de Barral⁷. Contrariado, Caxias pediu demissão e voltou para casa sem dar satisfações ao governo imperial. Caberia ao Conde D'Eu terminar a tarefa fazendo a caçada a Solano Lopez. "Seria uma etapa despida de glórias", observou o historiador Vasco Mariz⁸.

Ao chegar a Assunção o Conde D'Eu tinha 27 anos de idade. Um oficial brasileiro, Alfredo D'Escragnolle Taunay, futuro Visconde de Taunay, que o conheceu na ocasião, registrou em suas memórias detalhes curiosos de sua aparência e personalidade:

"Um narigão temível, (...) desajeitado, deselegante, frequentemente despenteado, vestia-se mal, não dançava bem, instável no trato diário, meio surdo, avarento e propenso ao desânimo e à depressão (...). Seu sotaque áspero, por vezes demasiado acentuado, desagradava"⁹.

Estranhamente, uma das primeiras decisões tomadas pelo conde ao chegar ao Paraguai foi abolir a escravidão no país vizinho. A notícia causou enorme surpresa entre os brasileiros. Por um lado, confirmava os sinceros sentimentos abolicionistas da família imperial brasileira. Por outro, criava uma dissonância entre a realidade do país vencedor e do

vencido. O Brasil que impunha a abolição no Paraguai era ainda um país escravocrata convicto. O pior, no entanto, ainda estava por vir.

O ditador paraguaio foi morto pelas tropas brasileiras na localidade de Cerro Corá em março de 1870, mais de um ano após a ocupação de Assunção. Acuado e sem meios de se defender, usou como escudos velhos, mulheres, crianças e adolescentes, que foram trucidados sem piedade pelas tropas brasileiras. Os números são imprecisos, mas alguns historiadores falam em mais de cem mil mortos, entre dez e quinze por cento da população paraguaia, de um milhão de habitantes nessa época. O massacre, considerado desnecessário por muitos estudiosos, manchou de maneira irremediável a biografia do Conde D'Eu. Júlio José Chiavenato, autor de uma história do conflito sob a ótica da esquerda dos Anos 60, o acusou de "sádico" e "sanguinário", responsável por "uma crônica fantástica pelos crimes que cometeu"¹⁰. Francisco Doratioto, um pesquisador mais equilibrado e criterioso no uso das fontes, ainda assim o descreveu como um criminoso de guerra, capaz de degolar prisioneiros desarmados e executar a sangue frio mulheres, crianças e adolescentes na caçada final a Solano Lopez¹¹.

De regresso do Rio de Janeiro, em abril de 1870, o Conde d'Eu foi recebido com festas nas ruas e homenagens oficiais. Logo chegariam ao fim também suas angústias conjugais. Em 15 de outubro de 1875 Isabel deu à luz o tão aguardado primogênito, batizado com o nome do avô, Pedro de Alcântara. O segundo filho, Luís, viria em 1878. O terceiro, Antônio, em 1881. "Afinal, o reprodutor francês funcionava bem...", cutucou o historiador Vasco Mariz¹². A facilidade do casal, no entanto, seria rapidamente ofuscada pelas dificuldades políticas enfrentadas pela monarquia brasileira.

Isabel e o Conde D'Eu se tornaram o alvo predileto dos ataques da campanha republicana, acusados de serem os responsáveis por virtualmente todas as mazelas nacionais. Entre outras críticas, o conde era apontado como dono de cortiços miseráveis no centro do Rio de Janeiro, onde exploraria de forma desumana os moradores pobres

cobrando-lhes aluguéis extorsivos. Diziam até que cobrava pessoalmente esses aluguéis. Um de seus biógrafos, o historiador e sociólogo potiguar Luís da Câmara Cascudo, garante que nada disso era verdade¹³. Nem por isso a imprensa republicana lhe dava trégua.

“Gastão de Orleans, Conde D’Eu, (...) é o futuro imperador do Brasil”, sentenciou a República Federal, da Bahia, em abril de 1889. “É clerical, intolerante, monarquista de direito divino, aristocrata, usurário, avarento. (...) O que esperar deste rebento corrompido, filho degenerado de uma família que traz no sangue o germen de todos os vícios que coram de apresentar-se à luz do sol?”¹⁴. Em público, o conde suportava tudo em silêncio, mas reclamava da situação nas cartas enviadas à família na Europa. “Estou cansado de ser usado aqui como bode expiatório pela imprensa, ostensivamente responsabilizado por tudo, sem na realidade ter voz nem influência”, queixou-se em correspondência ao pai.

Isabel, por sua vez, era atacada pelo conservadorismo e o apego extremado à religião católica. O fanatismo da princesa causava profunda irritação nas lideranças políticas, que a viam mais empenhada em cumprir suas obrigações religiosas do que se preocupar com os destinos do país. “Estou convencido de que o terceiro reinado será uma desgraça”, escreveu em dezembro de 1887 o jornalista João Capistrano de Abreu a José Maria da Silva Paranhos Junior, futuro Barão do Rio Branco. “A princesa não tem popularidade e, infelizmente, faltam-lhe muitas outras qualidades para ocupar o lugar do pai”, reforçou o Jornal do Comércio, o mais importante da época¹⁵.

Os republicanos também acusavam a princesa de ser excessivamente submissa ao marido. Na imprensa, dizia-se que, na eventualidade da morte do imperador Pedro II, seria o Conde D’Eu verdadeiro soberano brasileiro. Nesse caso, o Brasil voltaria a ser governado por um príncipe estrangeiro como havia acontecido até a abdicação de D. Pedro I ao trono, em 1831. “O reinado de Isabel e Gastão de Orleans (...) será a nossa desonra, governo de agiotagem, de sacristia, da pátria em balcão, do punhal covarde e assassino vibrado nas trevas”,

afirmava o jornal A República Federal, da Bahia¹⁶. “O Terceiro reinado é o governo do terror e do sangue”, ecoava Aristides Lobo no Diário Popular, de São Paulo. “Ou o partido republicano resolve-se a esmagar a víbora que o pretende sufocar, ou realmente terá de sucumbir”¹⁷. Silva Jardim se referia à princesa como “uma senhora de espírito ignorante, frágil e fútil, educada pelo marido no carolismo de sacristia, não na religião, em saraus burgueses”¹⁸.

Isabel e os republicanos estavam em rota de colisão desde a chamada Questão Religiosa, série de conflitos envolvendo a maçonaria, o governo brasileiro e o Vaticano entre 1872 e 1875 – portanto, no período imediato ao fim da Guerra do Paraguai. Na época, os poderes da igreja e do Estado se confundiam e se misturavam. Por uma prerrogativa chamada “padroado”, herdada ainda da monarquia portuguesa, o monarca era simultaneamente o chefe do Estado e o representante supremo da Santa Sé no país. Cabia a ele nomear bispos e padres, que recebiam salários do governo e lhe deviam obediência, como todos os demais funcionários. Também por esse privilégio competia ao imperador sancionar bulas e decisões papais antes que entrassem em vigor no país. Tudo isso funcionou relativamente bem até meados do século 19, quando as cisões começaram a aflorar.

Uma das divergências dizia respeito à maçonaria. Alvo de críticas por parte da Igreja, a maçonaria tinha grande influência na política brasileira. Entre os maçons proeminentes da época estava José Maria Paranhos, o Visconde de Rio Branco. Chefe do gabinete de ministros responsável pela promulgação da Lei do Ventre Livre, em 1871, Rio Branco era também o grão mestre – ou seja, líder supremo – da maçonaria brasileira. O próprio imperador Pedro II, embora nunca tenha se filiado à maçonaria, frequentava as lojas e acompanhava com interesse as discussões políticas e filosóficas que ali ocorriam. Por essa razão, o imperador deixou de sancionar algumas bulas do papa Pio IX que proibiam os fiéis católicos de frequentar as lojas maçônicas. Enquanto o soberano não se manifestasse, as decisões do papa não teriam valor legal

no Brasil, o que gerou um problema para os bispos e padres, obrigados a optar entre as orientações do Vaticano e as do governo imperial que pagava os seus salários.

O conflito veio à tona em dois episódios quase simultâneos. Em março 1872, o Grande Oriente do Brasil promoveu no Rio de Janeiro uma festa em homenagem ao Visconde de Rio Branco pela promulgação da Lei do Ventre Livre. Entre os presentes estava o próprio imperador. O orador escolhido para homenagear o ministro foi um padre maçom, José Luís de Almeida Martins. Fiel à orientação do papa, o então bispo do Rio de Janeiro, D. Pedro Maria de Lacerda, qualificou o ato de indisciplina e puniu o sacerdote com a suspensão de suas ordens¹⁹. Na mesma época, uma loja maçônica do Recife mandou celebrar missa em comemoração ao seu aniversário de fundação. O bispo de Olinda, Dom Vital Maria Gonçalves de Oliveira, proibiu a cerimônia e determinou a excomunhão de todo fiel católico que continuasse a frequentar as lojas maçônicas.

Posição semelhante foi adotada pelo bispo de Belém, D. Antônio de Macedo Costa, em solidariedade ao colega pernambucano. Chamado a opinar, o governo anunciou que, antes de responder ao papa, bispos e padres brasileiros deviam obediência ao imperador. “O bispo é um empregado público”, determinava o parecer assinado pelo senador Nabuco de Araújo, pai do abolicionista Joaquim Nabuco. Em 1874, D. Vidal e D. Macedo Costa foram julgados e condenados a quatro anos de prisão com trabalho forçado²⁰.

Católica fervorosa, a princesa Isabel, que estava em viagem à Europa, tomou as dores dos bispos. “O governo quer-se também meter demais em coisas que não deveriam ser de seu alcance”, protestou em carta enviada ao pai. A seu ver, o governo imperial deveria zelar pelos direitos dos cidadãos brasileiros e pelo cumprimento da constituição, mas nada disso faria sentido “se não obedecemos em primeiro lugar à Igreja”²¹. Em 1875, os bispos foram anistiados mediante um acordo diplomático previamente negociado com o Vaticano. Maçons e os republicanos, porém, nunca se conformaram com o desfecho do caso e menos ainda com o papel desempenhado pela herdeira do trono. A concessão da anistia aos bispos foi atribuída à influência da princesa Isabel.

A vingança viria uma década e meia mais tarde, no golpe republicano de 15 de Novembro de 1889, que colocou um ponto final na história do Império do Brasil.

(*) Quatro vezes ganhador do Prêmio Jabuti de Literatura e membro da Academia Paranaense de Letras, Laurentino Gomes é autor dos livros 1808, sobre a fuga da corte portuguesa para o Rio de Janeiro; 1822, sobre a Independência do Brasil; e 1889, sobre a Proclamação da República.

1. O orçamento para 1864 previa receita de 51 000 contos de réis e despesa de 54 000 contos de reis. Para um resumo da situação financeira dos 67 anos do império brasileiro ver Liberato de Castro Carreira, *História Financeira e Orçamentária do Império*, vol 2, pag 663 a 665
2. Luiz Felipe de Alencastro, *História da Vida Privada no Brasil*, vol 2, pag 39 e 40
3. Citado em Heitor Lyra, *História de D. Pedro II*, vol III, pag 23 a 31
4. Lilia Moritz Schwarcz. *A Batalha do Avaí. A beleza bárbarie: a Guerra do Paraguai pintada por Pedro Américo*, pag 13
5. George C. A. Boehrer, *Da Monarquia à República*, pag 31 a 40
6. Mary Del Priori, *Consorte nos trópicos*, Revista do IHGB, número 444, pag 283
7. Lidia Besouchet, *Exílio e morte do imperador*, pag 90
8. Vasco Mariz, *Depois da glória*, pag 309
9. Alfredo d’Escagnolle Taunay, *Memórias do Visconde de Taunay*, pag 452 a 454
10. Júlio José Chiavenato, *Genocídio Americano: a guerra do Paraguai*, pag. 141 e 142
11. Francisco Doratioto, *Maldita Guerra*, pag 396 e seguintes
12. Vasco Mariz, *Depois da glória*, pag 315
13. Luís da Câmara Cascudo, *O Conde d’Eu*, pag 110 a 112
14. A República Federal, 28 de abril de 1889, em *The Manuel Cardoso Files – Republican Movement*, Oliveira Lima Library, Washington
15. Roderick J. Barman, *Princesa Isabel do Brasil*, pag 255
16. *A República Federal*, 11 de novembro de 1888, em *The Manuel Cardoso Files – Republican Movement*, Oliveira Lima Library, Washington
17. *Diário Popular* de 9 de fevereiro de 1889, em *The Manuel Cardoso Files – Republican Movement*, Oliveira Lima Library, Washington
18. Heitor Lyra, *História da Queda do Império*, vol I, pag 175
19. Lidia Besouchet, *José Maria Paranhos, Visconde do Rio Branco*, pag 229
20. Leôncio Basbaum, *História sincera da República*, vol 1, pag 262
21. Roderick Barman, *Princesa Isabel do Brasil*, pag 184



BIBLIOGRAFIA

- Alencastro, Luiz Felipe de (organização); Novais, Fernando A. (coordenação geral). *História da Vida Privada no Brasil*, vol. 2 – *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997
- Barman, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora Unesp, 2005
- Basbaum, Leôncio. *História sincera da República* (4 vol). São Paulo, 1962-1968
- Besouchet, Lúcia. *Exílio e morte do imperador*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975
- Besouchet, Lúcia. *José Maria Paranhos, visconde do Rio Branco. Ensaio histórico-biográfico*. Rio de Janeiro, 1945
- Boehrer, George. *Da monarquia à República: História do Partido Republicano do Brasil (1870-1889)*. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1954
- Carreira, Liberato de Castro. *História financeira e orçamentária do império do Brasil*. (Vol 2). Brasília: Senado Federal; Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1980
- Carvalho, José Murilo de. *D. Pedro II*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007
- Cascudo, Luís da Câmara. *Conde D'Eu, 1842-1922*. (Brasiliense, série V, vol XI). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1933
- Chiavenato, Julio José. *Genocídio americano: a Guerra do Paraguai*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1979
- Del Priori Mary, *Consorte nos trópicos*, Revista do IHGB, número 444, pag 283
- Doratioto, Francisco. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002
- Gomes, Laurentino. *1889 – Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da monarquia e a Proclamação da República no Brasil*. São Paulo: GloboLivros, 2013
- Lyra, Heitor. *História de Dom Pedro II, 1825-1891 – Declínio, 1880-1891*. Belo Horizonte e São Paulo, 1977
- Lyra, Heitor. *História da queda do Império*. São Paulo, 1964
- Mariz, Vasco. *Depois da glória: ensaios sobre personalidades e episódios controvertidos da história do Brasil e de Portugal*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012
- Schwarcz, Lília Moritz. *A Batalha do Avaí. A beleza da barbárie: a Guerra do Paraguai pintada por Pedro Américo*. Rio de Janeiro: Sextante, 2013
- Taunay, Alfredo d'Escagnolle. *Memórias do Visconde de Taunay*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1948
- The Manuel Cardoso Files – Republican Movement*, Oliveira Lima Library, Washington

VESTÍGIOS DA MAIS REMOTA OCUPAÇÃO HUMANA NO LITORAL DO PARANÁ OS SAMBAQUIS

Por JOÃO JOSÉ BIGARELLA



Há cerca de 70 mil anos, durante uma crise climática global de glaciação, grupos humanos africanos foram obrigados a sair corajosamente à procura de melhores condições de sobrevivência. Chegaram ao Sudeste da Ásia há 60 mil anos e da Austrália há 50 mil. Outro grupo chegou à altura da Coreia há 20 mil anos. Este grupo há cerca de 14.500 anos atravessou o Estreito de Behring no extremo Norte da América num momento marinho baixo. Estes grupos humanos foram lentamente povoando a América do Norte chegando finalmente ao Brasil há aproximadamente 12 mil anos. (Neves & Hubbe, 2005).

Em 1843 o arqueólogo dinamarquês Peter Wihelm aventou a possibilidade da presença de povos antigos nas cavernas da Lagoa Santa. (Pesquisas de Neves, 1989, 1998).

Neste mesmo local a uma profundidade de doze metros abaixo da superfície, no nível datado entre 11 mil e 11 mil e 500 anos AP, foi encontrado um crânio de uma mulher, designada como Luzia, cuja imagem, foi reconstituída nos Estados Unidos.

A convite da professora Maria Conceição Beltrão do Museu Nacional orientei a dissertação de mestrado de Elba Moraes Rego Tôth na região de Central da Bahia. Uma região rica em pinturas rupestres. Numa ocasião, acompanhando a orientanda, subimos a pé a Serra da Estrela e em determinado momento encontramos numa lapa protegida das chuvas, uma pintura rupestre representando uma cena de defesa ou de caça a um grande animal parecido com um hipopótamo. Nem paleoíndio e nem o africano teriam a possibilidade de atravessar o oceano atlântico...

Lembrei então que durante minhas longas caminhadas na África do Sul em 1969 cheguei a ficar perto de grandes manadas de hipopótamos. Associei-os mentalmente a uma manada de toxodontes de uma fauna extinta de há muito. Este animal só consegue viver num clima úmido, mas atualmente a área é de caatinga.

Fascinado por essa suposição procurei determinar a idade da pintura, usando a curva de alternância climática desenvolvida por Bersnard(1963), pelo estudo da mecânica celeste, que seria em torno de 11 mil anos AP. Quando viemos a conhecer a datação do achado, constatamos idade similar a que aventamos para a pintura rupestre realizada por australo-melanésios.

Nas antigas cacimbas do Nordeste, atualmente sem água, pode-se encontrar nas paredes camadas de ossos fragmentados com vestígios de mega fauna extinta. Supõe-se que após o período úmido, procurando água na cacimba, possivelmente empurrando-se uns aos outros, acabaram pisoteados. Esse talvez seja um dos momentos críticos da mudança do clima úmido para semi-árido da caatinga, de tão dramáticas conseqüências.

O animal representado é desconhecido dos atuais caçadores locais. A semelhança com um bovino como sugeriu Prous (arqueólogo mineiro) é discutível!

Realizamos uma pesquisa com fotografias da cena rupestre abordando pessoas de diversos graus de instrução. Muitos não conseguiram definir o animal, outras a visitar zoológicos identificaram como hipopótamo.

Na paleontologia do Pleistoceno superior, observamos mudanças climáticas acentuadas desde climas úmidos até semi-áridos severos; estas coincidindo com as épocas glaciais.

O pouco que se sabe deve-se a fauna de vertebrados. No caso do toxodonte entre outros grandes animais pressupõe-se que sua dieta dependia de ambientes de pastagem nos quais a vegetação herbácea era rica de gramíneas, capaz de resistir a períodos de seca.

Apresentamos esse trecho introdutório para explicar a origem migratória dos primeiros habitantes do litoral Paranaense, os quais, foram os construtores dos sambaquis.

Os primeiros moradores do litoral acreditavam que os sambaquis tivessem surgido por ocasião do dilúvio universal ou por redemoinhos do mar.

Na segunda metade do século XIX e no começo do século XX a origem destes amontoados conchíferos era muito controvertida na literatura. Havia duas grandes correntes de interpretação que defendiam sua origem artificial.

Os “naturalistas” acreditavam que os sambaquis tivessem se originado pelo recuo do mar ou pela ação dos ventos eólicos sobre as conchas lançados às praias, pelo movimento das águas marinhas. Por seu lado, os “artificialistas” consideravam tratar-se de restos de refeições ou até mesmo de monumentos construídos intencionalmente (Leonardos, 1938; Froes Abreu, 1944).

Em 1871 Carlos Rath admitia a origem artificial do sambaqui, porém anos mais tarde tornou-se um ardoroso defensor da origem natural desses depósitos (Leonardos, 1938). Do mesmo modo, Siemeradzki atribua-lhes uma idade muito antiga, considerando-os formado pelo mar e de modo algum pelo habitante primitivo. (Leonardos, 1938; Froes Abreu, 1944).

Wiener(1876), referindo-se aos sambaquis de Santa Catarina, estabeleceu perfeita distinção entre os sambaquis artificiais e os depósitos naturais de moluscos. Com critérios mais exatos, Krone (1908) demonstra a origem artificial para sambaquis do Vale do Rio Ribeira de Iguape.

A controvérsia sobre a origem dos sambaquis perdurou por mais de 80 anos. Ainda em 1940 Serrano escrevia que o problema dos sambaquis era dúbio para a maioria dos autores referindo que as manifestações culturais que continham eram independentes de sua origem (Serrano, 1940).

Após examinarmos e catalogarmos quase duas centenas de sambaquis no Paraná, chegamos a conclusão que os sítios eram artificiais,

resultantes da atividade humana, nada tendo a ver com depósitos naturais de moluscos.

Na maioria dos sambaquis pode ser observada uma nítida estratificação. São camadas paralelas inclinadas, algumas vezes entrecruzadas de diversas espécies de moluscos. Não se trata da ação de agentes naturais, mas exclusivamente de atividade humana. Na quase totalidade desses depósitos conchíferos não há uma perturbação da estrutura, indicando que os esqueletos e artefatos líticos trabalhados são contemporâneos à construção do sambaqui.

Outra objeção que se pode fazer à teoria da origem natural é a comprovação da freqüente existência de vestígios de fogueiras disseminadas em diversos planos. São camadas, muitas vezes de aspecto terroso com cerca de 10 a 20cm de espessura, de moluscos calcinados e restos de carvão vegetal.

O fator mais importante para comprovar a origem artificial dos sambaquis é o exame de sua situação geográfica e geológica, que não obedecem as mais simples leis de sedimentação pelos agentes naturais água e vento.

A distribuição dos sambaquis na paisagem costeira brasileira relaciona-se aos aspectos geográficos e ambientais e suas alterações desde o “ótimo climático” nos últimos 6 mil anos passados (antes de 1950).

Os estudos das condições geológicas, geomorfológicas e ecológicas permitem compreender sua localização e evolução através dos tempos e entender a fragilidade e instabilidade da paisagem litorânea.

Muitos foram os autores que teceram comentários sobre a posição do sambaqui na paisagem, seja para explicar sua origem ou esclarecer sobre o possível modo de vida dos homens construtores dos sambaquis (Loefgren, 1893; Backheuser, 1918; Froes Abreu, 1928; Leonardos, 1938; Serrano, 1940; Bigarella, 1949a, 1949b, 1952; Teixeira Gerra, 1950; entre outros).

De acordo com alguns autores (Lima, 2005), os sambaquis do litoral brasileiro guardam resquícios de sociedades que viveram há quase 8 mil anos.

Houve aqueles que consideraram os sambaquis como obra de grupos nômades que se deslocavam ao longo da costa, pescando e coletando moluscos nos baixios e manguezais, deixando sempre seus restos no mesmo lugar. Outra suposição é de que tinham a intenção de criar espaços de moradias mais secas e arejados com a visão mais estratégica das redondezas.

Frequentemente foram encontrados vestígios de atividades cotidianas, representadas pela presença de fogueiras e de ossos de vários animais, e vértebras de peixe e, eventualmente, de baleias usadas na alimentação, além de adornos, material lítico diversos, zoólitos e utensílios para processar alimento e executar tarefas rotineiras.

Encontram-se igualmente vestígios de práticas rituais, como sepultamentos e oferendas. Algumas esculturas bem elaboradas em pedra e em osso, contrastam grandemente com a simplicidade de outros objetos. Pode-se claramente deduzir que os sambaquis não foram exclusivamente destinados para moradia. Os zoólitos encontrados representam esculturas muito bem elaboradas de animais em rocha (principalmente em diabásio) ou excepcionalmente em osso e esculpidas por pessoas altamente habilidosas. Esta arte refinada é rara entre os caçadores coletores.

Os zoólitos apresentam uma pequena cavidade no ventre dos animais representados, cuja finalidade ainda não foi bem esclarecida. É de notar que frequentemente se encontravam associados aos sepultamentos.

Pesquisas recentes, concluem que as comunidades de pescadores e coletores nos sambaquis tivessem sido maiores do que se acreditava e teriam alcançado níveis mais elevados de complexidade social, até então considerados de sociedades agrícolas capazes de produzir excedentes.

Entre alguns estudos mais antigos houve sugestões de que além da metodologia arqueológica fossem considerados os aspectos geológicos da paisagem. Portanto, das condições pretéritas da paisagem, quer dizer, dos seus aspectos físicos ou biológicos, seria fundamental para interpretação e melhor compreensão dos dados arqueológicos no contexto da paleopaisagem.

Os sambaquis localizam-se em diferentes níveis de terraços arenosos, bem como, em vertentes, seja de material de alteração de rochas ou sobre um embalsamento rochoso. Estudos paleogeográficos sugerem que sua posição nesses níveis poderiam eventualmente permitir uma fase para a deterioração de sua idade relativa.

A distância da atual linha costeira nem sempre constitui um crédito para determinar a antiguidade do sambaqui. Em geral, os mais antigos localizam-se mais distantes do mar (Bigarella, 1954).

A distribuição dos sambaquis relaciona-se, principalmente aos baixios e planícies de maré, onde vivia a fauna de moluscos utilizada pelos habitantes. Foram frequentemente construídos nas vizinhanças de planícies de maré. Sua forma é de um monte de conchas de limites abruptos, provavelmente, devido a práticas conservacionistas do homem primitivo a fim de não perturbar as condições “ecológicas” da área, fonte de onde provinham os moluscos, base de sua alimentação.

As condições favoráveis com abundância de mariscos, peixes e outros frutos do mar disponíveis, num sistema lagunar extenso e amplas baías, proporcionaram uma alimentação farta, permitindo suportar populações mais numerosas, relativamente sedentárias, responsáveis pela construção de muitos sambaquis, alguns de grande porte, onde também, os mortos eram sepultados. Em alguns sepultamentos havia oferendas mais elaboradas sugerindo tratar-se de pessoas de destaque na comunidade.

FAUNA MALACOLÓGICA

O registro da fauna malacológica encontrada nos sambaquis é necessário para interpretar o ambiente de sua construção e estabelecer comparações com a fauna vivente no litoral, seja nas águas sublitorais e mais tranquilas das baías ou rios de maré, seja na área de mar aberto.

De acordo com Lange de Morretes (1949) e Goffert (1950) foi registrada a presença de espécies de moluscos. As espécies que ocorrem comumente são poucas:

Anomalocardia brasiliensis (berbigão)

Crassostrea SP (ostra)

Modiolus brasiliensis

Lucina jamaicensis

Em menor número e mais raramente:

Acmca subsugosa

Aloidis caribaea

Amiantis purpurata

Anadara brasiliensis

Anadara ovalis

Arca puriculata

Arca umbonata

Bullus striatus

Brachyodontes darwinianus

Cerithium atratu

Donax hanleyanus

Dosinia concentrica

Olivancillaria vesica

Trachycardium muricatum

entre outros moluscos.

OBJETOS PRODUZIDOS PELO HOMEM DO SAMBAQUI

Cada escavação aberta em um sambaqui apresentava novos enfoques de conhecimento.

Com o decorrer dos anos a técnica de pesquisa foi aprimorando-se, os estudos tornaram-se mais sistemáticos. Era como se em cada pesquisa fosse virada uma nova página da história desse povo que deixou seus vestígios nos amontoados de conchas. Novas explicações sobre o modo de vida e padrões culturais.

Numerosos objetos líticos foram encontrados intactos ou quebrados, tais como, lâminas de machados de pedra lascada ou polida, pedras de amolar, abridores de ostras, e outros de utilidade indefinida. Eram pedras brutas com forma determinada, teriam servido para abrir ostras e conchas, bem como, para quebrar ossos. Havia também, pedras com cavidades (quebra coquinhos), além de almofarizes e mãos de pilão de pedra, anzóis de osso, dentes de focas, bulas timpânicas de baleia. Estes achados documentam a existência de tribos inteiras desaparecidas sem que sua história e feitos tivessem sido registrados de outra forma.

Certamente objetos confeccionados de madeira foram utilizados pelo homem do sambaqui, porém as condições climáticas úmidas não foram favoráveis à sua preservação.

Numerosa era a ocorrência de ossos humanos nas camadas dos sambaquis. Os primeiros pesquisadores mencionam fragmentos de ossos e crânios quebrados, acreditando não se tratar de sepultamentos. Algumas vezes, tornou-se evidente o achado de muitos esqueletos enterrados obedecendo algum rito ou cerimônia.

Havia esqueletos pintados, rodeados de material lítico.

Muitos sambaquis foram destruídos para conservação do leito de estrada. Sem dúvidas, foi lamentável e imperdoável a utilização do sambaqui para tal finalidade, ou para produzir cal ou moído para corretivo da acidez do solo.

Não faltaram contínuos apelos dos estudiosos ao governo para a preservação desse valiosíssimo patrimônio cultural. A lei da proteção ao sambaqui foi sancionada, porém, tardiamente, após destruição de grande número dessas jazidas arqueológicas. Grande parte do material foi perdido ao ser espalhado na estrada para sua conservação!

Uma pequena parte deste material foi salva por Guilherme Tiburtius e se encontra atualmente no Museu do Sambaqui de Joinville (SC). Tiburtius foi um autodidata estudioso da arqueologia dos sambaquis. Publicou vários trabalhos no Paraná e no exterior. Em sua residência em Curitiba, construiu no quintal um pequeno pavilhão para abrigar e

expor com muito critério as peças coletadas. Nele se achavam expostos muitos objetos procedentes do Sambaqui de Matinhos. Tiburtius foi um colecionador entusiasta.

Na época, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná tudo fez para desestimulá-lo, proibindo-o mesmo de apanhar nas estradas o material espalhado pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER), mas seu amor pela arqueologia fez com que superasse as perseguições sofridas.

Graças a iniciativa de Tiburtius conhecemos e podemos ver no Museu do Sambaqui de Joinville, muitas das peças do Sambaqui de Matinhos e daqueles próximos à Estrada do Mar (atual PR 407) que leva a Praia de Leste, além de muitos outros do Paraná e Santa Catarina.

Mais tarde, impossibilitado de manter seu museu particular e desejoso que o acervo permanecesse no Paraná, ofereceu-o à UFPR e ao Estado. Entretanto, nenhuma dessas instituições foi capaz de avaliar o inestimável valor do patrimônio cultural do museu de Tiburtius, talvez uma das maiores coleções de material dos sambaquis do Paraná e Santa Catarina existentes no mundo.

O acervo foi comprado por um preço irrisório pela Prefeitura Municipal de Joinville, que soube avaliar a grandiosidade da obra de Tiburtius.

No sambaqui de Matinhos, Tiburtius encontrou 12 bulas timpânicas de baleia e 31 objetos trabalhados, confeccionados com este material. Tanto nos sambaquis do Paraná e de Santa Catarina, foram encontrados artefatos confeccionados de osso de baleia de natureza porosa e aspecto esponjoso. Alguns deles, maciços e de coloração marfim, com pequenos veios de coloração marrom que procedem da bula (caixa) timpânica do grande cetáceo.

O material não trabalhado encontra-se em sambaquis situados mais próximos à linha da praia, enquanto os elaborados, nas jazidas mais interiorizadas.

A presença de baleias nas costas brasileiras parece ter sido muito freqüente, tanto em tempo pré-históricos como históricos. De acordo

com antigos cronistas, no litoral do Brasil apanhava-se grande número de baleias. Em 1818 Mawe refere que, em Santa Catarina no começo do século XIX eram apanhados entre 300 e 400 exemplares por ano.

Nos tempos coloniais a pesca da baleia teve grande desenvolvimento, principalmente nas costas setentrionais do Brasil.

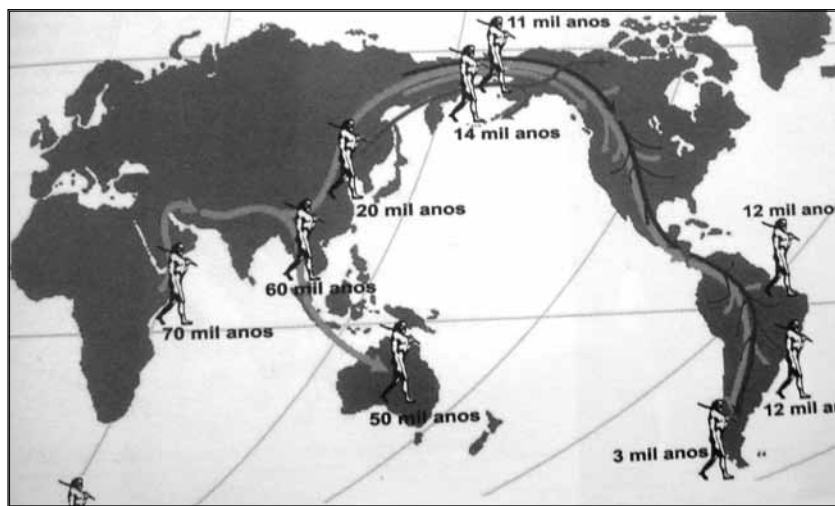


Fig.1 - Rota de grupos humanos com morfologia similar a australo-melanésios e africanos. Rota de grupos humanos com morfologia similar a asiáticos e americanos atuais. (Seg. Neves, 2003)

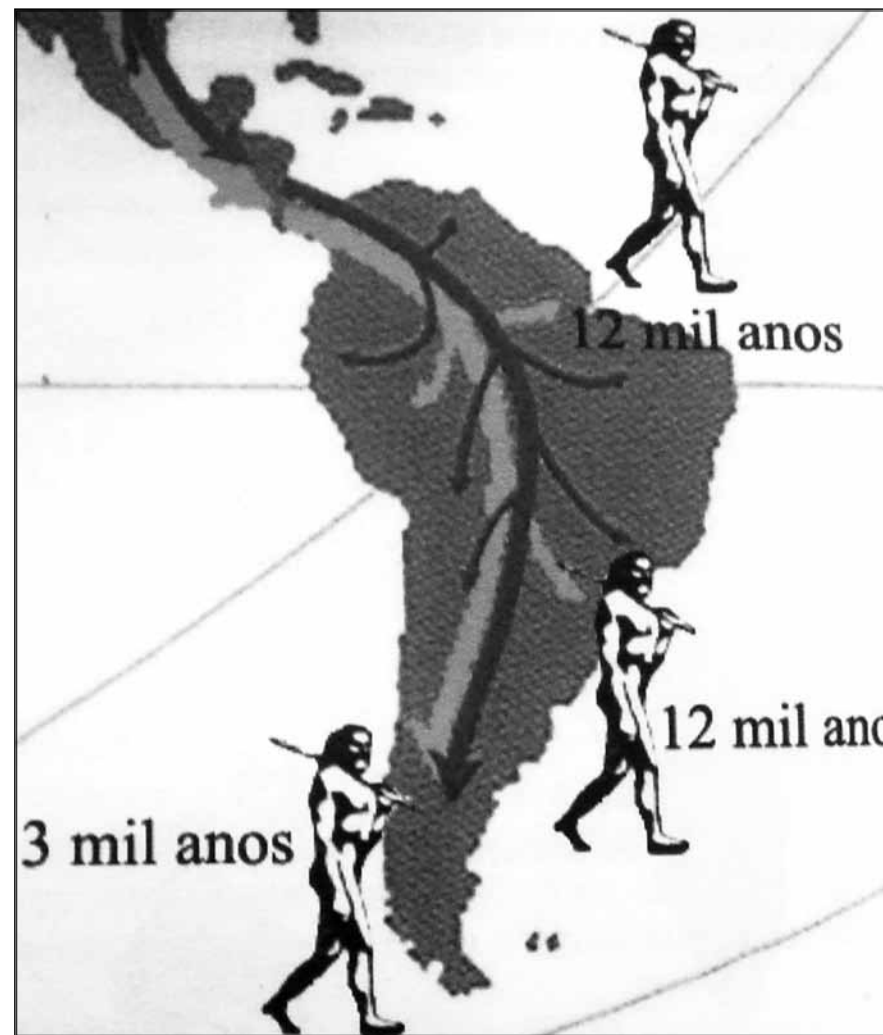


Fig.2 - Detalhe da Fig.1 (Seg. Neves, 2003)

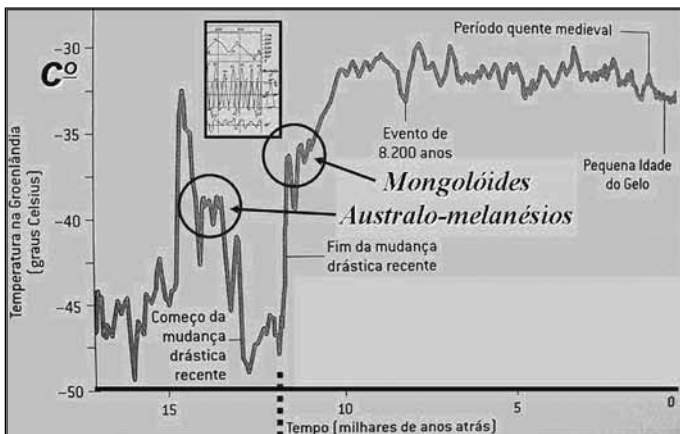


Fig.3 - Duas mudanças climáticas frias que favorecem a travessia do Estreito de Bering. A primeira a cerca de 14.500 anos que permitia a passagem dos australo-melanésios; a segunda a 11.000 anos que permitiu a travessia de grupos da Mongólia, os mongolóides.



Fig. 4 - Cena de defesa ou da caça ao toxodonte da megafauna extinta no final do Pleistoceno, representada numa pintura rupestre representada numa lapa na Serra da Estrela, Central, BA. A pintura revela um período muito úmido, com rios perenes, mata de galeria, floresta ou cerrados. (foto: J. J. Bigarella)



Fig.6 - Reconstituição do crânio de Luzia efetuada pelo Dr. Richard Neave. Esta jovem não apresenta traços mongolóides e pertencia à população da Lagoa Santa (MG). Morreu entre 11.500 e 11 mil anos atrás (Aguilar,2000)



Fig.5 - Representação gráfica de um toxodonte que vivia no final do Pleistoceno (ilustração apresentada por Carcelle, 1994)

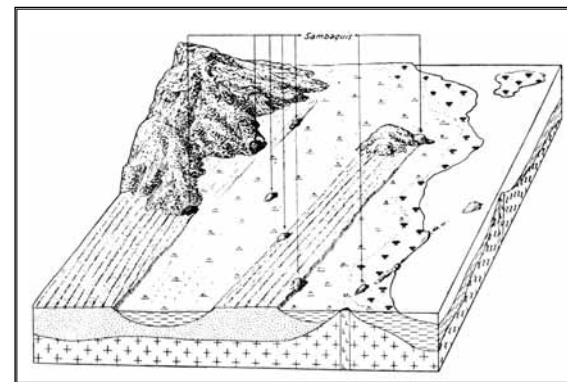


Fig.7 - Bloco diagrama esquemático representando os principais tipos de ocorrência dos Sambaquis. Não representa uma região em particular. Vê-se no desenho Sambaquis jazendo sobre terrenos cristalinos, sobre margem de tabuleiros arenosos e sobre terrenos mais baixos e úmidos. (Bigarella, 1954)



Fig. 8 - Bula timpânica de baleia, com área de 11 cm de comprimento, encontrada por Guilherme Tiburtius no Sambaqui de Matinhos. O homem pré-histórico utilizou-se desse tipo de material de adorno, inclusive peças zoomórfas.

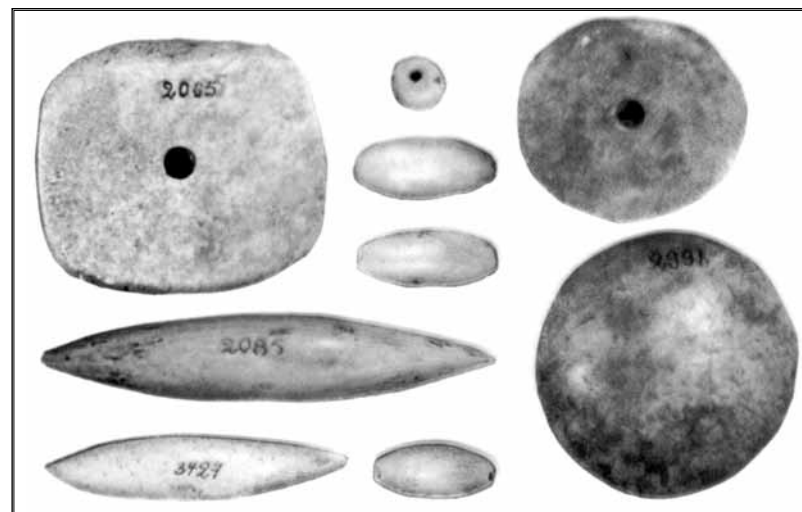


Fig. 10 - Diversos objetos de adorno confeccionados de bula timpânica de baleias, encontrados no Sambaqui de Matinhos por Guilherme Tiburtius em meados da década de 40.

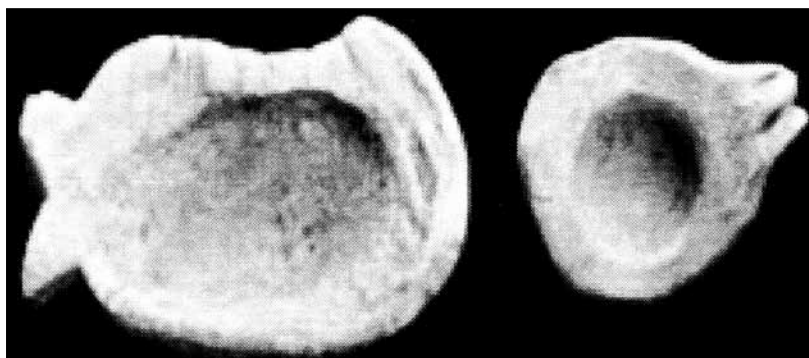


Fig. 9 - Entre os objetos zoomórfos referidos na fig. 8, o objeto da esquerda do Sambaqui de Matinhos, com cerca de 9,5 cm representa uma baleia. O da direita do Sambaqui de Joinville representa possivelmente um pequeno almofariz.

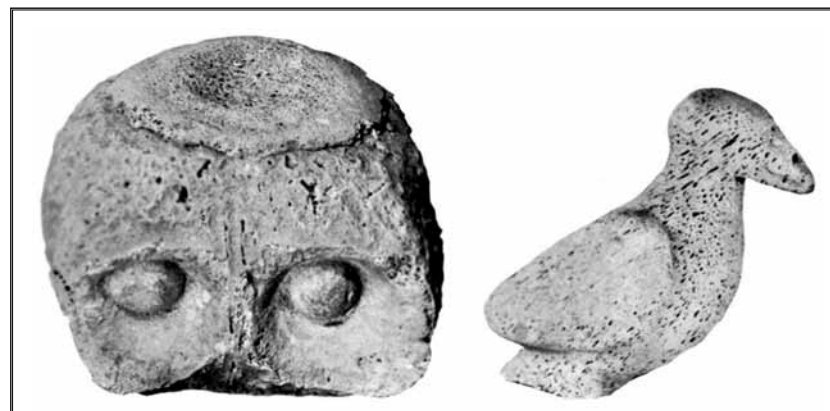


Fig. 11 - Objetos e osso de baleia, encontrados por Guilherme Tiburtius no Sambaqui de Matinhos. O da esquerda parece representar uma cabeça de coruja. O da direita, um pássaro que deveria situar-se sobre um bastão de osso.

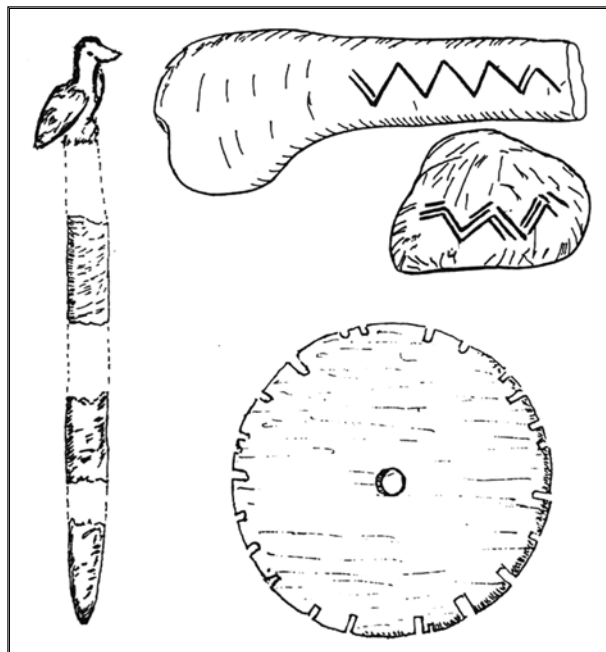


Fig. 12 - Diversos objetos confeccionados de osso encontrados por Guilherme Tiburtius no Sambaqui de Matinhos. Os desenhos geométricos parecem confirmar a presença de índios carijós nas camadas superiores do Sambaqui.

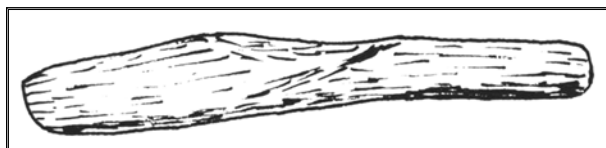


Fig. 13 - Implemento (6kg) confeccionado de diabásio com 65 cm de comprimento, terminado em cunha afilada e polida, encontrado por Guilherme Tiburtius no Sambaqui de Matinhos.

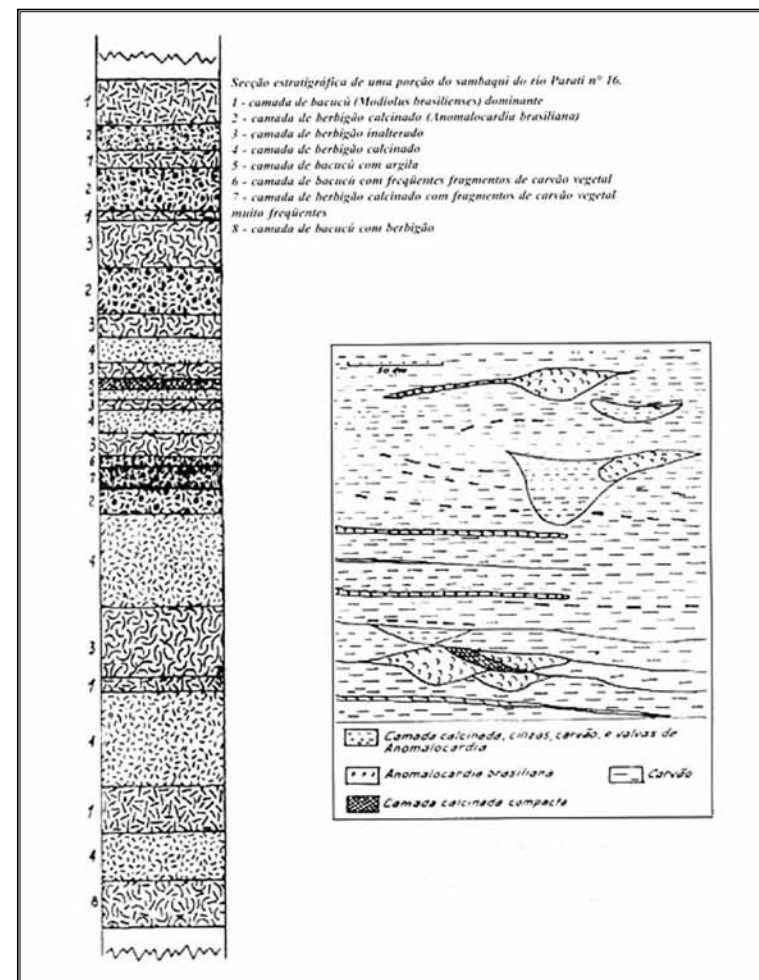


Fig. 14 - Estratigrafia das camadas centrais do Sambaqui do Pernambuco (Bigarella, Tiburtius & Sobanski, 1954).



Fig. 15 - Sambaqui do Pernambuco (Joinville) com sequência nítida de estratos. (Bigarella, Tiburtius & Sobanski, 1954).



Fig. 16 - Outros aspectos do Sambaqui do Pernambuco. Sequências de camadas calcinadas, grande quantidade de cinzas.

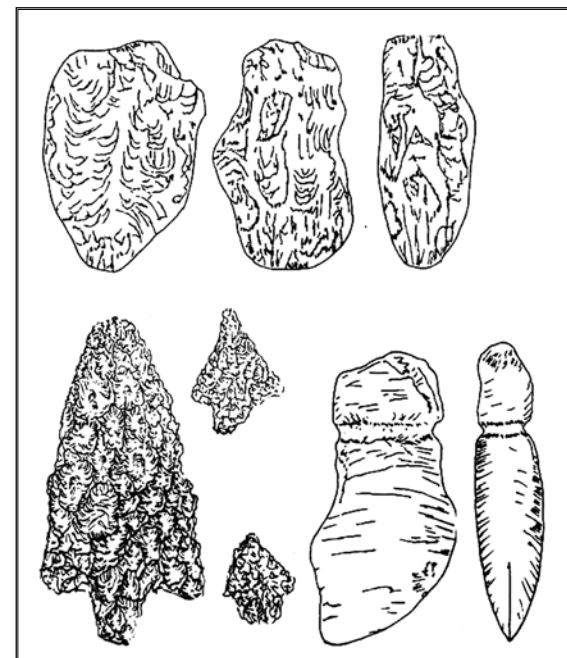


Fig. 17 - Objetos confeccionados de pedra, encontrados por Guilherme Tiburtius no Sambaqui de Matinhos. Os três objetos superiores são de pedra lascada e referem-se a lâminas de machados confeccionados de diabásio (19,5cm e 1,24kg), com um sulco na parte superior destinado a fixação em cabo de madeira. As três pontas de flechas representadas no lado esquerdo inferior são raras em Sambaquis.

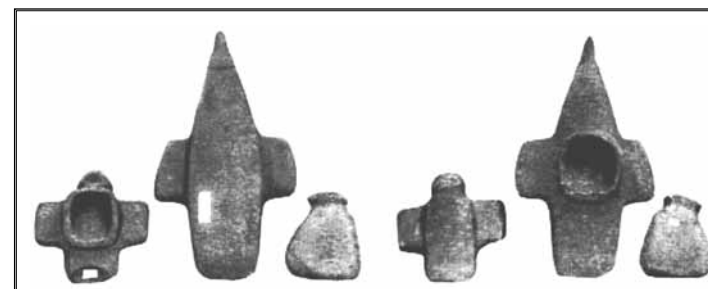


Fig. 18 - Vista superior e inferior de zoólitos encontrados respectivamente nos Sambaquis do Morro do Ouro e do Rio Pinheiros. A peça da direita ilustra um machado encontrado no Sambaqui do Cubatãozinho (Bigarella, Tiburtius & Sobanski, 1954).

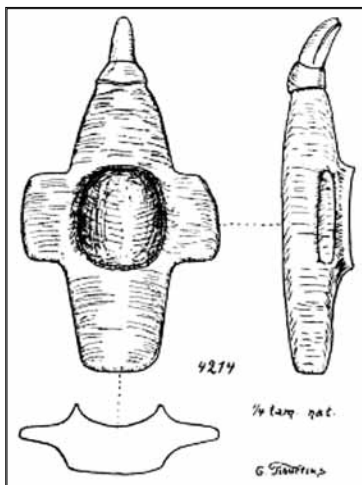


Fig. 19 - Desenho do zoólito representado na fig. 18. Trata-se de uma peça de 35cm de comprimento, trabalhada em diabásio (Bigarella, Tiburtius & Sobanski, 1954).

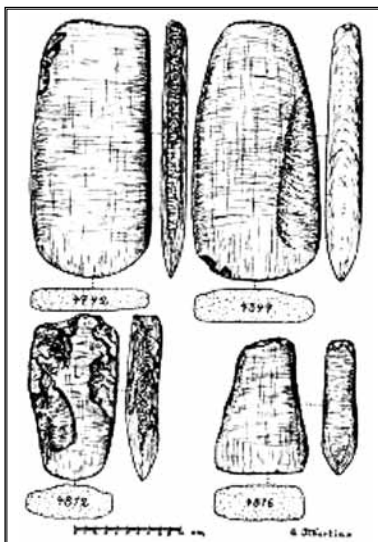


Fig. 20 - Diversos machados de pedra encontrados no Sambaqui do Rio Pinheiros (SC). (Bigarella, Tiburtius & Sobanski, 1954).



Fig. 21 - Diversos machados de pedra coletados no Sambaqui do Rio Pinheiros (SC). (Bigarella, Tiburtius & Sobanski, 1954).

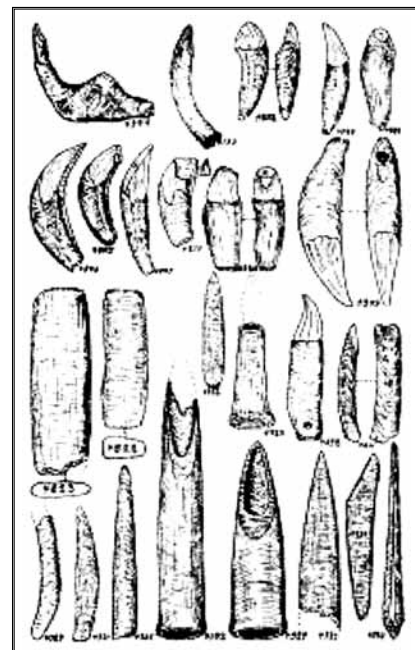


Fig. 22 - Diversos artefatos confeccionados de dentes e ossos de animais (Sambaqui do Rio Pinheiros (SC). (Tiburtius, Bigarella & Bigarella, 1954).

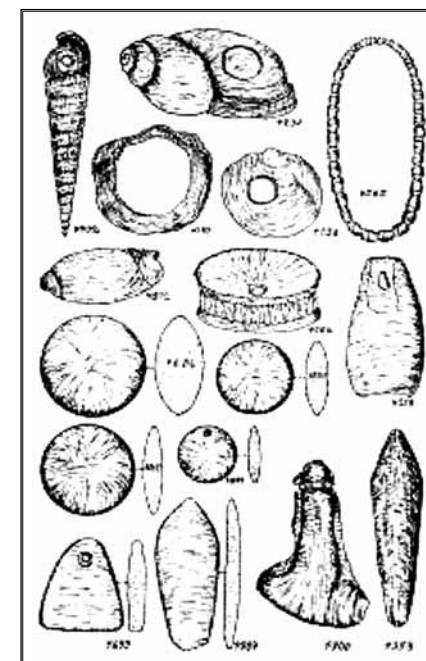


Fig. 23 - Adornos e artefatos (Sambaqui do Rio Pinheiros (SC). (Tiburtius, Bigarella & Bigarella, 1954).

DITADURA NUNCA MAIS



Por LÉO DE ALMEIDA NEVES



Em 31 de março de 1964 teve início em Belo Horizonte o movimento militar liderado pelo General Olímpio Mourão Filho, que resultou na implantação de uma ditadura militar que perdurou por 21 anos.

O país vivia em plena democracia, asseguradas todas as liberdades. O Congresso Nacional manifestava-se com plenitude. O Poder Judiciário exercia suas funções livremente. No ano seguinte, em 1965, haveria eleição presidencial, na qual deveriam concorrer Juscelino Kubitschek, pelo PSD, Carlos Lacerda pela UDN, e talvez o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, pela esquerda.

Mais que as agitações internas, parece-me que o fator principal da ditadura militar no Brasil proveio da interferência dos Estados Unidos. Documentos divulgados revelam de forma inequívoca a interferência norte-americana para a deposição de João Goulart. Reunião gravada do Presidente John Kennedy com o embaixador Lincoln Gordon, dos EUA no Brasil, e personagens do staff governamental, apontam contatos com militares e providências administrativas para derrubar João Goulart. Está gravado que o Presidente Kennedy em reunião em 30 de julho de 1962 na Casa Branca “**manifesta apoio a movimento militar para tirar Jango do poder**”. É sabido que a América do Norte também ajudou a instalar ditaduras militares no Chile, Argentina, Uruguai e Bolívia.

João Goulart evitou a luta fratricida e o derramamento de sangue por duas vezes: em março/abril de 1964 e anteriormente na campanha pela sua posse liderada pelo governador Leonel Brizola, após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961.

Conforme o livro *1964: O DNA da Conspiração*, Editora Scortecci, 2012, escrito pelos coronéis do Exército Gastão Rubio de Sá Weyne e Jônathas de Barros Nunes, nos primeiros meses da ditadura 50 mil pessoas foram presas, 2.127 processos foram instaurados no governo Castelo Branco, e 4.460 no governo Garrastazu Médici.

O jornalista Fernando Rodrigues em sua coluna na Folha de São Paulo de 1º de fevereiro de 2010 publica alguns números alarmantes das arbitrariedades da ditadura, que transcrevo a seguir:

“Perto de 20 mil brasileiros foram submetidos a torturas; mandatos políticos cassados passaram de 4.800; calcula-se que 50 mil pessoas tenham sido presas somente no início do período autoritário e milhares de prisões políticas não tiveram registro oficial. Cerca de 400 acabaram mortos ou estão desaparecidos até hoje.”

Nos porões do DOI-CODI (instrumento da ditadura), a prática de tortura generalizou-se e muitos foram assassinados e há mais de 153 desaparecidos.

A ditadura perseguiu intelectuais e cientistas que foram cassados das cátedras universitárias e dos Institutos de Pesquisas, dentre eles Fernando Henrique Cardoso.

É datado de 26 de fevereiro/1969, o famigerado Decreto-Lei 477, que autorizou as reitorias das Universidades a expulsar estudantes e demitir professores.

Não me eximo de reconhecer méritos dos governos militares. Castelo Branco fundou em 1966 a Embratur e a Zona Franca de Manaus, e decretou o Estatuto da Terra, com a aprovação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), hoje INCRA. Decretou o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS). O presidente Costa e Silva criou importantes empresas estatais: a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), a Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A (Embraer), e a Petrobrás Química S/A (Petroquisa), braço petroquímico da nossa estatal

do petróleo. Médici instituiu o Primeiro Plano de Desenvolvimento, de 1972 a 1974. Ernesto Geisel restaurou relações diplomáticas com a China, reconheceu a independência de Angola, revogou o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, e assinou o Acordo Nuclear com a Alemanha Ocidental para construção de 10 usinas núcleo-elétricas no Brasil. Fundou a estatal Nuclen e instalou fábrica para construção de equipamentos nucleares em nosso território. Estabeleceu o programa do Proalcool. Construiu grande parte das usinas hidrelétricas de Tucuruí e Itaipu.

Geisel teve o mérito de apoiar o fim do AI5, com significativa contribuição da OAB do Paraná e do Brasil.

A 7ª Conferência Nacional da OAB em maio de 1978 em Curitiba foi organizada pelo presidente da OAB do Paraná, Dr. Eduardo Rocha Virmond. Presidiu a cerimônia de abertura no Teatro Guaíra o governador Jayme Canet, que passou a presidência ao renomado jurista Dr. Raimundo Faoro, presidente Nacional da OAB.

As reuniões e debates aconteceram na Universidade Federal do Paraná e o Dr. Raimundo Faoro levou pessoalmente ao Presidente Geisel as conclusões da Conferência. Geisel declarou que os bem fundamentados argumentos do conclave o convenceram a não se opor à rápida aprovação pelo Congresso Nacional da Emenda Constitucional nº 11, de 13 de outubro de 1978 que extinguiu o AI5 e outras medidas de exceção, entrando em vigor em 1º de janeiro de 1979.

A OAB exerceu papel fundamental para o fim do AI5, a conquista da anistia e o restabelecimento das eleições diretas.

A OAB do Paraná também teve posição de destaque na luta para o retorno da democracia, sob a liderança do inesquecível Vieira Neto, do Dr. Eduardo Rocha Virmond, do Dr. René Ariel Dotti e de todos os eminentes advogados merecidamente homenageados em solenidade realizada no dia 31 de março na OAB, na qual proferi palestra sobre os 50 Anos do Início da Ditadura.

João Batista Figueiredo concluiu o processo de redemocratização e devolveu o poder aos civis.

Deplorável, que decorridos 29 anos do fim da ditadura não tenham sido esclarecidos, dois assassinatos de personalidades notórias: o do ex-deputado federal Rubens Paiva, e de Vladimir Herzog, diretor da TV Cultura de São Paulo, preso, torturado, e morto com simulacro de suicídio por enforcamento.

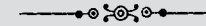
Acontecimentos recentes contribuíram para corrigir a iniquidade da história: a restituição simbólica pelo Congresso Nacional dos mandatos dos senadores e deputados federais cassados pelo regime militar, e honras oficiais e militares, com a presença da Presidente Dilma Rousseff, a João Goulart em Brasília, após a exumação de seu corpo em São Borja.

Felizmente, depois dos 21 anos de opressão, consolidou-se a democracia no Brasil sob a égide da Constituição Cidadã de 5 de outubro de 1988.

Hoje, é praticamente unânime o repúdio do povo brasileiro a atos discricionários. Podemos dizer a uma só voz: Ditadura nunca mais, democracia para sempre.



A REPÚBLICA TEOCRÁTICA DE GUAIRÁ



Por ERNANI BUCHMANN

É bastante conhecido o fato do Paraná ter tido diferentes configurações territoriais ao longo da história. O Tratado de Tordesilhas nos permitiu uma nesga de terra, que os aventureiros portugueses, em busca de ouro, trataram de alargar a partir do litoral. Foi assim que a Vilinha do Atuba, berço da futura cidade de Curitiba, se tornou a primeira povoação a oeste da linha do Tratado, em meados do século XVII.

Cem anos antes disso, em sentido inverso, os espanhóis já tratavam de marcar seu território. Seus conquistadores, chamados de *adelantados*, eram nomeados pelo rei para avançar sobre as terras dominadas pelos índios. O mais famoso deles foi Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, que em 1540 desembarcou em Santa Catarina e de lá subiu a serra até chegar às Cataratas do Iguaçu. Foi o primeiro europeu a ver aquele espetáculo.

Alguns anos depois, começaram a ser criadas povoações ao longo do Rio Paraná. O processo de povoamento levou à instalação da Ciudad Real de Guairá, em 1579, na foz do Rio Piquiri. Vinte e cinco anos mais tarde, o *Capitán* Malgarejo funda na confluência do Rio Ivaí com o Corumbataí a Vila Rica do Espírito Santo.

A resistência dos índios à dominação estrangeira levou a uma situação insustentável. A coroa espanhola determinava que a população indígena deveria ser catequizada, defendida e iniciada em um ofício, em troca de uma taxa ou de serviços.

A relação entre dominadores e dominados logo se degenerou, levando o governador paraguaio Arias Saavedra a sugerir ao governo espanhol que cedesse a missão de catequizar e pacificar os índios aos padres da Companhia de Jesus.

Da sua base original na Vila Rica, os padres jesuítas espalharam sua influência para leste, empurrando o domínio espanhol até os campos de Guarapuava. Do Rio Paraná para dentro, chegaram ao Paranapanema, ao norte, ao Iguaçu, no sul, e a Itararé no nordeste, tendo como eixo central o Rio Ivaí.

Esse era o território que passou à História como a República Teocrática de Guairá. Suas povoações, conhecidas como reduções, seguiam um projeto urbanístico e arquitetônico padrão, ressaltadas às diferentes configurações topográficas.

As duas primeiras foram de Santo Inácio Mini e Nossa Senhora de Loreto, ambas às margens do Rio Paranapanema. Esta última tornou-se a capital, local de residência do padre superior das missões.

A resistência dos índios foi, aos poucos, sendo quebrada. Quanto mais reduções eram criadas, mais silvícolas eram catequizados. Assim surgiram as reduções de Jesus Maria, nas cabeceiras do Ivaí, nas proximidades do que é hoje o município de Prudentópolis, e a seguir as de San Antonio, San Pablo, San Tomás, Asiente de la Iglesia e outras.

Os jesuítas chegaram a aldear mais de 100 mil índios, como conta Ruy Wachowicz: “...e o mais importante, conseguiram fazer penetrar no ânimo dos indígenas os sentimentos de trabalho sistemático e disciplinado, o que até então ninguém havia realizado”.

Os jesuítas adotaram um sistema engenhoso e que se demonstrou sábio, ao adaptar os cargos da administração espanhola à hierarquia indígena. Assim, os índios exerciam cargos de capitão, alcaide, alferes e regedor. A autoridade suprema era um missionário, chamado pelos aldeados de “pai-tuya”, pai velho.

A redução de Jesus Maria, fundada em 1628 pelo jesuíta italiano Simão Masseta, foi a primeira a cair. Alguns anos mais tarde, houve uma razão na redução, comandada por aproximadamente 800 mamelucos paulistas, acompanhados por três mil tupis, munidos de armas de fogo e outros instrumentos de guerra.

O comandante da dizimação de Jesus Maria teria sido Manuel Morato, que trabalhava sob as ordens do bandeirante Raposo Tavares. O ataque fazia parte da estratégia de ampliar as terras portuguesas além do estabelecido pelo Tratado de Tordesilhas, o que empurrou, ao fim e ao cabo, as divisas de Portugal e, depois, do Brasil, até as barrancas do Rio Paraná.

Os jesuítas foram expulsos para o outro lado do rio, seguindo com sua missão em terras paraguaias, argentinas e nos pampas gaúchos. Do que foi construído nos campos paranaenses, restam apenas poucos sinais, ruínas hoje escondidas pela natureza.

A República Teocrática de Guairá foi precursora na adoção das modernas técnicas de abordagem, convivência e adaptação de populações nativas. Foi também a primeira das diversas experiências de ocupação com sistemas políticos próprios adotados no Paraná.

Séculos depois, tivemos a utopia socialista do Dr. Faivre, com a Colônia Thereza Christina, próximo de onde tinha sido implantada a redução de Jesus Maria, e a tentativa anarquista da Colônia Cecília, nos fins do século XIX. E, no século XX, tivemos os movimentos armados, como a Guerra do Contestado, no sul e sudoeste, a formação da Coluna Prestes, no oeste, o Levante do Quebra Milho, em Porecatu, no norte, e a Revolta dos Posseiros, no Sudoeste. Mas esses já são outros capítulos.



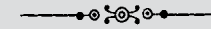
Fontes

História do Paraná, Ruy Wachowicz

Saga da Esperança – Socialismo utópico à beira do Ivaí, Josué Corrêa Fernandes

Colônia Cecília e outras utopias, Giovanni Rossi

AS RAZÕES COMO PRINCÍPIOS DOGMÁTICOS



Por ANTONIO CELSO MENDES



As razões-matemáticas constituem um patamar de evidências incontestáveis, que todos aceitam sem discussão. Contudo, seus limites são aqueles da indagação referente ao porquê de nossa razão ser refém à autonomia dos números, ao ponto de chegarmos à conclusão de que Deus seria matemático ? (Cfr. LIVIO, Mário. *Deus é matemático?* Rj, Ed Record, 2009).

Devemos a THOMAS KHUN (1922/1996) a conclusão básica de que o pensamento humano sempre tem como ponto de partida, na formulação de suas teorias, a presença de verdades admitidas sem causa ou explicação aparente, constituindo um pressuposto dogmático que é como que um princípio de crença (*A Função do Dogma na Investigação Científica*. Curitiba, UFPR, SCHLA, 2012; www.filosofiaparatodos.com.br). Tal ocorreu com as teorias de Einstein, Freud, Newton ou Kepler, entre outros.

Dessa forma, a razão humana nos parece condicionada, ao manifestar os limites de suas possibilidades, permitindo *weltanschauungen* (visões de mundo, cosmovisões) que oscilam de forma contraditória, ora afirmando, ora negando certas concepções radicais sobre a realidade, à maneira de alternativas excludentes. Assim, por exemplo, em relação ao caráter espontâneo ou 'fabricado' do Universo, torna-se possível adotarmos duas atitudes antagônicas, ora de aceitação natural, ora de espanto e admiração pelo milagre que envolve o surgimento de tudo.

Ora, isto pode ser explicável pela origem dúplice de nosso ser, que é formado por duas estruturas, completamente diferentes: um corpo físico, material, sujeito aos determinismos aleatórios, contendo outra origem, nosso lado racional, inteligente, abstrato, cujas ideias não ocupam lugar no espaço ou no tempo, sendo pura manifestação de algo espiritual.

Foi assim que a humanidade se dividiu entre, por um lado, povos cuja cultura pode ser considerada apenas ‘materialista’ (como ocorreu com o Ocidente) e povos ditos ‘espiritualistas’ (no Oriente), que não perderam o sentido mágico de tudo o que ocorre. Assim, verificamos uma luta atual de povos que desejam evoluir por via social e política, em conflito com povos estagnados pela sua cultura, desejosos apenas em preservar seus costumes.

Não obstante, esforços têm sido feitos atualmente no sentido de aproximar estas duas culturas. É assim que, por um lado, podemos verificar atualmente que o Ocidente está cada vez mais consciente das limitações de seu ‘materialismo’, abrindo-se por consequência ao espiritualismo oriental, numa tentativa de assimilar as verdades milenares que demonstram, a cada momento, o caráter milagroso da realidade criada.

Para tanto, basta citarmos a visão psicanalítica de CARL JUNG (1875/1961), discípulo dissidente de FREUD, que, em toda sua obra, faz uma opção declarada pelas perspectivas infinitas de nossa psíquê, que possui uma inclinação natural para abrir-se ao mistério e ao sagrado (cfr. DUNNE, Claire. *CARL JUNG*. SP, Ed Alaúde, 2012).

Fica assim, claramente perceptível, que nossas capacidades racionais, desde suas origens, se nos apresentam condicionadas por dependências transcendentais, o que demonstra suas origens de uma outra natureza, não apenas evolutiva.



A RESTAURAÇÃO DO PAÇO DA LIBERDADE

Por DARCI PIANA

Desde o momento em que assumi a presidência do Sistema Fecomércio no Paraná, responsável pela gestão do Sesc e do Senac, braços social e educacional do sistema, tive em mente oferecer a contribuição, em nome dos empresários paranaenses do comércio, para a preservação da nossa história. A oportunidade surgiu três anos depois, em 2007.

Durante anos, transitar pela Praça Generoso Marques e seu entorno era conviver com o abandono. Um dos sítios históricos mais importantes de Curitiba estava em franca decadência, tendo como ponto central da degradação o antigo Paço Municipal. O imóvel ficou desocupado muito tempo, destino inglório para o único edifício da cidade tombado pelas três instâncias: municipal, estadual e federal. Construído no início do século XX, pelo prefeito Cândido Abreu para ser a sede do poder público municipal, o local abrigou o gabinete de 42 prefeitos, para depois sediar o Museu Paranaense.

Foi quando firmamos convênio com a Prefeitura, então comandada por Beto Richa, para a cessão do imóvel por 25 anos, com cláusula prevendo renovação por igual período, para que fosse transformado em unidade cultural do Sesc. O acordo representava também um grande desafio, porque era preciso tanto restaurar o prédio como o seu entorno, incluindo a praça e as ruas próximas, como a Riachuelo e a São Francisco.

A solução foi unir forças também com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae-PR) e o Banco do Brasil, além da própria PMC. Juntas, as entidades construíram um plano de ações e estratégias desenvolvidas e executadas nos anos seguintes para a revitalização de toda a área do entorno do Paço da Liberdade.

A proposta da prefeitura foi realizar investimentos nas ruas São Francisco e Riachuelo, com a readequação das calçadas, melhorias na iluminação pública, implantação do novo itinerário da Linha de Turismo, instalação de câmeras de segurança e floreiras nas esquinas.

O executivo municipal também encaminhou à Câmara de Vereadores um projeto prevendo isenção fiscal para o proprietário que realizasse reformas em seus imóveis e, também, penalidades para os que estivessem em estado de abandono. Outra proposta da prefeitura foi a criação de um eixo gastronômico na Rua Riachuelo, reformada e entregue à população no fim de 2012, já adequada à nova destinação.

Para capacitar os profissionais e empresários da região, o Senac ofereceu cursos nas áreas de turismo e hospitalidade, gestão e comércio, saúde, meio ambiente, idiomas, design e imagem pessoal.

O Sebrae ofereceu cursos, palestras, oficinas, feiras, lazer e ações para a atualização dos empresários e comerciários. Em conjunto com a Fecomércio, foram formadas novas turmas dos programas Varejo Mais e Varejo Mais em Ação, com atendimento específico aos empresários da região.

Para a liberação de recursos para novos investimentos, o Banco do Brasil disponibilizou R\$15 milhões a empresários que quisessem investir no entorno do Paço.

Durante dois anos, o local foi restaurado pelo Sesc, com o trabalho de 50 artesãos e mais de 150 trabalhadores em toda a obra. O responsável pelo projeto arquitetônico de reciclagem e de arquitetura foi o arquiteto Abrão Assad, que trouxe não só a *expertise* necessária como também se sentiu desafiado. As razões eram evidentes, porque o período da construção do prédio reflete uma fase pujante da economia, da cultura e dos anseios da época no Paraná, com detalhes na construção revelando alto padrão de qualidade, graças ao talento dos artesãos europeus que aqui viviam.

Para conciliar os valores originários do edifício com acessibilidade, conforto e funcionalidade, foi convocada uma equipe de arquitetos, sociólogos, antropólogos, educadores, artistas plásticos, comunicadores e designers.

Durante o processo, foram encontrados, abaixo do solo, resquícios do antigo Mercado, construção sobre a qual foi erguido o então Paço Municipal. A solução adotada para permitir que as novas gerações conheçam essas relíquias foi adotar o vidro como piso na sala da biblioteca.

Chegamos, enfim, à inauguração do espaço, rebatizado como Paço da Liberdade. Na noite do domingo, dia 29 de março de 2009, aniversário da cidade, 300 convidados testemunharam o momento em que Curitiba recebeu do Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná o prédio inteiramente restaurado para ser um espaço de convivência, conhecimento e expressão cultural.

As novas destinações do Paço

Foram criados nove núcleos, que realizam atividades de música, literatura, artes visuais, reflexão, eletrônica, cinema, informação digital, sociedade e comércio e educação.

Interação é o conceito do andar térreo, para privilegiar o público que convive com a Praça Generoso Marques, contendo salas de acesso livre à internet, livraria, biblioteca e o Café do Paço, café-escola do Senac que se tornou ponto de encontro de curitibanos e turistas, lembrando os antigos cafés que reuniam boa parte da população da cidade no século passado.

O segundo pavimento é pautado pela construção de linguagens, por meio do áudio, vídeo e dos cursos de formação. Neste andar, estão o cinema e a produção da arte eletrônica, com programações semanais.

Já o conceito do terceiro andar é a reflexão. A atração é a Sala de Atos, onde acontecem conferências, concertos e apresentações de música popular. É o local que abrigou, inclusive, as posses na Academia Paranaense de Letras dos acadêmicos Roberto Muggiati, em junho de 2011, e Paulo Venturelli, em fevereiro de 2013.

O piso conta com estúdio para gravação de bandas independentes do Paraná, que recebem orientações para a realização de trabalhos e gravações profissionais. A sala Cândido de Abreu completa o andar. No último pavimento, uma ampla sala de exposições e um ateliê pedagógico.

A unidade alinha-se à missão do Sesc PR na promoção da qualidade de vida, aproximando a comunidade das diferentes produções culturais e da vivência de novas linguagens artísticas. As três primeiras exposições exibidas no Paço foram “Memórias Visíveis – Recuperação e Restauro do Paço da Liberdade”, uma mostra que revelou, através da fotografia, o minucioso trabalho de recuperação e restauro do prédio; “Guerreiros Elementais”, exposição de esculturas do artista plástico Luiz Gagliastri; e as pinturas do curitibano Fernando Velloso.

Cinco anos após a reabertura do Paço, ele se transformou da maior atração turística do centro histórico de Curitiba, visitado pela população curitibana e por pessoas de todo o mundo. Pouco antes da Copa do Mundo, o jornal Metro, de Dublin, capital da Irlanda, publicou uma reportagem destacando os melhores locais do Brasil para o visitante estrangeiro. A foto escolhida para ilustrar a matéria foi a do Paço da Liberdade.

Os próximos passos na valorização da história paranaense já são visíveis. Os livros que o Senac e o Sesc vem editando inserem-se no contexto, como *Polenta e Cía*, de Elsa Maria Vieira de Souza e Célia Maria de Moraes Dias; *Famílias do Velho Mundo no Comércio do Paraná*, de Niroá Zuleika Rotta Ribeiro Glaser; *Pinhão Indígena – A Culinária do Paraná*, de Helena Menezes; e a obra ainda não lançada que retrata as 22 primeiras semanas gastronômicas realizadas pelo Senac, produzido pela própria equipe da instituição. No Sesc, foram editados os livros *Viagem às Grandes Descobertas do Nosso Litoral*, de Teresa Martins; e *Sesc Paraná - Seis Décadas e Dedicção*, de Isabel Furini.

Na área de restauração e reciclagem, estamos no fim das obras que vão devolver o antigo Cadeião da Rua Sergipe, em Londrina, para a população, também como unidade cultural do Sesc.

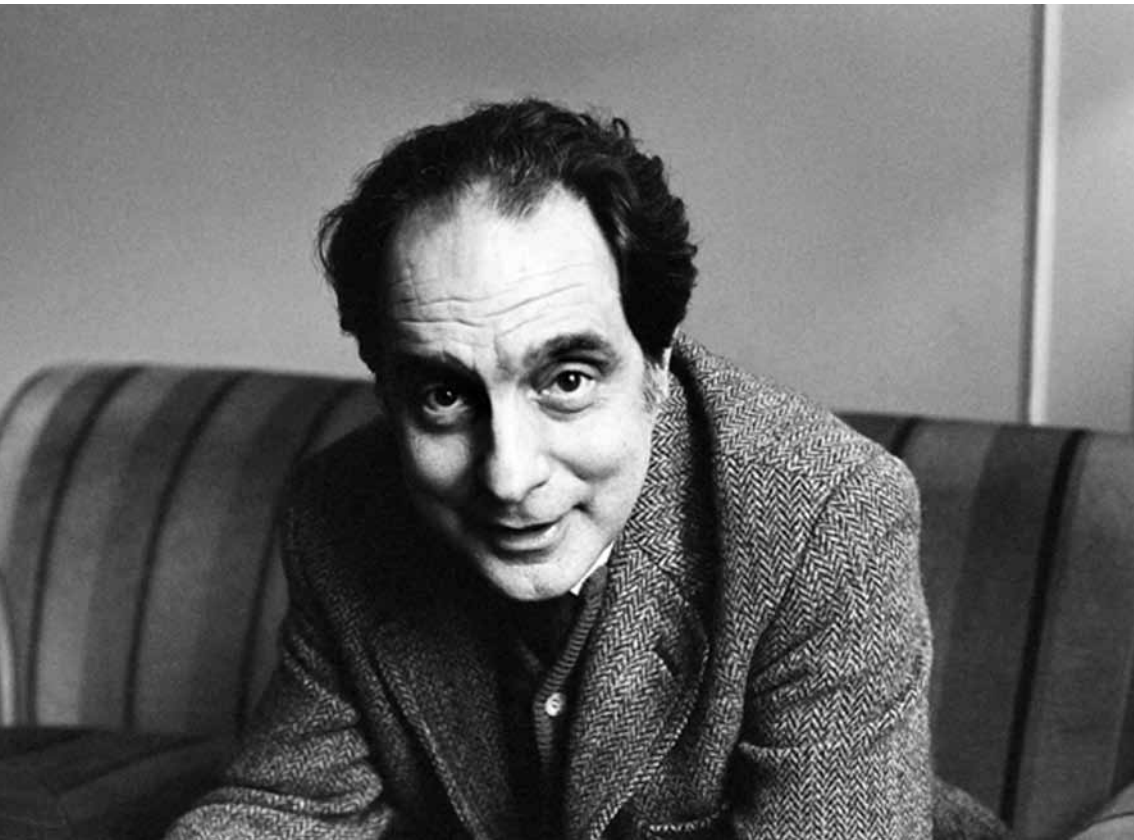
E no novo edifício da Fecomércio, obra que ainda se encontra em fase de projetos, a ser erguida na Alameda Augusto Stelfeld, há a previsão da criação do Museu do Comércio, com acervo das antigas empresas que ajudaram a desenvolver o nosso estado.

Mais que missão e obrigação, são atividades como essas que justificam a nossa existência e os cargos exercidos.



CALVINO E A LITERATURA LÍQUIDA

Por GUIDO VIARO NETO



Ítalo Calvino correu pela Itália. Na tenra infância em San Remo, percorria caminhos entre árvores cujos galhos eram muito próximos, atravessando longas distâncias com essa técnica. Dessa brincadeira nasceu o livro “O barão nas árvores”, história de um homem que vivia no alto de copas e até viajava saltando de galho em galho. Nascido em Cuba em 1923, por um acaso do destino, aos dois anos Ítalo e sua família mudaram-se para San Remo; na juventude mudou-se para Turim e aceitou o comunismo. Em 1944-1945 Calvino combateu durante um período de 20 meses junto a um grupo rebelde comunista. Seu primeiro livro após a guerra foi “O caminho para o ninho das aranhas”, que recebeu forte influência do escritor italiano Cesare Pavese.

Depois disso escreveu “O corvo vem por último”, onde descreve suas experiências na guerra. Naqueles anos em que o realismo era sua verdade literária e política, deixou três romances: “A escuna branca”, “Juventude em Turim” e “Colar da Rainha”. Em 1957 abandona o partido comunista em protesto contra as violências russas cometidas contra a Hungria. Mas mesmo antes disso, lá por 52, ele já se cansara das formas realistas, buscava nas fábulas fonte de inspiração para renovar sua literatura. Mas foi a memória que o ajudou a construir o arcabouço de entroncamentos, questionamentos e surpresas que iriam constituir sua literatura dali para frente. Novos mundos precisavam ser fundados, e só ele teria essa capacidade de manipulá-los.

De vez em quando olhava para seu primo-literário Jorge Luís Borges e então percebia que poderia continuar mergulhando. Não havia nada ridículo nessa atitude, e o próprio ridículo era, por si só, um excelente

tema para um romance. Foi aí que nasceu “O visconde partido ao meio”, a história de um homem que sobreviveu a um tiro de canhão, mas teve seu corpo dividido ao meio, uma parte boa e outra má; elas se separam e vão tentar seguir suas vidas. Ítalo correu por mais algumas cidades italianas enquanto suas obras se enchiam de um humor sarcástico e aceitavam cartas de tarô que serviam como guias para a história que se desenrolava a partir dos símbolos nelas contidos (O castelo dos destinos cruzados). Esse escorrimento tornou-se mais claro quando, ao longo da vida, tudo o que parecia sólido derretia, suas experimentações construíam novos caminhos para um mundo em ruínas, se não físicas, morais.

A jovialidade das “Cosmicômicas” atravessa a barreira de um mundo regrado e dividido pela Guerra Fria. Calvino descobre os reflexos literários e nos presenteia com “Se um viajante em uma noite de inverno...”. As bordas da Itália parecem não ser suficientemente altas para conter um homem tão volátil, ele é arrastado para os Estados Unidos, impressiona estudantes universitários com sua visão de mundo. Apaixona-se por Nova York, mas abandona-a por Paris, lá entra em contato com grandes escritores e pensadores, Roland Barthes, George Perec e Raymond Queneau; eles constituem a “Oulipo”, sigla para “Ouvroir de littérature potentielle”, (Oficina de literatura potencial). Dentre as regras desse grupo estava a supressão de parágrafos, a substituição de um substantivo pelo sétimo encontrado de baixo para cima no dicionário. Nesse período criou livros irônicos, engraçados. Mas pareceu querer se redimir escrevendo “Seis propostas para o próximo milênio”. Entretanto a matemática do “Oulipo” o interessava, ela poderia ser utilizada em escavações literárias, unir histórias de objetos com as de pessoas, e através dessas amarrações, dar vida a personagens que nunca antes tinham passeado pelas páginas da literatura universal. Para isso, utilizar-se-iam de regras que dissolviam palavras, criando estruturas lexicais apenas aparentadas ao velho idioma, e com as quais construiriam seus livros.

Calvino continuava escorrendo entre cidades, técnicas literárias e a vontade de continuar produzindo, muitas vezes achando que os experimentos literários não sobreviveriam ao vento implacável do tempo que arranca páginas dos livros tornando-os ainda mais incompreensíveis. Em outros momentos acreditava que havia aberto uma picada na mata cerrada da literatura do século 20, e dentro dela encontraria os gritos e gemidos de Borges, Gadda e Montale.

Em 1985 escorreram seus líquidos. Calvino terminou como homem. Sua obra estava apenas começando, escorria sobre jovens de todo o mundo, como substância viscosa que é, grudou-se aos dedos daqueles que se emocionam com suas páginas. Ítalo é refúgio, quando a realidade é uma caldeira borbulhante que nos destrói as mãos. É a teia de aranha cheia de filhotes que o mais entediado dos homens descobre um minuto antes que sua vida passe a não fazer qualquer sentido. Calvino é também a pergunta que primeiro acalma para depois, no silêncio da noite, destravar as comportas de lágrimas salgadas e corrosivas. Executa todas essas tarefas quando, talvez, só o que quisesse fosse ensinar como rir sem mostrar todos os dentes.

Seus sonhos são vivos, seu sangue, simbólico, por isso ascético. As lâminas das espadas são dançarinas com as quais devemos sincronizar nossos corpos. O universo é a eternidade, mas essa condição não o exime de algumas qualidades mesquinhas, inveja, egoísmo, falsidade. Os símbolos são o idioma com o qual o cosmos escreve sua história (para Calvino não há Deus), portanto cabe a ele mesmo o papel de criador e destruidor de seus mundos, precisa também encontrar matéria sólida que justifique suas grandes risadas e seus riachos de lágrimas.

Solto em um mundo de que desconfia, inseguro, cria bosques e armaduras que tem como única função protegê-lo, mas como sabe que não pode dar-se grande importância dentro do enredo de um livro, julga que não é um bom escritor, e que se alguém quer ser um, deve seguir uma conduta moral irrepreensível, e que ele mesmo não passa de um

fraco desprovido de caráter. Em seguida Ítalo passa a achar justamente o contrário, suas vontades escorrem e acumulam-se em um canto de seu cérebro, endurecem transformando-se em obstinação, aumenta-se, diminui-se, fecha os olhos para escrever, permite que o mundo escreva com suas mãos, e que todas as coisas, esperanças e pessoas ganhem rodas e depois asas, e que cada uma delas conheçam os mundos desconhecidos que são vizinhos, mas por vontades ou esquecimentos alheios parecem estar do outro lado do universo.

Quando cria seu próprio Deus, e depois permite que ele definhe e seque, e então mergulha seu cadáver nessas palavras cheias de realeza dourada, Calvino está sendo aquilo que o escritor americano Gore Vidal o considerava “...o maior escritor do século 20...”

COMENTÁRIO DE EDUARDO ROCHA VIRMOND

O texto de Guido Viaro sobre Ítalo Calvino é modelar. Como o autor, Viaro é um sonhador, que multiplica o prazer de manter intimidade virtual com Calvino. Mas é digna de examinar a conclusão sobre a frase de Gore Vidal, “que o considerava o maior escritor do século XX”! No entanto, há concorrentes sérios, pesados, espirituais, a começar por Marcel Proust. A continuar por Thomas Mann, James Joyce. O próprio Gore Vidal, que vale pelos seus livros “históricos”, principalmente o magnífico “Lincoln”, e ainda os seus surpreendentes ensaios (há uma edição de 1987 da Companhia das Letras, intitulada “De Fato e de Ficção – Ensaio contra a corrente” de Gore Vidal, mas depois disso ele escreveu mais 50, desmanchando figurões e falsos literatos e políticos).

Entre os livros imaginativos do século, teremos de Borges “El Aleph”, “Ficciones”. Quaisquer deles não superam, nem são inferiores a “Se una notte d’inverno un viaggiatore” de Italo Calvino, que me foi apresentado por Orlando Soares Carbonar e Wilson Martins, que tendia

a concordar com Gore Vidal. Assim como, para falar na prata da casa, “Grande Sertão Veredas”, do nosso fantástico Guimarães Rosa. Todos semelhantes na intensidade, na grandeza, na vivacidade, diferentes entre si.

As edições de Calvino são no original de Mondadori, no Brasil da Companhia das Letras, em tradução competente, entre os quais o imperdível “Perché leggere i classici”, recomendável para gregos e troianos, em que se exaltam entre outros, por exemplo, a “Cartuxa de Parma” de Stendhal, que Calvino considera o melhor romance de todos os tempos. De acordo, pois.



NOTURNO, EM RÉ MENOR, PARA A FLAUTA DOCE E OBOÉ AMARGO

Por JOÃO MANUEL SIMÕES



Duas da madrugada. O uísque, no fundo do copo, é um espelho líquido onde a imaginação se debruça, cansada. O tédio, uma serpente flutuando no ar, um zumbido surdo de moscas invisíveis. A meia-luz colorida da boate, esverdeada aqui, avermelhada ali, amarelada mais além, vai umedecendo as mesas, difusamente. Há um sussurro de vozes indistintas e risos abafados. De quando em quando, eleva-se uma voz mais forte, ilha sonora num arquipélago de sons confusos. Homens e mulheres, nas mesas espalhadas pelo salão. Sós. Sós, apesar das palavras soltas que os ligam, pontes efêmeras. Uns, em busca de uma fuga ainda possível à tragédia do cotidiano, ao drama dos dias que se arrastam, inconsequentes e vazios. As outras, atrás do dinheiro que quase sempre mata a fome e às vezes sustenta o luxo e a ociosidade. Uns, procurando, na fugaz alienação do álcool e da presença feminina, o remédio temporário para a realidade de estarem vivos, mas vivendo uma vida que, irremediavelmente, é véspera de morte. As outras, mercenárias, usando, com as máscaras afiveladas ao rosto, a arte de fingir, a sutil arte de fingir. De fingir até mesmo quando sentem aquilo que fingem sentir.

O pequeno conjunto musical espalha, pela atmosfera saturada de fumo, as notas melancólicas de um samba-canção. Um cantor negro, de voz suave, começa a cantar algo que muitos não percebem, algo que muitos gostariam de não ouvir neste momento de evasão, esquecidos da verdade daquelas palavras duras, ditas com tanta doçura, com tanta mansidão...

*“Tristeza, não tem fim,
felicidade sim.”*

E a voz do cantor de ébano vai se dissolvendo no ar, vai se espreguiçando, penumbra e luz, quebranto e afago, vai se derretendo, liquefeita, dentro dos copos de uísque, vai me envolvendo todo com um véu incolor, translúcido, construído de coisas invisíveis, de farrapos de sonho que o vento agita, que mais parecem fragmentos de gaze esbranquiçada, vai penetrando em mim, vai me dominando, vai me vencendo, carícia envolvente de dedos incorpóreos, lentamente, indistintamente.

Alguém, uma voz sem rosto, impessoal, na mesa ao lado, pergunta-me se falta muito para começar o *show*. Digo que não sei. Não me interessa. Uma voz de mulher, na mesa em frente, diz que está quase na hora. Pela conversa ao lado, fico sabendo que no famoso *show* se destaca Miriam, a *strip teaser*. Agora, um apresentador de voz estridente vem ao microfone para anunciar o início do espetáculo, que se intitula “uma noite no circo”. Deve ser uma droga. Enfim, vejamos. Rufam tambores, e as artistas, uma a uma, vão surgindo na arena improvisada, com passos marciais. Querem parecer provocantes e são apenas lamentáveis. Primeiro, vem a equilibrista, de cabelos ruivos e faces maceradas, apesar dos seus dezenove ou vinte anos. Depois, a trapezista, a palhaça, a contorcionista, a domadora de serpentes, a ilusionista. Um festival de carnes flácidas. De carnes torpes, *ex libris* do pecado. Rostos marcados, indelevelmente marcados pelas cicatrizes da vida. Ou do tempo. Ou da simbiose de ambos. Tudo isto me enoja. Não, não... Pensando bem, talvez não seja asco esta sensação nauseante que me invade com os seus tentáculos pegajosos, mas apenas tristeza, uma estranha espécie de tristeza, enlanguescedora e mole. Que dá vontade de chorar, de chorar baixinho, de chorar perpetuamente, de chorar sem querer saber a razão por que se chora ou por que existe pranto no mundo.

Peço mais um uísque. (É o quarto ou quinto?) O *show* continua. Agora, é a vez do número que se intitula “A Professora e o Aluno”. Mas não é própria a designação. Ficaria melhor se fosse “A professora e o pederasta”. Uma sucessão interminável de palavra sujas, de expressões abjetas, vestindo pretensas piadas de humor discutível. Não presto atenção. Não quero prestar atenção a tantas obscenidades, que a plateia

aplaude com frenesi. O uísque é um bálsamo refrescante para a chaga do instante que passa. Procuo afundar-me mais e mais nas águas mansas da lagoa azul de não lembrar, de tudo esquecer, de morder o nada, de perambular, por instantes, pelo reino esquecido e noturno do olvido. Palmas frenéticas trazem-me de novo à realidade. Mas o que é a realidade? Quais os seus contornos, o seu perfil, a sua essência?

A aula de alfabetização de adultos terminou. Aqui e ali, um bocejo irreprimível nas bocas. O ar, espesso de fumo, está quase irrespirável. Alguém tosse fortemente. O locutor anuncia agora o número da *strip teaser*. Por curiosidade, por curiosidade apenas, presto atenção. As luzes apagam-se. Agora, a escuridão é completa. Envolta num vestido prateado que lhe cobre o corpo bem torneado e deixa adivinhar as suas curvas, itinerário de volúpia, Miriam surge no palco, indistinta dentro das trevas quase absolutas. Um refletor acende-se. Agora, Miriam é inteiramente visível. Apesar da distância a que se encontra, tem um rosto cujos traços surpreendem pela beleza incomum. Um rosto angelical. Um rosto que tem qualquer coisa que me lembra alguém... Rosaura? Não é possível! É o rosto exato de Rosaura. Devo estar vendo mal. Ou sonhando, talvez. Instintivamente agitado, levanto-me. Peço a uma dona, de face depravada, sentada à minha frente, que troque de lugar comigo. Acede, de mau modo. Não ligo. Estou concentrado nas faces puras de Rosaura. Mas não, não é Rosaura. Rosaura, viva dentro de mim por breves momentos, está morta. Mortos os seus olhos que me fitaram outrora, tantas vezes, com ternura infinita, e em cujo azul puríssimo tantas vezes mergulhei os meus. Mortas, desfeitas, apodrecidas as mãos que enlaçaram as minhas outrora, mansamente. Mortos os cabelos louros, cascata de luz onde os meus dedos se iluminavam. Mortos os lábios de pêssego e romã que me alucinavam. Morta a voz de veludo que era música das esferas nos meus ouvidos. Morta, Rosaura. Morta para sempre. Morta, morta, na província misteriosa de antigamente.

Levanto-me. Não posso mais olhar a *strip teaser* que, lentamente, uma a uma, se vai despojando de todas as peças do vestuário.

Estremeço, febril. Sinto que a memória, a intocável memória de Rosaura está sendo profanada, conspurcada, vilipendiada. O álcool turva-me a vista. E não consigo evitar um grito. Um grito rouco. Um grito rubro como um ferro em brasa. Um grito que é feito da saudade de Rosaura, da saudade dos lábios de Rosaura, do corpo de Rosaura:

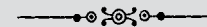
— Basta, prostituta!

Há um rebuliço dos diabos dentro da boate. Dois leões-de-chácara, enormes como postes, põem-me para fora com violência. Levo algumas bofetadas no rosto. Um murro mais forte nos dentes. Passo a mão na boca. Estou sangrando. Mas nada sinto, alheado do mundo que me rodeia. Por alguns instantes, Rosaura, morta há quase quarenta anos (sim, quarenta anos, uma eternidade que me fez os cabelos todos brancos), viveu dentro de mim, luminosa e frágil, enchendo-me a alma com a sua presença etérea de anjo que se foi e que eu amei como jamais voltei a amar, durante todos esses anos sem fim.

Olho o relógio. Quatro da madrugada. Não sei por que, mas tenho lágrimas nos olhos. Lágrimas doces. Elevo o olhar ao céu estrelado. Um carro passa, veloz, no asfalto da avenida. A noite é um jardim de orquídeas negras que já vão murchando.



PREFÁCIO DO LIVRO
UM SÉCULO DE CULTURA
HISTÓRIA DO CENTRO DE LETRAS DO PARANÁ



Por JOÃO MANUEL SIMÕES

Num de seus cadernos de reflexões e memórias, escritos na ilha de Lazarote, nas Canárias, José de Sousa Saramago, o primeiro Prêmio Nobel de Literatura da nossa língua, escreve, a certa altura, no seu estilo peculiar, inconfundível: “Poucas coisas existem mais desnecessárias, supérfluas e despiciendas, do que um prefácio. Pois, de duas, uma: ou o livro é excelente, ou apenas bom, e prescinde perfeitamente de considerações introdutórias; ou é mau e, nesse caso, o prefácio, necessariamente laudatório, só pode ser hipócrita”.

Com todo o respeito pelo lúcido e agudo pensamento saramágico, do qual me permito discordar, eu direi antes que, via de regra, por melhores que sejam os prefácios, eles padecem de um grave defeito, para não dizer um pecado quase capital: retardam de alguns minutos a leitura, pelo leitor apressado e curioso, do livro propriamente dito. E quem negará que esse fator, por assim dizer finalístico, é fundamental?

O que objetiva, em última análise, o livro que o prezado leitor tem nas mãos, neste momento? Apenas isto: mostrar, evidenciar, narrar o que foram – e como foram – os cem anos de existência do Centro de Letras do Paraná. A partir da data, tão longínqua como emblemática, da sua gloriosa fundação: 19 de dezembro de 1912.

Concretizava-se aí – e então – o sonho de Euclides Bandeira e Emiliano Pernetta. Que não era, por certo, aquele “revê d’un rêveur éveillé”, cantado por Marcel Proust numa das páginas da sua obra de gênio, “*À la recherche du temps perdu*”.

Os ilustres autores deste livro, com brilho e competência, num labor quase beneditino, levaram a cabo o magno empreendimento: a

confeção de uma obra tão necessária, se não inadiável, como oportuna e tempestiva.

Destaque-se que os autores em apreço constituem um triunvirato por todos os títulos respeitável. Um triunvirato de escol, cuja simples nomeação gratifica o prefaciador: Antônio Celso Mendes, Ernani Costa Straube e Paulo Roberto Karam.

Sem dúvida, eles não carecem de apresentação formal. Os seus próprios nomes, na sua plenitude significativa, valem por uma autoapresentação definitiva.

Penso que é importante lembrar, aqui e agora, que ao surgir, no instante inaugural, o novel sodalício se voltava sobretudo, predominantemente, para a seara das letras, para a província da literatura e dos oficientes da sua liturgia criadora – poetas e críticos, ensaístas e cronistas, dramaturgos e romancistas, contistas e “tutti quanti”.

Entretanto, com o passar ininterrupto dos anos, a esfera de abrangência do Centro foi se alargando, foi se espraiando por outras latitudes, e ele começou a agasalhar também no seu seio, sucessivamente, expoentes das artes e das ciências, luminares do jornalismo e do magistério, astros do Direito e da Medicina, figuras marcantes da Igreja e membros das gloriosas Forças Armadas.

Dessarte, a instituição, desde cedo, procurou ocupar estrategicamente todas as faixas do espectro cultural curitibano – e paranaense. Democraticamente. E foi assim, de forma paulatina, que a casa de Euclides e Emiliano iria se transformar num lídimo templo – ou santuário – da cultura. E, como ensina magistralmente Karl Jaspers, o homem é, por excelência, um “ente de cultura”.

Como é evidente e natural, a história de qualquer agremiação – e o Centro não poderia fugir à regra geral – é a história dos homens que a presidiram, dos que integraram as suas inúmeras diretorias, dos incontáveis membros dos seus quadros associativos. Assim, as biografias, ou melhor, as minibiografias seriam – como foram – essenciais para a elaboração desta História do Centro de Letras do Paraná. E, a propósito,

eu lembro aqui uma colocação admirável de Emerson, o grande filósofo norte-americano, num dos seus luminosos ensaios: “Properly there is no history; only biography”.

Mais ou menos na mesma época, num livro que deslumbrou Eça de Queirós, “Os filhos de D. João I”, o historiador luso Oliveira Martins escreve: “A biografia é o suporte da História. Só com biografias competentes, escrupulosas, avessas à imaginação e à invencionice, pode haver História verdadeiramente digna do nome”.

Mesmo sem ser estatístico – e a estatística, como ensina um dos irmãos Goncourt, é a primeira das ciências inexatas – eu ousaria formular a seguinte estimativa: ao longo de sua profícua e centenária existência, a serviço da causa transcendente da paranaensidade, ao lado dos trinta nomes arquetípicos que presidiram os destinos da grei centrista, foram centenas – cerca de quinhentos – os que participaram das suas muitas diretorias, milhares o número dos seus associados, e dezenas de milhares os que acudiram, pressurosos, ao recinto do seu auditório sempre acolhedor. De braços abertos, ontem como hoje, para recepcionar todos quantos demandaram – e demandam – o seu “sanctum sanctorum”.

Estimaria ainda em cerca de cinco mil o número – assombroso – dos oradores, homens e mulheres – conferencistas, palestrantes e outros expositores –, que abrilhantaram, com a sua presença física e o seu verbo, muitas vezes demiúrgico, a tribuna centrista, transformada, numa sutil metamorfose, em genuína e autêntica cátedra de difusão e disseminação cultural.

A mera nominata dos Trinta que, ao logo de um século, presidiram o Sodalício, de Bandeira, Pernetta e Assumpção, até Ário Taborda Dergint, Apollo Taborda França, Lauro Grein Filho, Adélia Maria Woellner e Luís Renato Pedroso, mostra e evidencia, às escâncaras, uma plêiade de intelectuais altamente representativa da “kultur” e da “intelligentzia” da nobre Terra das Araucárias.

Todos eles, sem exceção, no exercício dos seus mandatos presidenciais, deram o melhor de si, se houveram com maior ou menor brilhantismo, mas com o mesmo amor e dedicação, em prol da grandeza

e da afirmação da entidade, no contexto amplo e multímido da Ecúmena Paranaense.

Porém, confesso, “hic et nunc”, que me sinto tentado a considerar Luís Renato Pedroso como o “primus inter pares”. Data vênua, naturalmente, a todos os presidentes que o precederam, vivos e mortos. Até porque “de mortuis nihil nisi bonum”. Embora, no caso, só houvesse a dizer, não o bom – mas o ótimo.

Por outro lado, quis o destino, inexorável na consumação dos seus desígnios sempre insondáveis, que fosse à figura paradigmática de Pedroso que coubesse o privilégio singular, singularíssimo, de ser na sua gestão operosa e fecunda, idealista e pragmática, que transcorre o Centenário.

Temos aí, pois, uma data auspiciosa que, nas landes do presente, permite que voltemos os olhos para trás, para os latifúndios do passado, dos tempos pretéritos, mas também para a frente, para as planícies verdejantes e os trigais dourados da futuridade. Lá onde repousam, grávidos de beleza, as esperanças e os sonhos dos homens.

Não concluirei este prefácio sem afirmar, de forma singela, que me honro e orgulho em pertencer ao Centro, ao lado de tantos pares, que são amigos, e amigos, que são pares. Alguns deles, verdadeiramente ímpares, se me for permitido o trocadilho irresistível.

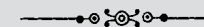
E fico por aqui. Concluo. Fiel ao meu personalíssimo pensamento expendido no introito, não irei retardar mais aquilo que o imenso Machado de Assis, numa das suas crônicas imorredouras, considerava como “o imponderável prazer da leitura – tão semelhante ao da escrita”.

Portanto, prezadíssimos leitores, o livro é todo vosso. Podem desfrutá-lo à vontade, a seu bel-prazer.

Aliás, a leitura é também uma forma específica de comemoração. Parafraseando Fernando Pessoa, o Camões do século vinte, comemorar é preciso. Nas duas realidades transcendentais que o verbo traduz e consubstancia, na sua essência significativa: o Tempo e a Esperança.



PROSA DUELO



Por ADÉLIA MARIA WOELLNER

A palavra ali estava, inerte, perdida no meio de tantas outras palavras, na folha insensível, apática, do dicionário. Fui eu que dei vida a ela, que a escolhi. Ganhou fôlego e, ingrata, de repente, decidiu assumir o comando. Insurgiu-se. Quis ser independente, senhora do seu destino. Agora não aceita mais o lugar onde a ponho. Ela se rebela, coloca-se onde quer que deseje. Tento dominar a palavra, para colocá-la naquilo que eu quero dizer, mas ela não aceita. Volta-se contra mim, que lhe dei vida; eu que lhe dei razão, que lhe dei motivo para aparecer, para se destacar no meio de tantas outras palavras, mas ela não aceita o meu domínio, a minha imposição, a minha força. Ela quer ter vida própria, ser independente. Criou autonomia. Não entra onde quero que entre e entra onde não desejo que ela fique. Descobri, então, que não sou eu que domino a palavra. Ela não se submete. Ela é que me tem. Acabo me tornando escrava da palavra. Preciso dela. Ela é imprescindível. Em vez de a palavra servir aos meus propósitos, eu é que sou conduzida por ela, para todos os caminhos. Ela passa a ser dona de mim. De autora da vida, torno-me escrava do que criei. A palavra se decompõe e se multiplica, para me azucrinar. Provocante, divide-se. Corro atrás da palavra, mas ela se esconde em suas partes. Deixa visível apenas uma letra, que me desafia. Aquele “O” tirano fica me olhando fixo, sem pestanejar. É um olho escancarado que quer enxergar minha alma, para ver até onde vai o meu desespero para reencontrar a palavra necessária. Tento livrar-me, buscando outra palavra, um sinônimo, mas ela é única. Somente ela se encaixa na minha emoção. Por isso se aproveita da minha dependência.

Sem ela, não digo exatamente o que quero dizer. Fico capenga na expressão. E ela sabe disso. Não foi à-toa que me jogou o “O” na cara. Olhando bem pra ele, descubro que ele parece uma bocarra desafiadora. É puro deboche, porque me vê impotente, submetida, submissa. Deixo o orgulho de lado e imploro. A palavra não se revela, continua escondida, atrevidamente oculta. Sempre a tratei com atenção, carinho. Por que ela se revolta? Ingrata é o que ela é. A irritação ameaça tomar conta. Torno-me agressiva. Rasgo tudo. Destruo registros, na tentativa de eliminar a frustração, a incapacidade de seguir adiante sem ela. Num relance, ela desfila diante da minha memória. Nem chega a deixar marca e foge outra vez. Corro atrás, persigo o sentido da palavra. Quero resgatar a ideia. Luta insana, inútil. A palavra vem quando quer. E quando ela quer, nem há necessidade de esforço. Ela se insinua, sensual, apaixonada pela função que exerce. Entrega-se, esfrega-se na frase, movimenta-se, provoca, atrai outras palavras, companheiras da mensagem. Passo a fazer parte do jogo. Não mais me debato; só me deixo arrebatado.

Indígena

O tufão civilizado
desnorteou as moradas,
devastou os rituais,
desmontou o arco
e desviou a flecha do seu rumo.
Perfurados
e esvaziados
os sonhos,
quedou-se inútil,
sem fé e sem destino.

Num gesto de rebeldia atávica,
recordou movimentos arcaicos
e danças ancestrais...
Retomou as armas e as fantasias,
refez as pinturas,
olhou os céus,
clamou por chuvas,
raios e trovões.
No auge da vibração,
cravou a flecha
no cheiro da terra molhada
e caminhou
ao encontro de seus deuses.

Solidão

Mergulho
no útero da montanha.
O desconhecido me assusta
e ninguém há
para falar comigo.

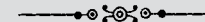
Até que aprenda
outras linguagens,
usarei as paredes virgens
para revelar meus símbolos
e registrar
minhas mensagens...

Transformação

Deitada na areia,
sou entrega absoluta,
me deixo penetrar
pelo cheiro
da água salgada
e me desmancho
em maresias...



ÍNDIOS DIZEM NÃO À CONSTRUÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA EM TERRA INDÍGENA. SITUADA NA BACIA DO RIO TIBAGI, NO PARANÁ.*



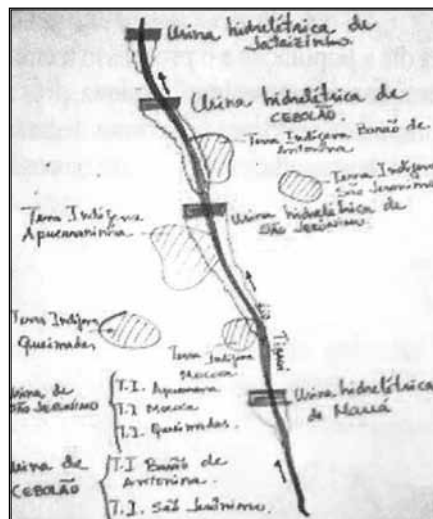
Por CECILIA MARIA VIEIRA HELM

As bacias hidrográficas que caracterizam o relevo do Estado do Paraná, com cachoeiras, quedas e saltos e a preocupação das autoridades nacionais com o desenvolvimento do país, são alguns dos fatores que levaram a construção de várias usinas nas décadas de 1970-1980. No Rio Paraná, a Itaipu Binacional e, no Rio Iguaçu, as usinas Salto Osório, Salto Santiago e Segredo.

A implantação das usinas projetadas e construídas, em sua maioria pela Companhia Paranaense de Energia, a Copel, transformou o Paraná em um produtor, consumidor e exportador de energia elétrica distribuída para outras regiões do Brasil e países vizinhos.

Devido ao interesse da Copel em aproveitar o potencial hidrelétrico da Bacia do Rio Tibagi, foram projetadas várias usinas que, se implantadas, atingiriam o território tradicional dos grupos indígenas, Kaingang e Guarani.

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado em convênio com a GTZ criou um grupo de trabalho (1995), para realizar estudos e pesquisas na Bacia do Rio Tibagi, para serem ouvidas as comunidades indígenas que vivem em aldeias situadas nas proximidades do Rio Tibagi e seus afluentes. Na qualidade de consultora, coordenei o GT (1995) que iria elaborar Relatórios para o Instituto Ambiental do Paraná sobre as relações dos indígenas com os não índios. Havia a preocupação de informar os indígenas sobre os possíveis impactos que a Usina São Jerônimo poderia ocasionar para suas culturas, para a organização social e política de cada etnia e para o meio ambiente. Iriam ocorrer transformações sociais. Estes grupos indígenas têm sido abalados



Mapa da Usinas Hidrelétricas do Rio Tibagi, concepção artística dos alunos da Escola Indígena São Jerônimo. Fonte: Helm, 1998.



Habitações indígenas, desenho Manoel Noreg Mag Felisbino. Fonte: Helm, 1998.



No detalhe, armadilha de pesca (Pari) no rio Apucarantina; Fonte: Helm, 1996.

por ações cometidas contra as suas culturas. Grande parte da mata de suas reservas foi devastada e reduzida por madeireiros que exploraram suas riquezas naturais e a instalação de serrarias em suas terras por não índios são alguns dos fatores que têm reduzido o patrimônio indígena.

Foram realizadas visitas às terras indígenas para que os índios, notadamente suas lideranças, seus professores e pais de alunos, pudessem obter dados sobre o que são as usinas, suas consequências sociais e ambientais. Nas escolas indígenas foram discutidos os projetos da Copel, as autoridades indígenas fizeram perguntas, questionaram os projetos que objetivavam os usos da terra e dos rios pelos não índios.

Os estudos e trabalhos dos antropólogos sociais têm revelado que cada usina hidrelétrica construída em terra indígena causa danos globais aos povos indígenas e também aos ribeirinhos e aos camponeses.

Mais tarde, a Copel solicitou que realizasse um Laudo antropológico (1997), para informar os possíveis impactos que poderiam ocorrer, se as usinas projetadas para serem construídas na Bacia do Rio Tibagi viessem a ser aprovadas pelo Congresso Nacional, ouvidas as comunidades indígenas.

Novas pesquisas foram realizadas com a preocupação de aprofundar as investigações e os líderes indígenas realizaram encontros nas aldeias, para que fosse obtido um documento que informasse a Copel sobre o pensamento dos Kaingang e Guarani a respeito dos projetos hidrelétricos.

Na Terra Indígena Apucarana, situada ao Norte do Estado do Paraná, deveria ser construída a Usina São Jerônimo, pela Copel. Esta terra é banhada por três rios, o Apucarantina, o Apucarana Grande e o Tibagi. Há um grande salto no Rio Apucarantina. No início da colonização de Londrina e outras cidades, foi construída uma usina que passou a produzir energia para os patrimônios que foram sendo erguidos nesta região. Ocorreu o aproveitamento do Salto Apucarantina. Uma parte da terra indígena passou a ser ocupada pelas construções da usina, como a casa de máquinas e as habitações de usos dos operários da Copel e de seus técnicos.

Os Kaingang decidiram solicitar indenizações pelo uso de sua terra e rios. Durante vários anos ocorreram atritos entre índios e administradores da Copel.

O forte interesse da Copel pelo aproveitamento hidrelétrico do Rio Tibagi fez com que fosse solicitado o apoio do Congresso Nacional, da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. O então deputado federal Luciano Pizzatto foi escolhido como relator da matéria, participou e presidiu as audiências públicas realizadas nas Terras Indígenas, em que compareceram autoridades indígenas, administradores e chefes da Funai, membros das Universidades Estaduais do Paraná, da Universidade Federal do Paraná, da Prefeitura de Londrina, do Ministério Público de Londrina e Ministério Público Estadual.

Nas reuniões anteriores, os indígenas fizeram questionamentos sobre os prováveis impactos para suas comunidades e os professores das escolas decidiram escrever um livro sobre o que são as usinas e suas consequências sociais e ambientais. A Copel publicou o trabalho dos Kaingang e Guarani que foi distribuído em todas as aldeias da Bacia do Rio Tibagi. Em cada evento, os indígenas fizeram perguntas ao gerente da Copel da área de meio ambiente. Indagou a líder Kaingang Célia Juvêncio:

“Se os índios decidirem dizer Não a construção da Usina São Jerônimo, a usina será construída? O responsável pela Coordenadoria de Meio Ambiente da Copel, Antonio Fonseca, respondeu: - Não”.

Também os indígenas indagaram sobre o local em que seria construído o eixo da barragem e ficaram irritados com a informação de que estava projetada para ser implantada nas proximidades da aldeia sede da Terra Indígena Apucarana.

Na data de primeiro de abril de 2000, ocorreu a primeira reunião da Comissão de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias com os Kaingang e Guarani das áreas da Bacia do Rio Tibagi. A audiência foi realizada na Câmara Municipal de São Jerônimo da Serra, Paraná.

A audiência foi realizada em clima tenso, em que as autoridades, os Presidentes dos Conselhos Indígenas do Paraná, manifestaram sua discordância, em relação às propostas das autoridades dos não índios, quanto às indenizações a serem dadas aos indígenas, devido ao projeto de construção da Usina São Jerônimo. Os indígenas dialogaram sobre as propostas da Copel durante toda a reunião. As falas das autoridades dos não índios foram traduzidas para a língua kaingang, por um professor dessa etnia. Ficou decidido que nova reunião seria convocada pela Funai, e os indígenas iriam discutir novamente em suas aldeias as sugestões de indenizações apresentadas pelo deputado Pizzatto.

A segunda audiência das lideranças indígenas com os representantes da Câmara Federal também foi presidida pelo ex-deputado Luciano Pizzatto. Ocorreu no dia 26 de maio de 2000, na sede da Terra Indígena Apucarana. Autoridades da Funai, do Ministério Público Federal de Londrina, do Ministério Público do Estado do Paraná, lideranças indígenas, antropólogos da UEL, UEM, da UFPR e da Prefeitura Municipal de Londrina prestigiaram o evento. Depois de um diálogo entre as autoridades do mundo dos brancos com as lideranças indígenas, não houve acordo e os indígenas decidiram se manifestar contra a implantação de usina hidrelétrica em suas terras e rios. Alegaram que, até aquela data, ainda não haviam sido compensados pela Copel devido a Usina Hidrelétrica Apucarantina, instalada há décadas em suas terras. As compensações eram irrisórias de acordo com o pensamento dos indígenas.

O Não à Usina São Jerônimo, no Rio Tibagi, nas terras ocupadas pelos Kaingang e Guarani informa que aprenderam a não acreditar nas promessas e propostas das autoridades dos “brancos”, e preferem dizer Não a arriscar um sim que no entendimento do líder Kaingang Lourival de Oliveira:

“pode significar mais problemas para as suas comunidades”. (OLIVEIRA, 2000).

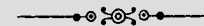
As compensações devido a instalação da Usina Apucarantina foram irrisórias para os indígenas que não participaram das decisões tomadas no passado. Devido a este fato, o Ministério Público Federal de Londrina decidiu criar o Termo de Ajustamento da Conduta, em que foram indenizados devidamente, com a participação dos órgãos envolvidos no processo.

O modo dos indígenas interpretarem os fatos e manifestarem desconfiança quanto às propostas de compensações das autoridades não indígenas, que projetam usinas hidrelétricas que causam danos, perda de matas, mudanças em suas culturas e estresse, foi tratado neste artigo com fundamento nas verbalizações, no pensamento dos indígenas, a respeito dos decretos elaborados pelas autoridades do “mundo dos brancos”.



*Este artigo faz parte de um trabalho que elaborei sobre: “A desconfiança indígena sobre o teor dos decretos elaborados por autoridades do mundo dos brancos que têm gerado perdas, mudanças em suas culturas, devido a projetos hidrelétricos a serem construídos em suas terras, com perdas significativas para suas culturas e patrimônio ambiental”.

A PEDRA FILOSOFAL



Por ALBINO FREIRE

*“Ó insensatos que, atentos apenas ao lodo que envolve a concha,
não enxergais a pérola que dela exsurge reluzente!”*

Louco. Incrivelmente louco. Tinha consigo um objetivo insólito, que perseguia com estranha obsessão: encontrar a pedra que haveria de transformar todos os metais em ouro, com um simples toque: a pedra filosofal. Saiu estrada afora, sem destino, recolhendo seixos, um por um, com a paciência e obstinação dos loucos. E batia com eles na fivela do cinto, examinando-a depois para ver se não se convertera no metal precioso. Percorreu longas veredas e andou por caminhos intermináveis, sempre na insana expectativa da riqueza iminente. De um momento para outro... a fivela do cinto haveria de ficar bem amarela e brilhante, e ele se tornaria, num passe de mágica, o homem mais rico e, assim, mais poderoso do mundo!

Dias e dias se passaram. E caminhava e prosseguia. Com sol ou com chuva. Com frio ou calor. Atravessou pradarias e campos ermos. Subiu montes e desceu ladeiras. Passou por ali e não viu a toska ermida na beira da estrada. Nem se deu conta daquela cruz no alto do campanário, como que exortando o peregrino a fazer uma parada e rezar. A longa jornada consumia suas forças e obnubilava-lhe a mente. Carregava nas costas o peso do mundo e, vez por outra, cambaleava e caía. Naquela tarde, ele estava extremamente cansado. Aproximou-se então, lento e trôpego, em suas vestes rotas e empoeiradas, de uma árvore antiga, sob cujas frondes pretendia proteger-se dos perigos da noite escura. Faminto e extenuado, logo adormeceu, sem sequer se dar conta da curiosidade de uma coruja que o espiava do alto de um galho. Ao acordar, seus olhos

semicerrados foram ofuscados com o fulgor intenso daquele metal que lhe rematava o cinto...

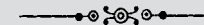
- Achei! Achei! – gritava, rodopiando, o louco, batendo palmas de contentamento. Minha fivela transformou-se em ouro puro! Agora, sou rico e poderoso! Encontrei a pedra filosofal. Mas... onde foi que a deixei?

Pobre criatura! O infeliz olhou ao redor e encontrou centenas de seixos iguaizinhos, pois que a pedra que haveria de comutar todos os metais em ouro não tinha, externamente, qualquer diferença das demais pedras da estrada. O desafortunado caçador de riquezas tinha encontrado e tinha perdido a pedra filosofal. E, com a obstinação dos loucos, voltou para a estrada, percorrendo os mesmos caminhos, à procura do tesouro que por um instante lhe pertencera, mas que veio a escapar-lhe como água, por entre os dedos.

Peregrinos que somos, alucinados, vivemos também nós à busca de loucas falenas, miragens loucas que fogem da estrada. Quase nunca as encontramos pois, disse bem o poeta, nunca estamos onde nós as pomos. Ou melhor, nós costumamos procurá-las fora de nós mesmos (no poder, na glória, no sucesso, na fama e na riqueza), quando, na verdade, elas se escondem em nosso íntimo. Este, o grande equívoco da humanidade, esquecida de que a felicidade é um sopro que passa e que devemos aproveitar sem exigir que ele volte outra vez. Pode até voltar, mas não contemos muito com isso. Não por incredulidade ou desesperança, mas por conformação. Felicidade não é uma linha contínua, não é um estado de espírito uniforme e duradouro. É, ao contrário, um pontilhado de momentos de alegria e de paz que desvanecem a alma. São como frutos sazonados, pequeninos e saborosos, que só aos simples e diligentes é dado colher e degustar. É por essa razão que temos de estar atentos às insignificâncias do cotidiano para não deixarmos escapar aquele instante mágico e fugaz que nem sempre volta a repetir-se. Aquele momento divinal em que o milagre acontece.



UMA COMOÇÃO NO PARANÁ E SANTA CATARINA UM ACIDENTE AVIATÓRIO



Por ERNANI COSTA STRAUBE

Um acidente aviatório sempre causa na população um estado de comoção e surpresa, embora também o acidente terrestre, bem mais freqüente, seja o causador de muitas vítimas fatais, porém tem menor repercussão na sociedade.

Primeiramente é necessário localizar as cidades de Curitiba, capital do Paraná e Florianópolis, capital de Santa Catarina, no mapa do Brasil, estas separadas aproximadamente 400 quilômetros, bem como a posição do Aeroporto Afonso Pena, no município de São José dos Pinhais, a 11 quilômetros de Curitiba, onde aconteceu nas proximidades o acidente a ser relatado.

Na manhã do dia 16 de junho de 1958, a aeronave do “Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul”, empresa hoje não mais existente, de prefixo PP-CEP, tipo Super Convair-440, de transporte de passageiros, partiu do Rio de Janeiro com destino a Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul.

Tinha como tripulantes, o Comandante Licínio Correa Dias, o Co-Piloto, Heinz Edgar Mumme, o Rádio-Operador, Bellival Pereira de Mello e os Comissários de bordo: Glauco Amorim Vidal e Yolanda Menezes de Oliveira.

Após viagem normal e o desembarque dos passageiros em trânsito em Porto Alegre, foram embarcados: o padre Osvaldo Casado Gomes, Diretor do Colégio Medianeira de Curitiba, de retorno a essa cidade; Alfredo Seral e Antonio Schramm para São Paulo, o casal Renée Lucien Meyer, e Mathuzalina Borba Meyer e ainda, Vicentina Martins de Moura, com destino ao Rio de Janeiro, totalizando seis passageiros.

Chegados à Florianópolis, no Aeroporto Hercílio Luz, foram recebidos a bordo, com destino a Curitiba, Orestes José de Souza, Antonio

Kaesemodel, Ema Kaesemodel e Alfredo Welpmann; para a capital de São Paulo, José Carlos de Almeida Serra, Paulo Raposo Bandeira, Sidney Nocetti e o Governador de Santa Catarina, Jorge Lacerda; com destino ao Rio de Janeiro, o Senador da República Nereu de Oliveira Ramos, os Deputados Federais Leoberto Leal e José de Lerner Rodrigues, Ricardo Reis Magalhães, Nelson Cartaxo, Elza Brück Scheidmantel e o casal José Iracema Tavares e Vera Iracema Tavares, portanto mais 16 passageiros.

O embarque no aeroporto de Florianópolis, foi cercado de atenções pois diversos ilustres políticos seguiam viagem, após terem participado de Convenção do PSD - Partido Social Democrático, principalmente o Senador e Ex-Presidente da República Nereu Ramos.

A aeronave, além dos cinco tripulantes contava com 22 passageiros ao decolar de Florianópolis às 16h42 com destino à capital da República e escala em Curitiba.

A viagem vinha transcorrendo com alguma dificuldade, tendo o Comandante acusado, às 17h40min encontrar-se a 3.000 metros de altitude na posição Guaratuba, no litoral do Paraná, ocasião em que solicitou à Torre de Controle do Aeroporto Afonso Pena autorização para nível mais baixo, em virtude da turbulência, passando então para 2.700 m; em seguida achava-se na posição Cubatão, zona de aproximação a Curitiba e a altitude de 2.400m e em seguida 1.500m aos 51 minutos.

O comandante deveria informar o afastamento para a pista 33 do Aeroporto Afonso Pena, onde era aguardada a chegada da aeronave. Diversas aeronaves, de outras companhias aéreas achavam-se sobrevoando o aeroporto aguardando autorização de pouso.

A torre de controle procurou estabelecer, via rádio, o contato com a aeronave, porem esta não respondia aos controladores de vôo, encontrando-se silenciosa, causando apreensão nos responsáveis pelos controladores da Torre, do pessoal de apoio, dos de abastecimento do avião, bem como das pessoas que aguardavam o pouso e dos funcionários do balcão da empresa Cruzeiro do Sul.

Os controladores de vôo passaram a comunicar o estado de

emergência, expedindo Alerta ao Salvaero e imediatamente solicitaram às aeronaves que circulavam nas proximidades que procurassem vestígios da aeronave PP-CEP, nada tendo sido acusado de anormal, face às condições e à escuridão.

Chovia torrencialmente no momento do acontecimento, não havendo condições de visibilidade e a presença maciça de nuvens cúmulo-nimbus (CB), ascendentes e descendentes de alta pressão que provocam alterações significativas no comportamento de uma aeronave, com brusca queda de altitude, alterando os instrumentos de bordo e o altímetro.

Fenômeno que provoca o que os técnicos aeronáuticos chamam de “Vassoura de bruxa” ou “Tesoura de vento” e que teria sido observado em outros acidentes posteriores, desconhecendo-se na época, as razões e as conseqüências.

Algumas horas após, chegava ao Aeroporto Afonso Pena, um indivíduo com as roupas molhadas, sujo de barro e com manchas de sangue, posteriormente identificado como Orestes José de Souza, passageiro do avião, nervoso e comovido, relatando que trazia a notícia confirmando o desastre e indicava o local. Após ter providenciado o socorro aos sobreviventes que gemiam e gritavam a bordo, resolveu procurar socorro, indo a pé pelo mato, orientado pelas luzes do aeroporto, até uma propriedade próxima, do Sr. Carlos Kotowiski, onde obteve, por caminhão, o transporte até o aeroporto.

Imediatamente foram mobilizados os recursos, reunidos colaboradores que se dispuseram a ajudar, e convocadas ambulâncias e os Bombeiros que se dirigiram para o local indicado, com enorme dificuldade, em virtude das condições atmosféricas adversas.

A aeronave havia caído no Capão Grosso, na Colônia Muricy, no município de São José dos Pinhais, num local de reflorestamento e mata nativa, com altas bracingas e repleto de cepos de árvores, o que agravou o resultado do acidente, eis que o avião ao bater na copa das árvores mais altas, virou de dorso e foi incidindo contra os tocos de árvores, causando a destruição da fuselagem e as conseqüentes lesões fatais nos passageiros, especialmente naqueles que ocupavam as primeiras poltronas.

A cena era dantesca. Partes da aeronave espalhadas e completamente destroçada, em mistura com a bagagem dos passageiros, poltronas jogadas à distância, um dos motores localizado a mais de 100 metros, tendo aberto uma verdadeira estrada na mata; tudo era causador de apreensão pela situação e estado em que se encontravam as vítimas, muitas ainda presas às poltronas.

O casal José e Vera Tavares foi arremessado para fora do avião e encontrava-se, embora em estado de choque, sem ferimentos e sentado nas poltronas respectivas. Vera referiu posteriormente que o marido José manifestara o desejo de ir ao banheiro e esta o dissuadiu, dizendo que como se achavam próximos ao desembarque, seria oportuno aguardar mais um pouco, o que salvou o marido de um fim trágico.

A maioria dos passageiros que se achavam sentadas nas poltronas na parte anterior e com o cinto de segurança, por se encontrarem de cabeça para baixo, sofreram o maior impacto e as maiores lesões, contra os tocos das árvores, especialmente de uma figueira, recém cortada e que conservava ainda o vigor.

A Comissária Yolanda de Oliveira, por eventualmente não estar sentada e presa com o cinto de segurança, foi arremessada para fora da aeronave no momento do choque, vindo a falecer com o rosto dentro de uma poça de óleo e água, tendo sofrido lesão dos centros nervoso encefálicos em virtude de fratura da base do crânio.

Os sobreviventes sentados nas poltronas no fundo da aeronave foram protegidos do impacto, por se encontrarem de cabeça para baixo, presas no cinto de segurança e pela distância segura do solo, obtida pela secção da cauda do avião.

O local devidamente isolado para o levantamento permitiu o trabalho imediato da perícia técnica, tendo havido a remoção para posterior necropsia e identificação dos corpos, para o necrotério do Instituto Médico Legal de Curitiba, localizado na esquina das ruas Sete de Setembro e Marechal Floriano Peixoto, cujas instalações eram diminutas e precárias para receber essa quantidade de vítimas. No local do acidente

houve o recolhimento das bagagens que se encontravam espalhadas e muitas totalmente abertas ou rompidas.

O Governador Moyses Lupion, alertado para o acontecido, dirigiu-se de carro ao local, inquirindo exaustivamente sobre o paradeiro do Senador Nereu Ramos. Informado, inquiriu o Diretor do Instituto Médico Legal, Professor Ernani Simas Alves a razão de não ter sido iniciada a necropsia dos corpos quando veio a saber, que por um dispositivo legal da época do império e que vinha sendo seguido, não era admitida a necropsia à noite, em virtude da fumaça gerada pelos lampiões de querosene que poderiam contaminar as vísceras, prejudicando o exame pericial. O Governador olhando para o teto do necrotério divisou a existências de conjuntos de lâmpadas fluorescentes, quando então determinou a realização imediata da necropsia, sendo atendido prontamente com a convocação de outros médicos legistas.

Algumas coincidências do destino podem ser relatadas.

O Deputado Federal Leoberto Leal, ocupando uma poltrona no fundo do avião, em virtude de ter se atrasado no embarque, dirigiu-se ao Sr. Orestes José de Souza que se sentara ao lado do Senador Nereu Ramos, solicitando a permuta de poltrona, pois desejava conversar com o Senador. Orestes atendendo ao pedido dirigiu-se para o fundo da aeronave, tendo sido um dos sobreviventes, enquanto que o Deputado Leoberto pereceu.

O médico Lauro Muller Soares que também participara da Convenção política e sua mulher Antonieta deveriam ter embarcado em Florianópolis nessa aeronave; não o fizeram, pois, Antonieta manifestando o desejo de adquirir as famosas rendas da Lagoa da Conceição, encareceu o adiamento da viagem no que foi atendida e com isso as rendas de bilro salvaram suas vidas.

Sobreviveram seis do total de 27 passageiros: Aldo Antonio Schramm, Deputado José Lerner Rodrigues, Alfredo Seral, José e Vera Tavares e Orestes José de Souza.

Foram vítimas, os cinco tripulantes e os dezesseis passageiros que sofreram profundas e significativas lesões.

O Senador Nereu Ramos foi velado no Palácio Iguaçu do Governo do Paraná, para no dia seguinte seguir para o Rio de Janeiro.

Como é de praxe e de lei, o Laboratório de Polícia Técnica, hoje Instituto de Criminalística, fez o levantamento do local, expedindo o laudo pericial número 13.745, amplamente ilustrado com fotografias legendadas, mapas, fotografias estereoscópicas, levantamento topográfico, aerofotográfico e diagramas. O Instituto Médico Legal produziu os laudos de lesões corporais das vítimas e a 4ª Zona Aérea do Ministério da Aeronáutica o respectivo Relatório do Acidente, acusando a perda total da aeronave.

Complemento com a observação de que além de Perito Criminal do ex Laboratório de Polícia Técnica, onde tinha condições de obter prontamente todas as informações relativas ao trágico acontecimento, sou radioamador prefixado e nessas condições, através de minha estação transmissora pude informar a toda a Rede Nacional de Radioamadores do Brasil, de forma correta, o acontecido, bem como a relação das vítimas e sobreviventes.

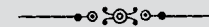
Através de outro radioamador do Rio de Janeiro, comuniquéi à família do Senador Nereu Ramos o trágico fim desse político.

A revista “O Cruzeiro” de 28 de junho de 1958, relatando o ocorrido, publicou:

“De um só golpe, modificou-se inteiramente o quadro político de Santa Catarina. As três figuras centrais do Estado, morreram juntas, retiraram-se no mesmo instante. O PSD, no balanço, foi o mais atingido, uma vez que perdeu seu Chefe e seu contra-chefe. De qualquer forma, com a morte do Senador Nereu Ramos, do Governador Jorge Lacerda e do Deputado Leoberto Leal, o Brasil ficou desfalcado de três dos seus melhores filhos”.



ATÉ ONDE PODEMOS IR COM A FRANÇA QUE NÃO PARA DE ESCREVER?



Por EDUARDO ROCHA VIRMOND

A literatura francesa ocupou o centro do mundo literário no século XIX? Pode ser que sim, porém havia Goethe, na Alemanha, na Inglaterra Jane Austen, que disse “a poesia de língua inglesa está vivendo agora um momento de esplendor”. Quem era no Reino Unido, senão Byron, Walter Scott, Elisabeth Barret Browning, o próprio Browning, o incrível John Keats (“*a thing of beauty is a joy forever*”, inigualável verso de um poema enorme). E a Rússia, Gogol, Dostoiewsky, Pushkin, o fantástico Tolstoi, nem é bom falar.

Voltemos para a França, que tem o mais admirado romance do mundo, sem igual com todos esses. O livro é “*La Chartreuse de Parme*” e expressivos autores consideram esse o maior de todos. Como se sabe, é uma raridade que um romancista de uma obra imensa, a “Comédia Humana”, tenha gasto seu tempo para escrever um ensaio de mais de cinquenta páginas sobre as qualidades, que surpreendeu inéditas em “*La Chartreuse...*”, a que Stendhal respondeu em três cartas deslumbrantes de maneira lisonjeira e agradecida a Honoré de Balzac. Flaubert silenciou, só dizendo que Balzac não sabia escrever. Flaubert era excessivamente perfeccionista, o que prejudicou a sua própria obra, que se reduz a Madame Bovary e Educação Sentimental, porém é assente que sua melhor obra é o primeiro dos “*Trois Contes*”, qual seja “*Um Coeur Simple*”. As ciúmeiras se avolumam, mas não atingem Stendhal, que tinha alegria de viver, um alto astral, como se diz hoje, mas a sua vida na Itália foi esplendorosa. Curioso que um autor tão magnífico, do século XX, Ítalo Calvino (hoje sua obra está em plena vitalidade e efervescência, morreu em 1984, seu livro inigualável tem o maravilhoso título “*Se uma notte de inverno un viaggiatore*”), até em um

crescendo, diga que “*La Chartreuse...*” é o maior romance de todos os tempos, secundando o longínquo Balzac em sua conceituação.

Em outro ponto de seu ensaio, Ítalo Calvino diz que “*La Chartreuse...*” é verdadeiramente o melhor romance “italiano”...Esse tipo de observação coincide com a de outros, em outra esfera. Por exemplo, Manoel de Falla disse e escreveu que as melhores composições espanholas não são de espanhóis, mas de Claude Debussy e Maurice Ravel. Igor Strawinsky disse que a melhor obra pianística do século XX não era dele, nem de Rachmaninof, nem de Scriabine, mas sim os “Doze Estudos” para piano de Claude Debussy. Assim se compreende Honoré de Balzac, que não tinha porque ter ciúme ou inveja de ninguém, agindo espontânea e vertiginosamente no longo estudo que fez sobre Stendhal.

Mas há ainda a disputa, até aqui no Brasil, se não é “*Le Rouge et le Noir*” melhor que “*La Chartreuse de Parme*”. Houve uma discussão em Brasília (ali estava eu) em que o maravilhoso intelectual Claudio Penna Lacombe sustentou que o melhor livro de todos os tempos era “*Le Rouge et le Noir*”...Concordo com as duas afirmações! No Brasil, o excêntrico Paulo Francis escreveu, com o seu habitual exagero, que um livro inteiro de Thomas Mann valia por apenas duas páginas de Stendhal. O exemplo foi péssimo pois Thomas Mann escreveu pelo menos dois livros entre os mais importantes do século XX, como seja “*Doktor Faustus*” e “*A Montanha Mágica*” (prefiro este).

A literatura francesa tem o século XX, mas tem a idade de ouro de Racine e Corneille, de Mme. de Sévigné e Mme. de La Fayette, da primeira as cartas mais famosas do mundo. Por falar em mulheres, que tal lembrarmos Mme. de Stael e George Sand? – Ainda estamos no século XIX e vamos adiante. Charles Baudelaire foi o maior poeta do mundo? Depois dele vieram Verlaine, Rimbaud, Mallarmé, Laforgue. Não foram os maiores do mundo porque a França deu, no período ainda pré-renascentista, o mais deslumbrante de todos, François Villon (Ninguém no plano universal ganha de Dante, que T.S.Eliot considerou superior a Shakespeare).

O que significam os ensaios de Montaigne, de Rousseau, os textos de Pascal e de Descartes: além de filosofia são literatura do mais alto padrão, principalmente Montaigne – meu predileto, tenho de afirmar.

E agora chegamos em Marcel Proust. Houve alguém maior ou melhor que ele? Acredito que não, pois “*À la recherche du temps perdu*” é a obra mais expressiva do século XX (sou completamente fascinado por essa). Quem contestará esta afirmação? Estamos no “*roman fleuve*”, cujo apelido foi aplicado em outros, como em Balzac, Émile Zola. Houve também os poetas, Paul Éluard, André Breton, Jacques Prevert, Aragon.

Não vamos falar em Machado de Assis, em Guimarães Rosa, Graciliano Ramos, Carlos Drummond de Andrade, Manoel Bandeira, Mário de Andrade, Mário Quintana – ninguém ganha deles! Sou brasileiro – hélas!

O mundo está cheio de excelência, não se esgota por essas simples referências. A França sempre será importante para o Brasil, no campo cultural, com alguns percalços. Percalços que não ocorrem, não na literatura, na culinária inigualável e nos maravilhosos vinhos, entre os Bordeaux e os da Borgogne. Difícil escolher, mas eu fico com a região do ouro, de Champagne até Lyon, ou ainda dos mais simplórios “*vignerons*” até a perfumada Provence. Eduardo Rocha Virmond, *grand cru classé*.



Escrito para a publicação do Consulado da França denominada “France Folie”.
O autor é Presidente de Honra da Aliança Francesa



AUDITÓRIO BRASILIO ITIBERE
2013

A PROPÓSITO DA INVENÇÃO DO PARANÁ

Por PAULO VITOLA

Adaptação da palestra alusiva aos 160 anos da emancipação política do Paraná, realizada pelo acadêmico Paulo Vitola no dia 25 de setembro de 2013, durante a Semana de História promovida pelo Instituto Histórico e Geográfico do Paraná em parceria com a Academia Paranaense de Letras. A palestra foi ilustrada com canções de Marinho Gallera e Paulo Vitola, cujas letras estão incluídas no corpo do artigo. Os comentários então apresentados pelo hoje saudoso acadêmico Belmiro Valverde Jobim Castor encontram-se transcritos no final desse texto, a complementar e enriquecer o conteúdo abordado.

Quem inventou o Paraná?

No dia 19 de dezembro de 2013, o Paraná completou o 160  aniversário de sua emancipação política. Este artigo pretende fazer mais do que simplesmente comemorar a data. Tem a intenção de refletir sobre um tema apresentado pelo escritor Wilson Martins no livro “A Invenção do Paraná”, estudo dedicado à presidência Zacarias de Góes e Vasconcellos.

Ao sugerir que o Paraná foi inventado, o livro de Wilson Martins inventa várias questões. Será que o Paraná foi mesmo inventado? Se assim foi, quem o inventou? Como e quando isso aconteceu? Em que consiste essa invenção? Será possível responder a perguntas como essas? Com alguma inventividade, talvez. Vamos ver?

Pensei em abrir o artigo com uma f bula oriental, pois assim, talvez, conseguisse imprimir o ar de solenidade necessário para abordar o tema. Vasculhei por vários dias e noites os confins mais orientais de minha memória. Em v o. Não encontrei f bula alguma para me socorrer.

Já havia praticamente abandonado a ideia, quando surgiu diante de mim um índio.

Não era um índio qualquer, é bom notar. Era um índio de verdade, estava sentado diante das labaredas de uma fogueira de antes, muito antes de Cabral inventar o Brasil, e tinha sido moldado em concreto por mestre Poty Lazarotto.

O índio a que me refiro encontra-se em um painel, na fachada do Palácio Iguaçu. Vi este painel sair da forma, em 1987, para revelar uma interpretação da História do Paraná. Tantos anos depois, a procurar por uma lenda oriental, topo novamente com ele. E lembro-me do Poty, entre seus moldes de isopor, nos fundos do Palácio, com um olho no operário a misturar a massa e o outro em Valêncio Xavier a filmar cada detalhe da construção da obra. O filme precisava de uma trilha sonora. O Valêncio Xavier pediu, eu fiz a letra e o Marinho Gallera, meu parceiro, compôs a música e cantou:

*No grosso breu da floresta
Os bugres assam ibás na brasa
No grosso breu da floresta
Os bugres assam ibás na brasa
Ibás na casa da gralha azul
Ibás na casa da gralha azul
Guirá plantador de pinhão
Guirá vai plantar este chão
Onde passa o tropeiro do sul
E o navio imigrante aportou
Este chão pra onde vem todo dia o sol iluminar
tudo o que foi o que é e será
Paraná Paraná
Guirá plantador de amanhã
A plantar e colher mais um dia de sol
Paraná Paraná
Guirá plantador de amanhã*

Cada qual com sua arte, teremos nós quatro inventado um Paraná? Com certeza, sim.

Lá está o índio agora. Ainda livre, como no tempo em que era um só com a natureza. Tão livre como no dia em que o vi pela primeira vez a assar pinhões na brasa. Assim que o reencontrei, me dei conta: há algo de oriental nos traços fisionômicos, no tipo físico, nos cabelos escorridos e no jeito de falar dos nossos índios. Eles ficariam bem envergando quimonos japoneses, a sacar longas espadas da cintura? Provavelmente. Enfim, a fábula com que pretendia iniciar essa apresentação estava ali no painel. Nem precisei inventar.

Viagem em direção ao sol

No tempo em que pinhão se chamava *ibá*, *guirá* era passarinho, rio tinha o nome de *goio* e *paraná* queria dizer mar, dois bugres carijós admiravam o nascer do sol na baía de Paranaguá. Filosofavam sobre o que o sol fazia durante a noite. E chegaram a uma conclusão: se, de manhã, ele saía de dentro do mar, devia voltar para o mar no fim do dia. Decidiram, então, seguir o sol, para ver onde ele mergulhava ao anoitecer.

Eles sabiam que o sol desaparecia atrás da Serra. Mas subiram a Serra e não viram mar algum. Seguiram o sol filtrado pela copa dos pinheiros, araribás, bracatingas, perobas, caviúnas, catiguás. Venceram outras serras e vararam campos sem fim. Viram a luz do sol a brilhar no espelho dos rios, mas nenhuma água suficientemente grande, onde ele pudesse sumir inteiro e dormir.

Sempre a caminhar em direção ao poente, chegaram à beira de uma água imensa. Ali, enfim, o sol mergulhou e veio a noite. Então um índio afirmou “Paraná”. E o outro comentou “Paraná”. Ambos estavam de acordo: aquilo, sim, era água tão grande quanto o mar. Ali o sol podia passar a noite.

E tanto os dois repetiram essa história por toda parte que o nosso maior rio ganhou para sempre o nome de mar. E assim outro Paraná

foi inventado. Como diz o personagem de Ariano Suassuna, “se isso foi verdade, eu não sei, mas que foi assim, foi”.

Como se pode ver, o tema permite um número infinito de abordagens, ou tantas quantas possam caber em todos os significados do verbo inventar. O Dicionário Houaiss de Sinônimos e Antônimos mostra que inventar é conceber, criar, elaborar, idealizar, mas é, também, descobrir, encontrar, achar, ou, ainda, arquitetar, maquinar, tramar, fabricar, forjar e, mais, fantasiar, fabular e até mentir.

Para Wilson Martins, no entanto, a invenção do Paraná tem um significado muito preciso. Veja o que diz a primeira frase do estudo: “Enquanto entidade política, o Paraná começou a existir com o decreto número 704, de 24 de agosto de 1853, que desmembrou da província de São Paulo a antiga comarca de Curitiba”. “Quase toda” como escreveu Rocha Pombo.

Não há como negar, a lei é a certidão de nascimento do Paraná. E no ato da criação da nova província, embora tenha sido cortada na altura do Parapanema, a Província de São Paulo abocanhara territórios antes pertencentes à Comarca de Curitiba, como Iguape e Cananéia. Aí está o mapa que não me deixa inventar.

Mas o professor afirma, em seguida, não reconhecer qualquer ligação entre o momento da emancipação e a história que o antecedeu. Diz ele: “Os debates parlamentares de 1850/53 foram-lhe apenas a pré-história, com a qual a história propriamente dita, por paradoxal que pareça, não tem qualquer relação orgânica. O ano de 1853 é, na plena expressão da palavra, uma ruptura, não uma continuidade, é uma data prospectiva, não retrospectiva.”

Nesse ponto, a meu ver, creio ter havido certo exagero. Houve mais do que insípidos debates parlamentares na história da emancipação. Houve uma história importante, decisiva, sem a qual o Paraná não poderia ter sido inventado.

O pressuposto para o surgimento de um estado parece ser a existência de uma comunidade autossuficiente de indivíduos que

convivem em determinado território e anseiam por um governo devotado a promover o bem-comum.

Ora, quando foi desmembrado de São Paulo, para dar origem a uma nova província, o território em que se encontra hoje o Paraná já apresentava marcas de diferentes comunidades organizadas ao longo de mais de 300 anos de história.

Agrupamentos formados no litoral e serra acima em torno da mineração. Ou, consolidados nos planaltos de Curitiba, dos Campos Gerais e Guarapuava para o desenvolvimento de atividades ligadas à pecuária e ao tropeirismo. Ou, ainda, empregados nas tarefas de colher, beneficiar e exportar a erva-mate nativa daqui.

Como anota o professor Wilson Martins, “em meados do século XIX, viviam na Comarca em torno de 60 mil habitantes em duas cidades (Curitiba e Paranaguá), sete vilas (Guaratuba, Antonina, Morretes, São José dos Pinhais, Lapa, Castro e Guarapuava), seis freguezias (Campo Largo, Palmeira, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Tibagi e Rio Negro) e quatro capelas curadas (Guaraquessaba, Iguaçu, Votuverava e Palmas).”

Não é possível que esses fatos nada signifiquem para a invenção do Paraná. Terá sido a criação da Província um simples ato burocrático ou a demonstração de haver aqui alguma vida econômica, social e política que valha a pena lembrar?

O ouro inventado e o ouro que inventa

Depois dos índios, quem primeiro inventou o Paraná foi o ouro. A sociedade paranaense começou a ser formada em meados do século XVII com a descoberta de ouro de aluvião em Paranaguá.

Em busca de ouro, muita gente subiu a Serra do Mar semeando pequenos arraiais e vilas perto das cabeceiras do rio Iguaçu, “uma das quais viria a ser Curitiba”.

Como todos sabem, por aqui o ouro era pouco e rapidamente acabou-se. Fosse muito e, em 1725, em vez de estabelecer aqui uma

Comarca, o Ouvidor Rafael Pires Pardinho teria criado uma Capitania. Deu-se o contrário: com o esgotamento dos aluviões, a Coroa extinguiu a Capitania de Paranaguá e anexou seu território à Capitania de São Paulo.

*Todo o ouro desse mundo
É um fundo mergulho no rio Barigui
É a roupa empilhada
Na beira da estrada
Mergulha guri
Mergulha guri
Onde anda este ouro
Onde anda que eu nem vi*

*Todo o ouro desse mundo
É a paina levinha do rio Barigui
É um poema de seda
Rondando a alameda
Empina guri
Empina guri
Onde anda esse ouro
Onde anda que eu nem vi*

*Todo o ouro desse mundo
É a água que corre no rio Barigui
Todo feito é façanha
À brinca ou à ganha
Aproveita guri
Aproveita guri
Onde andar o ouro
Onde que eu me distraí*

As famílias que permaneceram ao redor de Curitiba passaram a cultivar trigo, alguns poucos produtos de subsistência e a criar bovinos. Essa economia expandiu-se durante o século XVIII pela ocupação de novas terras nos Campos Gerais.

Não vou aqui me deter na descrição dos tempos em que, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, o território paranaense pertencia à Espanha. O Paraná de Cabeza de Vaca, Melgarejo e Saavedra. O Paraná de Ontiveros, Ciudad Real Del Guayrá e Vila Rica do Espírito Santo. O Paraná inventado pelas 13 Missões Jesuítas que congregaram e catequizaram 100.000 índios da Nação Guarani entre os rios Paranapanema, Tibagi, Iguaçu e Paraná. O Paraná das Missões arrasadas em 1629 pelas bandeiras de Manuel Preto e Raposo Tavares. O Paraná que só se tornou definitivamente português em 1777, com a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso.

Mas vale a pena lembrar a observação de David Carneiro: se, ao desbravar os Campos de Guarapuava, Afonso Botelho tivesse encontrado espanhóis e não índios, em 1775 Curitiba teria sido desmembrada de São Paulo para constituir uma nova capitania. Não foi o que aconteceu, os espanhóis já tinham ido para a margem direita do rio Paraná, a pecuária estendeu-se pelos Campos de Guarapuava e consolidou-se, dessa forma, uma economia baseada na pecuária bovina extensiva.

Os proprietários de terra dos Campos Gerais formaram “uma classe dominante de caráter patriarcal e patrimonialista”, como lembra o economista Francisco de Magalhães Filho, uma classe devotada à atividade criatória, semelhante à que já ocorria “tanto no Brasil como em toda a América do Sul”.

Em torno dessa atividade, a partir da década de 1730, surgiu uma nova forma de acumulação de riqueza: “o comércio inter-regional de animais, cujo principal ator social era o tropeiro”, outro grande inventor do Paraná.

Tropeiro: o navegante do sertão

O tropeiro podia ser proprietário de terras ou apenas comerciante. Ele mantinha contato com as regiões de criação localizadas nos pampas, entre as margens do Uruguai e do Prata, das lagoas Mirim e dos Patos, no extremo sul da então Capitania de São Pedro.

Ali os animais eram comprados e, formada a tropa, tangidos, pelo Caminho do Viamão, até Sorocaba, onde se realizava uma grande feira anual.

Durante este trajeto acidentado - na melhor das hipóteses, cerca de 1.096 km - com bom tempo e muita sorte - as tropas estacionavam por longo tempo em invernadas, para que os animais recuperassem peso e alcançassem maior valor na feira. Assim, tanto bovinos como muare podiam atender à demanda dos compradores provenientes, em sua grande maioria, da região das Minas Gerais.

Ainda de acordo com Francisco de Magalhães, “a principal consequência do tropeirismo se deu no campo político, com a criação da

*Ó de casa
Já vou apeando
Sou tropeiro dos pampas do sul
Trouxe a estrada no casco do pingo
Uma história de amor na viola
Um fandango na ponta do pé
Os homens de couro
Partiram do sul
Nos rumos do norte deitaram a andar
Trouxeram a estrada
No rastro da tropa
A história bonita no som da viola
Trouxeram progresso aos Campos Gerais*

Província do Paraná, em 1853. (...) Esse fato não aconteceria sem o prévio fortalecimento das classes proprietárias locais. (...) Para entender melhor essa correlação, é preciso ter em mente que a criação e o comércio de animais constituíam a atividade mercantil mais importante da Província de São Paulo”.

Para ilustrar essa afirmação, Magalhães cita um documento intitulado “Ensaio dum Quadro Estatístico da Província de São Paulo”. O documento demonstra que, no período 1835-1836, dos 293 contos de réis arrecadados pela província de São Paulo, 133 contos provinham do comércio de animais. E desses 133 contos, mais de 90 contos tinham sido arrecadados em Rio Negro e Guarapuava.

E esse não era, então, o único negócio da comarca de Curitiba. A história do mate também foi fundamental para a invenção do Paraná.

A erva da prosperidade

No apogeu da economia ervateira do Paraná não faltavam celebridades para propagar aos quatro ventos as virtudes da nossa erva-mate. O médico francês Dr. Doublet, por exemplo, assinou um depoimento que mais parece um comercial do gênero “ligue já”.

“Para mim, a principal propriedade do mate consiste em duplicar a atividade sob todas as formas: intelectual, motora e vegetativa, produzindo facilidade para o trabalho mental, elasticidade e agilidade física, sensação de força e bem-estar. Superabundância de vida, tal é a forma em que poderemos reunir as sensações produzidas pelo uso do mate.”

Já o poeta Ricardo de Lemos foi ainda mais longe. Olhem estes versos que ele inventou para enaltecer a erva-mate:

“Para que maior glória te pertença, / Tens mais esta virtude peregrina:/ Em casos numerosos de doenças, / És a mais acertada medicina. / Quem já provou teu néctar, que inebria, / Força é que deste modo se retrate:/ Certo, no Olympo, ao lado da ambrosia, / A bebida dos deuses era o mate.”

Na década de 1950, quando o Paraná comemorou o primeiro centenário de sua emancipação política, eu morava na rua Carlos de Carvalho, entre Visconde do Rio Branco e Visconde de Nacar. Na esquina da Carlos de Carvalho com a Visconde de Nacar, havia ruínas de um engenho de mate, a guardar fantasmas, a sugerir brincadeiras, a evocar memórias de uma riqueza esgotada.

*Ali era o engenho de socar mate
Um pé de tomate cresce lá dentro
Venha ver só
Ali era o engenho de socar mate
Um cachorro late lá dentro
Venha ouvir só
Ali era o engenho de socar o mate
Uma mulher branca passeia por lá
O Nacib falou
Ali era o engenho de socar o mate
Bom pra brincar de trinta e um
Pra brincar de trinta e um
Ali era o engenho de socar mate
Diz que ainda mora homem verde lá dentro
Eu nunca vi*

Vamos lembrar como foi o começo dessa história. Em 19 de abril de 1722, uma provisão régia “faculta aos paranaguenses a livre navegação marítima para irem comerciar em suas embarcações à Nova Colônia do Sacramento, conduzindo (...) especialmente a congonha, para introduzir-se em Buenos Aires.”

A provisão era muito boa, a erva-mate era nativa e encontrava-se espalhada pelos planaltos, “geralmente à sombra das araucárias paranaenses”. Mas ninguém sabia direito o que fazer para transformá-la em produto de exportação.

Os paranaguenses tinham aprendido com os índios a beber o tererê, mate servido frio. E até mandaram amostras de erva-mate para a Corte de Lisboa, com instruções desta forma de preparo. Então preocupados em imitar os hábitos, trajes e refinamentos da Corte de Luiz XV, os cortesãos de Dom João V torceram o nariz para aquela bebida tão amarga quanto primitiva.

O primeiro engenho de mate instalou-se em 1815 e o segundo, em 1821, ambos em Paranaguá. Mas a produção da erva-mate do Paraná só começou a deslanchar, de fato, a partir de 1822.

No mesmo ano em que Dom Pedro I proclamou a Independência do Brasil, um espanhol chamado Dom Francisco de Alzaray proclamou a independência da nossa indústria ervateira. Foi ele quem ensinou a curitibanos e parnanguaras as artes de fabricar, beneficiar e embalar a erva em surrões de couro.

O mate e as bases da emancipação

Em 1835, o porto de Paranaguá exporta mais de 84 mil arrobas. Em 1847, as exportações chegam a 400 mil arrobas. Em 1850, o mate ocupa o oitavo lugar na pauta brasileira de exportações. Se em 1822 havia só dois engenhos de mate no território paranaense, em 1850 eles são mais de 90.

Conforme ensina o professor Pedro Calil Padis “a própria luta pela emancipação teria sido mais difícil, se a situação econômica da região não tivesse melhorado de forma substantiva.”

Recursos naturais privilegiados, economia em crescimento e gente com vontade de conduzir seu próprio destino – tudo isso havia por aqui. Mas não bastava para inventar o Paraná. Era preciso ter a sorte de encontrar um argumento capaz de convencer os paulistas a abrir mão do que Júlio Moreira descreve como “a vastidão territorial da Quinta Comarca”, com “suas riquezas florestais, a fertilidade prodigiosa de seu solo, com seus imensos campos”.

Não adiantou Paranaguá chorar suas mazelas para Dom João VI, pedindo a emancipação da Comarca e a instalação de um governo próprio em 1811. Não adiantou Francisco Rocha e Inácio Lustosa combinarem com Bento Viana a conjura separatista em 1821. Não adiantou as câmaras de vereadores de Paranaguá, Morretes, Antonina, Lapa, Curitiba e Castro enviarem pedidos ao governo imperial brasileiro, logo após a Proclamação da Independência.

Como bem observou Júlio Moreira, em conferência realizada há exatos 80 anos, no 80º aniversário da nossa emancipação política: “ao Paraná, era adiada, ou mesmo negada, qualquer providência emanada da Corte, tendente a beneficiar ou valorizar sua terra e sua gente. Não raras foram as medidas determinadas pelo Governo Imperial que o de São Paulo não executava. Permanecia, desta sorte, nossa Comarca privada das regalias que de justiça lhe cabiam.”

*A voz que vós ouvis
nós de pinho
chiando no fogão
somos nós
a voz do violão no chorinho
é pinho araucária cheinho de nós*

*Nós no chorinho
que vós escutai
nós nós de pinho
dos campos gerais*

*Pinheiro Paraná é viola
chamando nossa voz pra cantar
gaiola pra soltar passarinho
é pinho araucária cheinho de nós*

*Nós no chorinho
que vós escutais
nós nós de pinho
dos campos gerais*

*Nós de pinho
nós da madeira
nós na fogueira do coração
Cadê o pinhão
guirá levou
vento ventou
nós*

O período seguinte à Independência do Brasil, ao contrário do que muita gente ensinou e aprendeu na escola, não foi nada pacífico. Em seu livro “1822”, Laurentino Gomes mostra que o império foi obrigado a sustentar 21 meses de guerra para assegurar a unidade do território brasileiro.

Isso porque o grito de D. Pedro I não ecoou muito além do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. A Bahia estava ocupada por tropas portuguesas. O Maranhão, o Piauí, o Pará e o Amazonas eram fiéis às cortes de Lisboa. Pernambuco, Ceará, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte formavam a Confederação do Equador, movimento separatista deflagrado contra o Imperador em 1824. A recomposição do mapa do Brasil, citando o historiador Marco Morel, “custou muitas vidas que ficaram pelas plantações, matos, mares, rios e ruas”.

Encerrados estes conflitos, em 1828 o Império entrou em guerra na região do Prata para não perder a Província Cisplatina. Perdeu energia, perdeu vidas e perdeu a guerra. A Província conquistou sua independência. Tornou-se a República Oriental do Uruguai.

Em 1831 D. Pedro I abdicou em nome de seu filho, então uma criança de cinco anos. Inventou-se o período das Regências, que durou até D. Pedro II ser declarado maior e coroado Imperador do Brasil aos 15 anos de idade.

E Laurentino Gomes informa: “entre 1831 e 1848 o país foi sacudido por nada menos que 22 revoltas regionais. Foram vinte no período regencial e mais duas já no Segundo Reinado”.

Ao longo de tão conturbado período, quem no império brasileiro estaria disposto a examinar os pedidos de emancipação de uma distante e relativamente obscura comarca do sul da Província de São Paulo?

Os ouvidos dos regentes e do imperador não eram sensíveis à voz dos curitibanos. Mas demonstraram ter grande sensibilidade ao ruído dos tiros que colocavam em risco a unidade do Império. Principalmente, a partir de 1835, quando esses tiros começaram a ser disparados por liberais gaúchos na Revolução Farroupilha.

Paraná, a província da unidade

Grandes estancieiros, insatisfeitos com a cobrança de impostos sobre a produção de gado e charque, queriam acabar com a monarquia, proclamar a república e chegaram até mesmo a inventar um estado independente.

A Guerra dos Farrapos durou dez anos e, em 1842, por um triz, não se articulou à Revolução Liberal mineira e ao levante dos liberais de Sorocaba. Os farrapos só precisavam do apoio de Curitiba para se juntar aos mineiros e sorocabanos. Nesse momento, politicamente dominada pelos liberais, a Comarca de Curitiba passou a ter grande importância estratégica.

O presidente da Província de São Paulo, Barão de Monte Alegre, percebeu esse perigo e mandou para Curitiba o político João da Silva Machado para “organizar a defesa do Governo”. Bom negociador, Silva

Machado conseguiu neutralizar os liberais curitibanos, inventando a promessa de elevar a Comarca a Província.

Na mesma ocasião, o comandante da Guarda Nacional em Paranaguá, Manoel Francisco Correia Júnior, mandou publicar um manifesto a favor da emancipação da 5ª Comarca. O manifesto foi recebido pelos paulistas como uma ameaça de adesão dos curitibanos aos liberais do Rio Grande do Sul e de Sorocaba. Fiel ao império, Correia Júnior foi injustamente destituído do comando, ofendeu-se, pediu demissão de todos os postos que ocupava e abandonou a vida pública.

Encerrada a Revolução Liberal, começamos debates parlamentares para separar Curitiba de São Paulo. Monte Alegre mandou o deputado Carneiro de Campos apresentar na Câmara um projeto emancipando a 5ª Comarca e João da Silva Machado recebeu do imperador o título de Barão de Antonina. Monte Alegre deixou a presidência de São Paulo e os paulistas nada mais fizeram pela emancipação de Curitiba.

Aliás, só atrapalharam. Foram dez anos de manobras políticas, em que São Paulo fez tudo para não perder o território hoje paranaense. Acho, sinceramente, que – antes de começar a escrever seu estudo sobre Zacarias de Góes e Vasconcellos – o professor Wilson Martins olhou aquela maçaroca de discursos, apartes, projetos, emendas e outras maravilhas do mundo parlamentar e simplesmente decidiu que isso não tinha nada a ver com a nossa emancipação. Se foi assim, concordo totalmente com ele e, por isso, não só sugiro como vou pular essa parte.

Entre 1842 e 1853, a bandeira da invenção do Paraná parece ter sido empunhada apenas pelo tropeiro Paula Gomes.

Bem relacionado com comerciantes e políticos gaúchos, paulistas e da Corte, Paula Gomes investiu grande soma de tempo, talento e dinheiro, tanto para criar, imprimir e distribuir folhetos de propaganda como para escrever artigos no Jornal do Comércio em defesa da emancipação da Comarca.

Paula Gomes, o herói discreto

Jornalista, cavaleiro, músico, tão bom com as palavras quanto o era no violino ou no manejo do laço e das boleadeiras, Paula Gomes foi por conta própria ao Rio de Janeiro em 1850. Deu farta munição em argumentos para Cruz Machado e Carneiro de Leão defender a causa curitibana no parlamento. E lá ficou até 29 de agosto de 1853, quando a lei 704 foi promulgada pelo Imperador.

“Artigo primeiro: A comarca de Curitiba, na província de São Paulo, fica elevada à categoria de província, com a denominação de província do Paraná. Sua extensão e limites serão os mesmos da referida comarca”.

Ao ouvir isso, Paula Gomes voltou para Curitiba, “tão desconhecido, humilde e silencioso como antes”. E muito mais pobre. Tanto que retornou à vida de tropeiro, caiu na estrada a tanger tropas entre o Rio Grande e Sorocaba. No dia 9 de abril de 1857, numa dessas viagens, perto de Cruz Alta, foi assassinado por um peão. Ninguém sabe onde está enterrado o seu corpo.

O processo de emancipação da Quinta Comarca, segundo o historiador Ruy Wachowicz, foi feito sem participação popular, (...) “a diminuta participação das próprias elites regionais (...) levou as autoridades do império a “batizarem” a nova província. Recentemente havia sido criada uma província no norte do Brasil que teve o seu nome tirado do maior rio da região: Amazonas. (...) Sendo o Paraná o maior rio a banhar o (nosso) território provincial, dele foi extraído o nome da província.”

Curiosamente, um livreto oficial publicado em 1875, para seduzir europeus a emigrarem para a província, apresenta o rio Paraná como “o Amazonas do sul do império”. E acrescenta: “na província do Paraná, (...) todos os rios dignos de nota são tributários diretos ou indiretos do majestoso Paraná”.

*Goio-covó água cega a vagar
luzes e trevas de América*

*vêu caingangue vai longe lavar
sangue nas terras de Guairacá/
Rio sereno na Serra do Mar
Miringuava será o que será
Rio do Registro Rio Grande a rolar
Miringuava será Paraná
É um cacho de prata a cair
cascata a cair em queda sem fim
de repente brincando no ar
sete cores sorrindo pra mim
impossible olvidar*

O Paraná nasce com festas

A notícia da emancipação da 5ª Comarca chegou pelo mar e levou 48 horas para subir a serra e espalhar-se entre os comarcões curitibanos. Já no dia 1º de setembro de 1853, o presidente da câmara de vereadores, Paula Guimarães, convidou os habitantes de Curitiba “para iluminarem suas casas por espaço de três dias, bem como para assistirem no dia 4 do corrente, às 10 horas da manhã, a um solene Te Deum que em ação de graças se há de entoar na Igreja Matriz.”

A Câmara mandou retocar a pintura do prédio da cadeia, pois nessa época os vereadores reuniam-se no seu andar superior, enquanto que o térreo era destinado aos presos.

A província poderia ter o nome de Curitiba, tal qual se chamava a comarca. Mas ao inventar um novo nome, sem querer, os burocratas do império estavam também inventando uma nova marca, um forte elemento de identidade para todos os habitantes da província que, além de curitibanos, parnanguaras, antoninenses etc., passaram a se considerar “paranaenses”.

Os paulistas vingaram-se da nossa emancipação: cortaram a verba para a compra de óleo de peixe, o combustível com que se acendiam os 30 lampiões do centro de Curitiba. Só dois estavam funcionando quando Zacarias de Góes e Vasconcellos chegou para instalar a província do Paraná.

O presidente vinha de uma viagem estafante. Desembarcou em Paranaguá no dia 6 de dezembro de 1853 e foi recebido pelas clássicas autoridades civis, militares e eclesiásticas em um vistoso pavilhão. E tome discurso. Não se sabe, ao certo, quantos foram os oradores. Bem provável é que a comitiva presidencial tenha encontrado algum motivo para se distrair, quem sabe admirando a beleza das nove meninas vestidas de branco e coroadas de flores, a envergar faixas em que se podiam ler os nomes dos nossos nove municípios.

Recém casados, voltando de uma lua-de-mel em Paris, Zacarias e sua jovem esposa foram hospedados na residência do Visconde de Nácar, a única da cidade que podia oferecer o mesmo luxo e conforto dos melhores palacetes da corte.

As festividades foram intensas e se prolongaram por mais dois dias. Não faltaram o Te Deum e recitais de hinos religiosos na igreja matriz, o desfile da Guarda Nacional e, “em uma pequena sala tomada por forte calor”, nosso primeiro casal foi submetido à encenação da tragédia “Otelo”, de Shakespeare, por um grupo de artistas locais. Para encerrar as homenagens, um baile de gala.

No dia seguinte, depois de recepcionados em Antonina, Zacarias, esposa e comitiva começaram a subir a Serra em lombo de burro. Seis dias depois, chegaram a Curitiba. E tiveram 48 horas de merecido descanso.

Um estadista na província

A cidade que Zacarias escolheu para ser a capital da nova província, como ensina Rocha Pombo, “circunscrevia-se entre os ribeiros Belém e

Ivo e mesmo assim com edificação muito rareada. Não havia nenhum edifício público. As repartições municipais funcionavam em prédios particulares. (...) Não se pode calcular em mais de 6.000 habitantes a população de Curitiba naquela época.”

*Ao norte Curitiba vai à Bica do Campo
Ao sul até a rua do Comércio ou da Entrada
A leste vai à rua da Carioca
A oeste até a rua da Ladeira e mais nada
Agora mesmo na travessa das Casinhas
alguém sorriu iluminando uma janela
alguém parou pra ver o voo das pombinhas
que se assustaram com o barulho da tigela
Um moço desce pela rua da Cadeia
a moça cruza todo o pátio da Matriz
ela procura quem conserte uma correia
ele persegue uma famosa meretriz
Há um papagaio à rua Nova do Saldanha
que diz bom dia pras madames que ele vê
na rua Alegre tem um negro que apanha
rua Fechada tá com cheiro de dendê
Uma carroça para na rua das Flores
pra deixar lenha, gelo e outras coisas mais
e dá pra ouvir a calma voz de dois senhores
a comentar as mais incríveis bacanais
Pintou tumulto perto do largo da Ponte
um vem dançando pela rua do Rosário
o presidente diz que tropeçou num monte
quando com pressa procurava o boticário
Um guaieca late na rua do Louro*

*e na da Ordem agora mesmo alguém nasceu
rua do Fogo uma vaca e um touro
estão curtindo a maior lua de mel
O tempo arde próximo ao Beco do Inferno
a gente sabe e sempre finge que não vê
e nessa transa de brincar com o eterno
bem que eu queria por um dia ser você*

Refeitos da viagem serra acima, no dia 19 de dezembro Zacarias e sua esposa são o centro das atenções na cerimônia de instalação da província do Paraná. A Guarda Nacional, o Regimento da Cavalaria e o Batalhão de Caçadores desfilam. A banda militar se apresenta e realiza-se a sessão solene na Câmara de Vereadores. Zacarias toma posse e “jura aos Santos Evangelhos bem e fielmente cumprir os deveres do cargo para que foi nomeado”. Discursa o presidente da Câmara, discursa Zacarias e todos vão para a matriz assistir uma missa cantada.

Em seguida, conta Túlio Vargas, “a comitiva dirige-se ao sobrado Bittencourt, primeira sede do governo” e “na ocasião é executado o Hino da Província do Paraná”. E o professor Ernani Straube esclarece: “o hino, composto por João Baptista Brandão de Proença foi cantado por Maria da Glória Sá Sotto Maior e coro formado pelas alunas do compositor”.

A letra, inventada no calor do momento, celebra a emancipação e expõe o estado de espírito dos curitibanos:

Raiou, oh pátria querida, / o dia da separação. / É província Curitiba/ por vontade da nação.

Seja a paz, seja a concórdia/ nossa divisa e brasão/ despindo mesquinhos ódios/ marchemos com união.

No dia vinte d’agosto/ nossa causa triunfou/ não foi em vão que lutamos/ o Paraná se elevou.

Festejar devemos todos/ um dia tão glorioso/ que rico porvir promete/ a um povo tão generoso.

Paraná é nova estrela/ do diadema imperial/ nova província do império/ nova filha de Cabral.

Nossos campos, nossos bosques, / nossos montes se alegraram/ risonhos mais do que nunca/ de flores se matizaram.

Em nossos vales retumbe/ a voz da alegria/ que longe levam os ecos/ a nossa categoria.

Povo leal curitibano/ publicai vossa alegria/ festejando ao presidente/ que o monarca nos envia.

Ao monarca brasileiro/ aos poderes da nação/ concordemos agradecemos/ nossa emancipação.

Antes de assumir a presidência do Paraná, Zacarias de Góes e Vasconcellos foi deputado provincial pela Bahia, presidente do Piauí, presidente de Sergipe e ministro da Marinha.

No Brasil imperial, a presidência das pequenas províncias era uma espécie de “escola de formação administrativa”, lembra o professor Ruy Wachowicz, acrescentando que “o Paraná foi grandemente beneficiado por ter como seu primeiro presidente o baiano Zacarias de Góes e Vasconcellos, homem de grande visão política e administrativa, que soube orientar os primeiros passos da jovem província de maneira dinâmica e eficiente”.

De acordo com Wilson Martins, Zacarias foi “um dos mais notáveis estadistas do império” e “criou realmente uma província, não no sentido administrativo puro e simples, mas como nação paranaense, instituindo-lhe a identidade coletiva.”

Novamente exagera o autor de “A Invenção do Paraná”. Zacarias permaneceu por 16 meses na presidência da província. Precisaria de muito mais tempo do que isso para conseguir a proeza de criar uma nação paranaense com identidade coletiva, coisa cuja existência até hoje se discute.

Mas não se pode negar a Zacarias o mérito de inaugurar bem o período provincial paranaense. Chegou aqui munido de um programa de governo elaborado pelo ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz, contendo quinze instruções. E começou a inventar a província do Paraná.

O recenseamento realizado logo após a posse de Zacarias revelou que a província tinha uma população de 62.000 habitantes, dos quais 10.000 eram escravos. E, segundo Wilson Martins, “avaliavam-se em dez mil os índios que percorriam os sertões, sem qualquer esforço de aldeamento regular.”

O território do Paraná tem 200.000 quilômetros quadrados de superfície. Quer dizer, fazendo as contas, em 1853 a densidade demográfica da província era de pouco mais de três habitantes por quilômetro quadrado.

Zacarias procurou estimular o aumento da população livre. Em 1855, pouco antes de encerrar seu trabalho na presidência da província, baixou a lei que autorizava o governo a promover a imigração de estrangeiros. Uma iniciativa que viria a ter grande repercussão nas décadas seguintes, quando cerca de 130.000 imigrantes vieram participar da invenção do Paraná.

254

*Por um sonho de fartura, navegar
Pela sede se fazer ao mar
Pelo gosto de aventura, por um chão,
Como ave de arribação
Duas casas duas vidas
Duas asas divididas
Entre o pouso e o momento o movimento de voar
Ir embora pelo tempo, encontrar
Os raios do primeiro sol
Nas mãos que ensinaram
Tantas mãos a trabalhar
Tantas mãos a trabalhar
Tantas mãos a trabalhar
Pra colher da nova terra, trabalhar
Uva é vinho, trigo é pão,*

*Alimento é esperança, trabalhar
Pelos filhos que virão
Novo sonho de fartura
Esta vida é a aventura
Entre o pouso e o momento o movimento de voar
Novas mãos guardando a arte de ensinar
Outras mãos a trabalhar
Novas mãos que ensinarão
Tantas mãos a trabalhar
Tantas mãos a trabalhar
Tantas mãos a trabalhar*

As cidades se reinventam

255

A elevação da comarca a província, por si só, mudou muito a aparência das cidades paranaenses. O professor Júlio Moreira informa que se multiplicaram os pedidos à Câmara, solicitando terrenos em Curitiba para a construção de casas. E mais: “abriam-se ruas e praças, fundavam-se casas comerciais importantes, construía-se ótimos edifícios (...) e, era tal o desenvolvimento que, em pouco mais de dois anos, Curitiba perdera o aspecto de lugarejo do interior, apresentando-se como uma cidade florescente e próspera. Em tudo notava-se progresso, trabalho e ordem.”

Uma mudança impressionante quando lemos a observação a respeito do uso de armas proibidas, feita pelo próprio Zacarias, referindo-se à maioria dos curitibanos: “o vasto poncho e as largas e estrepitosas chilenas não eram artigos mais essenciais ao trajar de um homem do povo do que a inseparável cartucheira, a faca e as pistolas, já não digo em viagem, nas estradas, ou em seus trabalhos do campo, mas em passeio à cidade e (parece incrível) até nos templos do Senhor.”

Zacarias trouxe em sua comitiva muitos funcionários experientes na administração pública, para bem realizar a missão de “fazer a ordem no meio daquele caos em que sobrevivia quase inalterado o regime colonial”.

As bases da organização política e administrativa do Paraná foram lançadas ali. Os departamentos administrativos passaram a ter onde e como funcionar: o Palácio do Governo, a Tesouraria da Fazenda da Província, a Assembleia Legislativa Provincial e o Quartel dos Oficiais foram instalados em casas alugadas ou compradas pelo governo.

O presidente organizou um regulamento para pautar a realização dos serviços das Secretarias de Estado e preencheu todos os cargos necessários à gestão da província. Entre outros, nomeou o secretário de governo, o chefe de polícia, o administrador geral dos correios, o vacinador provincial, o inspetor geral de ensino.

O primeiro ato do presidente do Paraná foi convocar eleições de senador, deputado geral e membros da Assembleia Legislativa Provincial. As eleições realizaram-se, segundo Zacarias, “sem deixar traço da menor perturbação”. O presidente comemorou o fato de membros dos dois partidos, conservadores e liberais – mais conhecidos como saquaremas e luzias ou cascudos e farrapos – terem sido eleitos para a Assembleia e indicado, de comum acordo, uma lista tríplice para a eleição de senador. João da Silva Machado, o Barão de Antonina, foi eleito senador, e Antonio Cândido Ferreira de Abreu, deputado geral.

Para começo de conversa, lei e ordem

Em 1941, o Museu Paranaense fez uma cerimônia para inaugurar o retrato de Zacarias e Artur Martins Franco apresentou um balanço das principais realizações do primeiro presidente do Paraná, afirmando que “nada escapou ao escrupuloso exercício de sua atividade administrativa”. Um resumo das palavras de Artur Martins Franco é suficiente para demonstrar isso.

Zacarias coibiu abusos e práticas criminosas e puniu delinquentes, moralizou o serviço dos correios e atendeu à administração da justiça.

Em contato com autoridades da igreja católica, tomou medidas importantes como a que aboliu os sepultamentos nas igrejas e autorizou o início das obras do cemitério municipal São Francisco de Paula.

Criou o município de Ponta Grossa, melhorou a Força Pública, cuidou do serviço de catequese dos índios. Tratou dos estudos que levaram à construção da Estrada da Graciosa. Mandou fazer a abertura do canal do Varadouro e construir um farol na barra de Paranaguá.

Providenciou a construção de edifícios para cadeias em localidades do interior. Preveniu o contágio de moléstias epidêmicas, com a aplicação de vacinas contra a varíola e a febre amarela.

Ordenou a construção do Paço da Assembleia. Combateu a falsificação da erva-mate e mandou fazer estudos sobre a agricultura, a pecuária, a indústria e o comércio da província.

Melhorou a instrução pública, primária e secundária, cuidou do projeto do liceu e defendeu os direitos do Paraná na questão de limites com Santa Catarina.

Esse foi, enfim, o Paraná que, segundo o professor Wilson Martins, Zacarias inventou.

No dia 6 de janeiro de 1854, o jornal Dezenove de Dezembro publicou carta em que um cidadão curitibano dá testemunho dessa invenção:

“(…) hoje os atos de justiça nos marcam uma nova era. As épocas eleitorais eram tormentosas e hoje se passam na maior tranquilidade. Os criminosos desapareceram porque temem a espada da justiça, levantada por uma autoridade enérgica que sabe cumprir com seus deveres, fazendo respeitar a sociedade. Os dinheiros públicos são aproveitados e bem arrecadados. As autoridades cumprem hoje com seus deveres porque temem a infalível responsabilidade. (...) Os maus empregados são demitidos e a segurança individual é garantida pela lei, outrora rasgada e escarnecida; enfim, os tempos calamitosos

estão passados e a nova província livre de perseguições e injustiças caminha para a felicidade”.

Os ventos da invenção

A partir deste início promissor, quanto mais Paraná se inventa, mais Paraná há para ser inventado. E quem fez e quem faz toda essa invenção?

As estradas foram, sem dúvida, grandes inventoras do Paraná. Primeiro, a Graciosa. Depois, a ferrovia Curitiba-Paranaguá. Mais adiante, a estrada do Cerne. Foram essas as rodovias que escoaram nossa erva-mate e nossas madeiras de lei.

A Universidade, primeira do país, inventou – e continua a inventar diariamente – o Paraná que ensina, pesquisa e produz conhecimento há mais de um século.

O cultivo do café atraiu brasileiros de todos os estados, inventou o norte do Paraná e a rodovia que liga esta região ao porto. As culturas agrícolas se multiplicaram, assim como as estradas, a inventar o “Paraná, celeiro da nação”, maior exportador de grãos do país.

Gaúchos e catarinenses, filhos de italianos e alemães, inventaram o nosso oeste e sudoeste. E estes novos paranaenses integraram-se, em toda parte, aos já estabelecidos descendentes de faiscadores e tropeiros, de exportadores de mate e madeira, de imigrantes de todo o mundo.

Do mate à química fina, da madeira à metal-mecânica, do café à agroindústria, da soja à biotecnologia, da cana-de-açúcar à indústria de *softwares*, há um Paraná que gera riquezas e se inventa e reinventa permanentemente.

E assim, surge o Paraná de hoje e de amanhã, moderno, antenado, onde as informações circulam na velocidade da luz e as pessoas estão conectadas umas às outras e todas, a todo mundo.

Mas ainda há um “sentimento” chamado Paraná para ser inventado na alma e no coração de todos os paranaenses. Um sentimento que só poderá nascer pela consciência da nossa história.

Lembro, aqui, as palavras do ex-governador Bento Munhoz da Rocha. O que ele escreveu em 1969 no prefácio da História do Paraná organizada e coordenada pelo Professor Faissal El-Khatib é ainda tão atual quanto oportuno. São palavras que transcrevo agora como quem hasteia uma bandeira:

“Nenhuma região brasileira tanto quanto a paranaense exige, atualmente, não apenas a ampliação das pesquisas de sua História, de que Romário Martins plantou os marcos definitivos, mas, sobretudo, sua divulgação intensiva.

O Paraná povoou-se subitamente, diante de nossos olhos. De repente ficou cheio, numa geração que pôde assistir o coroamento da longa preparação com que as lideranças do passado, com plena consciência das possibilidades paranaenses, foram delineando a realidade de hoje.

Toda a atual expansão paranaense esteve antes na mente dos homens que tiveram as responsabilidades, tanto políticas quanto sociais e econômicas, em nosso estado.

Nada do que se tem feito deixou de ser previsto, numa quase intuição da gente de vanguarda em nosso passado.

Toda uma grande documentação já conhecida e ainda a ser computada, aí está, atestando essa afirmação.

Os homens que conheciam o Paraná acreditavam nele, sentiam sua grandeza, a diversidade de seus recursos, a perspectiva de utilização de suas reservas. Relatos de viagens, projetos, relatórios, concessões sucedem-se, testemunhando previsão e confiança em nosso futuro.

(...) A gente nova do Paraná precisa conhecer a formação da terra que é sua e é, sobretudo, a terra de seus filhos. Precisa saber por que o Paraná atraiu, chamou com tanta força, em determinado momento. Precisa conhecer a diversidade do Paraná para compreendê-lo como ele é. Para perceber a síntese que o Paraná representa.

(...) Os paranaenses novos, e os velhos também, precisam conhecer nossa história, nossos homens representativos de ação e pensamento decisivos, nossa geologia, nossa botânica, nossa zoologia, a herança

ainda que diminuta de nossos índios, nosso folclore, nossa música, nossos municípios...”

*Ôi diga lá como é o nome desse lugar
Ôi diga lá o nome desse lugar*

*Minha terra tem palmeira onde canta o pato branco bico torto
E gorjeiam arapongas patos velhos e galinha onde canta a cachoeira ôi
Tem um pé de bocaiúva e tem palmas açaí e Curiúva
Araucária marmeleiro laranjeiras Ortigueira
Guajuvira e amoreira ôi diga lá...*

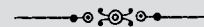
*Minha terra tem pitanga tem pinhão cerro verde céu azul e pinhalão
Três lagoas quatro pontes entre rios campo largo rancho alegre barracão
Lá eu tenho dois vizinhos
Diga lá como é o nome desse lugar
ôi diga lá o nome desse lugar*

*Minha terra tem matinhos tem floresta cascavel e duas onças
Chopinzinho jacutinga jaboti jacarezinho marimbondo ponta grossa ôi!
Paraíso terra boa terra roxa água azul e barro preto
Diamante prata pérola platina terra rica esperança rio bonito ôi diga lá...*

*Minha terra tem roseira palmital ferraria monjolinho e cafezal
Vassoural lajeado tem morretes e banhados cerro azul faixinal
Tem formosa sertaneja
Diga lá como é o nome desse lugar ôi diga lá o nome desse lugar*



COMENTÁRIO SOBRE A PALESTRA DE PAULO VÍTOLA



Por BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR

*A última contribuição de Belmiro Valverde Jobim Castor para a Academia,
restaurado mediante gravação, pelo Acadêmico Paulo Vítola.*

“Queria dizer, inicialmente, que pra mim é um grande privilégio esta participação na Semana de História. Deve ser o quarto ano que eu participo como palestrista-comentador. E é sempre uma atividade não apenas muito prazerosa, mas que eu considero das mais relevantes da minha trajetória.

Eu vim para o Paraná muito cedo, com três anos de idade. Meu pai era militar e veio para Rio Negro, na divisa com Santa Catarina. Passei minha vida aqui até os dez anos, depois fui estudar fora, no Rio, e só voltei aos 23 anos. Estou aqui agora há 48 anos, para ser exato. Embora seja uma pequena falsificação documental (que o nosso querido professor Straube, como um bom perito, não permitiria nunca acontecer), eu gostaria de falsificar o meu certificado e a minha carteira de identidade, e de me intitular paranaense. Pelo menos é uma filiação que eu tenho de coração.

A segunda coisa que eu queria dizer inicialmente é que, comentar uma palestra da densidade da que o Paulo Vítola fez, é um grande privilégio. Mais ainda é comentar uma palestra com uma qualidade absolutamente luminar, como foi a dessa apresentação.

Quando eu estava me preparando para essa atividade, dei uma relida em vários textos clássicos do paranismo, desde Romário Martins, Brasil Pinheiro Machado, David Carneiro, até Bento Munhoz da Rocha, é claro. E comecei a articular na minha cabeça o que eu gostaria de dizer em cima daqueles textos e em cima daquilo que eu achava que o Paulo

Vitola iria dizer. E eu fico muito feliz porque, na realidade, eu encontrei na palestra do Paulo uma síntese extremamente rica de vários aspectos deste tema da *invenção*.

Ele, como eu, gosta da etimologia das palavras. Eu tinha um professor que dizia: “Sempre que você for estudar alguma coisa, comece lendo a etimologia das palavras”. E uma das palavras que me ajudou muito a entender o Brasil, inclusive quando eu escrevi *O Brasil Não é Para Amadores*, é a palavra *improvisação*. “Improvisação” é a síntese brasileira..

Todos nós sabemos que a improvisação é, talvez, a nossa característica mais presente. *Improvisação* vem do Latim *improvisu*, “aquilo que não foi visto antes”. E nada define mais um país jovem como o nosso, do que um país que não viu nada antes, e que teve que se inventar. Ele não teve modelos para copiar porque esses modelos sempre lhe foram sonogados.

Quando D. João VI veio para o Brasil e praticamente inaugurou o Brasil em termos administrativos, trazendo consigo o Conde de Linhares e toda a burocracia portuguesa, trouxe também um almanaque de Lisboa e 7 mil burocratas. Da mesma forma como Martim Afonso, quando veio ao Brasil em 1530, também trouxe 400 burocratas. E o Brasil teve uma burocracia antes de ter uma nação. É o que o velho Guerreiro Ramos sempre dizia: “No Brasil, o Estado chegou antes da Nação”.

A primeira função que Martim Afonso de Souza cumpriu no Brasil foi criar cartórios. Ele veio com poderes do rei para criar cartórios. E a primeira coisa que ele fez foi criá-los e conceder sesmarias de terra. Em 1530, o Brasil não tinha cidade, mas tinha Código de Posturas, trazido de Lisboa.

Então quando você ouviu o Paulo Vitola trabalhar com a etimologia da palavra *invenção*, é exatamente isso. Ele resumiu de forma brilhante o processo de invenção brasileira. Um processo não apenas de inteligência, mas da descoberta casual, da acomodação, da adaptação aos elementos da natureza e culturais da época — tudo isso.

A primeira coisa que salta aos olhos é que a palestra do Vitola resume e captura, de uma forma extremamente brilhante, essa multiplicidade do processo de invenção. Uma segunda coisa que me

parece importantíssima é que o nosso tema dizia “Cento e sessenta anos de emancipação e a invenção do Paraná”. E o que é que ele mostra? Ele mostra que a invenção do Paraná precede muito os cento e sessenta anos de emancipação.

O processo de invenção do Paraná é um processo que começa muito lá atrás e, mais do que isso - o que também me parece que é um ponto fundamental no argumento do Vitola - o processo de invenção social, é um processo contínuo. Nós estamos nos reinventando, e permanentemente inventando e reinventando o Paraná a cada dia.

Ele faz uma brilhante recomposição, um resgate de toda aquela história que vem desde os tropeiros, do ouro, e consegue concatenar todos esses episódios históricos (do mate, da madeira, etc.) de uma forma coerente e absolutamente didática. Vitola, eu estou encantado com a sua palestra. O elogio é absolutamente genuíno, mesmo porque, dizia um grande inimigo meu que um dos poucos defeitos que eu não tinha é a hipocrisia. Então eu posso lhe garantir que isso vem do meu coração, porque, realmente, você é uma pessoa que brilhou na noite de hoje com a sua palestra.

Pegando o argumento do Paulo Vitola e tentando explorar alguns dos pontos mais saborosos, quando eu fiz essa releitura dos clássicos paranistas, uma coisa que chama à atenção é que você pode ver esse processo de procura por uma identidade paranaense, por várias dimensões. E a maior parte dos nossos clássicos procurou pela dimensão simbólica. Procurou encontrar na natureza e na nossa cultura alguns elementos diferenciadores do paranaense. Acho que a frase mais clara disso é do Bento Munhoz da Rocha, quando ele fazia a comparação do paranaense com o pinheiro. Ele dizia:

‘É inteiramente falso que não tenhamos uma natureza característica. Aí está o pinheiro. Ergue-se raquítico, tímido, hesitante, quando as terras paulistas se nos avizinham, estende-se largamente pela faixa catarinense até rarear e extinguir-se no território gaúcho. Mas o pinheiro grande, nobre e altivo é o nosso pinheiro. Grande e nobre como

o paranaense, que agasalha o forasteiro com todo o seu carinho, dá-lhe o melhor que tem. O pinheiro ereto e dominador simboliza o Paraná.'

Na mesma linha, vocês vão encontrar textos do Wilson Martins, do *Brasil Diferente*, vão encontrar textos do Brasil Pinheiro Machado (embora com uma vertente mais crítica, sociológica, weberiana). Mas nós vamos encontrar sempre essa procura de uma identidade, vamos ver o que é que nos diferencia. E o Vitola mostra, com muita clareza, que o que nos diferencia não é nada disso.

O que nos diferencia é a nossa multiplicidade, a nossa permeabilidade social e econômica — que muitas vezes é contestada, minimizada, quando você vê, por exemplo, que hoje em dia existem correntes historicistas muito preocupadas em definir que a história foi escrita sob uma ótica patrimonialista, de famílias e oligarquias dominantes, e por aí afora. Mas o fato é que o que o Paraná, ao longo da sua história, mostrou de fundamental uma enorme capacidade de adaptação, de ser permeável à mudança e ao aprendizado. É mais ou menos fácil fazer algumas poucas reflexões aqui, para lembrar exatamente disso.

Primeiro lugar: vocês veem que nós tivemos vários ciclos econômicos, que foram praticamente aligeirados no nosso território, de uma forma inédita no Brasil e mesmo no mundo. Vamos nos lembrar que, no Paraná, para ficar num exemplo mais recente, quando eu era Secretário de Planejamento - numa época que me enche de orgulho, que foi do governo do Jayme Canet - você fazia os cálculos estatísticos de agricultura e chegava à conclusão de que o Paraná era um desastre estatístico.

O professor Parigot de Souza, que era uma mente absolutamente cartesiana, ficava irritadíssimo quando se falava de uma forma muito elogiativa. Ele dizia: 'Mas vocês estão ficando malucos! Nós temos índices de produtividade indignos. Olhem aqui, o milho americano. São 7 mil quilos por hectare! O milho paranaense são 1.700 quilos por hectare. Você pega a pecuária do mundo desenvolvido e tem um descarte que se

dá aos 14–18 meses. No Paraná o gado fica duro porque anda muito, ele vai ser abatido aos quatro anos e meio. Ele vai ser abatido quando já está velho e muito musculoso.' Ele brincava com isso mas dizia: 'Nós somos, ainda, uma sociedade extremamente ineficaz'.

Passado o tempo, de vez em quando eu sou obrigado a rever alguns desses números. A soja, por exemplo, entrou no Paraná em 1950. Eu me lembro, aqui em Curitiba, de um caminhão todo pintado com coisas da soja, e daquele nosso herói popular que fazia ginástica, o Bataclan, fazendo propaganda da soja em 1951. E em Curitiba: 'Soja? O que é soja?' E tinha toda a mística da soja: 'Uma leguminosa, espetacular! Ah, mas é mesmo!'

Era uma coisa totalmente diferente. Produtividade: 1200 kg/ha. Outro dia eu esbarrei nos números atuais. O Paraná, hoje em dia tem praticamente (no Paraná e no Sul), em relação a culturas como o milho, por exemplo, uma produtividade muito próxima da americana. Até superior, no caso da soja.

Em segundo lugar, na pecuária, ficávamos sempre dizendo: 'ah, o gado paranaense...' Agora você descobre que, na virada dessa geração dita 'geração saúde', aquilo que antigamente era um privilégio da carne americana (chamada 'carne marmorizada', uma carne cheia de gordura, macia) hoje em dia é abominado pelos médicos e pelas pessoas que cuidam da saúde, em favor da chamada *lean cattle*, que é a carne magra, a nossa carne típica, do rebanho paranaense.

Então, o que é que você viu? É que em 30 anos, 20 anos, dez anos, essa população conseguiu aprender muito rapidamente uma série de coisas. Você não tinha uma avicultura, e hoje em dia você tem. Você não tinha uma agropecuária de nível mundial, e agora você tem. Todas as coisas mostram efetivamente que - no meu entender - o grande mérito e o grande vigor que nós temos, como sociedade, é exatamente essa capacidade. Agora vamos tentar descer um pouquinho aos nossos inventores, por quem o Vitola também passou de forma extremamente precisa e muito didática.

O Paraná tem algumas coisas realmente interessantes. Em primeiro lugar, alguns dos nossos grandes inventores foram as crises dos outros. Nós tivemos as crises nacionais: o café veio para o Paraná exatamente como parte de toda a crise que envolveu a cafeicultura brasileira no começo do século. Depois do acordo de Taubaté, da tentativa de limitação das culturas, dos planos de erradicação em São Paulo, da queima do café, tudo isso e, de repente, a área de expansão da cafeicultura era o Paraná.

E o Paraná acabou rapidamente se transformando no maior produtor mundial. Nós fomos, por assim dizer, depositários e repositórios de pessoas que vieram de outras crises, europeias: italianos, no século XIX, alemães, poloneses, orientais no começo do século, japoneses e depois coreanos, na segunda guerra. Todos eles vieram para cá em busca de uma nova oportunidade, praticamente de uma nova vida.

Eu me lembrei de uma revista paranista que nós editávamos na Secretaria de Planejamento, que mostrava uma fotografia do aeroporto de Londrina: um gaúcho chegando, todo pilchado, com dois sacos de anagem nas mãos. Devia ser o patrimônio dele, as roupas dele. Chegando para fazer a vida. Em Londrina, de forma muito maldosa, escreveram na pedra da cidade: 'Igual a você tem dez mil'.

A cada dia chegava mais gente para fazer uma vida nova, e fizeram uma vida nova. Londrina é uma coisa maravilhosa, como cidade e como civilização.

Outros facilitadores dessa nossa invenção paranaense (também foram mencionados aqui): num certo momento você teve, não só por parte de governantes, como por parte da academia, pessoas que pensaram o Paraná de uma forma muito ampla.

Vamos pegar o professor Reinhard Maack, que é um dos inspiradores, hoje em dia, de tudo o que seria basicamente o movimento ambientalista, em qualquer lugar do mundo. O Professor Reinhard Maack - que foi amigo e preceptor do professor Bigarella - era um homem notável, que estava 50 anos à frente do seu tempo.

Quando você pega, aqui no Paraná, em 1950-60, Alípio Ayres de Carvalho, Secretário de Viação e Obras Públicas — um homem que

praticamente entendeu o interior do Paraná, que viajava compulsivamente e conhecia tudo, tinha um conhecimento absolutamente fantástico da realidade do chão de fábrica, pisando na poeira, mesmo — você vê que o Paraná teve todo um conjunto de políticos, acadêmicos, empresários, e por aí afora, que inventaram este Estado a cada dia. Eles foram progressivamente inventando e reinventando o Paraná.

Eu trabalhava com o Alípio em 1965, e nós viajamos, naquele tempo, todo o Paraná, do primeiro até o último município. Só não fomos a um município, que era Guaraqueçaba, porque no dia que iríamos, houve uma borrasca em Paranaguá e não conseguimos ir, a estrada Cacatu-Guaraqueçaba era muito ruim. Eu sou de uma geração que teve esse enorme privilégio, o de ver o Estado mudar sob as nossas vistas.

Eu conversava com o Dirceu ainda agora, e ele diz assim: 'Você sabe quem morreu? O Kit Abdala, médico lá de Francisco Beltrão'. Um homem muito bem humorado, que fez carreira em Curitiba como estudante, trabalhava como humorista de rádio. Era um sujeito gozadíssimo e simpaticíssimo. Quando eu ia a Beltrão no tempo do Kit Abdala — eu trabalhava no governo — ele, por gentileza, fornecia para o governador e para os secretários hospedagem no hospital dele. Porque não tinha hotel!

Uma vez nós chegamos a uma cidade e fomos todos instalados no hospital, pelo médico, muito orgulhoso com presença do governador, que chegou para nós e disse: 'Nesse meu hospital nunca morreu ninguém'. Eu pensei 'mas que padrão de medicina!' E ele: 'É que quando alguém está para morrer, eu mando dar um *Sedalene* forte, aí eu mando ir morrer em casa.'

Quando você volta a esses lugares hoje em dia, alguns deles os mais recônditos, perto da fronteira com a Argentina, cidades que não tinham aparentemente nenhuma possibilidade, nenhuma alternativa econômica, de repente começam a aparecer.

Cianorte. Você ia a Cianorte e era uma choradeira por causa da erosão: 'O governo chegou a fazer mil trabalhos sobre a erosão em Cianorte, contratou a OEA, vieram técnicos ingleses, espanhóis, e ninguém consegue resolver o problema de Cianorte...'

Aí chegou um turco lá, num caminhão com quatro máquinas de overloque em cima, alugou um depósito, pagou com um cheque sem fundo e começou a fazer *jeans*. E Cianorte virou o maior polo de confecção (toda a região de Maringá virou) do Brasil inteiro.

Você vai aqui no sudoeste a cidades, também minúsculas, onde o prefeito ou uma pessoa com um pouco mais de visão chegou e disse: '*Olha, vamos estimular um pouco mais o empreendedorismo*'. E de repente começa a nascer aquilo que hoje em dia se chama de *cluster*, os arranjos produtivos locais.

Então, dentro do Paraná, há cidades como Luanda, que tem o polo de metais sanitários, cidades que são polos na área de bordados, de uniformes escolares, de bonés — como é o caso de Apucarana, a capital mundial do boné. É um título majestoso, não é? É mesmo, porque são trezentas empresas extremamente modernas, fazendo uma coisa que nós não sabíamos fazer antes.

Eu queria mencionar, para não me alongar, algumas dessas coisas da invenção paranaense que eu acho brilhantes. Uma delas é uma figura chamada Celso Garcia Cid, dono da Viação Garcia, ex-garçom que foi para Londrina muito cedo, e era um pecuarista dedicado. Ele meteu na cabeça que o gado do Paraná era um gado de quinta categoria, e que ele precisava promover um *choque de sangue* no gado do Paraná.

E o Celso Garcia Cid, então, inventou. Pegou um avião e foi para a Índia. Disse: '*Onde é que tem o melhor gado do mundo? Na Índia. Então é para lá que eu vou!*'

Chegou lá e comprou, com a ajuda de alguns marajás locais, um rebanho de altíssima qualidade. Esse rebanho ele iria trazer para dar o tal do *choque de sangue* na pecuária do Brasil.

Acontece que as forças conservadoras da pecuária, o pessoal de Minas, do 'Triângulo do B: Beraba, Berlândia e Barretos', se mobilizou contra. E a história de Celso Garcia Cid virou uma saga, porque ele ficou com o gado todo embarcado no navio e, no meio do caminho, descobriu que quando o gado fosse descer no Brasil ia ser sacrificado, porque achavam que ele ia trazer zoonoses, uma série de doenças que iriam acabar com a pecuária brasileira.

E aí a história é mais romanesca: Garcia alugou uma ilha no Caribe e deixou lá o gado, durante quatro meses. Depois trouxe o gado pra cá, botou no Paraguai, entrou com um pedaço do gado como contrabando... um negócio que, contando, parece anedota, mas está muito bem retratado no livro sobre ele, escrito por seu filho.

O Celso Garcia Cid era um homem obstinado, que eu tive o privilégio de conhecer. Ele não me dava a menor bola, porque eu tinha vinte anos e ele era um homem de sessenta, que olhava para a gente como uns pirralhos.

Contava que estava no interior da Índia e que, em certo momento, não aguentando mais a dieta indiana, ele viu uma galinha. Ex-garçom, bom cozinheiro, ele diz para o guia: 'Vá lá, compre aquela galinha, que eu vou chegar no hotel e vou fazer uma galinha ao molho pardo, pra matar a vontade'.

Foi lá o guia, conversou, conversou. Meia hora depois, voltou e disse: 'Olha, consegui convencer o homem a vender a galinha. Só que antes ele tem que ouvir o sócio.' O cara tinha um sócio na galinha! Imagina o nível da rusticidade...

Essas figuras foram os nossos construtores. O que aconteceu com o gado? Garcia teve um *insight* — e aí vem a história do inventor do Paraná. Vamos ser muito justos: os políticos, de alguma, forma inventaram um programa: como começou a nascer muito bezerrinho macho, o Garcia fez um acordo com a Café do Paraná, que era uma empresa do governo do Estado, para entregar um bezerro em troca de touro velho.

Então, quando chegava numa propriedade com um touro novinho, pingando azeite, chegado da Índia, e lá havia um touro meio *cansadão*, aquilo já animava a turma. E graças a isso o Paraná foi começando a mudar o perfil da pecuária. Hoje em dia nós somos líderes mundiais da carne do gado Nelore, do gado Gir, e do gado Guzerá (e dos chamados cruzamentos industriais). Quer dizer, nós fomos nos inventando a cada dia, fomos nos *reinventando* a cada dia, e acho que isso foi que o Vitola nos mostrou, com grande felicidade.

Agora eu queria dar uma nota melancólica. É que, na realidade,

nos últimos vinte anos, nós vimos essa pletora de inventores do Paraná escassear. As nossas lideranças empresarias desapareceram todas, as nossas grandes empresas desapareceram todas, as nossas lideranças políticas começaram a se amesquinhar.

Nós não somos relevantes no panorama nacional. Perdemos a nossa relevância. A nossa Universidade, o nosso mundo acadêmico infelizmente também começou a perder muito tempo a olhar para o próprio umbigo, fazendo uma grande reflexão da sua capacidade ou não de interpretar o sentimento social. E com isso nós estamos perdendo o nosso estoque de inventores.

A cada momento está havendo uma reinvenção do Paraná. Mas lamentavelmente os nossos inventores atuais são o quê? São as multinacionais que vieram para cá e estão inovando nos métodos de gestão, o capitalismo tardio que trouxe para cá as fábricas, e que nos inseriu exatamente nessa grande dinâmica do capitalismo industrial tardio, que é muito *footloser*: está aqui como poderia estar em qualquer lugar, está fechando fábrica aqui e abrindo não sei onde, com a maior facilidade, sem nenhum tipo de remorso.

Nós temos uma invenção do Paraná, mas não uma invenção paranista. Eu acho que isso é um grande desafio para todos nós: restaurar essa ideia de que o Paraná se reinventa, e de que *os paranaenses* se reinventam, e reinventam o Paraná.

Não quero deixar de fazer, por último, um comentário muito saudoso em relação a uma pessoa que nós perdemos este ano, que foi o professor Carlos Roberto Antunes dos Santos, um dos inspiradores da Semana de História. Ele era um entusiasta enorme do estudo da história, tinha uma impecável formação acadêmica, trabalhou com Fernand Braudel, foi um sujeito que teve grandes oportunidades e que aproveitou todas.

E o Carlos, além de tudo, tinha um *savoir faire*, uma sabedoria das coisas boas da vida. Sabia comer, sabia beber, sabia escolher os bons restaurantes, sabia contar dos hábitos gastronômicos, era um grande contador de casos. E nós perdemos o Carlos estupidamente, numa coisa

banal. Uma morte imprevista. Uma embolia, após uma cirurgia que parecia banal, o levou. Eu queria deixar registrado isso aqui.

E quero, Paulo Vitola, mais uma vez, dizer que foi um enorme privilégio comentar a sua palestra, muito além do que alguém poderia imaginar como sendo uma palestra erudita sobre o Paraná. Foi uma palestra erudita, abrangente, extremamente saborosa, acompanhada pelo Marinho Galera, que a valorizou mais ainda, dando esse toque de casualidade e de convivialidade de que nós estamos precisando.

Muito obrigado pela oportunidade de falar do seu trabalho. Obrigado a vocês.



DELENDAM FLORIANO A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E A REVOLTA DA ESQUADRA - ANTECEDENTES

Por PAULO ROBERTO HAPNER



Requisitado mais uma vez para colaborar com esta prestigiosa revista, prometi ao eminente acadêmico Eduardo Rocha Virmond que estabeleceria um enfoque diferente, escrever sobre os antecedentes da decantada revolução federalista que provocou a invasão do Paraná pelos maragatos.

Depois de estudar diversos textos insertos na bibliografia registrada no final, conclui que os federalistas encerravam suas orações com a seguinte alocução *Ceterum censeo*, Floriano *esse delendam*, parodiando o célebre senador romano Marco Pórcio Catão, que desejava o extermínio dos púnicos de Cartago.

E foi fixado neste lema, que me pareceu figuradamente apropriado, passei a pesquisar a respeito dos motivos que poderiam despertar tanto ódio contra o Marechal de Ferro, começando pela proclamação da República como causa próxima da Revolução Federalista.

A mudança de regime se fez entre flores, vivas e desfile de tropas, sem que se esboçasse, ao menos, qualquer reação popular ou mesmo militar contra sua implantação. A queda da monarquia se deu sem violência e ao seu enterramento, simples e modesto, se fez ouvir apenas a troca de tiros entre um piquete de cavalaria e o Barão de Ladário, quando este resistiu a voz de prisão dada pelo oficial que comandava aquela força.

Contudo, o regime assim implantado deixou de colher as rosas para encontrar sérios obstáculos em sua caminhada. Aparentemente todos os envolvidos desejavam o bem público, porém, trilharam estradas opostas e se contrapuseram violentamente, como se poderá ver nesse breve relato.

A resenha, em certos momentos, não guarda respeito à cronologia dos acontecimentos. Porém, este defeito não compromete a compreensão

do assunto, diante da preponderância dos fatos que são antepostos propositadamente, para melhor entendimento do movimento cinético respectivo. Passemos, pois, à narrativa dos sucessos que deram causa à explosão revolucionária e a adesão da esquadra.

II - Difícil é condensar em uma rápida exposição os principais acontecimentos que se desenvolveram entre os anos de 1892 até 1895, quando o sul do Brasil foi cenário de uma revolta que se denominou Revolução Federalista, com nítida germinação nos pampas gaúchos.

Entre os principais protagonistas do episódio, figura o advogado positivista Julio Prates de Castilhos, nascido nas proximidades da nascente do rio Ibicui, em São Martinho, Cruz Alta. Com pouco mais de 20 anos formara-se na Faculdade do Largo São Francisco e, voltando a Porto Alegre, tornou-se líder do Partido Republicano Riograndense, agremiação política que fundara juntamente com Pinheiro Machado e Assis Brasil, em 1879. Colaborou e depois passou a dirigir *A Federação*, órgão divulgador das idéias do partido, circunstância que o levou a ser escolhido deputado ao Congresso Constituinte Republicano. Essa participação o credenciou para disputar a primeira eleição de Governador do Estado, sendo eleito para dirigir os destinos da antiga Província de São Pedro, conforme dispunha a Constituição estadual promulgada em 14 de julho de 1891.

Contava o Estado com aproximadamente 1.200.000 habitantes, tinha 48 deputados estaduais e seu Superior Tribunal possuía sete (7) desembargadores; sua representação federal era de três (3) senadores e dezesseis (16) deputados.

Julio de Castilhos foi o redator do projeto de Constituição Estadual gaúcho e se alinhava na corrente ultrafederalista que asseguraria a permanência de Floriano Peixoto como sucessor de Deodoro, logo após o Golpe de 3 de novembro de 1891, quando este último dissolveu o Parlamento.

Todos os governadores dos Estados, por não discordarem desse fechamento, e isso significava aceitação do golpe contra a Lei Maior, foram depostos e substituídos, invariavelmente, pelos comandantes dos

distritos militares regionais. Acresce considerar que Júlio de Castilhos conquistara a simpatia de Deodoro que, anos antes, havia comandado a guarnição de Porto Alegre, onde o tribuno redigia artigos n' *A Federação* em defesa do Exército e contra a Monarquia.

Portanto, a renúncia de Deodoro e a deposição do Governador gaúcho fortaleceu a oposição anticastilhista formada em torno do Partido Liberal. Em 12 de novembro de 1891 assumiu uma Junta Governativa sob o comando de Assis Brasil que, depois de conter as turbulências regionais, patrocinou nova eleição que conduziu ao governo o Marechal José Antônio Correia da Câmara, 2º Visconde de Pelotas, herói da Guerra do Paraguai e comandante das tropas que perseguiram Solano Lopez até a morte no arroio Aquidabã Nigüi.

Júlio de Castilhos, nesta primeira ocasião, governou apenas por quatro meses, de 15 de julho a 11 de novembro de 1891.

Na sequência, em fins de 1891 e início de 1892, o Partido Republicano organiza o movimento reivindicador visando recolocar Júlio de Castilhos no poder e, de outro lado, organiza-se o Partido Federalista pelos Tavares em Bagé com a adesão de Gaspar da Silveira Martins, antigo presidente da Província.

Observe-se que ainda não havia surgido qualquer divergência com a situação federal. A desinteligência política se limitava à questão local, porquanto os federalistas gaúchos defendiam maior autonomia ao parlamento estadual, restringindo os poderes do governador, impedindo inclusive a sua reeleição, o que já vinha de certa forma previsto no art. 9 da Carta Estadual gaúcha. Entretanto, como nenhuma eleição direta havia acontecido, inexistia a pretendida inelegibilidade de Júlio de Castilhos em futuro pleito. Tanto que na eleição direta realizada em fins de 1892, foi ele eleito legitimamente com 26.377 sufrágios, sem concorrentes. Acentue-se que, embora tivesse discordado das punições impostas por Floriano em abril de 1892, como será visto a seguir, neste pleito, foi apoiado pelo Vice-Presidente da República, na medida em que este enxergava maior perigo em Gaspar da Silveira Martins, suspeito de levantar a bandeira parlamentarista para ocultar projetos de restauração monárquica.

Importante salientar que a eleição de Júlio de Castilhos ocorrera depois do bombardeio de Porto Alegre pela flotilha sob o comando do Comandante Lara. Como consequência desta eleição repita-se, os federalistas invadem o estado do Rio Grande, lançando-o na guerra fratricida.

Como se pode ver, com o apoio de Floriano, a polêmica regional exorbitava das balizas estaduais e assumia uma feição de maior vulto com as asfixias das liberdades impostas na capital da República. Para a oposição, a permanência de Floriano no poder era inconstitucional e, além disso, não passava de uma continuação de uma sedição militar que tomara de surpresa a nação no dia 15 de novembro de 1889.

III – Relembremos estes acontecimentos que antecederam a proclamação da República.

Deodoro da Fonseca tornou-se o primeiro presidente do Clube Militar, local onde se propagavam as novas ideias republicanas. Embora fossem ambos, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, fiéis ao Imperador D. Pedro II, a quem deviam diversas atenções de reconhecimento e prestígio, foram impotentes para conter o ímpeto dos militares. Tanto os veteranos da Guerra do Paraguai quanto os jovens oficiais, a grande maioria simpatizava com as conjecturas de Benjamin Constant, no tocante ao desejo de cortar pela raiz a situação de asfixia decorrente do regime monárquico.

Para retirar Deodoro do palco dos acontecimentos, fora ele mandado servir no Mato Grosso e Rio Grande do Sul. Contudo, seu prestígio perante a corporação acabou crescendo em face dessas supostas represálias políticas, percebidas como revanchismo pelos membros do Clube Militar, os quais, tendo a frente seu fundador, eloquente orador e líder Benjamin Constant, passaram a arquitetar com maior desenvoltura a queda do Gabinete do Visconde de Ouro Preto e o fim da monarquia.

Nas vésperas de 15 de novembro correu o boato da prisão de Deodoro. Fato deveras importante, consistente num diálogo entre o Dr. Souza Ferreira e o Visconde de Ouro Preto, demonstra o ambiente

propício da proclamação. Questionado sobre a veracidade da notícia da prisão de Deodoro, o Visconde de Ouro Preto desmentiu-a, recebendo como resposta que se fosse verdade, a ordem não seria cumprida.

Cumulativamente a isso, de um lado, o imperador não se sentindo em condições de permanecer no poder, tencionava passar o cetro ao príncipe consorte, o Conde D'Eu, cuja intransigência era bem conhecida e provocava preocupação na classe política.

De outro lado, a abolição produziu um efeito contrário ao desejado, colocando em oposição os proprietários rurais, aglutinando os antigos senhores dos escravos em torno da corrente militar e dos líderes republicanos representados por Quintino Bocaiúva, Rui Barbosa, Francisco Glicério e outros. A soma desses fatores fomentou o movimento militar positivista que extinguiu a monarquia e inaugurou o novo regime político no país.

Embora tais fatos tenham ocorrido com certa antecedência à chamada revolta da armada (2ª) e à revolução federalista, sabemos que o futuro está ligado ao presente como este ao passado, pela linha cinética dos acontecimentos históricos, numa inexorável sequência lógica. Por isso, mostra-se necessária a elucidação de alguns antecedentes remotos e mediatos dos movimentos revolucionários subsequentes.

IV - Após a proclamação da República (15/11/1889), nascida de uma revolução sem sangue, a conjuntura política do país demonstrava uma dissimulada bonança, sob os auspícios do Governo Provisório, chefiado pelo Marechal Deodoro, principal figura do movimento vitorioso. Instaurava-se um novo regime político a exigir adequada estruturação. Porém, como preconizava Joaquim Nabuco, uma República organizada pelos monarquistas seria como uma bancarrota assinada pelos falidos. Os acontecimentos confirmaram o presságio do líder abolicionista pernambucano.

Os antigos liberais e conservadores vestiram a camisa republicana, obviamente, sem qualquer experiência no trato da coisa pública e nas

relações políticas com as antigas províncias, agora formadoras dos Estados Unidos do Brasil. Desse modo, sem duvidar da sinceridade das adesões que se seguiram, na prática estariam sempre presentes alguns perigos de recidiva, na medida em que os novatos dirigentes da nação não estavam ainda familiarizados com os princípios cardeais introduzidos na nova Constituição que fora elaborada e/ou supervisionada por Rui Barbosa, Ministro da Fazenda durante o Governo Provisório.

O novo regime político impunha renúncia à herança imperial. Para tanto, os representantes do povo brasileiro, reunidos em Congresso Nacional Constituinte, na cidade do Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1891, sob a presidência de Prudente de Moraes, decretaram e promulgaram a Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil.

O Estado do Paraná esteve representado por dois senadores: Ubaldino do Amaral e Santos Andrade; e por quatro Deputados: Eduardo Mendes Gonçalves (4º secretário), Bellarmino Augusto de Mendonça Lobo, Marciano Augusto Botelho de Magalhães e Fernando Machado de Simas.

Esta Carta Magna, em seu corpo principal, possuía 91 artigos, subdivididos em cinco títulos: I – Da organização federal; II – Dos Estados; III – Do Município; IV – Dos cidadãos brasileiros; e V – Disposições Gerais.

Todavia, além desse texto definitivo, havia disposições transitórias, particularmente, aquela que estabelecia regras da primeira eleição republicana. Tal dispositivo foi o verdadeiro germe das insatisfações que se seguiram após a renúncia do Marechal Deodoro.

Vamos ao seu teor e depois aos fatos.

Art. 1º - Promulgada esta Constituição, o Congresso, reunido em assembleia geral, elegerá em seguida, por maioria absoluta de votos, na primeira votação, e, se nenhum candidato a obtiver, por maioria relativa na segunda, o Presidente e o Vice-Presidente dos Estados Unidos do Brasil.

§ 1º - Esta eleição será feita em dois escrutínios distintos para o Presidente e o Vice-Presidente respectivamente, recebendo-se e apurando-se em primeiro lugar as cédulas para Presidente, e, procedendo-se em seguida do mesmo modo para o Vice-Presidente.

§ 2º - O Presidente e o Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo, ocuparão a Presidência e a Vice-Presidência da República durante o primeiro período presidencial.

§ 3º - Para essa eleição não haverá incompatibilidades.

§ 4º - Concluída ela, o Congresso dará por terminada a sua missão constituinte, e, separando-se em Câmara e Senado, encetará o exercício de suas funções normais a 15 de junho do corrente ano, não podendo em hipótese alguma ser dissolvido.

§ 5º - No primeiro ano da primeira Legislatura, logo nos trabalhos preparatórios, discriminará o Senado o primeiro e o segundo terço dos seus membros, cujo mandato há de cessar no termo do primeiro e do segundo triênios.

§ 6º - Essa discriminação efetuar-se-á em três listas, correspondentes aos três terços, graduando-se os Senadores de cada Estado e os do Distrito Federal pela ordem de sua votação respectiva, de modo que se distribua ao terço do último triênio o primeiro votado no Distrito Federal e em cada um dos Estados, e aos dois terços seguintes os outros dois nomes na escala dos sufrágios obtidos.

§ 7º - Em caso de empate, considerar-se-ão favorecidos os mais velhos, decidindo-se por sorteio quando a idade for igual.

Aprovado o projeto de Constituição e promulgado pela mesa do Congresso Constituinte, no dia 24 de fevereiro de 1891, no dia seguinte foram eleitos os mandatários da República.

Duzentos e trinta e dois (232) congressistas votaram. Para Presidente da República: o Marechal Manuel Deodoro da Fonseca obteve 129 votos, o Dr. Prudente José de Moraes Barros 97, o Marechal Floriano Peixoto 3, o Dr. Saldanha Marinho 2 e o Dr. José Higino Duarte Pereira 1.

Por sua vez, para Vice-Presidente, o Marechal Floriano Peixoto obteve 153 votos e os restantes 79 foram assim distribuídos: Eduardo Wandenkolk, 57; Prudente de Moraes, 12; Coronel Piragibe, 5; José de Almeida Barreto, 4 e Custódio José de Melo, 1.

O período presidencial de Deodoro foi curto. Tomou posse no dia 26 de fevereiro de 1891 e governou até 23 de novembro de 1891, quando se viu obrigado a renunciar por força de um movimento revolucionário. Esta sublevação teve como origem o fato dele haver dissolvido o Congresso no dia 3 de novembro de 1891.

No dia seguinte ao de sua renúncia, o Jornal do Comércio publicou o artigo “*Volta à legalidade*” em que comenta, com acentuada propriedade, o período de aproximadamente nove meses em que o glorioso patriota dirigiu a nação.

Segundo o periódico, desde o pleito, censurava-se que os 97 votos dados ao seu antagonista (Prudente de Moraes) representava uma derrota moral, circunstância esta que já havia sido prevista quando tentaram demover o ilustre paulista, Presidente do Congresso Constituinte, de concorrer ao pleito. Essa particularidade teria sido o início das medidas que se ultimaram com a renúncia do dia 23 de novembro de 1891.

Dizia o artigo: “*Convencido de que a República era obra inteiramente, exclusivamente, sua e do Exército, era natural que o bravo soldado se sentisse peado pelas restrições constitucionais – ele que nunca tivera educação política*”.

E prosseguia, explicando parcialmente as razões que levaram à dissolução do Congresso.

Do outro lado, o Congresso Federal, assembleia ainda inexperiente e ingovernável, nem sempre se houve para com o Chefe do Estado com aquela diferença a seus preconceitos que deveria mostrar. Nestas circunstâncias, o único meio de evitar o perigo do atrito que ia estabelecer-se entre os dois poderes constitucionais seria um principal ministro, dotado, além de

talento, da necessária versatilidade para lidar com os homens do Congresso. A política é a arte dos compromissos. Mas não só havia no Congresso caracteres repelentes, de uma instrução indigesta e de uma ousadia desregrada como, do outro lado, foi infeliz o Presidente em escolher para seu principal secretário um homem violento e atrabiliário, ateimado nas suas ideias curtas, e que provou ser incontestavelmente o mais funesto que a nossa Pátria tem tido.

Do outro lado aparecem em campo outro fator que mais distanciava ultimamente o Congresso do Presidente, ou antes do seu ministro: era o problema do Banco da República, cujos amigos tinham adquirido imensa influência no dito ministro e estavam resolvidos a repelir a reforma que a Câmara já havia aprovado por grande maioria. É a influência dessa camarilha que se deve a perseguição que sofreram alguns dos nossos concidadãos e que se fez a este Jornal.

É ainda cedo para apreciarmos definitivamente a curta passagem do general Deodoro há história da República. Parece-nos, porém, que o juízo vindouro só lhe perdoará o crime de 4 de novembro tendo atenção à sua ilibada probidade e bravura, à sua lealdade ao que ele erroneamente pensava ser o seu dever, à sua dedicação ao amigo que foi o seu mau anjo, cujas asas negras de distenderam por todo este país. Ninguém duvidará jamais do patriotismo do marechal Deodoro; sente-se pena, porém, que sua ideia de patriotismo seja tão sujeita a que ele pensa dever aderir como militar.

O certo é que o Marechal Deodoro não possuía a maioria do Congresso, o qual era dominado pelas oligarquias regionais. Assim sendo, estava impossibilitado de realizar algumas reformas que seriam necessárias para enfrentar a crise institucional, agravada por uma crise econômica, e com dificuldades em negociar com a oposição. Diante disso convocou o Barão de Lucena para redigir o ato de dissolução do legislativo, fato que desencadeou a primeira revolta da armada, circunscrita à baía de Guanabara, com ameaça de bombardeamento do Rio de Janeiro, por navios da esquadra sediada na então capital federal.

Portanto, esta revolta liderada pelo almirante Custódio de Melo, ocorrida em novembro de 1891 foi uma reação à atitude de violação da Carta Política perpetrada pelo Presidente da República. Como consequência, para evitar uma guerra civil, o marechal Deodoro renunciou à Presidência da República no dia 23 de novembro de 1891.

Em resumo, mal inspirado por Lucena e sem habilidade política necessária, o velho soldado de costumes severos e propósito sinceros deu o golpe de estado de 3 de novembro. Em decorrência disso, surgiram protestos, em surdina ou barulhentos, sinceros ou não.

Nesse momento se inicia a divisão das tropas, pois, algumas comungaram com o velho Marechal; outras, porém, se refugiaram no lado oposto. Os Estados, recém iniciados na quase nefasta autonomia, se acarnejaram, quase todos ao lado do ditador.

É nesse momento que ocorreu a deposição de Julio de Castilhos, por obras das guarnições federais de Rio Grande, Bagé, Pelotas e Santana do Livramento. Aparentemente, foi esta a raiz do movimento cinético que explica os subseqüentes acontecimentos, com rápida e temporária suspensão da violência durante os primeiros meses do Vice-Presidente.

V - A assunção de Floriano, como substituto legal do renunciante, sucedeu de forma natural, sem sobressalto algum. Todavia, a sua permanência no poder, com o correr do tempo, provocou divergências políticas e jurídicas que, solucionadas a seu favor, provocaram sérias contestações, verdadeiras molas propulsoras e animadoras dos seus opositores.

Além disso, combinava-se, ainda, a nível regional, a deposição generalizada dos governadores. E porque assim sucedeu? Quais os motivos que levaram à revolta contra os governadores? É que quase todos aceitaram o golpe de 3 de novembro ao ponto de, longe de protestarem, como seria normal, acabaram a ele aderindo, o que fazia supor verdadeira cumplicidade com o ato violento de Deodoro malferindo a Constituição Federal recentemente aprovada.

A imprensa nacional afirmava que os governadores não souberam guardar e honrar os respectivos postos porque haviam aderido à ditadura imposta por Deodoro e, por isso, não podiam permanecer como seus delegados regionais. Desse modo, a começar por Alagoas, que no mesmo dia 23 de novembro de 1891 apeava do poder o seu governante, alastrava-se o movimento de alijar os governadores pela força, pois não haviam eles repudiado o ato criminoso do Barão de Lucena, aprovado por Deodoro.

VI – Analisemos o cenário político paranaense que antecedeu ao golpe de 3 de novembro.

O presidente do Estado do Paraná eleito era o doutor Generoso Marques dos Santos. Entretanto, como se encontrava ele na Capital Federal por ocasião do atentado contra a Constituição, desempenhando as suas funções de senador (no exercício do cargo estava o Desembargador Joaquim Ignácio Silveira da Motta), deveria ter reagido à altura de sua função.

Não o fazendo, a omissão deu força à oposição local. A reação foi impetuosa e enérgica, publicando diversos artigos em seu órgão de divulgação, os quais encontraram vivo apoio na população. Tanto isso se fez sentir que, ao retornar à capital paranaense, a opinião pública desfavorável provocou forte polêmica. Dentre outros fatos, relembavam a fraude eleitoral que o havia conduzido ao poder, de forma indireta, logo após a aprovação da primeira Constituição Estadual, votada em 4 de julho de 1891.

O argumento principal era que o doutor Generoso Marques dos Santos não teria sido legitimamente eleito pelos deputados do Congresso Legislativo Estadual, uma vez que os representantes do povo que o escolheram teriam galgado aos seus respectivos postos por imposição do General José Cerqueira de Aguiar Lima, comandante das armas e que exercera o cargo de Governador nomeado naquele período.

A verdade é que, além disso, no Paraná, assim como no Ceará e Rio de Janeiro, a condução política teve algumas peculiaridades que divergiram

do cenário nacional, notadamente na eleição antecipada do Presidente do Estado, ou seja, antes da aprovação da respectiva Constituição. E é importante que sejam lembradas, em rápida retrospectiva para que se entenda o clima favorável que os federalistas ou maragatos encontraram em nosso Estado durante a sua passagem pelo território paranaense.

Visando a elaboração da Carta Constituinte Estadual foram convocadas, para o dia 10 de abril de 1891, as eleições dos 36 membros que comporiam o Congresso. No dia 25 de maio seguinte, uma comissão eleitoral realizou o escrutínio e a apuração dos votos, com o seguinte resultado: 1º - Dr. Lino de Oliveira Ramos – 11.501 votos; 2º - Capitão Ernesto Victorino Jeolás – 11.319; 3º - Dr. Joaquim de Paula Xavier – 10.360; 4º - Dr. Generoso Marques dos Santos – 7.055; 5º - Augusto Lustosa de Andrade Ribas – 6.960; 6º - Dr. Tertuliano Teixeira de Freitas – 6.927; 7º - Dr. Jorge Hermano Meyer – 6.920; 8º - Manoel Corrêa de Freitas – 6.917; 9º - General Francisco José Cardoso Júnior – 6.915; 10º - Domingos Antonio da Cunha – 6.893; 11º - José Celestino de Oliveira Júnior – 6.885; 12º - Joaquim Procópio Pinto Chichorro Júnior – 6.885; 13º - Dr. José dos Santos Pacheco Lima – 6.873; 14º - Joaquim Soares Gomes – 6.852; 15º - Coronel Manoel Pacheco de Carvalho; 16º - Dr. José Joaquim Firmino – 6.849; 17º - Amazonas de Araújo Marcondes – 6.848; 18º - Alfredo Von der Osten – 6.831; 19º - Tenente Coronel Norberto de Amorim Bezerra – 6.825; 20º - Bertholdo Adam – 6.815; 21º - Major Manoel de França Camargo – 6.807; 22º - Antonio Ennes Bandeira – 6.805; 23º - Dr. Godofredo Silveira da Mota – 6.802; 24º - Joaquim José Alves – 6.797; 25º - Achilles Stenghel – 6.788; 26º - Telemaco Morocines Borba – 6.787; 27º - Bernardo de Assis Martins – 6.782; 28º - Guilherme José Leite – 6.785; 29º - Dr. João de Menezes Doria – 6.769; 30º - Theotônio Marcondes de Albuquerque – 6.764; 31º - Carlos Weigert – 6.762; 32º - Theóphilo Soares Gomes – 6.788; 33º - Padre José Antônio de Camargo e Araujo – 6.754; 34º - Alipio Jose do Nascimento e Souza – 6.731; 35º - Tenente Justiniano de Oliveira Souza Mello; e 36º - Pedro Fonseca – 6.707 votos. O Dr. Francisco Xavier da Silva ficou no 37º lugar com 5.367 votos, seguido do Dr. Alberto Ferreira de Abreu (38º, com 5.274 sufrágios) e Dr. João Teixeira Soares (39º, com 5.254 votos).

Indiscutivelmente, restou eleita uma maioria esmagadora de conservadores, circunstância que trouxe insatisfação aos liberais ao ponto de desqualificarem o pleito sob a acusação de fraude.

Os vencedores eram assim elogiados: *“as urnas os fizeram mensageiros legislativos da organização definitiva do Paraná e, após um processo eleitoral, em que a liberdade de voto não foi de nenhuma maneira embaraçada, é a vossa escolha por demais honrosa”* (Mensagem do Governador General Aguiar Lima, que havia presidido as eleições).

De outra banda, apontavam-se as demissões em massa, as perseguições e os meios corruptores que o governo havia empregado para a vitória de sua chapa, eram protestos veementes e enérgicos contra a triste inverdade que o ilustre General consignara em sua árida mensagem.

O Diário do Comércio de 1º de junho de 1891, quanto à mencionada mensagem, que teria sido um atentado contra a verdade dos fatos, publicou esta nota:

Junto ao tópico em que foi consignado o livre exercício do voto, há de o ilustre general dar-nos licença para ao lado dele levantamos um cruz. Isto feito há de nos permitir ainda que semelhantemente aos campônios polacos, que ao regressarem dos labores benzem-se ante esse símbolo divino e passam silenciosos, que nós também nos benzamos e...passemos.

Reinava nítida insatisfação popular porque, em lugar de mudanças para purificar o sistema eleitoral, os servidores da república estavam a imitar de forma mais grotesca ainda, os homens públicos do período decaído.

O jornal A República, de Curitiba, demonstrava que o cenário político era desfavorável aos conservadores, pois, segundo depoimento fidedigno, *“não há lembrança de, em tempo nenhum, se ter falseado tanto o processo eleitoral como n’essa eleição e, assim, nenhuma assembleia representou com tão pouca verdade o voto livre e espontâneo dos cidadãos como aquela corporação; por consequência, a eleição do ilustre Dr. Generoso Marques não tinha o prestígio moral que deve cercar os atos em que não se violam a lei, o direito*

e a justiça, pelo menos tão ostensiva e descomunalmente” (José Bernardino Bormann, in Dias Fratricidas, tomo I, pag. 33).

Conquanto a proclamação do resultado tenha sido efetivada apenas no dia 25 de maio, com três dias de antecedência (no dia 22, ao meio-dia), em uma das salas da Intendência Municipal da capital realizou-se a 1ª sessão preparatória do Congresso Constituinte do Estado Federal do Paraná, com a presença dos principais líderes da facção conservadora, ou seja, Dr. Generoso Marques dos Santos, Dr. João Menezes Dória e Gal. Francisco José Cardoso Júnior. Nos dias seguintes, 23, 25 e 26 de maio foram realizadas as outras três sessões preparatórias, no mesmo local e horário, todas presididas pelo Dr. Generoso Marques dos Santos, ficando designado o dia 30 para instalação do Congresso Constituinte, o que festiva e efetivamente ocorreu no prédio da Rua da Liberdade, com a presença do Governador Aguiar Lima.

No dia 1º de junho de 1891, intitulando-se Congresso Constituinte e Legislativo do Estado Federal do Paraná, foi editada a Lei nº 1, assinada por Generoso Marques dos Santos, Presidente do Congresso, e pelos 1º e 2º Secretários, respectivamente, Joaquim Procópio Pinto Chichorro Júnior e Antonio Ennes Bandeira. Esta lei criou os cargos de Presidente e 1º e 2º Vice-Presidentes do Estado e, incontinentemente houve a escolha dos cidadãos Dr. Generoso Marques dos Santos, Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta e Manoel Corrêa de Freitas, cuja posse ocorreu no dia 3 de junho de 1891, perante o Congresso do Estado.

O projeto de Constituição somente veio a ser aprovado no dia 9 de junho de 1891, ao passo que a Lei nº 3, de 12 de junho seguinte, organizou o Tribunal de Apelação, instalado em 1º de agosto do mesmo ano, com a seguinte composição: Joaquim Inácio Silveira da Motta, Conrado Caetano Erichsen, Emigdio Westphalen, Augusto Lobo de Moura e José Alfredo de Oliveira, que se tornou o primeiro presidente da Corte.

VII – Foi desse modo, dentro de uma conjuntura buliçosa, propícia ao desenvolvimento de movimentos sediciosos, que atravessamos

os meses de inverno e início da primavera de 1891. Nesse período se criou o ambiente de simpatia de certa parte da população pelas ideias federalistas e que se revelaram em território paranaense, notadamente nos episódios dos Cercos de Tijucas do Sul e da Lapa e na facilidade com que se tomou Paranaguá, Antonina, Morretes e Curitiba.

Quando, na esfera federal, no dia 3 de novembro, ocorreu a célebre ruptura do poder executivo com o legislativo, dissolvendo-se o parlamento por ordem de Deodoro, obviamente, esta violenta pancada na recente vida constitucional republicana acarretou inescrutável ferida cuja cicatrização mostrava-se impossível. A renúncia ao invés de trazer a harmonia, provocou, como efeito dominó, uma sequência de deposições em todo o país. Resolvia-se, provisoriamente a dificuldade nacional, porém, estabelecia-se uma colisão de interesses a nível regional, principalmente, no sul do país.

No Estado do Paraná, no dia 29 de novembro de 1891, rápida conspiração retirou do poder o Presidente do Estado eleito indiretamente como já se viu, assumindo uma Junta Governativa, composta pelo Coronel Roberto Ferreira, doutor Lamenha Lins e senhor Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, assumindo a chefia da polícia o doutor Manoel de Alencar Guimarães.

No Rio Grande do Sul acontecera o mesmo com Júlio de Castilhos, quando no dia 12 de novembro de 1891 com sua deposição, assumiu uma Junta Governativa sob o comando de Assis Brasil.

VIII - Em Santa Catarina sucedia o mesmo. Se a adoção do regime republicano provocou certa renovação das forças políticas e sociais que já se antepunham na época imperial, seguramente, por outro lado, desembocara na formação dos mesmos grupos partidários em luta pelo poder estadual: republicanos e federalistas, muitos ainda, sob a antiga influência conservadora ou liberal. Teria sido mera transposição dos quadros político-partidários imperiais para o novo regime.

Com a renúncia do último presidente do período imperial – Dr. Alves Leite de Oliveira Belo, assumiu um triunvirato formado pelo comandante do 25º Batalhão de Infantaria – Coronel João Batista do Rego Barros e pelos cidadãos Dr. Alexandre Marcelino Bayma e Raulino Júlio Adolfo Horn.

Lauro Müeller foi nomeado Governador em 24 de novembro de 1889, assumindo o cargo em 2 de dezembro de 1889 e mais tarde passou a ocupar, sucessivamente, as cadeiras de deputado federal e senador, sendo substituído pelo seu correligionário Tenente Manuel Joaquim Machado. Este mineiro, por responder a processo por abuso de poder, foi também substituído por Cristóvão Nunes Pires, contrário ao referido senador e chefe político de prestígio incontestável perante os conservadores e republicanos.

Na capital catarinense, no dia 14 de dezembro, tal qual ocorrera em Curitiba, foram mudados os nomes das ruas: a do Imperador passou a se chamar Tenente Silveira; a Barão de Laguna passou a denominar-se 15 de novembro; a do Príncipe virou Comércio; a do Ouvidor chamava-se agora General Deodoro; e várias outras sofreram alteração de nome em face do novo regime, afastando-se os resquícios da monarquia.

Acresce considerar que foi em Santa Catarina que se formou o primeiro Partido Federalista, em 19 de fevereiro de 1891, tendo em seus quadros Severo Pereira e Eliseu Guilherme, este último eleito Vice-Presidente do Estado de forma indireta, juntamente com o Presidente Tenente Manuel Joaquim Machado.

Deflagrada a luta no Rio Grande do Sul, surgiram diversas manifestações de apoio aos federalistas gaúchos, entretanto, o governo catarinense e as câmaras municipais solidarizavam-se com Floriano, chegando a aumentar o efetivo da força policial estadual e mandar tropas para a fronteira com o Rio Grande do Sul, em conexão com o contingente do 25º Batalhão de Infantaria sediado no Desterro.

Em face de alguns excessos ocorridos em Blumenau, o governador mandou prender políticos republicanos. Este episódio causou certa

indignação tanto que o Superior Tribunal de Justiça catarinense os impronunciou classificando-os como presos políticos. Em face disso, o Tenente Machado dissolveu o referido sodalício e constituiu, em 10 de abril de 1893, o Tribunal de Relação.

A guarnição militar federal era comandada pelo Coronel Julião Serra Martins. Diante das diversas manifestações populares com adesão do governador em apoio aos revolucionários gaúchos, este militar formulou protestos que acarretaram duas consequências graves: denúncia do deputado Capitão Felipe Schmidt contra o Governador e a subsequente passagem do governo ao 1º Vice-Presidente Eliseu Guilherme.

Todavia, numerosos federalistas gaúchos já se agasalhavam em várias partes do Estado, recebendo as simpatias da população, criando um clima favorável para a sucessão de acontecimentos que viriam a eleger a Ilha de Santa Catarina como foco principal dos revolucionários, capital provisória da República em contraposição a Floriano.

E, na capital federal, palco central de intrigas políticas palacianas, esses grupos passaram a ser enxergados, equivocadamente, como restauradores disfarçados, embora, em sua grande maioria, defendessem a mesma causa republicana.

IX – As agitações políticas serviam para demonstrar que tudo permanecera igual ou piorara. Decorridos dois anos da proclamação, aparentemente, nenhum progresso decorrente da modificação institucional tinha surgido. Indagava-se, pela nação, se o movimento tinha sido uma mudança ou um mero rearranjo?

Nos Estados do sul o jogo político-partidário era mais acirrado. Destituídas de programas partidários definidos, as agremiações que de início tinham, como ideário principal e comum, a adesão à ordem republicana, passaram a apontar os equívocos decorrentes da reconfiguração do jogo do poder, onde aparece sobranceira a figura central do *Consolidador da República do Brasil*.

Seguia ele o ideário patriótico nacionalista de Quintino Bocaiúva

e embora enfrentando uma crise econômico-financeira, soube manter a disciplina e respeito à ordem legal.

Cabe aqui perscrutar rapidamente a personalidade deste valoroso soldado e porque foi reconhecida a legalidade de sua permanência no poder máximo do país, após a renúncia de Deodoro.

Floriano Vieira Peixoto, nascido de família humilde (10 filhos, pai agricultor nas proximidades de Maceió) e criado por um tio coronel, como militar, entre outras comissões, no posto de Tenente Coronel de Artilharia, comandou o 9º Batalhão de Infantaria durante a Guerra do Paraguai, estacionado no ano de 1869 em Santo Estanislau (Santani), dando apoio as tropas que se deslocavam de Assunção para o norte daquele país em perseguição a El Supremo.

Fora companheiro de Alfredo d'Escagnolle Taunay na Escola Militar da Praia Vermelha, época em que *“sempre se mostrava misterioso e retraído, buscando fazer vida à parte dos colegas, muito pouco zeloso no trajar, dormindo raras vezes na Escola e de cara, senão amarrada, pelo menos fechada, em que perpassava enigmático sorriso, entre irônico e bonacheirão”*.

Segundo Taunay,

Já naquela época padecia do fígado, causa afinal da sua morte, a 29 de junho de 1895, o que bem se evidenciava na cor macilenta, um tanto esverdeada; quanto me lembro do seu olhar velado, esquivo, impenetrável, sob pálpebras empapuçadas.

E continua:

Nos o chamávamos mitrado para significar o jeito que tinha de se furtar às exigências dos deveres escolares sem dar muito nas vistas, como que de todo alheio a planos de futuro e ainda menos à instigação da ambição.

Aliás, desde esse tempo, inimigo da ostentação e da popularidade, fazendo pouco do juízo alheio. Ainda assim, jamais me passou pela ideia, nem pela imaginação de qualquer dos seus companheiros da Escola, que pudesse chegar a ser o que foi e enchesse a cena social com a sua pessoa, provocando as mais encontradas opiniões a seu respeito e suscitando um mundo de reflexões ao pensador.

Ficou um tipo histórico, que a posteridade há de contemplar com curiosidade e atenção. Não soube aquilatar o valor da clemência, virtude que a Humanidade, no contemplar de todas as qualidades e defeitos, coloca acima de tudo, em quem tem o ensejo de praticá-la e perde e repele tão favorável ocasião. (Memórias do Visconde de Taunay, Biblioteca do Exército – Editora; 1960; volumes 265 e 266; pág. 380)

Contudo, para outros, esse alagoano de Ipioca sempre foi marido e pai exemplar (casou com uma prima), homem sereno de poucas palavras, mantendo o equilíbrio emocional adequado do ser público.

Fora colega de Juca Paranhos (depois Barão do Rio Branco), Tibúrcio de Souza e de Dionísio Cerqueira que nos dá um belo depoimento sobre Florianos:

Chegavam as forças que haviam estado em Uruguiana. A Vila Mercedes foi um ponto de reunião. Repercutia então nas nossas fileiras a fama do tenente Florianos Peixoto, que comandara um vapor no rio Uruguai e impedira a junção das forças do major Duarte e coronel Estigarribia que operavam na margem oposta, facilitando a derrota do primeiro e a rendição do segundo. Naquele tempo, eu já gostava muito do Florianos. Era um rapaz forte e simpático, dos melhores jogadores de esgrima de baioneta; excelente desenhista, a ponto de ser citada sua estampa da ilha de Porqueralles como um primor; e insuperável num rolo, ágil e destemido. Entre os colegas passava por caboclo mitrado. (in Reminiscências da campanha do Paraguai).

Terminada a guerra, sua biografia acabou ornamentada por diversos elogios do Duque de Caxias, para quem Florianos, naqueles combates, cumpria seus deveres com valor, dedicação, inteligência, zelo e honradez.

Nessas condições, se de um lado tenha sido posteriormente considerado ditador, tirano e sanguinário, por outro é tido como restaurador da ordem democrática, do Federalismo e da República, verdadeiro salvador da pátria.

De qualquer forma, vinte e dois anos depois de concluída a guerra do Paraguai o heroico soldado assumiria a Vice-Presidência da República,

em face de uma eleição que lhe garantia ocupar o cargo durante o primeiro período presidencial o qual, segundo previsão constitucional, terminaria tão somente a 15 de novembro de 1894, com a posse do Presidente subsequente, a ser eleito em 1º de março do mesmo ano.

X – E, nessa qualidade, através do Decreto nº 791, de 10 de abril de 1892, declarou em estado de sítio o Distrito Federal e suspendeu as garantias por 72 horas, em face de tentativa de sua deposição. Entendeu que havia sido cometido o crime de sedição, em razão da amotinação ou revolta de setores da força armada que deveriam manter a defesa e garantia das instituições que tentaram subverter. A situação se mostrava de maior gravidade porque entre os autores e promotores do levante se achavam membros do Congresso Nacional acobertados de imunidades prescritas em lei.

Este episódio tem estreita conexão com o Manifesto dos 13 Generais e com o Habeas Corpus 300.

O Manifesto dos 13 Generais foi um documento subscrito no dia 31 de março por treze autoridades militares publicado no dia 6 de abril de 1892 que contestava a legitimidade do governo e condenava as atitudes de Floriano Peixoto contra rebeliões nos estados e solicitava a convocação de nova eleição para a presidência da república. Esta eleição seria aconselhável para restabelecer a ordem e a tranquilidade públicas, periclitantes com as deposições dos governadores.

O manifesto vinha assinado pelo Marechal José de Almeida Barreto e Vice-almirante Eduardo Wandenolk, ambos senadores, e por mais onze oficiais superiores ocupantes do posto de General ou Contra-almirante, entre eles o deputado Contra-almirante Dionísio Manhães Barreto, membro efetivo do Clube Naval.

Imediatamente os militares foram reformados, o que provocou a rápida insurreição de 10 de abril, logo controlada com a prisão de civis e militares, em fortalezas, com alguns desterrados para Cucuí, São Joaquim e Tabatinga.

O famoso Habeas Corpus 300 foi impetrado por Rui Barbosa em favor dos senadores Almirante Eduardo Wandenolk, Marechal José de Almeida Barreto, Dr. Pinheiro Guedes, Coronel João Soares Neiva e dos Deputados Contra-almirante Dionísio Manhães Barreto, Coronel Alfredo Ernesto Jacques Ourique, Tenente-Coronel Antônio Adolfo da Fontoura Mena Barreto, 1º Tenente João da Silva Retumba, Dr. João da Mata Machado, Dr. José Joaquim Seabra, 1º Tenente Domingos Jesuino de Albuquerque, e cidadãos Marechal José Clarindo de Queirós, Marechal Antônio Maria Coelho, Coronel Antônio Carlos da Silva Piragibe, Tenente-Coronel Gregório Taumaturgo de Azevedo, Capitão-Tenente Duarte Huet Bacelar Pinto Guedes, Major Sebastião Bandeira, Capitão Antônio Raimundo Miranda de Carvalho, Capitão Felisberto Piá de Andrade, 1º Tenente Bento José Manso Saião, Alferes Carlos Jansen Júnior, Dr. Clímaco Barbosa, Dr. Egas Moniz Barreto de Aragão, Conde de Leopoldina, Antônio Joaquim Bandeira Júnior, José Elísio dos Reis, José Joaquim Ferreira Júnior, Inácio Alves Correia Carneiro, José Carlos do Patrocínio, Plácido de Abreu, José Carlos Pardal de Medeiros Mallet, Olavo dos Guimarães Bilac, Dr. Dermeval da Fonseca, Dr. Artur Fernandes Campos da Paz, Manuel Lavrador, José Carlos de Carvalho, Sabino Inácio Nogueira da Gama, Francisco Gomes Machado, Dr. Francisco Antônio de Almeida, Dr. Francisco Portela, capitão-tenente João Nepomuceno Batista, 1º Tenente Libânio Lins e Capitão José Gonçalves Leite.

Alguns desses pacientes tiveram posterior participação intensa na revolução federalista e, como se disse, alguns estavam detidos nas fortalezas do Rio de Janeiro e outros foram desterrados por ordem do Marechal Vice-Presidente da República, em razão dos acontecimentos que se deram naquela capital e determinaram a suspensão das garantias constitucionais, como fora declarado pelo Decreto nº 791, de 10 de abril de 1892 e por outro exarado no dia 12, pelo mesmo motivo.

O Supremo Tribunal Federal, por maioria de votos, em 27 de Abril de 1892, sob a relatoria do Ministro Joaquim da Costa Barradas que viria ser nosso advogado na célebre questão de limites com Santa Catarina (Contestado), denegou a ordem.

Consideraram legítima a declaração do estado de sítio, em face do art. 30, § 1º da Constituição Federal porque a segurança da República o exigia, em caso de comoção intestina, que colocara a pátria em iminente perigo, suspendendo-se por tempo determinado as garantias constitucionais.

Os Ministros Macedo Soares e Anfilóbio entendiam ser o STF incompetente para julgar o caso, enquanto que o Ministro Pisa e Almeida concedia a ordem haja vista a expiração do decurso do prazo de 72 horas contido no decreto indigitado.

Entretanto, prevaleceu a tese de que durante o estado de sítio é autorizado o Presidente da República a impor, como medida de repressão, a detenção em lugar não destinado aos réus de crimes comuns e o desterro para outros sítios do território nacional e que estas medidas não revestem o caráter de pena, que o Presidente da República em caso algum poderá impor, visto não lhe ter sido conferida a atribuição de julgar, mas são medidas de segurança, de natureza transitória, enquanto os acusados não são submetidos aos seus juízes naturais nos termos do art. 72, § 15 da Constituição.

Com esse entendimento afastava-se a alegada usurpação da competência do Poder Judiciário, pois o exercício desta extraordinária faculdade a Constituição confiara ao critério e prudente discricção do Presidente da República, responsável por ela, pelas medidas de exceção que tomar, e pelos abusos que à sombra delas possa cometer;

Além disso, para denegar a ordem, diziam que, antes do juízo político do Congresso, não podia o Poder Judicial apreciar o uso que fez o Presidente da República daquela atribuição constitucional, e que, também, não é da índole do Supremo Tribunal Federal envolver-se nas funções políticas do Poder Executivo ou Legislativo.

Para arrematar o indeferimento da pretensão dos pacientes, argumentaram que, ainda quando na situação criada pelo estado de sítio, estejam ou possam estar envolvidos alguns direitos individuais, esta circunstância não habilita o Poder Judicial a intervir para nulificar as medidas

de segurança decretadas pelo Presidente da República. E isto porque se mostra impossível isolar esses direitos da questão política, que os envolve e compreende, salvo se unicamente tratar-se de punir os abusos dos agentes subalternos na execução das mesmas medidas, porque a esses agentes não se estende a necessidade do voto político do Congresso.

Para arredar a posição tomada pelo Ministro Pisa e Almeida, afirmaram que a cessação do estado de sítio não importa, *ipso facto*, na cessação das medidas tomadas dentro dele, as quais continuam a subsistir, enquanto os acusados não forem submetidos, como devem, aos tribunais competentes, pois do contrário, poderiam ficar inutilizadas todas as providências aconselhadas em tal emergência por graves razões de ordem pública.

A anistia concedida pelo Congresso a todos os envolvidos, infelizmente, não amorteceu o ódio de alguns dos anistiados em face de Floriano. Chegou-se a afirmar que “*a oposição venceria sobre o cadáver fuzilado do Vice-Presidente da República*”.

Concomitantemente, em maio de 1892, resolvia o Congresso acerca da debatida questão da permanência legal de Floriano no poder, nestes termos:

A vaga do cargo de Presidente da República, aberta a 23 de novembro de 1891, acha-se devidamente preenchida pela sucessão constitucional do Vice-Presidente, a quem cabe o respectivo exercício até 15 de novembro de 1894, termo do primeiro período presidencial.

Confirmava-se, desse modo, a tese defendida pelos florianistas. A renúncia de Deodoro não afetou a eleição do Vice-Presidente e, de consequência, sua continuidade no cargo. Portanto, a permanência de Floriano Peixoto no comando da nação restou legitimada com base em pareceres jurídicos que, na interpretação do texto constitucional, se assentaram no argumento de que as disposições transitórias deveriam, diante do caráter hermenêutico, especialmente porque ser aquela a primeira eleição, prevalecer sobre o texto constitucional rígido.

Por isso, não se convocou novo pleito, inobstante a renúncia tenha se concretizado no primeiro biênio.

O argumento contrário sustentava desprezo ao artigo 42 da Carta Magna, que ordenava, *“no caso de vaga, por qualquer causa, da Presidência ou Vice-Presidência, não houverem ainda decorrido dois anos do período presidencial, proceder-se-á a nova eleição”*.

Contudo, o desatendimento ao dispositivo se justificava pelo contido nas disposições transitórias, também de caráter constitucional e que deveriam ser observadas no período transitivo de governo, uma vez que o primeiro período presidencial terminaria a 15 de novembro de 1894 (art. 43, § 4º).

Ademais, o artigo 47 do texto constitucional que fora interpretado pelos jurisconsultos da época, dispunha que *“A eleição terá lugar no dia 1º de março do último ano do período presidencial, procedendo-se na Capital federal e nas Capitais dos Estados a apuração dos votos recebidos nas respectivas circunscrições”*.

Esse entendimento era reforçado pelo § 2º do artigo 1º das Disposições Transitórias que, expressamente, conferia ao Presidente e ao Vice-Presidente, eleitos na forma deste artigo, o direito de ocupar a Presidência e a Vice-Presidência da República durante o primeiro período presidencial que terminaria em 15 de novembro de 1894.

Provavelmente, em face dessa interpretação, o Marechal Floriano Vieira Peixoto continuou intitulado-se Vice-Presidente da República no exercício da Presidência.

XI – No Rio Grande do Sul, nesta época (1892), lavrava-se a guerra civil entre os dois partidos políticos que defendiam princípios antagônicos e, no início de 1893, recrudesceram com maior violência as guerrilhas nas fronteiras. Joca Tavares e Gaspar da Silveira Martins, chefes federalistas, queriam uma revisão do estatuto constitucional do Estado e apelar do poder o Dr. Julio de Castilhos, mentor daquele documento que acusavam de sectarista.

Nesta época memorável os inimigos da véspera se confraternizam; parlamentaristas, federalistas e restauradores encontram na crescente

onda revolucionária a probabilidade de levar alguma vantagem em seus anseios incompatíveis.

Em 23 de fevereiro de 1893, Gumercindo Saraiva com aproximadamente 400 maragatos se une a Joca Tavares, Juca Tigre, Marcelino Piná e Rafael Cabeda e tomam Don Pedrito; em 19 de março, se batem em Alegrete, onde acontece a célebre retirada do Passo da Jararaca, por conta da resistência operada pela Divisão do Norte comandada por Pinheiro Machado; e, na sequência, a mais famosa das refregas que foi a Batalha do Inhandui, no dia 03 de junho de 1893. Este foi o início da guerra civil que se alastraria por todo o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná.

Acresce considerar que Júlio Prates de Castilhos fora o único governador, depois da revolução de 23 de novembro, recolocado no poder, e contra ele se voltavam os federalistas com as mesmas imprecisões dirigidas a Floriano. É que, a par dessa peculiaridade, por ordem de Floriano, as tropas da União foram mobilizadas contra os federalistas em auxílio ao governador gaúcho. A par disso, inúmeros civis constituíram corpos provisórios de cavalaria e infantaria os quais, patrocinados ou não pelo Estado, intensificou a luta.

Assim como, no Paraná, o cerco da Lapa se tornou famoso pelo heroísmo de seus moradores em defesa do ataque dos maragatos, na mesma época, os gaúchos também conviveram com um sangrento combate que enlutou a cidade berço do Partido Federalista, criado em 31 de março de 1892.

Bagé sediava uma das mais importantes e estratégicas guarnições militares do país e era a terra da família Tavares, uma das principais lideranças do movimento de revolta que tomava corpo e se intensificava com o retorno de João Nunes da Silva Tavares à cidade, fato ocorrido em novembro de 1893.

Mais conhecido por Joca Tavares, havia combatido os farroupilhas (1835-1845) e teve importante participação na campanha contra Aguirre quando voluntariamente uniu-se às tropas do general João Propício Mena Barreto na tomada de Paisandu, em fins de dezembro de 1864. Participou,

ainda, com louvor de várias etapas da Guerra contra Solano Lopez. Diante da reconhecida bravura recebeu a medalha da Campanha do Paraguai, com passador de ouro, foi nomeado brigadeiro honorário do Exército, alcançando o título de Barão de Itaqui e cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro.

Com a proclamação da República fora nomeado comandante da guarnição de Bagé até ser exonerado em 18 de janeiro de 1892, quando contava com 73 anos de idade. Com esses atributos e qualidades, coberto de glórias militares e avançado na idade proclamou-se Presidente do Rio Grande do Sul, na cidade de Bagé, cargo em que permaneceu de 17 de junho até 04 de julho de 1892, pelos motivos já explicados.

Nesse período de turbulência política, preponderava a liderança de Júlio de Castilhos, porém, por diversas vezes o comando do Estado fora entregue a outras personalidades. A alternância no poder era tão intensa que em dois anos, foram dezoito nomeações e posses sucessivas e/ou justapostas.

Neste ciclo, é oportuno que se repita, nas plagas onde sopra o miniano, rivalizavam-se os legalistas seguidores de Floriano e os simpatizantes de Gaspar da Silveira Martins e Joca Tavares, dirigentes do Partido Federalista. A par da disputa política regional, havia grande oposição ao fato de que Floriano Peixoto ascendera ao cargo de Presidente da República em face da renúncia do Marechal Deodoro, porém, não convocara nova eleição conforme determinava o art. 42 da Constituição Federal.

O desabrochar da guerra civil, além da causa remota nacional, teve forte germinação regional e local, notadamente em face da liderança de Joca Tavares.

Em 17 de junho de 1892, Vitorino Ribeiro Carneiro Monteiro tornou-se Presidente temporário do Estado do Rio Grande do Sul na sucessão do Marechal José Antonio Correia da Câmara, enquanto aguardava a instalação de um novo presidente. No mesmo dia, Júlio de Castilhos, candidato do Partido Republicano Riograndense (PRR) se proclamou presidente em Porto Alegre. O governo durou apenas um dia, pois, no mesmo dia, Joca Tavares, filiado ao Partido Federalista do Rio Grande do Sul também se proclamou presidente na cidade de Bagé, onde permaneceu até 04 de julho de 1892.

No início de 1893, quando Júlio de Castilhos, pela terceira vez, assumiu a presidência do Estado do Rio Grande do Sul, Joca Tavares se revoltou e iniciou a guerra civil que logo se tornaria uma revolta generalizada contra os que eram apoiados pelo governo republicano do Brasil e durou até 1895, quando ele (Joca Tavares) e o General Inocêncio Galvão de Queiros assinam a paz em Pelotas.

A cidade de Pelotas fora escolhida como sede do Comando Militar designado pelo Presidente da República Prudente de Moraes para evitar-se a influência de Julio de Castilhos que detinha o poder em Porto Alegre. Tanto isso é verdade que o General Francisco Moura, antecessor do General Inocêncio, fora por ele substituído por insistir em permanecer com o comando na cidade de Porto Alegre.

Veja-se que durante as tratativas em Pelotas, no ano de 1895, o Governador Júlio de Castilhos também anistiou os rebeldes e com isto promoveu o retorno de Gaspar da Silveira Martins; contudo, o almirante Saldanha da Gama, comandando cerca de 700 homens, prosseguia com os combates na região de Quaraí, onde veio a ser morto a lançetadas, em 1º de outubro de 1895.

XII – Neste cenário de guerra civil instalado no sul do país rebenta na madrugada do dia 6 de setembro de 1892, no Rio de Janeiro, a revolta da armada chefiada pelo almirante Custódio José de Melo, contra o governo de Floriano Peixoto. Esta revolta viria se fundir em uma mesma reação contra a ordem de coisas estabelecidas. A Revolta da Armada e a Revolução Riograndense, um conjunto de operações de guerrilha, passaria a preocupar de forma mais aguda o espírito fleumático de Floriano. Se os pampas gaúchos estremeciam com as cargas de cavalaria desde fevereiro de 1893, agora a baía de Guanabara sacudiria com os bombardeios da esquadra.

Nomeado Ministro da Marinha do novo governo, o Almirante Custódio de Melo gozava de toda a confiança de Floriano e com o alto prestígio de seu nome arrastou desordenadamente em poucas horas

os seus companheiros de armas à insurreição e à luta. Afirmam, com clareza, depoimentos da época, que tinha ele um sonho ambicioso de disputar o cargo de Presidente da República. Esta intenção, porém, somente se concretizaria se contasse com o apoio de Floriano e, para sua infelicidade, sua pretensão política não contou com o entusiasmo do Marechal de Ferro, pois, o país almejava um presidente civil a iniciar-se após o período de transição em que se colocara.

Durante sua permanência no Ministério da Marinha, a sorrelfa, havia o almirante preparado elementos para a luta. Efetuou encomendas de material bélico para a armada, cujos navios eram pessoalmente inspecionados com frequência e ordenou movimentações de pessoal com transferências intencionalmente escolhidas, tanto nos navios, quanto nas fortalezas de Villegaignon e da Ilha das Cobras guarnecidas pela Marinha.

As reuniões secretas em sua residência foram detectadas e a proposta de substituir as guarnições do Exército pelas da Marinha nas Fortalezas de São João, da Lage, de Santa Cruz e Imbuí, geraram fundadas suspeitas no Presidente que o afastou das deliberações suscitadas pelo movimento revolucionário do Rio Grande do Sul, as quais passaram a ser resolvidas sem sua intervenção.

A partir desse momento, patenteada a infidelidade do Ministro, ficou insustentável sua situação e, obviamente, veio a sua demissão do cargo, a menos de três dias da revolta paralela que se estava preparando, fruto de rancores, preconceitos e interesses prejudicados.

Durante a apresentação da ópera “Huguenotes”, no Teatro Lírico, às primeiras notas do Salmo Luterano, Custódio de Melo e outros oficiais deixaram a plateia e se encaminharam ao navio Aquidabam, arvorado em capitânia, onde içaram o pavilhão de Almirante. A premeditação do movimento fica demonstrada porque, às primeiras horas da manhã já se achavam em seus postos os navios revoltados que eram os seguintes: Aquidabam, navio chefe; cruzadores República, Trajano, Orion e Guanabara; vapores Júpiter, Marajó e Madeira; as torpedeiras de alto-mar Araguari, Sete de Setembro e Amazonas; couraçado Javari e os

paquetes Uranus, Venus, Pallas e Marte, da Companhia Frigorífica. Nessa ocasião, foi aprisionado o paquete Curitiba, que vinha do sul com grande carregamento de carne seca.

Das fortalezas, porém, só a de Villegaignon hasteou a bandeira da revolta, ficando fiéis ao governo as de Santa Cruz, São João, Lage e Imbuí e, inexplicavelmente, neutra a Ilha das Cobras (das Enxadas), onde estava a Escola Naval, comandada pelo Almirante Saldanha da Gama que só viria a aderir ao movimento em 7 de dezembro.

XIII – O Cruzador República, sob o comando do Capitão de Mar e Guerra Frederico Guilherme Lorena, no dia 17 de setembro, aproveitando a intensa cerração, forçou a barra e passou ileso entre as baterias acesas das fortalezas de Santa Cruz e São João e do forte da Lage, dirigindo-se para o sul.

Tinha como objetivo estabelecer uma base de operações nas águas da cidade do Desterro, em Santa Catarina, como efetivamente aconteceu.

O comandante do 5º Distrito era o Coronel Julião Augusto da Serra Martins que prevenido da fuga daquela poderosa embarcação e da intenção dos seus tripulantes, não conseguiu impedir a tomada da cidade porque os revoltosos contavam com a colaboração do Capitão do Porto, João Carlos Mourão dos Santos. Na ocasião era comandante da Fortaleza de Sant’Ana o Tenente José Cândido da Silva Muricy.

No dia 29 de setembro de 1893 houve a capitulação da guarnição sediada no Desterro e no dia 14 de outubro, solenemente, o Capitão de Mar e Guerra Frederico Guilherme Lorena declarava instalado o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, tendo como sede a respectiva cidade. Ainda mais, intitulando-se Chefe do Governo Provisório nomeou o Tenente João Carlos Mourão dos Santos como Ministro da Marinha e o Dr. Anibal Eloy Cardoso como Ministro da Guerra. Este fato traria, posteriormente, divergências muito sérias com o Almirante Custódio de Melo e com Gaspar da Silveira Martins.

Estava, assim, instalada no Estado de Santa Catarina a mesma anarquia reinante no Rio Grande do Sul.

XIV – As tropas se organizam, em seguida, rumo ao Paraná.

Contavam elas com a promessa de Custódio de Melo de tomar Paranaguá, Antonina e Morretes, com a força naval de que dispunha. E, de outra banda, os exércitos sulinos (gaúchos e uruguaios) denominados “*maragatos*” e os “*catarinetas*” formaram seis exércitos de aproximadamente 1.000 homens cada um para invadir o Paraná, por terra.

Comandantes de colunas, regimentos e batalhões federalistas eram os famosos Coronel Salgado, Gumerindo Saraiva, Juca Tigre, Laurentino Pinto, Prestes Guimarães, Torquato Severo, Aparício Saraiva, Anibal Cardoso, Piragibe, Jaques Ouriques, os quais, depois dos combates no Rio Grande, subiram para Santa Catarina sempre perseguidos pela Divisão do Norte, que tinha a frente o General Rodrigues Lima e o senador Pinheiro Machado.

Afirmava-se que essas tropas acoissadas e desanimadas pelos insucessos no sul, vinham tentar fortuna no Paraná. Sendo assim, Floriano procurou reforçar a guarnição local, designando o General Francisco de Paula Argolo para comandar o 5º Distrito Militar.

Havia uma reduzida guarnição em Curitiba, formada pelo 17º Batalhão de Infantaria, com 126 soldados e 14 oficiais, o 8º Regimento de Cavalaria, com 30 praças e 2 oficiais, e o 3º Regimento de Artilharia Montada, com 48 praças e 20 oficiais, contando com apenas 4 canhões Krupp 7,5 e duas metralhadoras. Na colônia militar de Chapecó havia 124 soldados sob o comando do Coronel José Bernardino Bormann que, vivenciando toda a situação, nos deixou uma excelente obra – *Dias Fratricidas* -, cuja reedição será providenciada, em breve, pelo Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

O Governo do Estado organizou um batalhão patriótico - “23 de Novembro”, e um esquadrão para sua segurança especial. A tropa de polícia do Estado do Paraná (Regimento de Segurança), comandada pelo

Coronel Dulcídio Pereira, composta de dois corpos, com aproximadamente 50 homens cada um, estava toda à disposição do General Argolo.

Mobilizava-se, de outro lado, a população com intuito de formar novamente a Guarda Nacional de cada município. Na Lapa o Coronel Joaquim Lacerda recruta 600 homens, sem instrução militar, porém, os coloca a serviço do General Argolo que, contando com tão diminuta força, parte em direção a São Bento para impedir a progressão dos federalistas por aquele caminho.

Em São Bento, Argolo proclama-se Governador do Estado de Santa Catarina, tendo em vista a situação relatada com relação ao Desterro, onde se instalara o Governo (Libertador) Provisório da República. Contudo, viu-se obrigado a recuar porque Piragibe e Juca Tigre, em manobra tática, atacariam sua coluna pela retaguarda, o que o fez retornar a Rio Negro.

Este insucesso de Argolo levou a sua exoneração, motivo pelo qual foi nomeado o Coronel Gomes Carneiro em sua substituição, ao qual coube a defesa da Lapa, fato sumamente conhecido de nossos leitores.

Em 19 de janeiro deu-se a capitulação da Praça de Tijucas e a 11 de fevereiro capitula a Lapa, conforme ata assinada pelos Generais Gumerindo Saraiva, comandante do Exército Revolucionário do Rio Grande do Sul e em chefe das forças em operações neste Estado do Paraná; Antonio Carlos da Silva Piragibe, comandante do 1º Corpo do Exército Nacional Provisório; Laurentino Pinto Filho, comandante do 2º Corpo do mesmo exército; Coronel Julião da Serra Martins, comandante da 1ª Brigada; Coronel Joaquim Lacerda, comandante da 2ª Brigada e outros oficiais pertencentes às referidas brigadas.

XV – Aqui começaria a 2ª parte da Revolução Federalista, com as consequências da invasão do Paraná, fatos estes já abordados, parcialmente, em meu artigo publicado no número anterior desta revista.

Caberia aqui discorrer sobre os acontecimentos sucedidos depois do retrocesso do General Argolo e sua substituição, pelo Coronel Gomes Carneiro. Este, juntamente com o Coronel Joaquim Lacerda, passou a

preparar cerca de 1.600 homens para a defesa da Lapa. Foram alguns dias de instrução, preparo de trincheiras e colocação das peças de artilharia em pontos proeminentes, apesar da insuficiência de munição para as poucas armas que possuíam a fim de levar com sucesso um enfrentamento de um exército com cerca de 6.000 homens. Não tiveram o apoio necessário do comando do Distrito e sofreram com a falta de suprimentos de toda a ordem.

Nesta época já comandava o Distrito Militar o General Pego Júnior. Contudo, logo após a capitulação de Tijucas e da Lapa, as forças abandonam Curitiba, seguindo os passos de Vicente Machado, que designara a cidade de Castro como capital provisória do Estado do Paraná.

Esta retirada pela estrada do Assungui acarretou a submissão do General Pego Júnior a Conselho Disciplinar e a nomeação do General Ewerton Quadros para o comando do Distrito, cuja assunção ocorreu tão logo as forças federalistas foram expulsas de nosso Estado e houve a reassunção de Vicente Machado.

O período de ocupação durou de 16 de janeiro a 04 de maio de 1894, como se viu no artigo anterior, com a sucessão de cinco governadores federalistas.

Na sequência teremos a demissão do Tribunal de Justiça e a morte do Barão do Serro Azul, fatos que merecem detalhamento completo em outra oportunidade.

Meu caro e estimado Eduardo Rocha Virmond, conquanto não tenha cumprido com o brilho que se fazia necessário a missão que me foi confiada, ao menos o trabalho de pesquisa e as citações acima colocadas dão bem uma ideia dos antecedentes mediatos e imediatos da invasão do Paraná.

Agradeço a confiança do amigo que, comungando com os demais imortais membros dessa Academia, mantém viva a memória da literatura paranaense, que naquele período turbulento da política estadual era representado por Nestor Vitor (*Signos* - 1897) Leôncio Correia (Volatas - 1887), Chichorro Júnior (O Deus Social - 1889), Romário Martins (Ruínas - 1898), Emilio de Menezes (Marcha Fúnebre), Domingos Nascimento (Revoadas), Rocha Pombo (A Religião do Bello - 1883), Lúcio Pereira

(Contos Paranaenses - 1896), Sebastião Paraná (Chronographia do Paraná - 1900), Emiliano Pernetta (Músicas), Nestor de Castro (Brindes - 1899) e Júlio Pernetta (Bronzes - 1897).

Paulo Roberto Hapner

Membro efetivo do Instituto Histórico e Geográfico do Paraná

BIBLIOGRAFIA

- A revolução de 93 nos Estados de Santa Catarina e Paraná (Memórias) – **General José Cândido da Silva Muricy** - Biblioteca Militar - Companhia Editora Americana - Rio de Janeiro
- Dias Fratricidas – Memórias da Revolução Federalista no Estado do Paraná – **General José Bernardino Bormann** – Typ. da Livraria Economica – Annibal Rocha & Cia - Curitiba - 1901
- A Revolta da Armada e a Revolução Rio Grandense – Correspondência entre Saldanha da Gama e Silveira Martins – **Dunshée de Abranches** - 1º volume – Editor M. Abranches – Rio de Janeiro – 1914
- História de Santa Catarina – **Oswaldo R. Cabral** – 2ª edição – Editora Laudes – Florianópolis – 1970
- Gabriel – A verdade sobre a Revolução Federalista - **Iberê de Mattos** – 1981
- Obras Completas de Rui Barbosa – Vol. XVII – 1890 – Tomo I – A Constituição de 1891 – **Prefácio e Revisão de Pedro Calmon** - Ministério da Educação e Saúde – Rio de Janeiro – 1946
- Deodoro: Subsídios para a História – **Ernesto Sena** – Coleção Biblioteca Básica Brasileira – Senado Federal – 1999
- Essencial Joaquim Nabuco – **Evaldo Cabral de Mello** – Penguin Companhia das Letras – 2010
- Memórias do Visconde de Taunay – Biblioteca do Exército Editora – Rio de Janeiro – 1960
- A Revolução do Brasil – **Noel Nascimento** – 2ª edição – Instituto Memória – Curitiba – 2008
- O Paraná e a Revolução Federalista – **David Carneiro** – Atena Editora – São Paulo
- Combates da Revolução Federalista em Passo Fundo – **Paulo Monteiro** – Berthier - 2006
- Florianópolis, Memórias e Documentos – Biografia do Marechal Floriano Peixoto – **Artur Vitor Peixoto** – Serviço Gráfico do Ministério da Educação – 1939

A GUERRA CIVIL ENTRE PICA-PAUS E MARAGATOS

Por RENATO MOCELIN



Nos compêndios didáticos (inclusive nos meus) tradicionalmente utiliza-se o vocábulo “revolução” para designar os episódios ocorridos nos Estados sulinos entre 1893 e 1895. De fato, os historiadores brasileiros têm sido pródigos em elevar quarteladas, revoltas, guerras civis e golpes militares à categoria de revolução.

Entendemos, porém, que uma “*revolução*” envolve, necessariamente, uma encarniçada luta de classes, com a facção ou a coalizão vencedora efetuando profundas mudanças nas estruturas econômicas, políticas e sociais. Já uma *guerra civil* é uma luta intestina entre grupos de uma elite, etnia ou credo religioso que se digladiam pelo poder e apenas pelo poder. O grupo vitorioso manterá a ordem vigente, ou, quando muito, fará mudanças cosméticas para acomodar correligionários que apoiaram o movimento.

O que houve no sul do Brasil no começo do regime republicano foi, partindo-se dessa diferenciação semântica, uma sangrenta guerra civil. As causas foram diversas: o agravamento da crise econômica; os percalços dos governos dos Marechais Deodoro e Floriano; o afã dos “republicanos históricos” em se locupletarem do poder recém-conquistado; o descontentamento dos que serviram ao antigo regime; a decepção daqueles que imaginaram uma república efetivamente democrática; as querelas políticas do Rio Grande do Sul, bem como o descontentamento que grassava na Marinha. Estes fatores conjugados, em maior ou menor escala, geraram e alimentaram o conflito.

De uma forma esquemática, podemos afirmar que os protagonistas da guerra civil foram os *pica-paus* (assim chamados devido ao tipo de armamento que usavam, segundo uns, ou aspectos do uniforme, segundo outros) – ou, governistas, “legalistas”, e os federalistas – chamados pelos inimigos depreciativamente de *maragatos* (muitos dos combatentes uruguaios que combatiam nas hostes de Gumerindo Saraiva eram originários da região de La Maragatería, na Espanha, e o termo era usado no sentido de pessoa desqualificada).

O conflito começou no Rio Grande do Sul entre os seguidores de Gaspar da Silveira Martins, político que teve grande influência durante o regime monárquico, e os partidários de Júlio Prates de Castilhos, “republicano histórico” que passou, através de métodos condenáveis, a controlar o Estado. As eleições fraudulentas, a repressão e o autoritarismo de Castilhos não deixaram, aos opositoristas, alternativa que não a luta armada.

No plano nacional, o país vivia dias agitados. O Marechal Deodoro da Fonseca, diante de uma grave crise política, renunciou. Assumiu o Vice-Presidente, Floriano Peixoto. De acordo com a Constituição, este deveria ter convocado uma nova eleição. Não o fez, provocando uma onda de insatisfações. Generais que protestaram foram colocados na reserva. As prisões se encheram. Neste contexto, ocorreu a Revolta da Armada, sob a liderança de Custódio José de Melo. A união dos rebeldes da armada com os federalistas do Sul fez com que Floriano viesse a apoiar, mesmo a contragosto, seu antigo desafeto: Júlio de Castilhos.

A esquadra rebelde, com o apoio dos federalistas catarinenses, ocupou a cidade do Desterro (atual Florianópolis), onde foi organizado um Governo Provisório. Duas colunas, comandadas por Gumerindo Saraiva e Luís Salgado, invadiram Santa Catarina. Várias localidades foram ocupadas. Mesmo assim, forças “legalistas” continuaram operando no Estado. É importante destacar que em nenhum momento os federalistas conseguiram dominar totalmente os Estados em que operaram. A cidade de Porto Alegre, por exemplo, ficou durante todo o conflito sob o controle de Júlio de Castilhos.

No começo de 1894, a coalizão dos federalistas com os rebeldes da Armada invadiu o Paraná. O litoral foi ocupado sem que houvesse maior resistência das forças governistas. Em Tijucas, os governistas resistiram enquanto puderam, porém acabaram capitulando. Curitiba foi ocupada sem que cartuchos fossem gastos, pois o governador em exercício, Vicente Machado, apesar do manifesto melodramático no qual afirmara que defenderia a cidade nem que isso custasse a sua vida, rumou furtivamente para São Paulo. Coube a Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, negociar com os federalistas, impedindo que a cidade fosse saqueada.

A reação governista acelerou-se a partir de março de 1894. Floriano comprou uma esquadra no exterior e venceu os rebeldes da Armada. A partir de São Paulo, iniciou-se uma contraofensiva “legalista” que culminou na retomada de Curitiba. Não houve luta, pois os *maragatos* haviam deixado a cidade. Os federalistas recuaram em direção ao Rio Grande do Sul, objetivando continuar a resistência. No berço da “revolução”, a situação era adversa. A morte de Gumerindo Saraiva arrefeceu os ânimos dos *maragatos*, que em sucessivas levadas buscaram refúgio no Uruguai. A tentativa, heroica e frustrada, de Saldanha da Gama de encetar mais uma invasão, resultou em sua morte e selou definitivamente a derrota dos federalistas. Com Prudente de Moraes na presidência foi assinado um acordo de paz.

Chegava ao fim uma guerra civil que deixou mais de 10 mil mortos. Tanto *pica-paus* quanto *maragatos* praticaram atrocidades ignominiosas: prisões arbitrárias, fuzilamentos, estupros, roubos e a tristemente célebre “gravata colorada”, as degolas. Não foi uma luta de mocinhos defensores da República contra bandidos restauradores e separatistas. Foi uma luta pelo poder em decorrência de uma cisão das classes dominantes.

Por que os federalistas foram derrotados? Devido à inferioridade bélica e numérica, à carência de recursos, à falta de objetivos políticos claros e aos constantes desentendimentos entre seus principais líderes. Os governistas, por outro lado, possuíam o apoio do exército, a liderança

firme de Floriano Peixoto, a colaboração preciosa do Estado de São Paulo e contavam, ainda, com comandantes fiéis que beiravam ao fanatismo em defesa da “causa republicana”.

Os federalistas não eram restauradores e é simples rebater esta acusação: basta a leitura dos principais manifestos que produziram. Mesmo Saldanha da Gama, que era monarquista, não tinha ilusões quanto à restauração do regime deposto por um golpe militar em 1889. É verdade que muitos sentiam saudades dos “bons tempos do velho Pedro II”, porém, este já estava morto e a causa monárquica contava com poucos ativistas. A pecha de “monarquistas” foi usada contra os insurgentes e aumentou a união entre aqueles que já se locupletavam com o novo regime e temiam a restauração. Quanto à acusação de que eram separatistas, também não se sustenta. Quando muito, os rebeldes pretendiam manter acesa a chama revolucionária no Rio Grande para, num momento mais adequado, darem uma estocada definitiva contra o governo central.

Quanto à exaltação da resistência na Lapa como “salvadora” da República, esta carece de fundamentação. É verdade que Antônio Gomes Carneiro comandou uma resistência suicida, que breou o avanço federalista. Contudo, já se destacou que muitos federalistas também eram republicanos, inclusive o líder máximo dos maragatos, Gumerindo Saraiva. Logo, quando muito, o “Cercos da Lapa” contribuiu para salvar o governo de Floriano Peixoto. E mesmo assim, a resistência em Bagé, o apoio do governo paulista e a aquisição de uma esquadra no exterior tiveram uma importância bem maior para a vitória do “Marechal de Ferro”. Exaltar os feitos deste ou daquele “herói” nesta guerra fratricida é, no mínimo, desrespeitar o sofrimento de todo um povo que lutou, sofreu e morreu por uma causa que não era a dele.

As execuções que ocorreram após a vitória legalista macularam para sempre a imagem de Floriano Peixoto, Júlio de Castilhos, Vicente Machado, Moreira César, Pinheiro Machado, Ewerton Quadros e todos aqueles que, de uma forma ou de outra, contribuíram para estes crimes.

Os assassinatos do Barão do Serro Azul e mais cinco companheiros no Paraná, a execução do Barão do Batovi e tantos outros em Santa Catarina, bem como as razias devastadoras ocorridas no Rio Grande do Sul, são alguns exemplos das atrocidades ocorridas naqueles dias sombrios. Os criminosos ficaram impunes. Como recompensa, alguns deles pontificaram por vários anos na política nacional. Tornaram-se nomes de ruas, praças - foram e são reverenciados por historiadores encomiásticos a serviço dos poderosos de plantão.


Gostaria de encerrar deixando uma mensagem a todos os presentes, especialmente aos jovens: nada houve de glorioso na tão celebrada “Revolução Federalista”. O que houve foi uma sangrenta guerra civil em que brasileiros mataram brasileiros para defender interesses dos poderosos de então. Como em todas as guerras, quem perdeu foi o povo, principalmente os mais humildes.





NOTÍCIAS PERANTE A ACADEMIA

NAS REUNIÕES DA ACADEMIA,
UM CONVIDADO, ACADÊMICO OU NÃO,
TEM REALIZADO PALESTRA SOBRE
ASSUNTOS DE INTERESSE.



LAURENTINO GOMES NOTÍCIA SOBRE OS LIVROS 1808, 1822 E 1889

Foi convidado o acadêmico jornalista e historiador Laurentino Gomes a fazer um retrospecto sintético de seus três livros, que se completam.

Disse ele ser quase impossível entender o Brasil de hoje sem estudar as circunstâncias das três datas que marcam a construção do Estado Brasileiro durante o século XIX.

São elas os temas da trilogia que o escritor jornalista, membro da Academia Paranaense de Letras, concluía ao publicar o volume que toma por base o ano de 1889, que se refere a proclamação da República. O primeiro livro, 1808, foi dedicado à fuga da corte de dom João VI para o Brasil, acossado pelas tropas de Napoleão Bonaparte. Louve-se a perspicácia dos líderes de Portugal a organizar sigilosamente essa fuga da Família Real para o Brasil, que teve extraordinário êxito, deixando pela primeira vez Napoleão sem as pretendidas presas. Começava ali no Brasil a rápida e profunda transformação da antiga colônia portuguesa, cujo resultado seria a independência, objeto do segundo volume da série, 1822. Por 67 anos o Brasil se manteve como a única monarquia duradoura nas Américas, mas tratava-se de um regime condenado pelas suas próprias contradições. O Imperador Pedro II, um intelectual respeitado, admirado pelo povo, no entanto governou um país dominado pela escravidão, pelo analfabetismo e pelo latifúndio. O Império Brasileiro se caracterizou pelo sistema do toma lá dá cá, no qual fazendeiros e senhores de escravos apoiavam o governo e, em troca, recebiam títulos de nobreza não hereditários. A República chegou igualmente marcada pelas incongruências, tanto quanto a Monarquia que a precedeu. Os propagandistas republicanos defendiam, entre outras promessas, o fim

dos privilégios da nobreza, a implantação do voto popular e a garantia à liberdade de expressão. O novo regime nasceu, porém, descolado das ruas, mediante um golpe militar com o nome do Marechal Deodoro da Fonseca na primeira linha, porém homem de reconhecidas simpatias monarquistas. Dessa forma o Brasil inaugurou uma peculiar República sem povo. A distância entre os sonhos e a realidade brasileira em 1889 é o pano de fundo dos capítulos que compõem essa obra.

Esta palestra agora resumida foi proferida na reunião mensal da Academia Paranaense de Letras.



DO LICEO DE CORITIBA AO COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ

No dia 11 de junho de 2014, atendendo convite da Presidência da Academia Paranaense de Letras, o acadêmico Ernani Costa Straube, da cadeira nº 12, proferiu palestra no “Café da manhã”, abordando o tema “Do Liceo de Coritiba ao Colégio Estadual do Paraná” tendo sido especialmente convidada a assessora da Direção do Colégio, Professora Maria Luiza Moreira da Rocha Dinis Lacerda.

Iniciou comentando sobre a reforma de ensino proposta pelo Marquês de Condorcet, Ministro da Educação da França, estabelecendo dois níveis de ensino: o primário destinado a aprendizagem das primeiras letras, prosseguindo no seriado com estudos mais avançados e o Liceo, em continuação, até a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais. Esse sistema humanístico foi adotado no século 19 no Brasil. Essa elucidação era necessária para entender a denominação do Liceo de Coritiba, quando em fevereiro de 1846 na Assembleia Provincial de São Paulo foi proposta a criação de dois Liceos: um em Taubaté que teve vida curta e outro na 5ª Comarca de Coritiba. O Presidente da Província Manoel da Fonseca Lima e Silva, a qual Curitiba fazia parte, sancionou no dia 13 de março de 1846, a Lei nº 33 criando o LICEO DE CORITIBA. Foi comentada a distribuição do currículo e outras particularidades da vida desse estabelecimento, inclusive com a criação da Biblioteca Pública em 1859, atingindo 1876 quando passa a Instituto Paranaense e Escola Normal, esta embrião do atual Instituto de Educação. Como destaque a visita de D. Pedro II, em maio de 1880, ao estabelecimento. Em 1892 o Instituto passa a Ginásio Paranaense, em virtude da reforma educacional; em 1904 é inaugurado o prédio na Rua Ébano Pereira, considerado na época “um palacete” edificado entre dois “becos”, a Rua Saldanha Marinho (antes Travessa do Rosário) e a Cruz Machado (Travessa do

Tesouro) que ali terminavam. O Curso Fundamental compreendia o seriado de cinco anos para obtenção do título de Bacharel. Após foi criado o Curso Complementar de dois anos, constituído dos Cursos, Pré Médico, Pré Engenheiro e Pré Jurídico. Com a nova reforma do ensino o Fundamental passou para quatro anos e o Complementar para três, posteriormente mudado para Curso Clássico e Científico com a mesma seriação. Com essa modificação, o velho prédio da Rua Ébano, sede atual da Secretaria de Estado da Cultura, se tornou pequeno, houve o interesse na ampliação ou na construção de nova unidade. O Governo Estadual sensibilizado, designou a área do antigo Tiro de Guerra 19, na Praça Santos Andrade, para construção do novo prédio, quando em 1942, foi solenemente lançada a pedra fundamental. Constatou-se contudo que a área era pequena para atender todas as demandas educacionais e então o Interventor Federal Manoel Ribas desapropriou uma área de 40.000 m² na Avenida João Gualberto, a antiga “Chácara de nhá Laura do Nascimento”, determinando a construção do novo Prédio. Iniciado em 1943, somente foi inaugurado em 29 de março de 1950, com a presença do Presidente da República General Eurico Gaspar Dutra. Anteriormente, em 1942, atendendo dispositivo legal, o Ginásio Paranaense passara a Colégio Paranaense e no ano seguinte, 1943, a Colégio Estadual do Paraná. A última turma a frequentar o velho prédio da Ébano Pereira foi a de 1949, passando os alunos, no ano seguinte, para o novo prédio recém inaugurado.

O palestrante, além de referir as principais atividades do estabelecimento no correr dos 168 anos, lembrou que foi o subsolo do prédio um abrigo antiaéreo, tendo em vista o período da 2ª Guerra Mundial; porém como essa terminara em 1945, a instalação foi ajustada para receber cantinas, escolinha de artes, depósitos, etc. Na ocasião da inauguração o Colégio foi considerado pela imprensa, o “maior Colégio da América do Sul”. Referiu ainda que por ele passaram figuras importantes de nossa História, sendo portanto “um símbolo” para a educação.



PILOTOS CURITIBANOS NOS CÉUS DA 2^a GUERRA

O acadêmico Ernani Buchmann, ocupante da Cadeira nº 2, ministrou palestra no Café da Manhã da Academia, em 14 de maio, sobre os cinco pilotos curitibanos que lutaram nos céus da Europa durante a 2ª Guerra Mundial. A história é resultado de uma extraordinária coincidência, porque eles nasceram em anos diferentes, em bairros distantes uns dos outros, e pertenciam a famílias que não se relacionavam entre si.

Voaram em aviões da Royal Air Force, a força Aérea britânica, da Força Aérea França Livre – incorporada pela RAF -, da Luftwaffe e, um deles, pela Força Aérea Brasileira.

Cosme Lockwood Gomm, filho de ingleses, educado em Buenos Aires e depois na Suíça, piloto da Royal Air Force, foi abatido sobre a França quando pilotava um bombardeiro Lancaster, de quatro motores, a caminho de uma operação sobre Milão. É considerado herói de guerra na Grã-Bretanha.

Egon Albrecht nasceu em 19 de maio de 1918, registrado no Cartório do Portão. Foi piloto da Luftwaffe, lutou na Rússia e na França. Era Staffelkapitän da sua esquadrilha de Messerschmitt quando, em 25 de agosto de 1944, foi pego por uma formação de caças americanos e não teve a mínima chance. É um dos ases da 2ª Guerra Mundial.

Sobre o curitibano, também filho de ingleses, Frederick Charles Tatte existem menos informações. Foi comandante de esquadrilha de Spitfires da RAF. Voltou a viver em Curitiba depois da guerra, tendo sido casado com uma jovem de tradicional família curitibana.

Pierre Clostermann é, de todos os pilotos curitibanos da 2ª Guerra, o mais conhecido. Filho de diplomata francês, nasceu em 28 de fevereiro de 1921. Alistou-se na Força Aérea França Livre, pela qual voou até ser

designado para a RAF, em 1943. Foi considerado o 1º Ás da França, com 33 vitórias durante a guerra, voando com os Hawker Tempest e Spitfire. O único piloto nascido no Brasil a participar do Dia D. Foi deputado, executivo, escritor. Seu livro “O Grande Circo” é uma referência. Faleceu em 2006.

Theobaldo Antonio Kopp, o quinto piloto curitibano e único a voar nos esquadrões Senta a Pua!, da Força Expedicionária Brasileira, nasceu em 28 de maio de 1918. Começou a combater em novembro de 1944, a partir da base de Tarquínia, na Itália. Foi derrubado em 7 de março de 1945, depois de 58 missões, e abrigado por partisanos, italianos da resistência antifascista. Aposentou-se como brigadeiro.

A história talvez ainda tenha desdobramentos. Percival Gomm, irmão de Cosme, serviu na Royal Canadian Air Force, também na 2ª Guerra. Os relatos familiares dão conta de que chegou a entrar em combate, mas seu nome não consta entre os pilotos da RCAF.



O LACTEC

O engenheiro Omar Sabbag, na qualidade de Superintendente do Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento – LACTEC, proferiu palestra em reunião da Academia Paranaense de Letras, em que compareceram, entre outras autoridades, o Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Zaki Akel, e mais assessores do conferencista, - palestra essa que versou sobre as atividades do LACTEC, que a Presidente Chloris Casagrande Justen denominou “instituição tão importante a todos, mas que poucos conhecem direito o que faz”. O Magnífico Reitor afirmou: “Quem conhece o LACTEC se apaixona, é um orgulho do Paraná”. O seu demonstrativo foi complexo e incisivo. Ficou, pois, convidado o Professor Omar Sabbag a reproduzir um texto sobre o LACTEC para a próxima revista da Academia, dado que passa a ser insuficiente escrever sobre a palestra somente com os dados que possuímos.

A ACADEMIA DE LETRAS RECEBE A ACADEMIA DE MEDICINA

Em 2 de outubro de 2013 a nossa Academia teve a satisfação de receber homenagem da Academia Paranaense de Medicina. A Presidente designou a Acadêmica Professora Clotilde de Lourdes Branco Germiniani para saudar o Presidente da Academia de Medicina, Professor Helio Germiniani. Salientou a oradora que a Academia de Medicina utilizou a Academia de Letras como modelo para a sua criação, que se verificou em 22 de junho de 1979. Disse ainda que a nossa Academia de Letras tem um nome que “transmite a ideia de um grupo restrito, quando, na realidade, desde os seus primórdios, agrupou representante de várias áreas do saber. Assim temos escritores e poetas convivendo com destaques da áreas científica, como foi o caso do Professor Doutor Metry Bacila.” Prosseguiu dizendo que na Academia Paranaense de Medicina tradicionalmente existe um culto a Hipócrates. Doutor Hélio Germiniani fez a seguinte observação: “Cultuamos sempre Hipócrates e nos esquecemos de Platão – o criador da primeira Academia” Nasceu então a ideia do professor Germiniani, seu presidente, de mandar fazer um busto de Platão para com ele homenagear acadêmicos de outras Academias”. Conclui dizendo que a ideia de oferecer um busto de Platão a Academia Paranaense de Letras, é para homenageá-la como a primeira Academia surgida no Paraná e que vem se mantendo galhardamente através dos anos: “A oferta do busto de Platão é uma demonstração do respeito pelo trabalho desenvolvido pela Academia Paranaense de Letras.”

Falou em seguida o professor Doutor Hélio Germiniani, agradecendo a acolhida e dizendo que a Academia de Letras é “um referencial para todas as outras Academias...Considerando-se o respeito que temos pela nossa pioneira, parece-nos muito oportuno virmos ofertar

a esta Academia o busto de Platão. Esperamos que nossas congreiras e nossos confrades da Academia Paranaense de Letras entendam nosso gesto como uma manifestação de apreço por esta entidade.”

Depois falou o professor Constantino Cominos, Consul Honorário da Grécia, fazendo longas considerações sobre Platão e sua influência. Baseando-se na obra “Paideia” de Werner Jaeger, também se refere a Lewis Munford e Finley. Termina dizendo que a Academia Paranaense de Letras “quero crer similar a Academia de Platão é e sempre será uma entre tantas escolas criadas para discutir e disseminar a educação e a cultura”.

A presidente professora Chloris Casagrande Justen manifestou a alegria da Academia Paranaense de Letras por ter recebido o professor Hélio Germiniani, elogiando a sua profícua gestão na Academia de Medicina, agradecendo a oferta do busto de Platão, que a partir de agora fará parte do acervo da APL.



RELAÇÃO DAS CADEIRAS

PATRONOS
FUNDADORES
OCUPANTES

CADEIRA N.º 1

PATRONO

Antônio Vieira dos Santos (1784-1854)

FUNDADOR

José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933)

1.º OCUPANTE

Valfrido Pilotto (1903-2006)

2.º OCUPANTE

Dante José Mendonça (1951)

CADEIRA N.º 2

PATRONO

Cândido Martins Lopes (1803-1871)

FUNDADOR

Sebastião Paraná de Sá Sotto Maior (1864-1938)

1.º OCUPANTE

Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo (1872-1955)

2.º OCUPANTE

Oswaldo Pilotto (1901-1993)

3.º OCUPANTE

Luiz Romaguera Netto (1935-2004)

4.º OCUPANTE

Ernani Buchmann (1948)

CADEIRA N.º 3

PATRONO

Jesuino Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903)

FUNDADOR

Moysés Araújo Marcondes de Oliveira e Sá (1859-1928)

1.º OCUPANTE

Flávio Carvalho Guimarães (1891-1968)

2.º OCUPANTE

Newton Isaac da Silva Carneiro (1914-1987)

3.º OCUPANTE

René Ariel Dotti (1934)

CADEIRA N.º 4

PATRONO

Dr. José Cândido da Silva Murici (1827-1879)

FUNDADOR

José Cândido da Silva Muricy (1863-1943)

1.º OCUPANTE

José Cândido de Andrade Muricy (1895-1984)

2.º OCUPANTE

Eduardo Rocha Virmond (1929)

CADEIRA N.º 5

PATRONO

Fernando Amaro de Miranda (1831-1857)

FUNDADOR

Manoel de Azevedo da Silveira Neto (1872-1942)

1.º OCUPANTE

Tasso Azevedo da Silveira (1895-1968)

2.º OCUPANTE

Leopoldo Scherner (1919-2011)

3.º OCUPANTE

Paulo Venturelli (1950)

CADEIRA N.º 6

PATRONO

Senador Manoel Francisco Correia Neto (1831-1905)

FUNDADOR

Nestor Víctor dos Santos (1868-1932)

1.º OCUPANTE

Ulysses Falcão Vieira (1885-1942)

2.º OCUPANTE

Ernani Guarita Cartaxo (1900-1967)

3.º OCUPANTE

Francisco Raitani (1897-1971)

4.º OCUPANTE

Felício Raitani Neto (1917 - 2000)

5.º OCUPANTE

Harley Clóvis Stocchero (1926-2005)

6.º OCUPANTE

Oriovisto Guimarães (1945)

CADEIRA N.º 7

PATRONO

Bento Fernandes de Barros (1834-1903)

FUNDADOR

João Pamphilo d'Assumpção (1865-1945)

1.º OCUPANTE

Oscar Martins Gomes (1893-1977)

2.º OCUPANTE

Marino Bueno Brandão Braga (1920-2010)

3.º OCUPANTE

Ney José de Freitas (1953)

CADEIRA N.º 8

PATRONO

Francisco Antônio Monteiro Tourinho (1837-1885)

FUNDADOR

Jaime Ballão (1869-1930)

1.º OCUPANTE

Ildefonso Serro Azul (1888-1949)

(Ildefonso Pereira Correia)

2.º OCUPANTE

Jaime Ballão Júnior (1891-1968)

3.º OCUPANTE

Elias Karam (1902-1975)

4.º OCUPANTE

Luiz Carlos Pereira Tourinho (1913-1998)

5.º OCUPANTE

Rafael Valdomiro Greca de Macedo (1956)

CADEIRA N.º 9

PATRONO

Manoel Euphrasio Correia (1839-1888)

FUNDADOR

Leôncio Correia (1865-1950)

1.º OCUPANTE

Vasco José Taborda Ribas (1909-1997)

2.º OCUPANTE

Ário Taborda Dergint de Rawicz (1931)

CADEIRA N.º 10

PATRONO

Telêmaco Augusto Enéas Morocines Borba (1840-1919)

FUNDADOR

Ermelino Agostinho de Leão (1871-1932)

1.º OCUPANTE

Francisco de Paula Dias Negrão (1871-1937)

2.º OCUPANTE

Arthur Martins Franco (1876-1979)

3.º OCUPANTE

Ruy Christovam Wachowicz (1939-2000)

4.º OCUPANTE

Raymundo Maximiano Negrão Torres (1925-2006)

5.º OCUPANTE

Flora Camargo Munhoz da Rocha (1911)

CADEIRA N.º 11

PATRONO

Alfredo Caetano Munhoz (1845-1921)

FUNDADOR

Alcides Munhoz (1873-1930)

1.º OCUPANTE

Laertes de Macedo Munhoz (1900-1967)

2.º OCUPANTE

João Manuel Simões (1939)

CADEIRA N.º 12

PATRONO

Ubaldo do Amaral Fontoura (1842-1920)

FUNDADOR

Euclides da Motta Bandeira e Silva (1877-1947)

1.º OCUPANTE

José de Sá Nunes (1893-1954)

2.º OCUPANTE

Faris Antônio Salomão Michael (1911-1977)

3.º OCUPANTE

Ernani Costa Straube (1929)

CADEIRA N.º 13

PATRONO

Generoso Marques dos Santos (1844-1928)

FUNDADOR

Enéas Marques dos Santos (1883-1961)

1.º OCUPANTE

Manoel de Oliveira Franco Sobrinho (1916-2002)

2.º OCUPANTE

Rui Cavallin Pinto (1928)

CADEIRA N.º 14

PATRONO

José Bernardino Bormann (1844-1919)

FUNDADOR

Dídio Iratim Affonso da Costa (1881-1953)

1.º OCUPANTE

Júlio Estrella Moreira (1899-1975)

2.º OCUPANTE

José Carlos Veiga Lopes (1939-2010)

4.º OCUPANTE

Guido Viaro (1968)

CADEIRA N.º 15

PATRONO

Dr. João José Pedrosa (1844-1882)

FUNDADOR

Clemente Ritz (1888-1935)

1.º OCUPANTE

Virgílio Moreira (1900-1973)

2.º OCUPANTE

Christovam Colombo de Souza (1920-1991)

3.º OCUPANTE

Adélia Maria Woellner (1940)

CADEIRA N.º 16

PATRONO

Brasílio Itiberê da Cunha (1846-1913)

FUNDADOR

Paulo Ildephonso d'Assumpção (1868-1928)

1.º OCUPANTE

Benedito Nicolau dos Santos (1878-1957)

2.º OCUPANTE

Bento João d'Albuquerque Mossurunga (1879-1970)

3.º OCUPANTE

Benedito Nicolau dos Santos Filho (1914-1987)

4.º OCUPANTE

Alceo Ariosto Bocchino (1918 - 2013)

5.º OCUPANTE

Paulo Sergio da Graça Torres Pereira (1954)

CADEIRA N.º 17

PATRONO

Eusébio Silveira da Motta (1847-1909)

FUNDADOR

Dario Persiano de Castro Vellozo (1869-1937)

1.º OCUPANTE

Dicesar Plaisant (1894-1969)

2.º OCUPANTE

Flávio Suplicy de Lacerda (1903-1983)

3.º OCUPANTE

Euro Brandão (1924-2000)

4.º OCUPANTE

Clemente Ivo Juliatto (1940)

CADEIRA N.º 18

PATRONO

Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (1847-1909)

FUNDADOR

Hypólito Pacheco Alves de Araújo (1969-1946)

1.º OCUPANTE

Manoel de Lacerda Pinto (1893-1974)

2.º OCUPANTE

Francisco da Cunha Pereira Filho (1926-2009)

3º OCUPANTE

José Laurentino Gomes (1956)

CADEIRA N.º 19

PATRONO

José Gonçalves de Moraes (1849-1909)

FUNDADOR

José Gelbecke (1879-1960)

1.º OCUPANTE

Arildo José de Albuquerque (1914-1974)

2.º OCUPANTE

Joaquim Carvalho (1910-1974)

3.º OCUPANTE

Carlos Alberto Sanches (1941)

CADEIRA N.º 20

PATRONO

Albino José Silva (1845-1905)

FUNDADOR

José Niepce da Silva (1876-1935)

1.º OCUPANTE

Ciro Silva (1883-1968)

2.º OCUPANTE

Francisco Pereira da Silva (1909-1974)

3.º OCUPANTE

Samuel Guimarães da Costa (1917-1997)

4.º OCUPANTE

Luiz Geraldo Mazza (1931)

CADEIRA N.º 21

PATRONO

João Evangelista Braga (1850-1913)

FUNDADOR

Leônidas Moura de Loyola (1892-1938)

1.º OCUPANTE

Milton Ericksen Carneiro (1902-1975)

2.º OCUPANTE

Ernani Simas Alves (1914-2000)

3º OCUPANTE

Albino de Brito Freire (1941)

CADEIRA N.º 22

PATRONO

Monsenhor Manoel Vicente Montepoliciano da Silva (1851-1909)

FUNDADOR

Bispo Dom Alberto José Gonçalves (1859-1945)

1.º OCUPANTE

Carlos Stellfeld (1900-1970)

2.º OCUPANTE

Metry Bacila (1922 - 2012)

3.º OCUPANTE

João José Bigarella (1923)

CADEIRA N.º 23

PATRONO

Fernando Machado Simas (1851-1916)

FUNDADOR

Ernesto Luiz de Oliveira (1874-1938)

1.º OCUPANTE

Hugo Gutierrez Simas (1883-1941)

2.º OCUPANTE

Arthur Ferreira dos Santos (1894-1972)

3.º OCUPANTE

Odilon Túlio Vargas (1929-2008)

4º OCUPANTE

Jeorling Joely Cordeiro Cleve (1932)

CADEIRA.º 24

PATRONO

Luiz Ferreira França (1853-1921)

FUNDADOR

Serafim França (1888-1967)

1.º OCUPANTE

Assad Amadeu Yassim (1935-1985)

2.º OCUPANTE

Chloris Casagrande Justen (1923)

CADEIRA N.º 25

PATRONO

Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907)

FUNDADOR

João Cândido Ferreira (1864-1948)

1.º OCUPANTE

Bento Munhoz da Rocha Neto (1905-1973)

2.º OCUPANTE

Ruy Noronha Miranda (1914-2010)

3º OCUPANTE

Paulo Vítola (1947)

CADEIRA N.º 26

PATRONO

Joaquim Dias da Rocha Filho (1862-1895)

FUNDADOR

Francisco Heráclito Ferreira Leite (1889-1982)

1.º OCUPANTE

Wilson da Silva Bóia (1927-2005)

2.º OCUPANTE

Leo de Almeida Neves (1932)

CADEIRA N.º 27

PATRONO

Domingos Virgílio do Nascimento (1862-1915)

FUNDADOR

Omar Gonçalves da Motta (1910-1972)

1.º OCUPANTE

Noel Nascimento (1925 - 2013)

2.º OCUPANTE

Marta Moraes da Costa (1945)

CADEIRA N.º 28

PATRONO

Francisco Carvalho de Oliveira (1863-1927)

FUNDADOR

Rodrigo Júnior (1887-1964)

(João Baptista Carvalho de Oliveira)

1.º OCUPANTE

Leonardo Henke (1906-1986)

2.º OCUPANTE

Helena Kolody (1912-2004)

3.º OCUPANTE

Belmiro Valverde Jobim Castor (1942 - 2014)

4.º OCUPANTE

Nilson Monteiro(1951)

CADEIRA N.º 29

PATRONO

Leônidas Fernandes de Barros (1865-1926)

FUNDADOR

Adolpho Jansen Werneck de Capistrano (1879-1932)

1.º OCUPANTE

Alcindo Lima (1902-1935)

2.º OCUPANTE

Carlos Alberto Teixeira Coelho Júnior (1894-1969)

3.º OCUPANTE

Ladislau Romanowski (1902-1997)

3.º OCUPANTE

Ladislau Romanowski (1902-1997)

4.º OCUPANTE

Darci Piana (1941)

CADEIRA N.º 30

PATRONO

Emiliano David Pernetá (1866-1921)

FUNDADOR

José Henrique de Santa Ritta (1872-1944)

1.º OCUPANTE

Octávio De Sá Barreto (1906-1986)

2.º OCUPANTE

Oldemar Justus (1922-2006)

3.º OCUPANTE

Adherbal Fortes de Sá Júnior (1938)

CADEIRA N.º 31

PATRONO

Emílio Correia de Menezes (1866-1918)

FUNDADOR

Helvídio da Silva Pereira (1883-197)

1.º OCUPANTE

Lauro Grein Filho (1921)

CADEIRA N.º 32

PATRONO

Joaquim Procópio Pinto Chichorro Júnior (1866-1926)

FUNDADOR

Alceu Chichorro (1896-1977)

1.º OCUPANTE

Emílio Leão de Mattos Sounis (1913-1999)

2.º OCUPANTE

José Wanderlei Miranda de Resende (1938)

CADEIRA N.º 33

PATRONO

Nestor Pereira de Castro (1867-1906)

FUNDADOR

Samuel César de Oliveira (1895-1934)

1.º OCUPANTE

Alfredo Romário Martins (1874-1948)

2.º OCUPANTE

José Loureiro Ascensão Fernandes (1903-1977)

3.º OCUPANTE

Edwino Donato Tempski (1913-1995)

4.º OCUPANTE

Edilberto Trevisan (1923-2010)

5.º OCUPANTE

Roberto Mugiatti (1937)

CADEIRA N.º 34

PATRONO

Júlio David Pernetá (1869-1921)

FUNDADOR

João David Pernetá (1874-1933)

1.º OCUPANTE

Raul Rodrigues Gomes (1889-1975)

2.º OCUPANTE

Antônio Celso Mendes (1934)

CADEIRA N.º 35

PATRONO

Nilo Cairo da Silva (1874-1928)

FUNDADOR

José Pereira de Macedo (1883-1965)

1.º OCUPANTE

Mário Braga de Abreu (1906-1981)

2.º OCUPANTE

Moysés Goldstein Paciornik (1914-2008)

3.º OCUPANTE

Ricardo Pasquini (1938)

CADEIRA N.º 36

PATRONO

Ricardo Pereira de Lemos (1871-1932)

FUNDADOR

Heitor Stockler de França (1888-1975)

1.º OCUPANTE

Apollo Taborda França (1926)

CADEIRA N.º 37

PATRONO

Ismael Alves Pereira Martins (1876-1926)

FUNDADOR

Vicente Montepoliciano Nascimento Júnior (1880-1958)

1.º OCUPANTE

José Augusto Gummy (1889-1971)

2.º OCUPANTE

Dario Nogueira dos Santos (1899-1980)

3.º OCUPANTE

Pompília Lopes dos Santos (1900-1993)

4.º OCUPANTE

Hellé Vellozo Fernandes (1925-2008)

5.º OCUPANTE

Clotilde de Lourdes Branco Germiniani (1938)

CADEIRA N.º 38

PATRONO

Reinaldo Antônio Scharffenberg de Quadros (1878-1929)

FUNDADOR

Durval Borges de Macedo (1895-1984)

1.º OCUPANTE

Mário Marcondes de Albuquerque (1915-1998)

2.º OCUPANTE

Carlos Roberto Antunes dos Santos (1945-2013)

3.º OCUPANTE

Maria José Justino (1949)

CADEIRA N.º 39

PATRONO

Aristides de Paula França (1879-1910)

FUNDADOR

José Antônio Fernandes Cadilhe (1881-1942)

1.º OCUPANTE

José Farani Mansur Guérios (1906-1943)

2.º OCUPANTE

Rosário Farani Mansur Guérios (1907-1984)

3.º OCUPANTE

Francisco Filipak (1924-2010)

4.º OCUPANTE

Cecília Helm (1937)

CADEIRA N.º 40

PATRONO

Cícero Marcondes França (1884-1908)

FUNDADOR

Generoso Borges de Macedo (1875-1945)

1.º OCUPANTE

Ângelo Guarinello (1876-1959)

2.º OCUPANTE

Alvir Riesemberg (1907-1975)

3.º OCUPANTE

Valério Hoerner Júnior (1943)

ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS

Adélia Maria Woellner adeliamaria@hotmail.com	Rua Maria Valenga, 257 Piraquara – PR 83305-085	(41) 3673-2384
Adherbal Fortes de Sá Júnior afortesjr@uol.com.br	Rua Santa Cecília, 802 Curitiba - PR 80030-180	(41) 3331-5716
Albino de Brito Freire abfreire2007@onda.com.br	Al. Júlia da Costa, 941/902 Curitiba – PR 80430-110	(41) 3015-7213
Antônio Celso Mendes antcmendes@gmail.com	Av. Anita Garibaldi, 31/1102 Curitiba – PR 80540-180	(41) 3253-2645
Apollo Taborda França murilohfrana@yahoo.com.br	Rua Visc. Guarapuava 1535/122 Curitiba – PR 80060-060	(41) 3363-5199
Ário Taborda Dergint ligiadergint@gmail.com.br	Rua Des. Otávio Amaral, 770/3 Curitiba – PR 80730-400	(41) 3335-9727
Carlos Alberto Sanches cepsanches@gmail.com	Av. Iguaçu, 3000/ 501 Curitiba – PR 80240-031	(41) 3224-9279
Cecília Maria Vieira Helm ceciliah@onda.com.br	Rua Camões, 1790 - ap.101 Curitiba - PR 80040-180	(41) 3254-1914
Chloris Casagrande Justen cjusten@onda.com.br	Rua Des. Otávio Amaral, 557/142 Curitiba-PR 80730-400	(41) 3336-4237

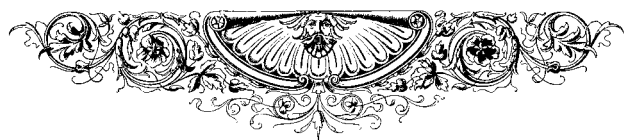
Clemente Ivo Juliatto cijpucpr@yahoo.com.br	Rua Imaculada Conceição, 1155 Reitoria PUC-PR Curitiba - PR 80215-901	(41) 3271-1505
Clotilde Branco Germiniani frankgerminiani@uol.com.br	Rua Buenos Aires, 611/201 Curitiba - PR 80250-070	(41) 3233-7941
Dante Mendonça mendoncadante@hotmail.com	Rua Augusto Stelfeld 873, ap. 203, Centro Curitiba - PR 80430-140	(41) 3233-2346
Darci Piana presidencia@fecomerciopr.com.br	Rua Visconde do Rio Branco 931, 6º andar, Curitiba - PR 80250-020	(41) 3883-4512
Eduardo RochaVirmond erv@ervirmond.com.br	Rua Lamenha Lins, 940 Curitiba - PR 80250-020	(41) 3222-0348
Ernani Costa Straube ernanic@fae.edu	Av. Paraná, 775/ 06 Curitiba - PR 80035-130	(41) 3018-8882
Ernani Lopes Buchmann ernani@seujoao.com	Rua Dep. Heitor Alencar Furtado, 1720 Ap 2303 Curitiba - PR 81200-110	(41) 3018-9017
Flora Camargo Munhoz da Rocha gildacmrocha@hotmail.com	Praça General Osório, 225 ap.801 Curitiba - PR 80020-010	(41) 3222-7316

Guido Viaro guidov@ig.com.br	Rua Rafael Papa, 109 Jardim Social Curitiba - PR 80020-010	(41) 3252-1029
Jeorling J.C. Cleve dircecleve@onda.com.br	Rua Deputado Mário de Barros, 944 Curitiba - PR 80530-280	(41) 3253-4539
João José Bigarella irisbigarella@gmail.com	Rua Dep. Joaquim José Pedrosa, 618, ap12 Curitiba-PR	(41) 3252-1029
João Manoel Simões	Rua Tibagi, 137/ 142 Curitiba - PR 80060-110	(41) 3222-9988
José Wanderlei Resende josewanderlei.resende@gmail.com	Al. Júlia da Costa, 879 ap.52, Curitiba - PR 80430-110	(41) 3222-4730
Laurentino Gomes lgomes@laurentinogomes.com.br	Rua Vinte e Um, 51 Condomínio Vila Real de Itu Itu-SP 13312-393	(11)-9626-7252
Lauro Grein Filho igrein@hotmail.com	Rua Vicente Machado, 1310 Curitiba - PR 80420-011	(41) 3016-6622
Léo de Almeida Neves leoneves@cafepele.com.br	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3900 1º andar, cj 101 São Paulo SP 04538-132	(11) -2175-2707

Luiz Geraldo Mazza cbn@cbncuritiba.com.br	Av. Paraná, 775/01 Curitiba – PR 80035-130	(41) 3252-8504
Maria José Justino mjjustino@gmail	Rua Comendador Macedo, 254 Centro, Curitiba – PR 80060-030	(41) 3272-1069
Marta Moraes da Costa mcosta45@yahoo.com.br	Avenida Nossa Senhora da Luz, 340 ap.602 - Bacacheri Curitiba – PR 80510-020	(41) 3606 2240
Ney José de Freitas neyfreitas@trt9.jus.br	Alameda Dr. Carlos de Carvalho 528, TRT9ª, Curitiba – PR 80430-180	(41) 3310-7000
Nilson Monteiro nilson_monteiro@hotmail.com	Rua Mauá, 1251, ap.301B Alto da Glória, Curitiba – PR 80030-200	(41) 3267-1112
Oriovisto Guimarães vbarros@positivo.com.br	Av.Cândido Hartmann, 1400 Curitiba – PR 80710-570	(41) 3335-1441
Paulo Vítola paulovitola@paulovitola.com.br	Rua Júlio Perneta, 695 Mercês, Curitiba - PR 80810-110	(41) 3405- 3642

Rafael Greca de Macedo rafaelgreca@sul.com.br	Rua Ébano Pereira, 11-14º andar Curitiba – PR 80410-901	(41) 3224-4000
René Ariel Dotti rene.dotti@adv.br	Av. Nossa Senhora da Luz, 2625 Jardim Social, Curitiba – PR 82510-010	(41) 3263-3843
Ricardo Pasquini pasquini@hc.ufpr.br	Rua Mendelssohn, 50 Vita Alegre, Curitiba - PR 80820-120	(41) 3338-6312
Roberto Muggiati muggiati@infolink.com.br	Rua Real Grandeza, 82, casa 3 Rio de Janeiro - PR 22281-034	(21) 2537-4900 (41) 7174-5088
Rui Cavallin Pinto rpullus@turbo.com.br	Av. Vicente Machado, 1171/402 Curitiba-PR 800420 011	(41) 3232-8767
Valério Hoerner Jr. vhoerner@terra.com.br	Rua Teodorico Bittencourt, 40 Curitiba – PR 82520-480	(41) 3779-3309

SUMÁRIO



INTRODUÇÃO.....	5
Chloris Casagrande Justen	
PREÂMBULO.....	7
Eduardo Rocha Virmond	
A MULHER NAS SOCIEDADES CONTEMPORÂNEAS	9
Chloris Casagrande Justen	
BELMIRO VALVERDE JOBIM CASTOR.....	21
UMA PERSONALIDADE PERENE	
Chloris Casagrande Justen	
MEU QUERIDO BELMIRO.....	23
René Ariel Dotti	
QUEM PERDEMOS.....	27
Dante Mendonça	
MEMENTO MORI - BELMIRO,PROTESTO!.....	29
Eduardo Rocha Virmond	
UM HOMEM PARA TODAS AS ESTAÇÕES.....	31
Aroldo Murá G. Haygert	
MANDELA.....	47
Eduardo Rocha Virmond	
ACADEMIA VAI À ESCOLA.....	49
O NOVO TRATAMENTO PEDAGÓGICO DA HISTÓRIA DO PARANÁ	
Chloris Casagrande Justen	

HISTÓRIA DO PARANÁ.....	59
SENTIMENTO DE CIVISMO E RESPEITO AOS SÍMBOLOS	
René Ariel Dotti	
CENTENÁRIO.....	61
Flora Camargo Munhoz da Rocha	
REVENDO O PASSADO.....	67
Lauro Grein	
UM DISCURSO INESQUECÍVEL.....	71
Lauro Grein	
FESTIVAIS E CURSOS INTERNACIONAIS DE MÚSICA DE CURITIBA - 1965 a 1977.....	75
Henriqueta P. M. Garcez Duarte	
VIVER A CRÍTICA, VIVER A MÚSICA.....	83
Eduardo Rocha Virmond	
VERDI DUZENTOS ANOS.....	89
Osvaldo Colarusso	
NOITES DE JAZZ EM CURITIBA.....	93
Roberto Muggiati	
EU ERA FELIZ E NÃO SABIA.....	99
Paulo Vitola	
DISCURSO DE SAUDAÇÃO AO MAESTRO PAULO TORRES.....	105
Clemente Ivo Juliatto	
DISCURSO DE POSSE.....	115
Maestro Paulo Torres	
DISCURSO DE SAUDAÇÃO A NOVA ACADÊMICA MARIA JOSÉ JUSTINO.....	127
Ernani Buchmann	

DISCURSO DE POSSE.....	135
Maria José Justino	
A GUERRA DO PARAGUAI: APOGEU E DECLÍNIO DO IMPÉRIO BRASILEIRO.....	141
Laurentino Gomes	
VESTÍGIOS DA MAIS REMOTA OCUPAÇÃO HUMANA NO LITORAL DO PARANÁ - OS SAMBAQUIS.....	159
João José Bigarella	
DITADURA NUNCA MAIS.....	181
Léo de Almeida Neves	
A REPÚBLICA TEOCRÁTICA DE GUAIRÁ.....	185
Ernani Buchmann	
AS RAZÕES COMO PRINCÍPIOS DOGMÁTICOS.....	189
Antonio Celso Mendes	
A RESTAURAÇÃO DO PAÇO DA LIBERDADE.....	191
Darci Piana	
CALVINO E A LITERATURA LÍQUIDA.....	197
Guido Viaro Neto	
NOTURNO, EM RÉ MENOR, PARA A FLAUTA DOCE E OBOÉ AMARGO.....	203
João Manuel Simões	
PREFÁCIO DO LIVRO UM SÉCULO DE CULTURA - HISTÓRIA DO CENTRO DE LETRAS DO PARANÁ	207
João Manuel Simões	
PROSA - DUELO.....	211
Adélia Maria Woellner	

ÍNDIOS DIZEM NÃO À CONSTRUÇÃO DE USINA HIDRELÉTRICA EM TERRA INDÍGENA SITUADA NA BACIA DO RIO TIBAGI, NO PARANÁ	215
Cecilia Maria Vieira Helm	

A PEDRA FILOSOFAL.....	221
Albino Freire	

UMA COMOÇÃO NO PARANÁ E SANTA CATARINA UM ACIDENTE AVIATÓRIO.....	223
Ernani Costa Straube	

ATÉ ONDE PODEMOS IR COM A FRANÇA QUE NÃO PARA DE ESCREVER?.....	229
Eduardo Rocha Virmond	

XIX SEMANA DE HISTÓRIA

A PROPÓSITO DA INVENÇÃO DO PARANÁ.....	233
Paulo Vitola	

COMENTÁRIO SOBRE A PALESTRA DE PAULO VITOLA.....	261
Belmiro Valverde Jobim Castor	

DELENDAM FLORIANO - A REVOLUÇÃO FEDERALISTA E A REVOLTA ESQUADRA - ANTECEDENTES.....	273
Paulo Roberto Hapner	

A GUERRA CIVIL ENTRE PICA-PAUS E MARAGATOS.....	307
Renato Mocelin	

NOTÍCIAS.....	312
----------------------	------------

RELAÇÃO DAS CADEIRAS.....	322
---------------------------	-----

ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS.....	334
-------------------------------	-----

